

A HISTÓRIA DE LUTA DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

Glória Lopes

Rodrigo Paixão



**A HISTÓRIA DE LUTA DOS
TRABALHADORES DA UNICAMP**



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade

ALVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente

EDUARDO GUIMARÃES

ELINTON ADAMI CHAIM – ESDRAS RODRIGUES SILVA

GUITA GRIN DEBERT – JULIO CESAR HADLER NETO

LUIZ FRANCISCO DIAS – MARCO AURÉLIO CREMASCO

RICARDO ANTUNES – SEDI HIRANO

UNICAMP ANO 50

Comissão Editorial

ITALA M. LOFFREDO D'OTTAVIANO

EDUARDO GUIMARÃES

GLÓRIA LOPES
RODRIGO PAIXÃO

A HISTÓRIA DE LUTA DOS
TRABALHADORES DA UNICAMP

EDITORIA UNICAMP

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

L881h Lopes, Glória
A história de luta dos trabalhadores da Unicamp / Glória Lopes, Rodrigo Paixão. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

1. Universidade Estadual de Campinas – História. 2. Sindicalismo – Campinas, SP – História. 3. Sindicatos – Brasil – História. 4. Trabalho e classes trabalhadoras. I. Paixão, Rodrigo. II. Título.

CDD - 379
- 322.2098161
- 322.20981
- 301.4442

ISBN 978-85-268-1362-5

Copyright © by Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp – STU
Copyright © 2016 by Editora da Unicamp

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à
Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

AGRADECIMENTOS

À diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), pela iniciativa do Projeto Memória e pela elaboração deste livro.

À Solange, pela oportunidade, e aos funcionários Alexandre, Capeta, Carlos, Cida, Elisa, Fernanda, Helena, Helton, Jaqueline, Maíra, Marta, Paulo, Rosane, Valéria e Zé Prettu pela amizade e pelo auxílio nos momentos críticos.

Ao Silvío, pelo bom humor e pronto atendimento na área de informática.

À professora Olga Rodrigues de Moraes von Sinsom, do Centro de Memória da Unicamp (CMU), que nos auxiliou nos primeiros passos, tão decisivos.

À Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Preac).

Ao professor Caio Navarro de Toledo, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp), e a Augusto Buonicore, pela valiosa contribuição na leitura criteriosa e nas considerações.

A todos os entrevistados que, com muita receptividade, acolheram a ideia do projeto, incentivaram a equipe e compartilharam sua história de vida.

Ao professor Marcelo Proni e ao Glicério, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), ao professor Valeriano Mendes, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp), a Danilo Enrico Martuscelli, Patrícia Trópia e Andréia Galvão, do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), e a Janjão, pelas recomendações bibliográficas.

A todos que cederam documentos e fotografias para a consolidação do acervo Projeto Memória do STU: Alda (Biblioteca Central), Armando Comunalle Júnior, Cândida Maria Teixeira, Celi Pavanatti, Celso Augusto Palermo, Celso Ribeiro de Almeida, Domingos Pereira, Edison Cardoso Lins, Érgio Moscatini Schetini, João Raimundo Mendonça de Souza (Kiko), José Feitosa de Araújo, Carlos Humberto do Prado, José Luís Pio Romera, Márcio José Andrade da Silva, Reginaldo Bispo Pereira e Sueli Faria.

À Silvia Lúcia Guerreiro, da Biblioteca do IFCH, pela orientação na normatização bibliográfica.

A Rogério, Adriana, Renato, Luciana, Caio, Camila, Cleber, Maria e Roberta, pelo inesgotável apoio.

A todos que, de alguma maneira, contribuíram com esta obra.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	11
SIGLAS	15
PARTE I – DA FUNDAÇÃO À POLITIZAÇÃO	19
1. O SURGIMENTO DA ASSUC	21
2. AS PRIMEIRAS AÇÕES DA ASSUC	31
3. A ASSUC NO AUGO DA REPRESSÃO MILITAR	39
4. DA CONVIVÊNCIA AGRADÁVEL AO ASSISTENCIALISMO	47
5. O MOVIMENTO DE OPosição LUTA SINDICAL	77
PARTE II – DA POLITIZAÇÃO À SINDICALIZAÇÃO	93
6. LUTA SINDICAL: A INTENSIFICAÇÃO DAS LUTAS NA UNICAMP	95
7. 1981: CRISE NAS RELAÇÕES DE PODER DA UNICAMP	119
8. AS DIVISÕES POLÍTICAS NOS RUMOS DA ASSU	145
9. A GESTÃO SOLIDARIEDADE E O MANDATO-TAMPÃO DA CHAPA RESISTÊNCIA (1982-1984)	159
10. A COMISSÃO SINDICAL DO HOSPITAL DE CLÍNICAS	199
11. A SEGUNDA GESTÃO RESISTÊNCIA	205
12. A GESTÃO FORÇA NOVA COMBATIVA (1988-1990)	251
13. A TRANSIÇÃO DE ASSUC PARA STU	349
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	385
BOLETINS E DOCUMENTOS DA ASSUC E DO STU	391
ENTREVISTADOS	397

PREFÁCIO

A história da Universidade Estadual de Campinas está intimamente ligada à história de seus trabalhadores. Os principais momentos políticos e sindicais vividos pelos trabalhadores da Instituição desde a fundação da Associação dos Servidores da Unicamp (Assuc) em 1967, e registrados neste livro, impulsionaram decisivamente a universidade.

Ao longo desse período, o povo brasileiro lutou intensamente por um Brasil livre, justo e soberano; seja na luta contra o regime militar, a favor das Diretas Já!, pelo *impeachment* de Collor, ou na luta para pôr fim ao “reinado” de Fernando Henrique Cardoso e seu projeto neoliberal, que deixaram o Brasil e os brasileiros à míngua. A coroação desse esforço se deu com a vitória eleitoral de Lula, em 2002. Em todos esses acontecimentos, os trabalhadores da Unicamp foram sujeitos ativos.

O livro mostra quão rica é essa história. Muitos fatos que conhecíamos apenas de ouvir falar, agora, com os relatos trazidos pelos documentos da época e os depoimentos de personagens, principais ou coadjuvantes, podem ser mais bem-compreendidos.

Podemos constatar também o quanto os trabalhadores desta universidade têm sido incansáveis na busca por melhores salários, por democracia, na defesa da universidade pública e gratuita e por mudanças políticas internas e externas. Durante esse período, o movimento dos trabalhadores e a própria entidade obtiveram avanços e retrocessos, vitórias e derrotas. Mas a chama sempre esteve acesa.

Destaques deste volume, além da criação da Assuc, podem-se considerar também a luta da comunidade da Unicamp contra a intervenção de Paulo Maluf em 1981; a greve de 1988, que conquistou a autonomia

financeira; e a fundação do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, em 1991, além do revezamento, à frente da direção da entidade, das diversas concepções sindicais.

Num momento histórico em que os ideólogos do capitalismo apregoam aos quatro cantos do planeta a superioridade do “deus” mercado e a inviabilidade de outro regime que não seja o capitalista, é bom conhecer ou recordar os feitos daqueles que nos antecederam, ou dos quais fomos partícipes, e saber que aos trabalhadores, nunca, nada foi dado; foi sempre com organização, mobilização e luta que os objetivos, os grandes e os pequenos, foram alcançados.

Conhecer a história é importantíssimo para planejar o futuro. E a nossa história não pode ser negligenciada.

Foi com esse pensamento que as gestões 1999-2002 e 2002-2005 do STU, através da Coordenação do Projeto Memória, arregaçaram as mangas e não mediram esforços para a concretização deste projeto, que, temos certeza, muito contribuirá com a luta dentro e fora da Unicamp.

É um trabalho árduo, que só chegará ao fim com a publicação do segundo volume, que cobrirá o período de 1992 a 2000.

Valeu a pena!

Sandra Scutti, *Coordenação do Projeto Memória*

INTRODUÇÃO

Não é difícil constatar que a história oficial, muitas vezes, deturpou ou escondeu as inúmeras lutas e as vitórias dos trabalhadores. Boa parte da chamada “grande imprensa” muitas vezes também contribuiu para essa prática ao privilegiar fatos e eventos relativos às classes dominantes. A enorme dificuldade de encontrar documentos e fotografias sobre o movimento sindical dos trabalhadores da Unicamp nos arquivos da própria universidade também evidencia esse tratamento desigual.

Ao inverter essa lógica tradicional, o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp não mediu esforços. Investiu na proposta de reconstituição da luta daqueles que representa e conseguiu retratar, com ineditismo, a histórica força de organização e de mobilização que orienta os trabalhadores da Unicamp, rumo a melhores condições de vida e de trabalho e em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Foram 24 meses de trabalho árduo, mas recompensador.

Uma empreitada sem precedentes na diretoria da Assuc e do STU, o Projeto Memória surpreendeu todos – coordenação e diretoria da entidade – que, desconhecendo a demanda de trabalho, previam sua finalização na metade do tempo que foi necessário.

Todavia, o “atraso” no cronograma possibilitou ganhos consideráveis. Após 13 meses de pesquisa, constituição do acervo e de redação, a equipe envolvida diretamente na elaboração do livro foi ampliada. O estagiário Rodrigo (graduando em Ciências Sociais, pelo IFCH-Unicamp) chegou, trazendo novo ânimo e complementando com muita habilidade o desenvolvimento dos trabalhos. E, rapidamente, tornou-se, o que muito me agrada, coautor desta obra. Andriei (mestrando em

Ciência Política, também pelo IFCH-Unicamp), embora tenha sido integrado na parte de finalização, colaborou na pesquisa e na organização metodológica do trabalho.

O ponto de partida, em setembro de 2000, foi a consulta aos arquivos da universidade. Depois de muita caminhada, constatou-se que havia pouquíssimos documentos sobre a história dos trabalhadores disponíveis na *campus*. No Siarq/Unicamp foram encontrados documentos e recortes de jornais apenas de 1979 a 1982 e no Arquivo Edgard Leuenroth, uma dúzia de fotografias e de três a quatro jornais da Assuc, dos anos 1983 e 1984.

A etapa seguinte foi de “garimpo”, limpeza, reconhecimento, classificação e organização cronológica do material doado. As inúmeras visitas a antigos diretores e associados renderam a maior parte de toda a documentação que hoje compõe o acervo do Projeto Memória e que serviu de base para a elaboração deste volume.

É importante ressaltar que a organização do acervo do Projeto Memória serviu para precisar datas e acontecimentos em parte dos documentos arquivados no Siarq/Unicamp. Se não fosse esta pesquisa, essa documentação talvez permanecesse desprovida de informações. Além disso, a pesquisa serviu também como referência para outras relativas ao movimento sindical e à história da Unicamp.

A realização das mais de 30 entrevistas com protagonistas dessa história, dirigentes sindicais ou não, iniciadas em março de 2001, foi fundamental para dar vida a estas páginas e revolver polêmicas abrandadas pelo tempo.

Cada depoimento pôde ocupar um espaço aberto a todos os representantes das diversas forças políticas presentes na trajetória do movimento sindical na Unicamp. E as lembranças pessoais, opiniões individuais, visões de mundo distintas, autocríticas e concepções político-ideológicas, que vieram à tona durante as gravações, possibilitaram uma intimidade com a história que documento algum poderia permitir.

A trajetória dos trabalhadores da Unicamp evidencia que as transformações, sejam sociais, políticas ou culturais, só aconteceram porque houve um processo de conscientização, organização e luta. Porque os “de baixo” questionaram e resistiram às imposições dos “de cima”.

E foi exatamente esse comportamento de resistência e luta que colocou a Assuc na vanguarda das lutas sociais. Foi assim na resistência à

ditadura militar, contra a intervenção “malufista”, contra as diversas arbitrariedades das reitorias, na participação nas greves gerais, na construção da CUT regional, na formação das oposições sindicais de Campinas e região e na solidariedade aos trabalhadores do Brasil e do mundo.

Nas décadas de 1980 e 1990, várias lideranças do movimento sindical da Unicamp também se tornaram referências na CUT e na Fasubra e se destacaram como lideranças políticas, ocupando, por exemplo, cargos no legislativo municipal.

A história de luta dos trabalhadores da Unicamp (1967-1991) é, sem dúvida, uma reconstituição histórica de grande responsabilidade, considerável riqueza e de indispensável leitura, à altura da importância desta universidade.

Glória Aparecida Pereira Lopes

SIGLAS

- Adunicamp – Associação dos Docentes da Unicamp
Adusp – Associação dos Docentes da USP
AI-5 – Ato Institucional n. 5
Anampos – Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais
Andes – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Apeoesp – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
Apeu – Assessoria de Apoio a Eventos
Assuc – Associação dos Servidores da Unicamp
Atrefe – Assessoria Técnica da Reitoria para a Educação Física e Esportes
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird – Banco Mundial
BNT – Bônus do Tesouro Nacional
Cacs – *Campus* Avançado Cruzeiro do Sul
CAF – Centro Acadêmico de Física – Unicamp
Caism – Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Unicamp
CEB – Centro de Engenharia Biomédica
Ceclat – Congresso Estadual das Classes Trabalhadoras
Cecom – Centro de Saúde da Comunidade
CEF – Caixa Econômica Federal
Cemarx – Centro de Estudos Marxistas
Cemeq – Centro de Manutenção de Equipamentos

Cesit – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CGT – Coordenação Geral dos Trabalhadores
CGU – Coordenadoria Geral Universitária
CIOSL – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres
Cipa – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLE – Consolidação das Leis Estatutárias
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
Conclat – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
Conclat – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
Concut – Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
Consu – Conselho Universitário
CORH – Conselho Orientador de Recursos Humanos
Cosp – Companhia de Seguros do Estado de São Paulo
CPP – Comissão Processante Permanente
CR – Conselho de Representantes
Cotuca – Colégio Técnico de Campinas – Unicamp
Cruesp – Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas
CSC – Corrente Sindical Classista
CCUEC – Centro de Computação da Unicamp
CTC – Colégio Técnico de Campinas
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DGA – Diretoria Geral da Administração – Unicamp
DGRH – Diretoria Geral de Recursos Humanos da Unicamp
Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
Dops – Departamento de Ordem Política e Social
Enclat – Encontro das Classes Trabalhadoras
Enos – Encontro Nacional das Oposições Sindicais
Entoes – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical

Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras

FCM – Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp

FEA – Faculdade de Engenharia de Alimentos

FEC – Faculdade de Engenharia de Campinas

Fepasp – Federação Paulista dos Servidores Públicos

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FOP – Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Unicamp

Fórum das Seis Entidades – Fórum das seis entidades representativas dos funcionários técnico-administrativos e docentes das universidades públicas paulistas (Assuc/STU, Adunicamp, Sintunesp, Adunesp, Sintusp e Adusp)

GAT – Grupo de Assistência Técnica – Unicamp

IA – Instituto de Artes da Unicamp

Iamspe – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual

IB – Instituto de Biologia da Unicamp

IEL – Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp

IF – Instituto de Física da Unicamp

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp

IFGW – Instituto de Física Gleb Wataghin

Imecc – Instituto de Matemática Estatística e Ciência da Computação da Unicamp

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IQ – Instituto de Química da Unicamp

LSN – Lei de Segurança Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC/Usaid – Ministério da Educação e Cultura/Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

MNU – Movimento Negro Unificado

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MS-6 – Magistério Superior Nível 6

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OSI – Organização Socialista Internacionalista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
PUC-Campinas – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PV – Partido Verde
SAS – Serviço de Apoio ao Servidor
Siarq – Sistema de Arquivos da Unicamp
Sinunesp – Sindicato dos Trabalhadores da Unesp
Sintusp – Sindicato dos Trabalhadores da USP
STU – Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp
Sucen – Superintendência de Controle de Endemias
Uerj – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Uspesp – União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo
USP – Universidade de São Paulo
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

PARTE I – DA FUNDAÇÃO À POLITIZAÇÃO



Revelação de amigo secreto durante festa de fim de ano da Assuc, 1969. Foto: Celi Pavanatti.

1

O SURGIMENTO DA ASSUC

“Como atração maior, oferecemos um novo ideal de universidade, i.e., [...] um só organismo com a função de transmitir, gerar e aplicar conhecimentos, perseguindo sempre o objetivo maior e também razão de ser da imprescindível unidade: promoção do bem-estar físico, espiritual e social do homem”.¹

Campinas, outono de 1968.

Sob o comando do tenente-coronel Argos, o 5^o Grupamento de Canhões Antiaéreos de Noventa Milímetros (GCAN) realiza um amplo treinamento de combate a guerrilhas. Setores da esquerda se articulam e aderem à luta armada contra o regime militar. Nos bastidores, a cidade serve como refúgio para opositores políticos que têm de passar a viver na clandestinidade, com o agravamento da violência política inflamado pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5). Adversidade.²

Valinhos, Clube Fonte Sônia, verão de 1968.

Era uma tarde ensolarada de domingo. Os adultos ouviam Chico e trocavam conversas domésticas enquanto se refrescavam sob as árvores.

1 Trecho do relatório de Zeferino Vaz enviado ao governador do Estado de São Paulo, Pauto Egydio Martins, em 6 de janeiro de 1978. Acervo do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp (AC/Siarq/Unicamp).

2 *Correio Popular*, 2000, p. 148.

A criança alvoroçada desfrutava incansavelmente do extenso tapete verde. Tranquilidade.

Foi nesse conturbado contexto histórico do país, mas tendendo a um viés alheio a toda a movimentação política, que inevitavelmente se avolumava no cenário nacional, que, em 1968, a recém-fundada Associação dos Servidores da Unicamp (Assuc) iniciou sua trajetória.

Criada com o objetivo de congregar os poucos funcionários da também recém-fundada Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a associação, cuja idealização foi aplaudida pelo reitor, Zeferino Vaz, declara no primeiro estatuto sua posição apolítica e arreligiosa e centra seus objetivos no apoio aos interesses dos associados, bem como no aprimoramento cultural e esportivo deles.

A Associação dos Servidores da Unicamp foi oficialmente fundada em 23 de setembro de 1967, numa assembleia geral convocada para essa finalidade e que contou com a presença de 16 pessoas, entre funcionários e professores.

O primeiro presidente da associação foi Hélio Farina, chefe do Departamento Pessoal, e o vice-presidente foi Luiz Augusto Magalhães, professor do Departamento de Parasitologia, do Instituto de Biologia (IB). Esse foi o primeiro edifício da Unicamp a ser inaugurado no *campus*, em meados de 1966, e que mais tarde alojaria a Administração.

MAGALHÃES, UM ILUSTRE PIONEIRO

Luiz Augusto Magalhães foi um dos fundadores da Assuc. Não lhe agrada receber tal título, em consideração aos demais colegas da época, no entanto, como esteve presente num momento decisivo da associação, não houve como dissociá-lo de tal personagem. Das 14 assinaturas encontradas em uma das duas atas da primeira assembleia geral, realizada em 23 de setembro de 1967, seu nome ocupa a segunda posição, a de vice-presidente. E foi ele que presidiu os trabalhos dessa importante assembleia.

Narra a primeira ata que a sessão foi aberta por Hélio Farina, que se tornaria o primeiro presidente da Assuc, em segunda convocação.

Por esse documento, ficou decidido que a composição ora estabelecida seria destituída automaticamente tão logo fosse aprovado o estatuto da entidade. Fato que veio a acontecer oito meses mais tarde, em maio de 1968.

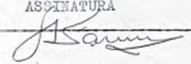
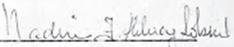
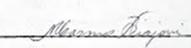
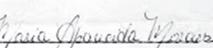
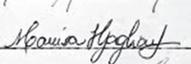
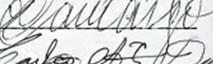
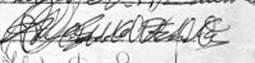
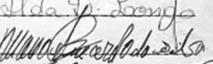
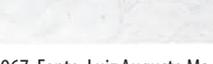
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL, REALIZADA EM 2ª CONVOCAÇÃO EM 23-9-1967,
COM QUALQUER NÚMERO DE ASSOCIADOS

Com a presença de 16 membros (desseguais), sob a presidência do Senhor Helio Farina, foi aberta a Sessão.

O Presidente da "ASSUC" passou a Presidência dos trabalhos, ao Dr. Luiz Augusto Magalhães, associado presente.

Evitando necessidade da Diretoria estar completa, para a legalização dos Estatutos, houve por bem determinar a Assembleia, a provar por unanimidade, os nomes abaixo relacionados para preenchimento dos respectivos cargos.

Ficou decidido que a atual Diretoria será automaticamente destituída com a aprovação dos estatutos, quando será feita eleição para preenchimento de todos os cargos na forma dos estatutos.

Presidente: Hélio Farina Rua Elídia Ana de Campos, 369	ASSINATURA 
Vice-Presidente: Dr. Luiz Augusto Magalhães Rua Ing. Arthur Canguçu, 445	
Tesoureiro: Nadin Farah Heluany Sobrinho Av. Alberto Sarmento, 836	
2º Tesoureiro: Daniel Vicente da Farias Rua Hoche Neger Segurado, 75	
Secretária: Mária do Carmo Biajone Rua H. Jaguará, 1449 5ª a.ap.52	
2ª Secretária: Mária Aparecida Moraes Rua Sete, 555-F.Industrial	
Diretor Social: Márisa Helena Gagliardi Rua Boaventura do Amaral, 204	
Diretor Esportivo: Fernando Garlipp Rua duque de Caxias, 312	
Membros do Conselho: Luiz Antonio Pompeu de Camargo (Méd.) Rua Ing. Saturnino de Brito, 89	
Carlos Alberto Ferreira Duarte Rua D.Lino Decadato R.Carvalho, 426	
Alfredo Furlan Rua Pedreira, 257-C.Eliseos	
Ilda Domingues Longo Rua Dr. Abelardo Cerqueira Cesar, 378	
Manoel Bernardo da Silva Rua Pedreira, 629-C.Eliseos	
Roldão de Oliveira Rua Herminio H. Bertrani, 519	

*mais nenhuma
assinatura* 23 de set, 1967

Ata da primeira assembleia geral, realizada em 23 de setembro de 1967. Fonte: Luiz Augusto Magalhães.

Curiosamente, a segunda ata, datada de 2 de maio de 1968,³ narra que a assembleia de 23 de setembro de 1967, realizada às 16 horas, na sala de aula teórica do Instituto de Biologia, foi destinada à fundação, à aprovação do estatuto e à escolha da diretoria. Com isso conclui-se que a Assuc foi fundada em 1967, mas só veio a funcionar no final de maio de 1968, uma vez que a primeira ata não foi registrada e a segunda teve seu registro efetuado na mesma data do estatuto, 20 de maio de 1968.

A escassez documental acerca dos primórdios da Assuc, as ambíguas informações narradas nas atas e a ausência de relatos sobre o primeiro presidente à frente da entidade, Hélio Farina, abriram um espaço maior ao depoimento do vice-presidente da associação, Luiz Augusto Magalhães. Em seus relatos, Magalhães revela o conteúdo das reuniões associativas e justifica o funcionamento da entidade em seu período inicial.



Luiz Augusto Magalhães. Foto: Helton Sinei. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

O médico Luiz Augusto Magalhães, chefe do Departamento de Parasitologia, do Instituto de Biologia, chegou a Campinas em março de

3 Ata registrada no cartório em 20 de maio de 1968, sob o n. 1.584.

1966. Ele foi convidado por Zeferino Vaz, que era presidente da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas, para ser professor de Parasitologia da Faculdade de Medicina. Ambos tinham a mesma especialidade e se conheciam da Universidade Nacional de Brasília (UnB). Magalhães foi professor naquela universidade no mesmo período em que Zeferino Vaz era o reitor da instituição (1964-1965), e também, como Zeferino, trabalhou na Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.

Resolveu aceitar o convite e vir para o Estado de São Paulo porque se achava demitido da universidade após ter assinado um manifesto dos professores contra o movimento militar e a intervenção do governo na UnB. Ele relatou que, dos docentes que assinaram a lista, não se sabe por que motivo, apenas dois tinham se livrado da demissão. Depois de seis meses, já instalado em Campinas, Magalhães descobriu que era um deles. Devolveu à Universidade Nacional de Brasília o dinheiro referente aos pagamentos de salários depositados em sua conta e radicou-se na cidade.

Carioca, aos 32 anos voltou ao Estado de São Paulo e fixou residência. Já tinha em seu currículo, além da passagem como docente pela Universidade Nacional de Brasília, a fundação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na época em que cursava medicina, e a atuação na Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo. Também tinha sido diretor de dois jornais, *O Alvorada*, do Colégio de São Bento, e *O Plantão*, da Universidade do Rio de Janeiro. Sempre ligado aos movimentos estudantis, mais tarde deixaria o cargo de médico na Petrobras em função das mudanças provocadas na estatal após o golpe de 1964.

Politicizado e recém-inserido no contexto social campineiro, nutria a ideia de unir os poucos funcionários da Unicamp para momentos de descontração e de troca de ideias. Com essa concepção, nascia a Associação dos Servidores da Universidade Estadual de Campinas: “A fundação da Assuc surgiu da necessidade de unir os funcionários. A ideia era congrega as pessoas, porque embora naquela época não houvesse separação entre professor e funcionário, cada um ficava na sua”, lembra Magalhães.

A PRIMEIRA DIRETORIA

A Unicamp ainda não existia oficialmente quando Magalhães aceitou o convite de Zeferino Vaz. O Decreto 47.408, que criava a Universidade de Campinas, só foi baixado em 21 de dezembro de 1966. Enquanto isso, da vontade de reunir os poucos funcionários da instituição para juntos desfrutarem de momentos fraternos e descontraídos, foi brotando a ideia de se formar uma sociedade recreativa. Uma associação de funcionários da Universidade de Campinas, como tantas outras que surgiram, ou já existiam na época, mas essa empreitada só se concretizaria oficialmente no ano seguinte: “Após várias conversas com o reitor Zeferino Vaz, num gesto paternalista muito comum na época, ele deu carta-branca para a fundação da Assuc. A associação foi criada com os aplausos dele”, destaca o antigo diretor.

Com a aprovação do reitor, o próximo passo seria nomear os dirigentes. A tarefa parece ter sido fácil, pelo menos nesse primeiro momento. Hélio Farina, chefe da Seção de Pessoal – uma pessoa animada e extrovertida, de acordo com a opinião de todos os entrevistados – foi escolhido presidente, por aclamação.

O segundo posto ficou com um dos idealizadores, cujo bom relacionamento com o reitor facilitou a criação da entidade: Luiz Augusto Magalhães. Os demais cargos foram preenchidos por funcionários próximos a Magalhães, ligados ao Instituto de Biologia. Entre eles, Nadim Farah Heluany Sobrinho, que permaneceu na diretoria da Assuc pelo menos até 1972.⁴

Daniel Vicente de Freitas, Maria Aparecida Moraes, Fernando Garlipp, Ilda Domingues Longo,⁵ Manoel Bernardo da Silva e Roldão de Oliveira eram todos funcionários técnico-administrativos do IB. Além deles, compuseram a mesma diretoria: Alfredo Furlan,⁶ desenhista; o

4 A permanência de Nadim Farah Heluany Sobrinho na diretoria da Assuc pode ser confirmada pelo “Resumo das Disponibilidades”, um documento da tesouraria assinado por ele em setembro de 1972.

5 Uma fotografia de Ilda Domingues Longo permanece pendurada até hoje na sala do professor Luiz Augusto Magalhães, no Departamento de Parasitologia do Instituto de Biologia.

6 Um dos trabalhos de Alfredo Furlan pode ser visto na recepção da Coordenadoria da Diretoria Geral da Administração (DGA).

médico Luiz Antônio Pompêo de Camargo; Carlos Alberto Ferreira Duarte, encanador e eletricitista; a secretária Maria do Carmo Bijaone e a auxiliar de biblioteca Maria Helena Gagliardi.

Esse primeiro núcleo, segundo a ata de fundação da Assuc, permaneceu à frente da associação de setembro de 1967 até a destituição prevista na ata de fundação, ocorrida no ato da aprovação do estatuto, em maio de 1968.

Aos pobres

*Os pobres são esquecidos
pela nossa sociedade,
são menos favorecidos;
este é o mal da humanidade.*

*Eles não têm ninguém
que os olhe com afeição.
Os ricos pensam só em si
pois eles não têm coração.*

*Se há um pobre inteligente,
ninguém lhe dá atenção;
porque os ricos indecentes
têm medo de dar-lhe a mão.*

*Não pense que tenho inveja,
por isso eu presto atenção,
atire a primeira pedra
e veja que tenho razão.*

Poema de Ilda Domingues Longo

PRIMEIRO ESTATUTO

O primeiro estatuto da Assuc foi aprovado na assembleia que se destinou à fundação da entidade e à escolha da diretoria, em 23 de setembro de 1967. Foi aceito e aprovado por unanimidade, como narra a ata regis-

trada em cartório, e foi publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, oito meses depois, em 16 de maio de 1968.

O estatuto, com seus 14 capítulos e 61 artigos, foi redigido por Carlos Eduardo Negreiros de Paiva,⁷ que, embora não tivesse ligação alguma com a entidade que acabava de ser criada, fez questão de organizá-lo.

Pelos artigos iniciais já se subentendia a que vinha a recente associação. Denominada uma “sociedade civil de direito privado, apolítica, arreligiosa e sem fins lucrativos”, a Assuc tinha por finalidade “defender e apoiar, sempre que possível, aquilo que pudesse beneficiar seus membros, quer como associados, quer como funcionários da Universidade de Campinas”.

Ela deveria, ainda:

[...] apresentar sugestões que visassem a defesa dos interesses dos associados e diligenciar para o aprimoramento cultural dos associados, criando bibliotecas, promovendo palestras e exibindo filmes educativos, além de propiciar atividades esportivas e recreativas, visando sempre a promoção do respeito e do companheirismo mútuo.

Apoio, benefícios, defesa de interesses e aprimoramento cultural. Tudo parecia perfeito, mas a redação estatutária não sustentaria o que viria.

O regimento instituía os órgãos administrativos da Assuc (como assembleia geral dos sócios, conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria), estabelecia os direitos e as obrigações dos associados, regulamentava o processo eleitoral e indicava que rumos tomariam os bens patrimoniais caso a entidade fosse extinta.

O artigo 61 referenciava a comissão que teria elaborado o estatuto, mas o documento não contém assinaturas.

7 Segundo relatos de Luiz Augusto Magalhães, Carlos Eduardo Negreiros de Paiva detinha cargo de chefia na reitoria da universidade, sendo que na década de 1970 exerceu funções acadêmico-administrativas como chefe de departamento, coordenador do curso e diretor do Instituto de Biologia, além de ter sido presidente da Comissão de Ensino da universidade.

ENQUANTO ISSO...

10 de março de 1967 – Posse do general Artur da Costa e Silva.

Novembro de 1967 – Surge a Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB que pregava a luta armada.

Janeiro de 1968 – Acontece o 1º Encontro Nacional Operário.

Abril de 1968 – Greve dos Metalúrgicos de Contagem-MG e fundação do Partido Operário Comunista (POC) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE
DE CAMPINAS

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO - SEDE - FORO - FINALIDADE

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, que adota a sigla "ASSUC", é uma sociedade civil de direito privado, apolítica, arreligiosa, sem fins lucrativos, fundada em 2/5/68 com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. A "ASSUC" terá duração indeterminada.

Art. 2º - A "ASSUC" tem por finalidade:

1 - Sempre que possível a "ASSUC" defenderá e apoiará aquilo que possa beneficiar seus membros, quer como associados que como funcionários da Universidade de Campinas;

2º - Apresentar sugestões que visem a defesa dos interesses dos associados;

3º - Deligenciar para o aprinoramento cultural dos associados: criando Biblioteca; promovendo palestras e exibindo filmes educativos;

4º - Propiciar atividades esportivas - (e recreativas), objetivando o mútuo respeito e companheirismo.

CAPÍTULO II

DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º - São órgãos representativos da "ASSUC":

1 - A Assembleia Geral dos sócios.

2 - Conselho Deliberativo

3 - Conselho Fiscal

4 - Diretoria

Art. 4º - O exercício das funções específicas no art. 3º é gratuito.

Art. 5º - Das sessões das Assembleias Gerais, do Conselho Deliberativo e da Diretoria, será sempre lavrada em Ata subscrita pelo Presidente, Secretário e pelos membros presentes.

Art. 6º - O exercício das funções nos cargos de quaisquer dos órgãos da "ASSUC", não podem ser delegado à outras pessoas que não aquelas designadas para o exercício da referida função.



2 AS PRIMEIRAS AÇÕES DA ASSUC

IDEAIS RECREATIVOS E EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS

“Uma universidade não é apenas plataforma para o ensino e o alicerçamento de conhecimento científico. São também importantes as possibilidades de estar junto e de trocar experiências sobre muitos outros aspectos da vida e de promover algumas amizades duradouras. Neste contexto, o professor Magalhães foi um elemento aglutinador, com autoridade, possibilitando um ambiente agradável e seguro para o trabalho daqueles que dele se aproximaram. Sensível aos anseios dos funcionários, tornou-se um dos fundadores da Associação dos Servidores da Unicamp (Assuc) e seu primeiro vice-presidente”.¹

Segundo o vice-presidente da diretoria provisória, Luiz Augusto Magalhães, dos ideais recreativos desse grupo surgiram as primeiras experiências associativas.

1 Trecho do discurso pronunciado pela diretora do Instituto de Biologia, Maria Luiza S. Mello, durante Assembleia do Conselho Universitário, em 20 de junho de 2001, quando foi outorgado a Luiz Augusto Magalhães o título de professor emérito.

Durante esse período eram programadas partidas de futebol, no antigo campo da Companhia Mogiana, e piqueniques na Fonte Sônia, em Valinhos (SP). Local famoso, repleto de verde, a Fonte Sônia era um lugar ideal para encontros descontraídos e reuniões familiares. E para lá, de carona e às vezes de ônibus fretado pela administração, seguiam os novos “assuqueanos”² e seus familiares.

“Naquela época éramos todos jovens, tínhamos filhos pequenos e ficava aquela criançada brincando. Era um clima bastante familiar”, lembra Luiz Augusto Magalhães.

Enquanto recordava os piqueniques promovidos pela Assuc, na Fonte Sônia, o som daquele ambiente lhe voltava à memória. Tais lembranças fizeram Magalhães recordar as músicas que animavam as conversas sob as árvores: “Eu tinha uma Sonata (como ficou conhecido o aparelho de som fabricado numa indústria local que tinha esse nome) e também era eu quem sempre levava uns discos. Ouvíamos muito as músicas do Chico (o Buarque de Holanda)... ‘Construção’, se não me engano”.

Passados tantos anos, não se lembrou de que rumo seguiam as prosas debaixo das árvores.

Assim, embaladas ao som de Chico Buarque, ecoado pela Sonata de Magalhães, prosseguiram as descontraídas tardes de domingo de 1968. Entre assuntos domésticos e discussões sobre os problemas da recém-criada universidade, a associação revelava seu discreto posicionamento. Segundo Magalhães, “o Chico representava o anseio de maior liberdade, não apenas de costumes sociais, mas políticos. Por isso a gente dava preferência às suas músicas, porque ele conseguia traduzir os nossos anseios”.

Mas as animadas reuniões do grupo de associados não ficavam restritas aos ambientes públicos. Em seus relatos, Magalhães conta que os associados costumavam frequentar as casas uns dos outros. Esse fato o fez lembrar-se da participação de Maria de Lourdes Malta Pretti nas reuniões na casa de Hélio Farina.

Ainda em seu depoimento, a recente associação era de fato um órgão representativo de classe, “mas não tinha um caráter político definido”. Além disso, a mensalidade cobrada dos funcionários era uma espécie de contribuição, pois só pagava quem quisesse, ou pudesse. A quantia es-

2 Termo utilizado pelos antigos diretores.

tabelecida por mês servia para custear as despesas com papel e mimeógrafo, sem que fosse necessário o auxílio da reitoria. Sobre isso, avalia:

Hoje consigo perceber: aos poucos a associação foi se distanciando da contribuição espontânea do reitor e tornando-se independente. Como se teria desejado. [...] Esse distanciamento foi se dando naturalmente. Sem choques. A universidade tratava de outras questões e nós de assuntos referentes aos problemas dos funcionários, tentando encaminhá-los.

A vocação da entidade de classe começava a despontar.

A recordação dos assuntos encaminhados para negociação com a administração universitária na primeira gestão da Assuc revelou a presença de um ângulo sindical inimaginável naquele momento. Talvez um ensaio de tudo o que estaria por vir. Ainda segundo Magalhães:

Nos idos de 1968, um funcionário que trabalhava na portaria da Maternidade de Campinas (a Faculdade de Medicina funcionava lá) – se não me engano, seu nome era Mendes –, era portador de uma deficiência em uma das pernas e conseguiu transferência de função em virtude de seu problema, por uma iniciativa nossa. Nós fomos conversar com o reitor e explicar que suas funções lhe eram prejudiciais e contribuíam para o desenvolvimento da doença. O pedido foi prontamente atendido pelo reitor. A partir desse ano, grande parte dos funcionários ligados à Administração que enxergava na Assuc apenas a recreação, passou a reconhecê-la também como órgão de defesa de seus interesses.

A semente fora lançada.

Se, por um lado, a entidade materializava as aspirações dos primeiros sócios, por outro, o motivo fundamental que levou Magalhães a idealizar uma associação de funcionários não alcançou o mesmo êxito. Os docentes, aqueles que em sua visão não se distinguiam dos funcionários administrativos, não se aproximaram muito da entidade. Salvo exceções, viam com desconfiança as pessoas reunidas.

Um dos idealizadores e fundadores da associação, Luiz Augusto Magalhães teve atuação bem curta à frente da Assuc e deixou a entidade por “motivos naturais”, como ele mesmo define. Cada vez mais envolvido com a profissão, que unia as funções de professor e de chefe do Departamento de Parasitologia, foi se distanciando da entidade que ajudou a criar.

Da pequena associação de recreação, com o mínimo interesse político e uma atuação muito pequena de defesa do funcionário, ele define: “Ela era como um bebê, que ainda não sabe das coisas e não conhece a vida”. E completa: “Sinto muito carinho por tudo o que é da universidade, porque a vi ser construída. Também sinto carinho e interesse pela Assuc, que ajudei a criar, e pelo que ela gerou depois”.

Do “bebê inocente” ficou a lembrança boa da união dos funcionários. Do adulto, que ela originou, para Magalhães, a entidade tem coisas boas e outras criticáveis:

A Assuc cumpriu e está cumprindo seu papel. Inicialmente cumpriu como semente, que está mais para crescer que para fazer as coisas. Como realizações, acho que não tem praticamente nenhuma, mas como semente deu crescimento ao que está aí. Nisso, ela desempenhou seu papel. Hoje sua atuação é muito mais eficiente. Hoje é uma organização que tem força, atitude definida e utilidade.

Fonte abundante num território árido, Luiz Augusto Magalhães forneceu informações pontuais, precisas e reveladoras a respeito da Assuc. Dados concretos que os escassos documentos jamais evidenciaram. A preferência pelas músicas de Chico Buarque, uma figura que atuava como divisor de águas naquele contexto histórico, insinuava a simpatia de parte dos diretores e de associados pela crítica ao regime militar.

Outras características ideológicas, que se mantiveram ocultas pelos escritos, são a preocupação com a unidade da classe, a intenção de melhorar as condições de trabalho dos funcionários e a trajetória de pelo menos um dos fundadores da Assuc nos movimentos estudantis.

Os relatos de Luiz Augusto Magalhães são contundentes. Parte de seus depoimentos dista das atitudes conservadoras impressas nas páginas amareladas dos documentos esquecidos pelo tempo e abre um precedente: a Assuc teria nascido com o princípio de contestar? Magalhães responde com bastante subjetividade:

A vontade de contestar já nasce conosco. Faz parte da atitude do homem. Se é assim hoje, imagine numa época em que o regime era de força. [...] Esse espírito de contestação nasce nos lugares onde se cultiva a cultura: quanto mais o homem estuda e sabe das coisas, mais próximo dela ele fica; ele passa a ser

mais exigente. Por isso, os regimes ditatoriais geralmente gostam de promover a ausência de cultura, porque aí eles conseguem controlar melhor o espaço. Voltando à Assuc, durante a minha curta permanência na diretoria, ela tinha uma atuação muito doméstica, inocente e pouco ativa do ponto de vista político. Talvez tivesse essa intenção (política), mas era tudo muito limitado.

OUTRO “OLHAR” SOBRE A HISTÓRIA

Uma segunda versão, diferente da relatada pelo vice-presidente da diretoria provisória, Luiz Augusto Magalhães, veio de um dos membros do conselho deliberativo, da mesma gestão: Carlos Alberto Ferreira Duarte.

Uma pessoa de gestos simples e poucas palavras, ao saber das dificuldades de encontrar documentos que revelassem a história da Assuc, Carlos Alberto Duarte fez questão de dar sua contribuição nesse processo de reconstrução oral.

Seu relato não se constitui como uma versão conflitante, mas outro “olhar” acerca dos acontecimentos. Um olhar de um trabalhador desvinculado da movimentação política que envolvia a estrutura de poder da Assuc.



Modelo da primeira carteirinha de filiação da Assuc. Fonte: Carlos Alberto Ferreira Duarte.

Apesar das vagas lembranças sobre o período e as atividades desenvolvidas na entidade, transformou o seu relato de conselheiro em falas simples de um associado comum. Pôde revelar um pouco da visão e do posicionamento dos funcionários diante da associação que acabava de nascer.

Despreocupado com as formalidades em torno da fundação da Assuc, em suas recordações, a associação, embora não legalizada, já funcionava em 1966. Segundo suas lembranças, ela promovia divertidas e competitivas partidas de futebol de salão no ginásio do Colégio Culto à Ciência, no centro de Campinas: “Antes de 1967 (ano da fundação da Assuc), o que unia os funcionários eram os jogos do time da Universidade de Campinas”, lembra.

Funcionário da Faculdade de Medicina desde 1965, foi encanador e eletricitista até sua aposentadoria, em 1984. Convidado por Hélio Farina para fazer parte da recém-criada associação e desempenhando a função de conselheiro, conta que não participava das reuniões da diretoria, só acompanhava de perto as festas e o futebol.

Para ele, a origem da associação teria sido consequência dos encontros organizados em 1966, por Edgar Januário, que regularmente promovia partidas de futebol de salão, arrecadando uma quantia em dinheiro de cada funcionário para custear camisas, bolas e as bebidas, para a confraternização depois dos jogos.

Ainda segundo suas lembranças, após a gestão da diretoria provisória (1967- 1968), o então presidente Hélio Farina teria indicado Edgar Januário para encabeçar a próxima chapa, mas como Edgar estava de saída da Faculdade de Ciências Médicas (FCM), o nome de João Pavanatti, escolhido às pressas, preencheu o cargo. Edgar Januário, que almejava o cargo de secretário na FCM, após ter recebido um parecer desfavorável por parte do professor Walter Hadler, demitiu-se.

Subordinado de Hélio Farina em seu departamento, Carlos Duarte sempre ajudava no que fosse preciso para organizar as festas de fim de ano da diretoria administrativa. “A primeira festa foi na Maternidade de Campinas. Teve até missa celebrada pelo reitor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Monsenhor Salim”, comenta.

Ex-membro do conselho deliberativo, ele desconhece o auxílio da reitoria nas festas e atividades da associação. Entretanto, afirma que a

administração da universidade nunca se opôs à atuação da entidade. Ao contrário, segundo Carlos Duarte, era a Assuc que não se envolvia com as questões relativas aos direitos dos trabalhadores por medo de sofrer represálias do reitor.

Dos velhos tempos, só guarda mesmo as lembranças esportivas, a carteirinha da associação e o que ela representava. E finaliza: “Com o fim da gestão de Hélio Farina, acabou também o futebol. A finalidade da Assuc passou a ser a promoção de festas, bailes e excursões, além dos convênios, mas essas coisas também eram boas. Eu mesmo me mantive sócio devido a elas”.

Retornar à época inicial da Assuc, penetrar em seus fundamentos, reviver as amizades e entrar no clima das festas parecia uma tarefa fácil, já que um passado recente, e dito agradável, parecia algo próximo, sólido e palpável. Como vasculhar um antigo baú, encontrar velhos álbuns fotográficos e ver brotar, nítida e naturalmente, as lembranças mais fecundas de uma época ascendente. Mas as coisas não caminharam dessa forma. Por isso, relatos como esse reincidirão ao longo desta primeira parte.

ENQUANTO ISSO...

18 de julho de 1968 – O elenco da peça “Roda Viva”, de Chico Buarque, foi espancado em São Paulo pelo Comando de Caça aos Comunistas.

12 de outubro de 1968 – Prisão de 1.200 delegados da União Nacional dos Estudantes (UNE) que tentavam realizar o XXX Congresso dos Estudantes, em Ibiúna (SP).

Dezembro de 1968 – Fundação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

A ASSUC NO AUGE DA REPRESSÃO MILITAR

“Com o AI-5, o Brasil ingressou em um período de trevas. Apoiada na ação onipresente da polícia política e reforçada pelo impressionante dinamismo da economia (em 1973, o crescimento do PIB atingiu a marca estonteante de 14%), a propaganda oficial conseguiu manter durante anos um clima opressivo, em que a euforia e o medo se mesclavam”.¹

A ASSUC E O AI-5

Desde o golpe militar, deflagrado em 31 de março de 1964, a intervenção governamental nos espaços que propiciavam as organizações e as atividades de classe fez com que o silêncio político e o medo de reuniões se estabelecessem na sociedade. Na Assuc esse comportamento prevaleceu, ainda que tivesse sido criada sem objetivos políticos.

A diretoria provisória da Assuc assumiu a entidade no ano mais conturbado da história da ditadura no Brasil. O ano do endurecimento militar, o ano do AI-5.

A edição do Ato Institucional n. 5, em 13 de dezembro de 1968, suprimia todas as liberdades democráticas e acirrava a perseguição às pessoas que se pronunciassem contra a ditadura militar. Portanto, a

1 Velasco & Cruz, 1997, p. 310.

formulação de uma Assuc como entidade representativa da classe, com fins de defender quaisquer interesses dos servidores, era nula. Além disso, a relação amistosa com a administração da universidade não deixava dúvidas quanto ao papel da entidade junto aos funcionários.

Os relatos de Luiz Augusto Magalhães evidenciam uma semelhança de comportamento entre os servidores da Unicamp, naquela época, e a sociedade brasileira em geral, pois o regime militar, que impunha medo e terror às pessoas, cerceadas por todo tipo de censura e de tortura, fazia com que elas vissem com desconfiança a formação de grupos e a organização de pessoas, não importando a finalidade da reunião. E a vigência do AI-5, em 1968, justamente no ano seguinte à fundação da Assuc, reforçava esse comportamento generalizado e promovia exatamente o movimento contrário ao da associação. Ao invés de unir, tendia a dispersar os grupos. Palavras de Magalhães, que viveu aquela época:

O nascimento da Assuc nessa fase crucial da ditadura militar dificultou bastante seu desenvolvimento no curto prazo. Era difícil convencer os colegas a fazer parte da associação, porque, do ponto de vista político, foi uma época muito complicada. As pessoas tinham temor em se congregarem em associações de classe. Achavam que por detrás havia um lado subversivo. Por outro lado, o grau de politização das pessoas também era muito baixo. Campinas hoje é totalmente distinta do que era naquela época. Era uma cidade pequena com atitude típica de cidade provinciana, e as pessoas seguiam isso. Talvez, se fosse em São Paulo, teria sido mais tranquilo. Talvez a atitude das pessoas fosse outra.

1968-1973: ESCASSEZ DOCUMENTAL E BAIXA PARTICIPAÇÃO

Como previa a ata da fundação da Assuc, assim que o estatuto fosse registrado haveria outra eleição nos moldes do regimento para a composição da diretoria. Entretanto, após seu registro, em 20 de maio de 1968, deu-se início a uma série de dúvidas e de desinformações a respeito das próximas gestões.

Alguns documentos dão conta de que João Pavanatti, chefe da zeladoria da Unicamp, assumiu a presidência da associação em 1968 e permaneceu até 1972. Antigos diretores e colaboradores confirmaram a

atuação de Pavanatti, mas não forneceram informações precisas ou decisivas sobre essa personagem que conduziu a associação por pelo menos duas gestões consecutivas. Sobre 1973 e o primeiro semestre de 1974 restou apenas um balancete sem assinaturas, referente ao período de janeiro a julho daquele ano.

O nome de João Pavanatti foi encontrado no boletim *NoticiAssuc*² e nos relatórios contábeis do período de 1968-1972. Esses últimos documentos levam à conclusão de que a gestão terminou no mês de setembro, uma vez que o balancete, diferentemente dos demais, encerrou o período nesse mês. Outro documento que comprova essa hipótese é o “Resumo das disponibilidades transferidas para a nova diretoria da Assuc”, de setembro de 1972.

A posse da chapa Conservadora, em 25 de julho de 1974, também indica a existência de uma gestão intermediária, que teria tido a duração de outubro de 1972 a julho de 1974. No entanto, não houve provas documentais ou registro oral capazes de elucidar esse período. João Pavanatti morreu em 7 de abril de 1994.

Das pessoas que poderiam fornecer informações sobre a atuação de Pavanatti à frente da Assuc, poucas conseguiram exprimir essa ou aquela lembrança. Carlos Alberto Ferreira Duarte, membro do conselho deliberativo da gestão anterior (1967-1968), recordou apenas que seu nome foi fruto de uma indicação-relâmpago para a presidência, uma vez que Edgar Januário havia recusado a proposta de Hélio Farina para o cargo.

Aparecida Lúcia da Costa Mansur, membro do conselho fiscal na gestão de Pêrsio Furquim Rebouças (1978-1979) arrisca o palpite de que ele teria entrado na Assuc e permanecido por tanto tempo pela questão do “imediatismo”. Ainda segundo Lúcia, sua atuação foi mais social, como nas festas de fim de ano com presentes para os filhos dos funcionários.

Maria de Lourdes Malta Pretti foi pontual sobre a pessoa de João Pavanatti: “Ele era alegre e tinha amizade com muitos funcionários; era o responsável pela zeladoria (departamento que se encarregava dos serviços de limpeza, copa e transportes da universidade) da Diretoria Administrativa. Era um homem simples”.

2 *NoticiAssuc*, n. 1, 3/3/1969.

Mas é nas correspondências ativas de Zeferino Vaz que se encontra uma faceta inusitada de João Pavanatti como funcionário da universidade. Um pequeno trecho desse documento pôde fornecer indícios sobre a indicação de seu nome encabeçando uma chapa única, a possível existência de uma eleição apenas para garantir o regulamento estatutário, e sua permanência, pouco difundida e registrada, à frente da Assuc. O Ofício GR-438/67, de 20 de novembro de 1967, expedido por Zeferino Vaz em resposta ao deputado estadual Manoel Alexandre Marcondes Filho, mostra a seguinte informação:

A Reitoria da Universidade de Campinas pôde atender várias solicitações que lhe foram endereçadas pelo ilustre deputado, a saber:

[...] b) melhoria da situação funcional do Sr. João Pavanatti, que foi designado auxiliar de almoxarife

[...] Neste ensejo, cabe-me levar ao conhecimento do prezado deputado que o atendimento das solicitações acima referidas trouxe para esta Reitoria grande satisfação, pois, tanto no tocante às melhorias de situação funcional, como no que tange às admissões, as pessoas indicadas reúnem assinaladas qualidades que tornaram os atos respectivos revestidos de toda justiça.³

Além da simplicidade, característica que mais define João Pavanatti, que presidiu a associação durante pelo menos quatro anos de sua existência, e da “simpatia” do reitor, ele deixou impresso nesse período seu lado inovador. Comunicativo, inaugurou uma nova fase da Assuc: a da comunicação.

NOTÍCIASSUC: SURGE O PRIMEIRO PERIÓDICO

A primeira edição do *NotíciAssuc*, de 3 de março de 1969, era a realização de uma ideia acalentada havia muito tempo pela diretoria da associação. O editorial, que adjetivava o minijornal de modesto, registrava que “somente com a eleição de João Pavanatti, essa realização torna-se possível”.

3 Ato de 13 de julho de 1967, publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 22/7/1967.

O jornalzinho tinha quatro páginas mimeografadas. Com a proposta de integrar membros e associados, a Assuc promoveu um concurso para a escolha do nome e do logotipo. O logotipo vencedor foi criado por Rubens G. Campos, funcionário da seção de pessoal, e o título *NoticiAssuc*, idealizado pela funcionária Maria Regina Soares, da seção de protocolos e arquivo, foi escolhido entre outras 46 sugestões. Todos os associados e funcionários podiam enviar textos para publicação desde que os assuntos abordados fossem de interesse da Assuc, e que preenchessem os requisitos necessários às seções disponíveis do veículo: esportes, sociais, cantinho feminino, humor, curiosidades e coluna literária.

Desde sua fundação, em 1967, até o final dos anos 1970, pode-se constatar pelos boletins que a Assuc viveu um período de grande expansão das atividades assistenciais. Exemplo disso está no mesmo boletim *NoticiAssuc*,⁴ em que João Pavanatti aproveita o espaço para divulgar a criação de um pequeno banco. A Cooperativa de Consumo já existia, e os primeiros convênios estavam prestes a surgir, pois Pavanatti tinha a pretensão de estabelecer convênio com uma farmácia no centro da cidade. Naquela ocasião, o departamento social organizava a primeira excursão para Santos, no dia 9 de março de 1969, e os piqueniques e festas aconteciam com força total.

Atento aos acontecimentos externos, mas adequado às rígidas normas internas, o cronista Pierre Trabbold divulgou no mesmo *NoticiAssuc* um fato atualíssimo que já ocupava as páginas dos diários em 1969: a nota de falecimento de um torcedor durante o clássico entre Corinthians e São Paulo, no Morumbi, durante as últimas rodadas do Paulistão. Além disso, o jogo ainda teria deixado vários outros torcedores com ferimentos generalizados.

Contrariando o que disse o ex-conselheiro Carlos Alberto Ferreira Duarte, o cronista tentou estimular a prática do futebol e aproveitou o pequeno espaço no boletim para convocar os jogadores da Assuc. As dicas de moda sobre o que usar no inverno de 1969 também eram notícia no boletim da associação.

Nessa época, em 1969, a Assuc contava com pouco mais de 200 associados.

4 *NoticiAssuc*, n. 1, 3/3/1969.

NOTÍCIASSUC

Nº 1 | CAMPINAS, 03 DE MARÇO DE 1969.

DIREÇÃO: DEPTº CULTURAL.

"NOTÍCIASSUC, MUITO PRAZER!"

EIS AQUI "NOTÍCIASSUC", VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS SÓCIOS DA ASSUC. SURGE MODESTO, SIMPLES, SOMENTE SOLICITANDO A COLABORAÇÃO DOS ASSOCIADOS. HÁ TEMPOS ACALENTÁVAMOS A IDÉIA DE SE MINI-JORNAL E COM A ELEIÇÃO DO SR. PAVANATTI, FÉZ-SE POSSÍVEL A SUA REALIZAÇÃO.

O TÍTULO "NOTÍCIASSUC" = FOI SUGERIDO PELA COLEGA MARIA REGINA SOARES, DA SECÇÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO, DENTRE OS 46 NOMES APRESENTADOS CONFORME NOS SA SOLICITAÇÃO. E APROVEITAMOS A OPORTUNIDADE PARA AGRADECER AS SUGESTÕES ENVIADAS. O CLICHÊ DO TÍTULO FOI DESENHADO PELO COLEGA RUBENS G. CAMPOS LEITE, DA SECÇÃO DE PESSOAL.

"NOTÍCIASSUC" CONTARÁ = COM SECÇÕES DE ESPORTES, SOCI- AIS, CANTINHO FEMININO, HUMORIS MO, CURIOSIDADES, COLUNA LITERÁRIA, ETC. PARA AS QUAIS JÁ ESTAMOS ESCOLHENDO OS RESPONSÁVEIS.

PARA SUA SOBREVIVÊNCIA, "NOTÍCIASSUC" SOLICITA A COOPERAÇÃO DE TODOS OS SÓCIOS. OS ARTIGOS DEVERÃO SER ENTREGUES ASSINADOS E COM PSEUDÔNIMO (SE CONVIER) E ENTREGUE AOS RESPONSÁVEIS, CUJOS NOMES SERÃO PUBLICADOS NO PRÓXIMO NÚMERO. OS AS-

SUNTOS DEVEREM SER DE INTERESSE DA ASSUC.

E.T. - SOLICITAMOS REPRESENTANTES NA FAC. MEDICINA, I. FÍSICA, I. = BIOLOGIA, I. QUÍMICA, E TÔDAS AS OUTRAS UNIDADES DA UNICAMP.

NÃO CRITIQUE... COLABORE!

COM A PALAVRA O SR. PRESIDENTE:

- 1) LEMBRAMOS AOS SRS. ASSOCIADOS QUE QUANDO DA POSSE D STA DIRETORIA, PROMETEMOS TRATAR DA CRIAÇÃO DE UM PEQUENO BANCO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS SÓCIOS. NESTA OPORTUNIDADE VOLTAMOS NOVAMENTE AO ASSUNTO, POIS EM BREVE ESTAREMOS CUMPRINDO A PROMESSA FEITA.
- 2) O DEPTº. SOCIAL VAI SER AMPLIADO, AFIM DE PROPORCIONAR FESTAS, PIQUENIQUES E EXCURSÕES. A 1ª EXCURSÃO SERÁ PARA SANTOS, DIA 9/3.
- 3) ESTA DIRETORIA PEDE A COLABORAÇÃO DE TODOS, PROPONDO NOVOS ASSOCIADOS, ENVIANDO IDÉIAS, COLABORAÇÕES PARA O JORNAL, ETC. TÔDA MANIFESTAÇÃO DOS SENHORES ASSOCIADOS, SERÁ POR NÓS ACATADA E POSTA EM PRÁTICA, DESDE QUE TRAGA VANTAGENS PARA A ASSOCIAÇÃO. CONTAMOS ATUALMENTE COM POUCO MAIS DE 200 ASSOCIADOS, NÚMERO QUE PRETENDEMOS ELEVAR, E SÓ CONTANDO COM A CO

Primeiro jornal da Assuc. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

ENQUANTO ISSO...

Junho de 1968 – Série de paralisações dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Passeata dos 100 mil em protesto ao assassinato do estudante Edson Luis.

Janeiro de 1969 – Nova Formulação do PCdoB: adesão à luta armada. Em novembro de 1971, chegam à região do Araguaia 63 militantes, para intensificar o trabalho já iniciado de preparação para a guerrilha. A guerrilha do Araguaia iniciou-se em abril de 1972.

29 de junho de 1969 – Criação da Operação Bandeirantes (Oban).

10 de julho de 1969 – Surgimento da Vanguarda Armada Palmares.

4 de setembro de 1969 – Sequestro do embaixador Charles Burko Elbrick, capitaneado pela Aliança Libertadora Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

19 de setembro de 1969 – Promulgação do Ato Institucional n. 14, que instituiu a pena de morte para “crimes subversivos”.

29 de setembro de 1969 – Fundação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

30 de outubro de 1969 – Toma posse o general Emílio Garrastazu Médici.

4 de novembro de 1969 – Assassinato de Carlos Marighella.

Janeiro de 1971 – Luiz Carlos Prestes é exilado.

Dezembro de 1972 – O Movimento Democrático Brasileiro cresce e conquista 31 grandes centros urbanos.

4 de setembro de 1973 – Ulysses Guimarães lança-se como candidato à presidência da República pelo MDB.

DA CONVIVÊNCIA AGRADÁVEL AO ASSISTENCIALISMO

CHAPA CONSERVADORA: REORGANIZAÇÃO, FORTALECIMENTO E NOVA FORMA DE ATUAÇÃO

Com a realização da eleição de julho de 1974, a associação retomou o seu curso normal no que se refere ao funcionamento estatutário. Em sete anos, essa foi a segunda vez que a entidade registrou o processo eleitoral e a sucessão dos diretores.

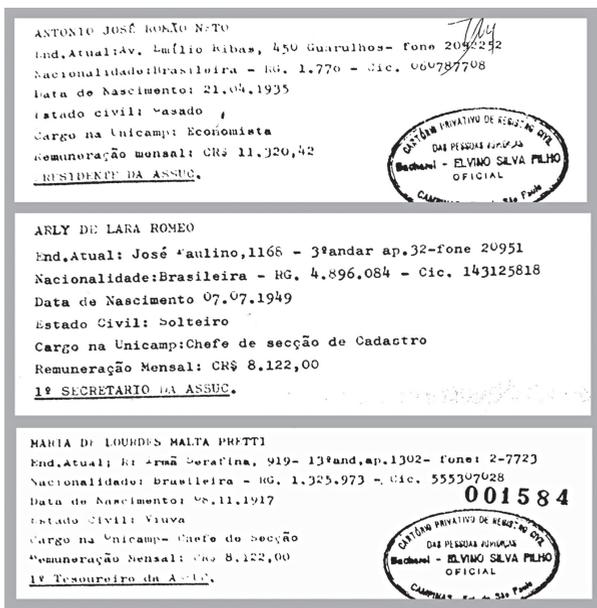
Os documentos, como os boletins da época, dão conta de que, em sua quinta gestão, a Assuc ainda mantinha a postura iniciada pela denominada diretoria provisória e por suas sucessoras (1969-1973): do distanciamento político e da promoção social.

A ex-tesoureira, Maria de Lourdes Malta Pretti, sintetiza esse momento: “Naquele tempo não tínhamos a necessidade de discutir direitos trabalhistas, por exemplo, então fazíamos jantares para ficarmos mais juntos”. Segundo ela, “a diretoria era conservadora, portanto, apolítica”. Visava exclusivamente ao bem-estar dos funcionários, e como a receita inicial era muito baixa, contava com a mão forte (e prontamente estendida) da reitoria.

A ata de reunião do dia 25 de julho de 1974, realizada às 10 horas, na sala da auditoria (na reitoria), narra o resultado da eleição da Assuc. A chapa Conservadora, encabeçada por Antonio José Romão Neto, é eleita com 327 dos 472 votos dos eleitores associados. Com um método eleitoral aberto (e intimidativo), consegue 69% de adesão, a maior parte vinda da reitoria.

Das 14 listas de assinaturas, que equivaliam às cédulas eleitorais, três tiveram representações significativas. A lista da reitoria teve 86 assinaturas (18% do total de votos obtidos), a da Faculdade de Ciências Médicas apresentou 66 nomes e a relação enviada pelo Instituto de Física aprovou a nova chapa com 42 votos.

Eleita, a chapa Conservadora deveria permanecer à frente da Assuc por dois anos (até 1976), mas uma assembleia geral realizada em 16 de junho de 1976 votaria a prorrogação do mandato pelo prazo de um ano.



Trechos da Ata de Posse da Diretoria da Assuc, em 1974. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Segundo relatos de vários membros da chapa Conservadora, e de um editorial publicado no *Assucrinando*, de julho de 1975, a diretoria eleita assumiu a Assuc sabendo do vasto trabalho que teria. Suas antecessoras teriam deixado a associação em vias de extinção, com baixo número de sócios e com alto índice de desistências já tramitando pela secretaria. Além disso, havia vários associados reclamando que a associação não servia para nada. “Os associados xingavam muito na época. Diziam que não viam nada acontecer”, conta o ex-presidente Antonio José Romão Neto.

Com a inexpressiva atuação e a queda de interesse dos associados em permanecer ligados à entidade, a desmotivação dos servidores em presidir a Assuc era imensa. Em contrapartida, a mobilização de um grupo de funcionários de alto escalão da universidade, no prazo de um ano, já apresentava resultados positivos. Em três anos, a associação inauguraria sua sede, num evento tão badalado que entraria para a história da Assuc e da Unicamp.

A chapa Conservadora, eleita no dia 25 de julho de 1974, era toda constituída por funcionários ligados à reitoria, o que destoava das chapas anteriores, compostas por pessoas mais simples. Curiosamente, no documento que qualificava os membros da diretoria, além dos dados pessoais e do cargo ocupado na universidade, essa gestão informava também os salários de cada um. Vários membros permaneceram na gestão seguinte, mas esse comportamento nunca mais se repetiu.

O presidente era Antonio José Romão Neto, um economista de 39 anos, que residia em Guarulhos. Graças a essa condição, ele e os demais funcionários do alto escalão administrativo, que moravam fora, receberam dos trabalhadores o apelido de “reitoria ambulante”.

Na universidade, Romão Neto assessorava o planejamento orçamentário com a administração geral. O vice-presidente, Nelson Jorge Nahas, era secretário do Instituto de Química, local preferido para as reuniões de diretoria.

Arly de Lara Romêo, chefe da seção de cadastro, foi eleito primeiro-secretário. Arly permaneceu membro da diretoria da Assuc até 1979, e chegou a ocupar a presidência naquele ano. José Salomão Fernandes, encarregado de setor, ocupou o cargo de segundo-secretário. Maria de Lourdes Malta Pretti, que acompanhava a entidade desde sua fundação, passou a ser primeira-tesoureira nessa gestão e, como Arly, permaneceu na função até 1979. Para segundo-tesoureiro foi escolhido Joaquim Camillo Filho, chefe da seção de levantamento patrimonial. A diretoria cultural ficou a cargo da secretária da Faculdade de Medicina, Maria Lúcia Vieira Alves Andreotti Tojal, conhecida como Lucinha. Renato Pires da Silva Filho, secretário da coordenadoria, assumiu a direção de esportes, e o chefe de seção técnica, Peterney Neves da Silva, a direção social.

Estrategicamente formado e bem entrosado, esse grupo marcou época e deixou registrado na história da Assuc um comportamento muito

comum nas associações e sindicatos durante a ditadura militar: o assistencialismo.¹

Fortemente empenhada em “levantar” a Assuc, a nova diretoria tratou de pensar em detalhes estratégicos capazes de mudar o pensamento dos sócios que já intentavam desistir da associação; manter os que permaneciam fiéis e trazer novas adesões pelas unidades dos *campi* de Campinas, Limeira e Piracicaba.

Conta Romão Neto:

Como planejador sempre imaginei um bloco com todo mundo participando, tanto nas pequenas quanto nas grandes atividades. Para isso era necessário que em cada unidade nós tivéssemos um representante, que colhesse informações e as trouxesse para nós (Assuc). Procuramos também as empresas que “tiravam” dinheiro da Unicamp para que colaborassem nas festas. Aliás, elas tinham de pagar para entrar aqui, e esse valor ia para o caixa da associação.

Antonio José Romão Neto, que, em princípio, relutou em aceitar o cargo porque morava em Guarulhos, aproveitou as qualidades de planejador e arquitetou então uma estrutura – e um discurso – em que todos se sentissem parte indispensável do sistema. Montou uma engrenagem que envolvia desde as unidades, incluindo os professores, até as empresas que prestavam serviços à Unicamp. Foi tiro e queda.

Entre 1974 e 1977, a Assuc deu uma guinada e iniciou uma sucessão de festas e jantares dançantes em locais badalados da cidade, excursões com roteiros disputados na época, cursos de aperfeiçoamento profissional, além de abrir opções de esporte e lazer e promover até um concurso de *miss*. Em três anos o número de sócios aumentou 500%, pulando de 472 para 2.359 associados.

Quando a chapa Conservadora assumiu, a entidade contava com baixo número de sócios e, além disso, entre os que permaneciam, cerca de 50 estavam em processo de desistência, ou seja, já haviam enviado carta pedindo a exclusão dos nomes do quadro de associados. Segundo Romão, outros 30 ou 40 “estavam entrando na onda de pedir para cair fora”.

1 A composição da chapa Conservadora foi encontrada na Ata da Reunião da Assuc, de 25 de julho de 1974, registrada em cartório sob o n. 1.584, em 7 de fevereiro de 1975.

O primeiro trabalho para tentar reverter esse quadro assustador foi fisgar novos sócios. Mas como se embrenhar em tamanha empreitada com uma imagem considerada tão desgastada?

A resposta estava enfronhada naquela “engrenagem”. A tesoureira e chefe da seção de pessoal, Maria de Lourdes Malta Pretti, desempenhou naquele momento um papel fundamental. Usou do estratagema da contratação para convencer o novo funcionário a fazer parte da associação. “Ninguém deixava de assinar”, conta Lourdes Pretti.

Na verdade, ela inseria as propostas de adesão nos documentos que o novo funcionário devia assinar durante o processo de contratação. Embora essas adesões fossem feitas de forma quase involuntária, segundo a ex-diretora, as pessoas não costumavam se desligar da associação posteriormente.

Essa forma perspicaz de aliciar novos sócios foi previamente autorizada pelo reitor Zeferino Vaz. E deu certo. O número de sócios aumentou surpreendentemente.

O passo seguinte seria atender às expectativas da demanda que se avolumava. O jeito foi lançar mão de diversos artifícios nas mais variadas atividades em que era esperado que a Assuc viesse a atuar. Artifícios esses bem conhecidos pelo planejador Romão Neto.

Visando ao dinamismo de atividades e atendendo aos reclamos do corpo associativo, deu-se início à subdivisão de tarefas, com a formação de sete comissões. Foram criadas as comissões de:

- Planejamento e desenvolvimento;
- Assuntos jurídicos;
- Compras;
- Assuntos sociais;
- Assuntos culturais;
- Orçamento e finanças;
- Executiva de esportes.

A diretoria lançou mão ainda da anuência de três assessores em assuntos relacionados ao desporto e aos recursos humanos.

De maneira análoga, objetivando maior aproximação entre os associados, ficou instituída a ideia de inserir em cada unidade universitária um representante, a fim de divulgar as atividades desenvolvidas pela

Assuc. Dessa forma, a associação passou a contar com representantes em diversas unidades.²

Uma onda de convênios, típica do advento do assistencialismo que se instalou com o regime militar, tomou conta da Assuc, principalmente nesse momento. Entre as metas atingidas pela diretoria estavam os convênios firmados com a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp), que oferecia seguro de vida e pecúlio; com o Centro Médico, que oferecia serviços de obstetrícia, neonatologia e internações; União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (Uspesp), que dividia benefícios, como a colônia de férias e a Unimed; clínicas odontológicas; supermercados; consórcio de automóvel e serviços afins; financiadoras e linhas de crédito bancário; atendimento jurídico, cooperativas e cursos de inglês e de computação.

Os momentos de confraternização também foram incrementados. Os frequentes jantares dançantes passaram a acontecer nos pontos nobres da cidade, como o Clube Fonte São Paulo e a sede da Associação Atlética Ponte Preta, no Jardim das Paineiras, surpreendendo os convidados com brindes ofertados pelas empresas conveniadas com a Assuc.

A diretoria de esportes também “acordou”. A partir de 15 de novembro de 1975, promoveu um campeonato de basquete e o segundo campeonato de futebol de salão. A mini OlimpiAssuc, uma competição para os filhos dos sócios, teve início em 27 de novembro de 1976 e contou com a colaboração da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), que cedeu suas dependências para a competição.

No verão de 1976, os jovens atletas disputaram corridas com e sem barreiras, maratona, arremesso de peso, natação, ginástica com aparelho, saltos em altura e em extensão, tênis de mesa, tiro ao alvo, xadrez e ci-

2 Conforme o impresso *A Assuc hoje*, de 21 de novembro de 1975, havia representantes nas seguintes unidades: Reitoria (RE); Faculdade de Ciências Médicas (FCM); Faculdade de Engenharia de Campinas (FEC); Faculdade de Engenharia de Limeira (FEL); Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP); Instituto de Biologia (IB); Instituto de Física (IF); Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH); Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica (Imecc); Instituto de Química (IQ); Colégio Técnico Industrial de Campinas (CTIC); Colégio Técnico Industrial de Limeira (Cotil); Centro de Tecnologia (CT); Hospital das Clínicas (HC); Biblioteca Central (BC); *Campus* Avançado Cruzeiro do Sul (Cacs); Faculdade de Educação (FE); e Centro de Estudos de Problemas Brasileiros (CEPB).

clismo. Entre as categorias mirim (12-13 anos), pré-mirim (10-11 anos), mini (8-9 anos) e pré-mini houve 161 atletas inscritos.

Em novembro do mesmo ano aconteceu o III Campeonato de Futebol de Salão da Assuc. Para a fase final classificaram-se: Patrimônio, Atrefe³ e Centro de Tecnologia. A festa de encerramento foi em 21 de dezembro de 1976.⁴

As informações contidas nos documentos, reforçadas pelos depoimentos dos antigos diretores, remetem a uma Assuc que estava dando certo. O planejamento de Romão havia vingado e o entrosamento da diretoria se firmava em cada atividade. Todos trabalhavam. Todos lucravam. Esse era o lema. Todavia, algumas substituições foram inevitáveis. Em junho de 1976, momento de sucessão na direção da entidade, com a prorrogação do mandato por mais um ano, a diretoria perdeu alguns colaboradores. Quatro dias depois da assembleia, o segundo-secretário, José Salomão Fernandes, foi substituído por Valmir José Leoni. Três meses mais tarde foi a vez de Renato Pires da Silva deixar a direção de esportes e ceder lugar a Antônio Carlos Signorelli.⁵

TRANQUILIDADE PARA A REITORIA

Desde a posse da chapa Conservadora, em meados de 1974, a comunicação via veículo oficial da Assuc não aconteceu de imediato. O *Assu-
crinando* n. 1 data de março de 1975. O jornalzinho conservador tinha 15 páginas datilografadas preenchidas com piadas, receitas culinárias, poesias e uma extensa lista com nomes de aniversariantes do mês. Mais tarde, a diretoria se pronunciaria impossibilitada de divulgar tais listas.

A partir de junho, o “órgão de divulgação” passou por modificações. Impresso em gráfica, ganhou corpo e voz. Além das dicas de maquila-

3 Assessoria Técnica da Reitoria para Educação Física e Esportes.

4 Conforme *Noticiário Assuc*, n. 2, 1976.

5 Ata da reunião da assembleia geral da Assuc de 15 de junho de 1976. Curiosamente, nesse documento datado de 1976 constam informações referentes a substituições que ocorreram no ano seguinte. É o caso da diretoria de esportes, em que Renato Pires da Silva passou o cargo para Antônio Carlos Signorelli em 25 de setembro de 1976, que o passou para Claudinei Tarante, em 29 de junho de 1977.

gem, das receitas e das piadas, comunicava também algumas mudanças na legislação trabalhista. As ideias e conceitos sobre o PNB (Produto Nacional Bruto) também começavam a ser inseridos no doméstico boletim, ainda que em cansativos termos acadêmicos, divididos em três edições.

Em setembro, o *Assucrinando* n. 2 e o 15º *Boletim da União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo* foram impressos com formatos idênticos, pela mesma gráfica. Em troca, a Assuc fez campanha para a Uspep. Mas foi na capa do *Assucrinando* n. 3, de setembro de 1975, que a diretoria da chapa Conservadora comunicou seus fundamentos:

Somos uma associação cujo objetivo é o de servir aos associados, com o fim precípua de fazer cumprir suas finalidades de promoção do bem-estar físico, espiritual e social, obedecendo aos princípios de respeito à dignidade da pessoa e aos seus direitos fundamentais, proscrevendo o tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa e por preconceitos de classe e de raça.

Curiosamente, do mesmo *slogan* compartilhava a administração da universidade. Num ofício endereçado ao governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, enquanto Zeferino Vaz justificava sua despreocupação com construções monumentais na universidade em virtude da “busca de talentos”, ele fundamentava:

Como atração maior, oferecemos um novo ideal de universidade, i.e., [...] um só organismo, com a função de transmitir, gerar e aplicar conhecimentos, perseguindo sempre o objetivo maior e também razão de ser imprescindível unidade: promoção do bem-estar físico, espiritual e social do homem. No cumprimento de suas finalidades a Unicamp obedece aos princípios de respeito à dignidade da pessoa e aos direitos fundamentais, proscrevendo o tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa e por preconceito de classe e raça.⁶

6 Conforme trecho extraído do relatório de Zeferino Vaz para o governador do Estado, Paulo Egydio Martins, de 6 de janeiro de 1978.



ASSUC *rinando*

Edição Mensal

ASSUC (Fundamentos)

Nosso Objetivo:

Somos uma Associação, cujo objetivo é o de servir aos associados, com o fim precípuo de se fazer cumprir suas finalidades de promoção do bem estar físico, espiritual e social, obedecendo aos princípios de respeito à dignidade da pessoa e aos seus direitos fundamentais proscrevendo o tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa e por preconceitos de classe e de raça.

Nosso Credo:

Creemos, hoje, mais do que nunca na associação, pois, ela é que nos direciona para o caminho certo, para as decisões coerentes.

Nossa Tradição:

De nada vale, se não estiver acompanhada pela vontade de prestar cada vez mais os melhores serviços o que é tão pouco. Quem servimos não é exigente, satisfaz-se facilmente, bastando para isto que lhe concedamos atenção e, o suficiente é

que o tratemos com a dignidade e o respeito que lhe é merecedor.

Nosso Dever:

É procurar soluções rápidas, com eficiência e precisão. Nunca devemos esquecer que a ASSUC tem pressa de atingir o seu desiderato, que é sumamente grandioso.

Nossa Responsabilidade:

É nossa responsabilidade desta viagem do FUTURO: cada falha é um atraso na chegada, cada erro, por menor que seja, é prejudicial ao todo para qual trabalhamos, dos associados que servimos e, a ASSUC que desejamos engrandecer. Sejam tolerantes com aqueles que não compreendem nossos objetivos. É nossa missão fazê-los participantes.

Nossa Contribuição:

Nossa contribuição é fazer do nosso aperfeiçoamento profissional, mais uma alavanca de progresso e entusiasmo; cada um de nós em qualquer posição que ocupe, deve ser o melhor na execução de suas tarefas, visando sempre o bem da comunidade da qual participamos.

Sociais	página 2
F.G.T.S. (continuação)	" 3
Férias do menor	" 3
Só para mulher	" 5
PNB - (continuação)	" 6
O Folclore	" 7
Os pioneiros	" 9

Capa do jornal *Assucrinando*, de 1975. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Aliás, nem só de *slogans* semelhantes se fundamentava a relação estabelecida entre a Assuc e a administração universitária. Um laço estreito e forte unia as duas instituições. Essa afirmação pode ser facilmente

percebida não apenas pelos documentos, mas principalmente pela fala dos antigos diretores.

Para Joaquim Camillo Filho, “ao tratar de assuntos relacionados aos funcionários, a Assuc tirava um ‘peso’ da reitoria. Era uma dor de cabeça a menos”.

José Salomão Fernandes lembra: “O reitor nos recebia muito bem e sempre analisava as nossas reivindicações”.

E Romão Neto, que tinha trânsito livre com o reitor, completa: “A Assuc trazia tranquilidade para o reitor, porque resolvia muitos problemas. Era um braço de grande valia, como também era para a Assuc a ajuda da reitoria. Enfim, era um caminho de duas mãos”.

Ainda na terceira edição do *Assucrinando*, a Assuc dava continuidade à defesa da opção pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), regulamentado em 1966. Aliás, usou várias edições levantando essa bandeira, ao divulgar:

Cumpra esclarecer ainda que os depósitos são geridos pelo Banco Nacional de Habitação, que os aplica em benefício dos trabalhadores, financiando a construção da casa própria e programas de saneamento básico. O empregado garante seu futuro quando faz a opção, posto que não há prejuízos, somente benefícios.

Esse mesmo Fundo, instituído pela Lei 107, de 1966, já tinha sido asperamente denunciado por líderes sindicais e opositores, especialmente da esquerda, com a afirmação de que os trabalhadores estavam perdendo a garantia de emprego em troca de um duvidoso plano de poupança forçada que poderia ser facilmente manipulado pelo governo.⁷

No final de 1975, interessada em consolidar a imagem “empreendedora”, a diretoria lança o caderno *A Assuc hoje*. A “pequena abordagem” intentava mostrar aos associados o crescimento da entidade, sob a direção da chapa Conservadora e, pelos resultados conseguidos com a soma dos esforços, descaracterizar a atuação de sua antecessora e preparar o terreno para o futuro. Diz o texto:

Nesta abordagem o objetivo principal é fazer presente a todos, associados ou não, que o trabalho ora desenvolvido não é mais um trabalho personalizado.

7 Skidmore, 1988, p. 128.

Cremos acima de tudo que o fruto de qualquer empreitada só fornece resultados quando se unem os mais variados esforços visando sempre uma meta definida previamente.

E conclui: “Esta é a Assuc hoje, onde não se evidencia pessoa e sim uma equipe imbuída do fundamento básico do nosso credo de que nada se consegue sem o esforço conjunto, pois dele é que fluem decisões coerentes”.

Chegou a época da eleição. Mas, segundo os relatos de Romão Neto, as pessoas não queriam participar das eleições, pois achavam que a troca de direção interromperia o trabalho que a diretoria vinha realizando.

Romão havia tentado deixar a Assuc por duas vezes (dizia que a universidade estava tomando um rumo desconhecido, o rumo da institucionalização): “Eu não aguentava mais”, desabafou. Mas somente em 1978 foi substituído por Pêrsio Furquim Rebouças.

No dia 16 de junho de 1976, houve assembleia geral no anfiteatro do Instituto de Química. O presidente da mesa, Plínio Alves de Moraes (coordenador geral da universidade), solicitou ao presidente da Assuc uma explicação sobre a situação da entidade. Romão Neto discorreu sobre os resultados alcançados pela associação. Na pauta dessa assembleia estavam a reformulação do estatuto, a prorrogação do mandato da atual diretoria e demais órgãos colegiados pelo prazo de um ano, e outros assuntos não menos importantes, mas que não foram destacados.

A prorrogação do mandato foi aprovada por unanimidade. Também por unanimidade foi escolhida a comissão que se encarregaria da reformulação estatutária. A maioria dos nomes aprovados foi de diretores da Assuc, sendo que todos eram do alto escalão da Unicamp.⁸

Uma das resoluções dessa assembleia, a locação do imóvel para abrigar a sede, saiu logo em seguida. No dia 20 de outubro de 1976, foi alugada, pelo prazo de cinco anos, a casa da avenida Francisco Glicério, 1.860 (esquina com a avenida Orozimbo Maia). A casa se tornaria a “menina dos olhos” dos diretores.

8 Plínio Alves de Moraes, Zuhair Warwar, Ubiratan D’Ambrósio, Pêrsio Furquim Rebouças, Arly de Lara Romêo, Antonio José Romão Neto e Antonio César Amora Aliandro. Os nomes de Jaures Salvatore Mazzone e de Nelson Jorge Nahas foram incluídos posteriormente.

O ano excedente do mandato da chapa Conservadora foi marcado por relevantes acontecimentos: 1977 foi o ano da inauguração da sede e também da alteração estatutária.

O cronograma da comissão de reformulação do estatuto da Assuc indicava o dia 30 de setembro de 1976 para a apresentação da nova redação, no entanto, em fevereiro de 1977 o presidente da comissão, Plínio Alves de Moraes, ainda encaminhava ofícios preliminares para os demais membros. De acordo com os documentos, a inauguração da sede estava prevista para a primeira semana de 1977, mas como o novo estatuto não havia sido aprovado, ela só aconteceu no final de abril.

Entre os dias 10 e 14 de março, o projeto do estatuto foi aprovado. As reuniões da comissão, realizadas na sala do Conselho Diretor da Universidade Estadual de Campinas, aprovaram em duas etapas a redação dos 102 artigos do novo estatuto. A fase seguinte seria passar para a aprovação em assembleia.

À frente da associação durante três anos consecutivos, com o estatuto praticamente aprovado e o quadro de associados comprovadamente ampliado, chegava o momento de a diretoria colocar em prática seu projeto mais perseguido: a inauguração de uma sede.

De acordo com os documentos, esse momento havia sido idealizado pelas várias diretorias que comandaram a entidade desde a sua fundação, entretanto a concretização do sonho só estava sendo possível nessa gestão. Embora o assunto já viesse sendo discutido desde a posse, em 1974, o imóvel só foi locado após a aprovação da prorrogação do mandato pelo prazo de um ano. Enfim, essa gestão estava predestinada a viver esse mérito.

A inauguração da sede foi amplamente divulgada na universidade e magistralmente guardada na memória dos que dela participaram, como lembra Romão Neto:

A inauguração foi muito importante. Virou notícia na cidade. Estiveram presentes o governador do Estado, dois reitores (Unicamp e PUC-Campinas), três candidatos a reitor (Ubiratan D'Ambrósio, Luverci Arouca e Paulo Gomes Romêo), e um representante da Igreja Católica.

A inauguração da sede social da Assuc aconteceu no dia 29 de abril de 1977. A casa da avenida Francisco Glicério, repleta de autoridades

municipais, estaduais e até federais era uma demonstração de que a Assuc muito representava, tanto no âmbito interno quanto externo à Unicamp.



Original Arquivo Central da Unicamp

Ex-governador de São Paulo, Laudo Natel, discursa durante cerimônia de inauguração da sede da Assuc, em 29 de abril de 1977. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Ao mesmo tempo, colocava em xeque sua proposição “apolítica”, uma vez que a placa inaugural foi descerrada por ninguém menos que o ex-governador do Estado, Laudo Natel. A seu lado, vários outros detentores do poder, como o reitor Zeferino Vaz, o reitor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, monsenhor Emílio José Salim, e a maior parte dos diretores da associação. Esse momento, como era esperado, evidentemente entraria para a história da Assuc. Mas a sede não seria palco apenas desse espetáculo.

Passado um mês, já era hora de a assembleia aprovar o novo estatuto da associação e de discutir um daqueles “assuntos menos importantes, mas que não foram destacados” na assembleia anterior: a majoração das mensalidades. A redação do estatuto foi amplamente aprovada e o aumento da mensalidade de cinco para dez cruzeiros, a partir de junho de 1977, também foi aceito. Naquele momento, a Assuc contava com mais de dois mil sócios.

NOVO ESTATUTO: INSTITUCIONALIZAR PARA CRESCER

A associação terá bandeira, distintivo, insígnia e sigla própria e promoverá a publicação periódica de jornal ou revista de divulgação.
(Artigo 99 do estatuto da Assuc)

O maior objetivo da chapa Conservadora (1974-1977) era institucionalizar e consolidar a associação. Para tanto, era necessário solidificar as bases, reorganizar as regras de comportamento dos sócios e aumentar o patrimônio. Parte dessa reestruturação ficou por conta do novo estatuto.

Mais amplo e abrangente, porém tão conservador quanto seu antecessor, o novo estatuto foi aprovado em assembleia geral no dia 25 de maio de 1977. Dessa vez, os oito títulos e os 102 artigos que compunham a nova redação eram mais específicos e explicativos. Por eles, a entidade passava a ser reconhecida oficialmente como órgão representativo de classe e os associados, além de ter os direitos e os interesses defendidos pela associação, passavam a contar também com outro benefício: a assistência social.

Era a regulamentação do assistencialismo:

- Amparar e prestigiar os associados dentro da ordem e da lei;
- Prestar assistência médica, jurídica, previdenciária, hospitalar, farmacêutica, odontológica e econômica aos associados e familiares;
- Pugnar (lutar) pela melhoria dos serviços técnicos e administrativos;
- Incentivar a cultura intelectual, física e artística;
- Proporcionar aos associados e às suas famílias reuniões sociais, conferências, jogos recreativos lícitos, excursões e oportunidades para o desenvolvimento profissional, cultural etc.;
- Estudar e empreender iniciativas de interesse associativo e da classe.

A partir do novo estatuto, o conceito de sócio também passava a ser subdividido em três categorias: contribuinte (que pagava as mensalidades), benemérito (sócio que tivesse prestado serviços importantes para a as-

sociação ou contribuído para o crescimento patrimonial) e honorário (não sócio com as mesmas qualificações do benemérito).

Segundo o estatuto, os “sócios quites com os cofres sociais” podiam frequentar a sede, participar de reuniões sociais e desportivas e desfrutar da maior parte das assistências oferecidas pela associação, exceto dos empréstimos, para os quais o associado tinha uma carência de três meses. Também eram direitos do sócio, depois de seis meses de efetiva permanência no quadro social, tomar parte nas assembleias-gerais e ser votado para os cargos eletivos da associação.

Entretanto, as mudanças significativas do novo regulamento ficaram por conta da constituição dos três poderes (diretoria executiva, conselho fiscal e conselho deliberativo), o que totalizaria 27 membros; da reformulação das normas eleitorais; da criação de departamentos; e da inclusão de um quadro de funcionários na Assuc, com a admissão de trabalhadores assalariados.

Das demais alterações, relatadas ao longo do documento, vale ressaltar o estabelecimento de novas e organizadas formas de penalizar os membros omissos e os associados com condutas “indecentes ou arbitrarias”, segundo critérios e julgamento da diretoria.

Com a vigência do novo estatuto, a diretoria executiva, eleita pelo voto direto e secreto, mantinha os nove membros, instituídos no documento anterior (presidente, vice-presidente, secretário geral, primeiro-secretário, tesoureiro, primeiro-tesoureiro, diretor de sede e patrimônio, diretor de educação e cultura e diretor social e de esportes), o conselho fiscal também mantinha-se inalterado e o conselho deliberativo tinha sua constituição dilatada de sete para 15 membros.

Com o novo documento, os órgãos da associação, bem como suas atribuições, tornaram-se mais nítidos. No título IV, que trata das eleições, por exemplo, foram definidas as datas (sempre em novembro), e as posses (em janeiro do ano seguinte). Também ficou determinada a publicação do edital de convocação no *Diário Oficial do Estado* ou do *Município* e em jornal local de grande circulação, com antecedência de 90 dias da data da eleição, informando o dia, o local e o horário do pleito. O parágrafo único desse artigo determinava a fixação do edital de convocação na sede e em todas as unidades e dependências da universidade. A associação começava a fixar seus tentáculos pela universidade afora.

LIVRO DE REGISTRO DOS EMPREGADOS

Cor. Branca
 Cabelo. Cast. Escuro
 Barba.....
 Bigode.....
 Olhos. Cast. Medios
 Altura.....
 Peso.....

VISTO DA FISCALIZAÇÃO



O Sr. Márcio Mendonça portador da Carteira de Trabalho e Previdência Social n.º 022040 série 195 Carteira de Trabalhador e Previdência Social (Rural) n.º série emitida por.....

C. P. F. n.º..... Título de Eleitor n.º 93.389 da 33ª Zona, Carteira de Identidade R. G. n.º 5.188.818 foi admitido em 01 de Março de 1977 para exercer a função de Assessor de Administração com o salário de Cr\$ 1.500,00 (Mil e quinhentos cruzeiros) por 02 meses, no seguinte horário de trabalho: das 08:00 às 18:00 horas com 2 horas de intervalo para repouso e alimentação.

Filiado ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Campinas

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
 Data da opção 01/01/77 Data da retratação.....
 Conta vinculada ao Banco Banco pa

Nacionalidade <u>Brasileira</u> Filho de <u>João Mendonça</u> e de <u>Márcia M. Mendonça</u> Nasceu em <u>Moji Mirassol</u> a <u>24</u> de <u>Julho</u> de 19 <u>47</u> Estado civil <u>solteiro</u> Grau de instrução..... Residência <u>Av. Carolina I. Instituto</u> Qdo. Mot. Cart. N.º, Hab. p.º..... Situação Militar <u>Cart. de Jansen dos M.</u> Nome do conjuge..... Beneficiários.....	Quando ESTRANGEIRO N.º da Cart. mod. 19..... N.º do Reg. Geral..... Casado com brasileira? Tem filhos brasileiros? Quantos?..... Data da chegada ao Brasil:..... Naturalizado..... Decreto N.º.....	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL P I S Cadastrado em / / 19..... SOB N.º <u>1028729001</u> DOMICILIO BANCARIO NOME DO BANCO <u>Bradesco</u> AGENCIA/CODIGO BANCO <u>Centro 2371047</u> ENDEREÇO DA AGENCIA <u>Av. Francisco Glicério, 948</u>
--	---	---

Data e assinatura do empregado na ocasião da admissão:
Campinas - SP 01 de Janeiro de 1977
Márcio Mendonça

Ficha dactiloscópica
Polegar direito



Observações:

Registro do primeiro funcionário da Assuc. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Sob o lema “organizar para crescer”, as advertências e penalidades, antes resumidas, genéricas e complacentes, passaram a ter maior abrangência, atingindo não apenas os sócios, mas também os membros da diretoria.

Dessa forma, os membros de qualquer dos órgãos que se ausentassem a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas em um ano, sem justo motivo, seriam automaticamente destituídos de seus cargos.

A diretoria poderia ainda suspender associados que infringissem as normas da “decência” e da “polidez”, ou que desacatassem os membros da diretoria; eliminar os reincidentes, os condenados a mais de dois anos de reclusão por crime comum e os que procedessem desonestamente praticando atos contrários aos interesses e finalidades sociais, entre outras situações semelhantes.

No último título do estatuto, artigo 93, a associação mantém sua denominação mais primitiva: “A associação é neutra e leiga, não admitindo em seu meio discussões sobre matérias políticas, religiosas ou raciais. Para os assuntos referidos no presente artigo, fica vedada a cessão de qualquer dependência da sede social, exceto quando a diretoria de educação e cultura assim desejar, ouvida previamente a diretoria e com plena anuência desta”.

Trocando em miúdos: a proposta de incentivar a cultura intelectual, física e artística e de promover oportunidades para o desenvolvimento profissional e cultural dos associados (asseguradas no artigo 5º, alíneas “e” e “f” do referido estatuto) esbarrava num grande empecilho que seria oportunamente apontado pelos futuros opositores: a censura interna.

A ASSUC SOB TUTELA DA DIREÇÃO DA UNICAMP

Como mencionado anteriormente, o ano de 1977 foi marcado por relevantes acontecimentos. O mandato da chapa Conservadora foi prorrogado pelo prazo de um ano; houve alteração estatutária; a inauguração da sede marcou época com a presença de personalidades ilustres, como o ex-governador do Estado, Laudo Natel; e 370 docentes fundaram a Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp), numa atitude de “combate democrático à ditadura militar”.⁹

Durante o governo Geisel, a sociedade civil começa a juntar forças e a se reorganizar contra a ditadura militar. Um manifesto anticensura

9 Associação de Docentes da Unicamp, 1991, pp. 14-16.

assinado, em janeiro de 1977, por mil intelectuais e que foi divulgado logo após o ministro da Justiça informar que a censura seria estendida a todas as publicações importadas, explica o grau de resistência ao regime militar. Em 7 de junho de 1977, cerca de 2.700 jornalistas também fizeram um protesto de âmbito nacional: um manifesto pela liberdade de expressão.

Os estudantes promovem um encontro nacional para a restauração da democracia, em Belo Horizonte.¹⁰

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

ASSUMIR

1977 ano 11 nº 7

PROMOÇÕES

A ASSUC graças aos esforços de todos, vem atingindo seus objetivos com sucesso.

A Diretoria convida todos os Associados para *Assumir* sua participação nas atividades sociais, culturais e recreativas e desfrutar das vantagens dos convênios firmados com Empresas idôneas, (vide pág. 3).

SHOW COM MUITOS PRÊMIOS

Em Junho último a ASSUC promoveu brilhante Coquetel Dançante no Clube Fonte São Paulo. A participação dos Associados foi grande e o sorteio de brindes premiou Associados e Familiares.

Ao lado a Sra. Joana Mazzoni, uma das felizardas. (vide pág. 4).

Excursão à Caverna do Diabo - "fisch" da saída na sede

FESTA JUNINA

As crianças comandaram a festa e deram um colorido todo especial nesta realização com um gostoso toque familiar.

A festa transcorreu num clima alegre de confraternização entre os Associados, com a atenção constante do Presidente Antonio José Romão Neto e os próximos dos Diretores que não pouparam esforços para garantir o sucesso da promoção. (vide pág. 3).

ESPORTE

O Departamento Esportivo da ASSUC está em plena atividade.

Contamos com a colaboração de todos os Associados para responder as perguntas do questionário distribuído.

O Torneio de Futebol de Salão "DGA" foi bastante movimentado, contou com a participação de 7 Equipes e os nomes dos campeões estão na página 2.

Capa do jornal *Assumir*, de 1977. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

10 Skidmore, 1988, pp. 374-375.

O “suicídio” do jornalista Vladimir Herzog nos porões do DOI-Codi, em 1975, também havia provocado uma retomada de consciência dentro das universidades sobre a necessidade de combate à ditadura.¹¹

Entretanto, a Assuc continuava alheia à movimentação política e seguia com sua postura recreativa. No dia 3 de junho promove coquetel dançante, no Clube Fonte São Paulo; no dia 12, uma excursão para a Caverna do Diabo e, no dia 25, a festa junina, na sede social.

No final da segunda metade de 1977 dá-se início à sucessão na Assuc. A única chapa inscrita exprime a linha de continuidade com relação às gestões anteriores. Entretanto, o resultado apurado nas urnas indicaria que os eleitores já não eram mais os mesmos.

Uma chapa única, cujo nome não foi encontrado nos documentos, tampouco relatado nas entrevistas, começa a ser formada nos ambientes da alta administração. De acordo com José Salomão Fernandes, essa teria sido a primeira chapa de “oposição”, mas vale ressaltar que essa chapa tinha um caráter mais conservador que sua antecessora.¹²

Ainda de acordo com os relatos de Salomão, ela teria surgido para “abafar” a conduta reivindicatória que a diretoria anterior havia começado a assumir.

Encabeçada por ninguém menos que o procurador geral da Unicamp, Pêrsio Furquim Rebouças, a chapa tinha como vice-presidente o diretor de pessoal, Arly de Lara Romêo, e já se adequava ao novo estatuto. Em sua composição, a maioria dos nomes era ligada a cargos de direção e de chefia. Em 9 de novembro de 1977, as eleições foram realizadas em diversos locais da universidade.

De acordo com a ata lavrada em 20 de janeiro de 1978, e registrada somente cinco meses depois, em 29 de junho de 1978, o resultado das eleições revelou uma moderada participação dos associados no processo democrático de sucessão e uma reduzida adesão aos ideais que conduziriam a entidade pelos dois anos seguintes.

11 Associação de Docentes da Unicamp, 1991, p. 16. Vladimir Herzog não cometeu suicídio, como divulgou a ditadura militar. Ele foi assassinado pelo regime.

12 Essa chapa aparecia como concorrente no sentido de competir com a postura mais reivindicatória da chapa anterior; no entanto, o contexto propiciava o lançamento de chapa única.



Capa do jornal *Assumir*, de 1978. Fonte: Acervo Siarq/ Unicamp.

Dos 2.359 eleitores, 1.497 se abstiveram de votar (63,46%), restando apenas 862 votantes (36,54% dos associados em condição de votar). Desses, 684 votaram na chapa única, 101 votaram em branco e 77 anularam o voto.

A chapa única foi eleita, então, em mais uma eleição sem disputa, como as anteriores. Este fecho da ata da sessão solene de posse da diretoria, do conselho fiscal e do conselho deliberativo, para o biênio 1978-1979, revela o clima da sucessão:

O Sr. Antonio José Romão Neto discorreu sobre sua gestão à frente da diretoria da associação, aproveitando para augurar aos novos dirigentes uma proveitosa gestão, voltada para os altos desígnios da Assuc, lembrando que sua gestão sempre foi marcada pela não personalização de poder e estando sempre voltada para o trabalho de equipe, e o pensamento consiste no de Toulotte, ou seja: “A obediência às vontades de um chefe absoluto faz com que o homem pareça irracional”. O Sr. Pérsio Furquim Rebouças, presidente eleito, também usou da palavra expondo as razões que o levaram a aceitar sua candidatura, bem como as realizações a que se propõe, convocando todos os associados à somação dos esforços para a consecução daqueles objetivos.

Romão Neto despediu-se com saudosismo. Pérsio assumiu sem ter almejado o cargo. A nova diretoria tomou posse em 10 de janeiro de 1978.

Diretoria

Presidente: Pérsio Furquim Rebouças
 Vice-presidente: Arly de Lara Romêo
 Secretário geral: Nelson Antonio Pereira Camacho
 Primeiro-secretário: Geraldo Nonato Telles
 Tesoureiro geral: Maria de Lourdes Malta Pretti
 Primeiro-tesoureiro: Jurivaldo Folegatti
 Diretor de sede e patrimônio: Laerti Alves de Angelis
 Diretor de educação e cultura: Mário Junqueira da Silva
 Diretor social e de esportes: Claudinei Tarante
 Conselho fiscal: Antonio César Amora Aliandro
 Aparecida Lúcia da Costa Munsur
 Maria Cecília Rampazzo

Conselho deliberativo: Antonio Carlos Neder
 Antonio Prince Rodrigues
 Arlinda Rocha Camargo
 Arnaldo Oliveira Camargo Pires
 Décio Marchi Júnior
 Dino Ferraresi
 Eduardo Oscar de Campos Chaves
 Ernesto D’Ottaviano
 Geraldo Bastos Brito

Manildo Faver
Manoel Tosta Berlinck
Maria Cristina Malta Pretti
Maria Elisa Fini
Tatsuo Ohara
Zuhair Warwar

Essa gestão, embora comandada pelo procurador geral da Unicamp, não deixa marcas significativas na Assuc. Ao contrário, durante todo o mandato, é acusada pela oposição de “omissa”.

Para se ter ideia das divergências entre a posição assumida pela diretoria e o movimento de oposição, que se fortalecia, o presidente da Assuc, Pêrsio Furquim Rebouças (que renuncia pouco antes do encerramento do mandato), procura requerer junto à Prefeitura Municipal de Campinas a declaração de entidade de utilidade pública para a Assuc, enquanto a oposição fecha o cerco em cima do “Projetão”.¹³

Ainda no primeiro semestre de 1978, os funcionários da Unicamp, descontentes com o projeto de reestruturação dos salários dos funcionários públicos estaduais sugerido pelo governo, o “Projetão”, pedem à diretoria da Assuc que convoque uma assembleia para discutir o assunto. De acordo com um panfleto¹⁴ distribuído pelo *campus*, o “Projetão” teria sido “instituído para equiparar os salários dos funcionários estaduais aos dos federais e aos salários de mercado”, uma vez que com “as perdas acumuladas desde 1960, eles teriam de ser reajustados em 377,6%”. Mas o projeto não cumpre tal propósito. Em vez disso, é tachado de ser um “projeto elitista que favorece mais os cargos de maiores salários” e, para piorar, a diretoria da Assuc nega a convocação da assembleia.

Além do descontentamento com o projeto, que não era “uma conquista do funcionalismo”, os funcionários estavam revoltados com a omissão da diretoria da Assuc, pois ela afirmava que “não lhe competia estatutariamente convocar assembleias para discutir leis vigentes” e que,

13 Em 2001, foi procurado o protocolo de n. 10.857, de 4 de maio de 1978, referente à solicitação de declaração de utilidade pública junto à Prefeitura Municipal de Campinas, mas o documento não foi encontrado, permanecendo desconhecido o parecer da prefeitura sobre o pedido.

14 Intitulado *Importante Funcionário – Leia*, junho de 1979.

em reunião, a diretoria decidiu “tomar a iniciativa de pedir ao senhor secretário da Administração do Estado a designação de técnicos capazes de prestar, aos interessados, todos os esclarecimentos desejados”, contrariando o conjunto dos 819 funcionários.

O QUE VOCÊ DEVE SABER SOBRE O “PROJETO”

O projeto de reestruturação dos funcionários e servidores do Estado instituído pela Lei Complementar nº 7/78 e no qual estão incluídos os funcionários da USP, UNICAMP e UNESP, é um emaranhado escrito que não cumpre os propósitos pelos quais foi instituído, ou seja, equiparar os salários dos funcionários estaduais aos dos federais e aos salários do mercado. Nem ao menos representam aumento substancial no salário dos servidores.

Ao contrário do que se diz, as mudanças de referências são meramente denominativas. Muitos acham, talvez, que ao passar da Ref. 11 para a Ref. 16, ou da Ref. 15 para a Ref. 22 deverão receber salários correspondentes às antigas referências 15 ou 22, nada disso! Na mudança automática para as novas referências o acréscimo real é de mais ou menos 5% para as referências iniciais.

Não há dados para uma análise dos intermediários a não ser o coeficiente de enquadramento específico de cada classe que multiplicado pelo salário-referência antigo, resulta no novo salário (Os 38% mais reestruturação).

O índice de enquadramento, por exemplo, de Técnica de Laboratório é 1,4663; dos Escriturários nível I, é 1,4339; dos Escriturários nível II é 1,4268 e dos Serventes é 1,4659.

Ficou determinado com a nova tabela de vencimentos, que cada classe (função) terá um número inicial e final de referência e que as promoções se darão dentro dos limites de cada classe. De acordo com o mesmo projeto, fica instituído para efeito de promoção, um sistema de pontos, sempre que totalizados 5 (cinco) pontos, automaticamente o funcionário recebe a promoção de uma referência imediatamente superior. O resto será somado aos pontos, recebidos no ano seguinte.

Ocorre, que 30% dos funcionários terão grau máximo (muito bom) 60% terão o grau (bom) e os 20% restantes não terão ponto algum, sendo excluídos da promoção.

A avaliação faz-se por comparação entre os servidores de uma mesma unidade, porém, cada tempo que ela seja aplicada arbitrariamente e indiscriminadamente, beneficiando os elementos mais simpáticos à Chefia e não aqueles que melhor atuação tiveram nas suas funções, além de gerar competição e discórdia entre os colegas de trabalho.

Há outras desvantagens: o funcionário que atingir a referência final de sua classe deixará de ser avaliado e não terá outras promoções, a não ser que passe a uma classe superior por concurso ou nomeação, ou ainda, quando lhe forem atribuídos 5 (cinco) pontos a cada 5 (cinco) anos de serviço (sabe-se que no regime anterior esta promoção automática (?) seria a cada 2 (dois) anos, como promoção por tempo de serviço).

Esses pontos serão atribuídos, anualmente, com base num sistema de classes de Velocidade Evolutiva (VE), onde a classe VE-1, recebe para “muito bom” (2 pontos) e para “bom” (1 ponto); a classe VE-2, para “muito bom” (3 pontos) e para “bom” (1,5

pontos); a classe VE-3, 4 e 2 pontos; a classe VE-4, 5 e 2,5 pontos e a classe VE-5, 6 e 3 pontos, respectivamente. As classes de VE menores são destinadas às referências mais baixas e as classes de VE maiores, serão para os cargos superiores, mais bem pagos.

Com esta abordagem dos aspectos mais relevantes podemos concluir que o “Projeto” é um projeto elitista que favorece mais aos cargos e funções de maiores salários, além destes serem vantajosos como gratificação e subsídios. Algumas classes de servidores receberam reajustes em torno de 60% o que faz com que haja uma diferença cada vez maior entre os altos e baixos salários, onde os últimos são verdadeiros salários de fome.

Não estamos propondo aos funcionários que não optem pelo “Projeto”, (ele é opcional e quem não quiser não precisa fazer), até 60 dias depois da aprovação, estará automaticamente incluído. Achamos, sim, que cada funcionário deve verificar a sua situação, pois para quem ganha pouco, qualquer “mais um pouco” ajuda bastante. É preferível o “pouco” ao “nada”. Porém, temos de demonstrar a nosso descontentamento com um projeto cheio de falhas que não é uma conquista do funcionalismo. Os servidores (CD-2), por exemplo, por provável erro da tabela, tiveram seus salários reajustados em menos de 10% e não tiveram os 38%, nem a reestruturação, apesar do índice de seu enquadramento ser de 1,4197.

Achamos também, que cabe a UNICAMP criar condições para nos dar informações precisas de cada caso particular, pois não devemos comprar “gato por lebre”.

Aos Servidores da Universidade Estadual de Campinas COMUNICADO

A Associação dos Servidores da Universidade Estadual de Campinas - ASSUC - foi escolhida a convocar Assembleia Geral Extraordinária para discussão do projeto sobre Sistema de Pontos de Salário.

A ordem de apresentação à ordem plenária da Lei Complementar nº 122 de 13 de maio de 1978, é a seguinte e ordem de Prioridade de Salário. Não foi permitido esclarecimento, especialmente Acadêmicos Escritos, sobre o assunto de Lei complementar e ASSUC, e a ASSUC, em reunião de sua Diretoria, houve a sugestão de pedir ao Senhor Secretário da Administração do Estado, a realização de reuniões espaciais de prestar, por intermédio dele, todos os esclarecimentos desejados.

A Diretoria
1978.11.01

Panfleto distribuído pelos funcionários da Unicamp, em 1978. No destaque, comunicado da Assuc em resposta à exigência feita pelos servidores de convocação de assembleia geral para tratar do “Projeto”.
Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Os trabalhadores não desistiram. Distribuíram panfletos¹⁵ chamativos pela universidade convocando reunião geral, no prédio do Ciclo Básico, para “discussão das alternativas de encaminhamento das reivindicações e discussão das normas estatutárias feridas pela diretoria da Assuc”. De acordo com os documentos, a diretoria deveria ser penalizada pelo artigo 21 do estatuto, que previa a perda automática de mandato, em caso de não acatar a requisição de uma assembleia no prazo de 15 dias. Mas isso não aconteceu e a diretoria seguiu seu curso normal.

15 *Idem.*

Neste caso sim, atendendo ao disposto no artigo 99 do estatuto, a diretoria da Assuc, durante a gestão de Pêrsio Furquim Rebouças, prosseguiu editando o *InformAssuc*. Um boletim mensal, editado pelo segundo ano consecutivo, com tiragem de três mil exemplares e distribuição gratuita entre os associados e as empresas conveniadas.

Pelo informativo, os associados “podiam” conhecer as propostas da diretoria, os convênios mantidos, inteirar-se a respeito das atividades promovidas pela universidade e acompanhar a atuação das unidades universitárias, focalizada na seção “Conheça”.

Podia-se saber quem eram e o que pensavam docentes e funcionários numa seção de entrevistas intitulada “Personalidade do Mês”. Patrocinado pelos conveniados, o boletim era impresso em tamanho tabloide.

A pauta do *InformAssuc* n. 9, de setembro de 1978, foi a sede da associação. Com chamada na capa, a matéria relatava que o assunto era mesmo “pra valer”. O presidente Pêrsio chegou a sugerir uma audiência com o então prefeito municipal, Francisco Amaral, para juntos discutirem as possibilidades de a entidade obter da administração pública a doação de um terreno para a construção de sua sede.

Dessa forma, qualquer que fosse a denominação escolhida pelas diretorias para esquivar-se da política – “apolítica”, “neutra” ou “leiga”¹⁶ –, parecia ineficaz. Contradição ou mera coincidência, boa parte dos boletins editados pela entidade tinha impressas em suas páginas realizações que contavam com a iniciativa do poder público e com as visitas de personalidades reconhecidamente políticas.

Somente para ilustrar, na tentativa de obter o reconhecimento da entidade como de utilidade pública, a diretoria da associação convidou a assistente social da prefeitura municipal para conhecer os objetivos daquela gestão.¹⁷

Mas toda a direção sabia que os bons ventos que tocavam a associação começavam a cessar. Parte dos funcionários da universidade, estimulada pelo início da abertura política que se propagava pelo país, traçava o futuro. Cada vez mais exigia da Assuc uma postura definitivamente política.

16 Esses termos apareciam com frequência no estatuto da época.

17 *InformAssuc* n. 9, setembro de 1978.

1974-1978: AUSÊNCIA DE CONFLITO E TRANQUILIDADE INTERIORANA

O próximo capítulo tratará da inevitável transformação do caráter da Assuc, principalmente pela inserção da política na condução da entidade, antes extremamente abafada pelo forte controle que a reitoria exercia sobre ela.

A partir de 1978, os funcionários da Unicamp, como grande parcela da chamada sociedade civil, se organizaram e participaram ativamente das reivindicações pela redemocratização que tomou conta do país.

Mas, para tratar disso, alguns traços que marcaram a trajetória do desenvolvimento da Assuc desde o início de suas atividades, em 1968, paralelamente à instalação da universidade (de 1966 a 1978), serão retomados.

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foi criada pela Lei Estadual 7.655, de 28 de dezembro de 1962, mas sua implantação efetiva só se realizou após a publicação do Decreto 45.220, de 9 de setembro de 1965, data em que foi instituída a Comissão Organizadora da Universidade de Campinas. Antes dessa data, funcionava apenas a Faculdade de Medicina, no prédio que abriga a Maternidade de Campinas.¹⁸

A partir da Resolução 46, de 19 de dezembro de 1966, o Conselho Estadual de Educação autoriza a instalação de alguns institutos e faculdades, sendo o Instituto de Biologia o primeiro a ser inaugurado nesse mesmo ano, numa gleba de 30 alqueires doada por Ademar de Almeida Prado. A comissão organizadora é extinta pelo Decreto 47.408, em 21 de dezembro de 1966, e Zeferino Vaz, que era presidente da comissão, é nomeado reitor da Unicamp. Essa gestão dura 12 anos (1966-1978).

Um dos componentes vitais para o crescimento econômico em longo prazo era a tecnologia. Em meados da década de 1960 a infraestrutura educacional e científica brasileira era evidentemente inadequada para as necessidades econômicas do país. Portanto, era urgente a necessidade de reestruturar as escolas, as universidades e as ins-

18 Site institucional da reitoria da Unicamp: <<http://www.reitoria.unicamp.br/>>.

tuições de pesquisas brasileiras e de aumentar consideravelmente seus recursos.¹⁹

Na realidade, o que acontecia era que as empresas brasileiras da época precisavam de tecnologia e tinham como alternativa, no curto prazo, procurar as firmas estrangeiras, mas o que os militares não queriam era que elas substituíssem no longo prazo a modernização do sistema educacional brasileiro. Exatamente para atender a essa expectativa do governo, a Unicamp é fundada.

Essa realidade macroeconômica nacional aproxima-se do contexto geográfico regional em pequenos trechos dos vários documentos enviados por Zeferino Vaz aos sucessivos governadores do Estado de São Paulo.

Por eles, Zeferino Vaz considerava exaustivamente que “a Unicamp foi criada para atender às necessidades científicas, culturais e tecnológicas de uma das regiões mais ricas do Estado de São Paulo, que é a região de Campinas, sede de um enorme polo de desenvolvimento”.²⁰

Para que essa universidade, moderna e inovadora, pudesse existir de fato, Zeferino Vaz costumava repetir que uma universidade era construída por cérebros. E era preciso selecionar os melhores, estivessem eles em qualquer parte do mundo.

Em suas palavras: “[...] Quando, em 1965, iniciamos os trabalhos de implantação, ao invés de nos preocuparmos com edifícios monu-

19 Skidmore, 1988, p. 129. Nesse contexto, em 1968, deu-se início à reforma universitária que objetivava conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade em termos de eficiência técnico-profissional, que tem por consequência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos. Polêmica, a intervenção do governo no sistema educacional, por meio dos acordos do Ministério da Educação e Cultura com a *United States Agency for International Development* (MEC/Usaid), inseriu o forte conteúdo de adequação dos sistemas do Terceiro Mundo ao processo de aglutinação e uniformização que o capitalismo internacional vinha promovendo. A reforma universitária causou conflito de interesses entre os setores conservadores e progressistas dentro das universidades, alimentado pelas pressões estudantis. Para Florestan Fernandes (*apud* Lima, 1989), o que movia a conduta dos conservadores era, sobretudo, a manutenção de privilégios que lhes garantissem o acesso a ganhos financeiros extras, embora em detrimento do ensino superior.

20 Esta afirmação aparece em vários ofícios enviados por Zeferino Vaz aos governadores da época.

mentais, buscamos dirigir todo o nosso esforço na ‘busca de talentos’”. E ainda: “Instituições científicas, universitárias ou isoladas, constroem-se com cérebros e não com edifícios. Escala de prioridades: a) Cérebros. b) Cérebros. c) Cérebros. d) Biblioteca. e) Equipamentos. f) Edifícios.”²¹

Com essa ideologia, Zeferino Vaz “protegia” com eficácia a comunidade universitária (principalmente os docentes) da ação repressora do regime autoritário e oferecia um lugar onde seria possível “respirar” um ambiente politicamente saudável.

Nesse contexto de quase “ausência de conturbação política”²² e num clima de tranquilidade interiorana é que surgiu a Assuc, no ano seguinte ao lançamento da pedra fundamental da universidade.

Num primeiro momento, aguardou a redação de seu estatuto, elaborada por Negreiros de Paiva. Em seguida, vive seus princípios “apolíticos” de defesa e apoio aos funcionários e de promoção esportiva.

Os documentos dão conta de que em seus primórdios, embora não vislumbrasse nem de longe um caráter sindical (pois nem aos sindicatos de fato isso era possível naquele momento de silêncio crucial), a Assuc chegou a assumir a defesa do servidor.

Num caso isolado, lutou por melhor condição de trabalho, como relatou Luiz Augusto Magalhães, ao lembrar-se do porteiro da Faculdade de Medicina, trabalhador com necessidades especiais que, aos olhos da Assuc, teria de ser transferido de função.

Logo após, atravessou seu primeiro período de crise institucional. Entre os anos de 1969 e 1973, praticamente subsistiu. A documentação não é registrada em cartório e pouco se comenta sobre sua atuação ou sobre seus membros. O que se conhece é uma entidade à beira da falência. Com pouca atividade e baixa representação. Descontentes, os poucos associados planejam “demitir-se”.

A retomada deu-se em 1974, no momento em que uma equipe de funcionários do alto escalão da Unicamp assumiu o comando da entidade, alterou seu estatuto, prorrogou o mandato, preconizou os mesmos fundamentos da universidade, defendidos pelo reitor Zeferino Vaz, reestruturou a associação e inaugurou sede própria.

21 Lima, 1989.

22 *Idem*.

No ano de 1977, reerguida, a Assuc encontrava-se totalmente institucionalizada. Tinha sede, bandeira, insígnia, distintivo e um regimento interno elaborado pelas mãos (e cérebros) mais importantes da Unicamp. Tinha ainda um contingente numeroso de associados satisfeitos com o caráter assistencialista defendido pela gestão da chapa Conservadora e um sócio ilustre, o próprio reitor.

Dessa época, são várias as declarações de que a Assuc havia fialmente encontrado o rumo certo:

Ao tratar dos funcionários, a Assuc tirava um “peso” da reitoria. Era uma dor de cabeça a menos. (Joaquim Camillo Filho)

O fim específico da Assuc era cuidar do bem-estar de seus associados. (Maria de Lourdes Malta Pretti)

A chapa era formada por “grupinhos” de colegas, de pessoas que eram competentes e simpáticas. O reitor nos recebia muito bem. A associação não era considerada inimiga, nem suas reivindicações como afrontas. Nem tudo era obtido, mas o reitor analisava o que era solicitado. Era uma relação de favorecimento com mão dupla. (José Salomão Fernandes)

A reitoria convidava a pessoa para participar da Assuc, de acordo com o seu trabalho... Eu conhecia todo mundo, pois tocava planejamento. Naquele tempo não tinha nada, o pessoal ficava preso aqui dentro. Nossa preocupação era com o convívio, com a tranquilidade. (Antonio José Romão Neto)

Também já sabia do que se esquivar:

Não queríamos misturar política com a reitoria. Para nós não interessava a política. (Maria de Lourdes Malta Pretti)

O reitor jamais admitiu greve e manifestações. Nós nos mantínhamos afastados da política para não melindrá-lo. (Joaquim Camillo Filho)

Meu sonho era criar dois partidos políticos aqui na Unicamp. Queria criar um “modelinho” de cidadania, mas nunca discuti isso com a diretoria. Nossa briga era só para aproximar as pessoas. (Antônio José Romão Neto)

A Assuc finalmente encontrou águas tranquilas, mas o firmamento começou a mudar de tom.

ENQUANTO ISSO...

15 de janeiro de 1974 – Ernesto Geisel é escolhido de forma indireta, por um Colégio Eleitoral, presidente do Brasil.

Fevereiro de 1974 – Therezinha Zerbini lança o Movimento de Mulheres pela Anistia. No mesmo ano inicia-se a Campanha Geral pela Anistia.

Agosto de 1974 – Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) adere ao movimento pela anistia.

No final de 1974 – O famigerado “milagre brasileiro” entra em colapso.

25 de outubro de 1975 – Assassinato do jornalista Vladimir Herzog nos porões do DOI-Codi.

16 de dezembro de 1976 – Assassinados três dirigentes do PCdoB em uma emboscada da ditadura na Lapa, em São Paulo.

Dezembro de 1976 – Criação da Organização Socialista Internacionalista (OSI) e do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP).

Agosto de 1977 – Refundada a União Estadual dos Estudantes de São Paulo.

Outubro de 1977 – Operários do ABC iniciam movimento pela reposição de 34,1% de perdas salariais.

31 de dezembro de 1977 – Primeira manifestação pública pela anistia, em Porto Alegre.

Janeiro de 1978 – Nesse período, a ditadura se arma contra as articulações da esquerda e insere na legislação trabalhista a proibição de centrais sindicais.

12 de maio de 1978 – Greve dos metalúrgicos do ABC Paulista.

19 de agosto de 1978 – Realiza-se a primeira Convenção Nacional da Convergência Socialista.

27 de agosto de 1978 – Fundação da Convergência Socialista.

13 de outubro de 1978 – Revogação dos 17 Atos Institucionais.

15 de outubro de 1978 – O presidente João Batista de Oliveira Figueiredo é eleito pelo voto indireto. Início da anistia.

15 de novembro de 1978 – PCB e PCdoB elegeм deputados pelo MDB.

Dezembro de 1978 – Durante um congresso dos metalúrgicos, realizado em Lins (SP), é defendida a tese da criação de um partido dos trabalhadores.

21 de dezembro de 1979 – Reforma partidária dissolve MDB e Arena e vários outros partidos são fundados: PDS, PMDB, PDT, PTB e PT.

Dezembro de 1979 – Fundação da Democracia Socialista e da Causa Operária.

5 O MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO LUTA SINDICAL

A PRIMEIRA GREVE NA UNICAMP

O ano de 1979 foi bastante turbulento. Em nível nacional, o quadro político, do final da década de 1970 até o final da década seguinte, foi marcado pela crise do regime militar, pelas greves no ABC Paulista e pelo movimento das Diretas Já! – campanha que pedia eleições diretas para a presidência da República.¹

Na Unicamp, a postura de contestação de grande parte dos trabalhadores diante da “abertura” política do governo Figueiredo, da política salarial do regime militar e das mobilizações populares que se avolumavam no país, principalmente no Estado de São Paulo, foi fortemente defendida pelo movimento de oposição, à revelia da conservadora direção da Assuc.

Em 1978, germinava na Unicamp uma articulação que viria a ser a primeira oposição sindical da história da Assuc: o Movimento de Oposição Luta Sindical. Esse movimento, que se formava paralelamente à diretoria da Assuc, era composto por funcionários e por docentes de diversas unidades, que se reuniam frequentemente para discutir os assuntos “relegados” pela associação, como campanhas salariais e melhores condições de trabalho.

As pressões nacional e interna foram tão intensas que, em abril de 1979, a Unicamp viveu sua primeira greve. Deflagrada pela chamada “minoridade ativa”, que incluía funcionários e docentes, a greve tinha como reivindica-

1 Tosi; Colbari & Alves, 1995, p. 91.

ção o reajuste salarial de 70% mais um abono de Cr\$ 2.000,00. Durou 30 dias.² Luiz Antônio Teixeira de Vasconcelos, o Vasco, exemplifica:

A campanha salarial teve um efeito de anulação (da direção da Assuc) com a luta da Apeoesp, pois já tinha um bom exemplo de que era possível combater por aí. Em 1979 a greve da Apeoesp foi conduzida, tinha comando regional, comando estadual.



Assembleia geral, 1978. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

O movimento unificado com o funcionalismo público estadual foi amplamente divulgado pela imprensa. Ganhou as ruas e a opinião pública, numa demonstração de conscientização, organização e de unidade na luta.

Numa carta aberta à população em abril de 1979, a coordenação regional de greve de Campinas, que liderava inclusive o movimento dos funcionários da Unicamp, foi categórica: “A vitória da nossa greve interessa a toda a população, pois, só quando essa política for definitivamente derrotada, o povo brasileiro conseguirá condições dignas de vida e de trabalho”.³

2 Os documentos mostram que, após 15 anos de políticas salariais sob o regime militar, cerca de 65% dos funcionários públicos estaduais paulistas tinham salários inferiores a Cr\$ 7.000,00, e que, segundo estudos do Dieese, em níveis de 1964 seria necessário um reajuste de 250%.

3 “Carta à População”, abril de 1979.

Enquanto o movimento ganhava as ruas, a diretoria da Assuc perdia o chão. Panfletos espalhados pela universidade denunciavam a “omissão” da entidade.

Um deles informava que a Assuc havia sido convidada pela Associação dos Docentes da Unicamp para participar da campanha salarial conjunta, mas que “como de costume, Dr. Pérsio alegava que esta não era a finalidade da associação”. E prosseguia com provocações: “Será que o presidente não leu o estatuto da entidade que dirige, onde fica claro que ela representa a classe e se propõe a defender os direitos e interesses dos servidores?”.⁴ Este seria o mote utilizado pela oposição na próxima campanha eleitoral.

A movimentação nacional trazia ainda para os ambientes acadêmicos várias discussões sobre a estrutura de poder da universidade, estreitando as relações entre funcionário-professor-aluno, unindo cada vez mais a comunidade.

O governador biônico do Estado, Paulo Salim Maluf, chegou a divulgar que era impossível atender à reivindicação do funcionalismo público, mas com a intensificação das manifestações, que se aliavam à luta dos trabalhadores do ABC, teve de recuar.

A Associação dos Docentes da USP (Adusp) distribuía boletins com cálculos de economistas da USP que mostravam que o aumento era possível.

Como o movimento do funcionalismo era engrossado pelas secretarias da Fazenda, dos Transportes, da Saúde, da Educação e da Agricultura, os funcionários da Unicamp publicavam cartas abertas à população explicando os motivos da greve e pedindo apoio para a luta salarial, por “melhores condições de vida e de trabalho para todos e por melhores serviços de saúde, educação, transporte, limpeza pública e atendimento adequado em todos os níveis”.⁵

Com a decisão de continuar a greve até a vitória, foram criados na Unicamp vários comitês nas unidades que se encarregavam de sustentar a paralisação e programar atividades como palestras, debates e sessões

4 “Aos Servidores da Unicamp”, impresso provavelmente publicado pelo Movimento de Oposição Luta Sindical durante a campanha salarial pelos 70% mais Cr\$ 2.000,00.

5 “Carta à População”, abril de 1979.

de cinema, além de organizar piquetes nos setores que não haviam aderido ao movimento, como a administração e o restaurante.

Após 30 dias, em 17 de maio de 1979, terminou a greve. Com aproximadamente 250 mil funcionários parados em todo o Estado, cerca de 20 mil na região de Campinas, vários atos públicos e manifestações dentro e fora da Unicamp, o movimento conquistou o abono de Cr\$ 2.000,00.

A constituição de uma Comissão Especial de Inquérito também foi aprovada por alguns deputados estaduais do MDB paulista para apurar o “misterioso orçamento falseado por Maluf”, pois, de acordo com o *Diário Oficial do Estado*, reproduzido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o orçamento do Estado permitia reajustar os salários dos servidores em até 60% mais Cr\$ 2.000,00.⁶

Mas a mobilização dali para frente seria contra as demissões e os descontos dos dias parados, contra as intimações policiais e outras punições, pela proposta de anistia administrativa, pela modificação das relações de trabalho e pela democratização da universidade. Portanto, a luta continuaria por salários dignos, pela autonomia universitária e pela democracia interna.

Maluf não sai da mira do funcionalismo

A greve do funcionalismo Público, deflagrada em abril deste ano, conseguiu o acesso de mais de quarentos mil servidores do Estado e ao final de mais de três dias de paralisação, uma única vez, as várias representações de classe, ao final da greve, num balanço missionário do movimento, chegaram à conclusão de que no Brasil já está sendo possível semear organização e metas em todos os setores adjacentes. A redefinição salarial tem motivado inúmeras paralizações em todo o País, e em se tratando de uma greve de funcionários públicos no Estado de São Paulo, as consequências, sendo desastrosas, certamente servirão de amostragem para uma análise realista das autoridades do setor. Pode-se dizer por meio das greves e crises de descontentamento, traduzido numa série de reivindicações salariais em todos os setores da atividade pública. Apesar dos sinais negativos, o movimento do funcionalismo público — embora com caracteres menos pronunciados, afinal a greve acabou e de uma forma que eliminou as prioridades e expectativas do funcionalismo — é final esperado ter aspectos até certo ponto “ilusórios”. A classe já muito tempo não relevava um movimento dessas proporções, mas os resultados positivos ultrassumidos, opostamente às propostas mais concretas dos líderes do movimento. A conciliação gerou no estado a do que a luta deve continuar, mesmo que para isso uma nova greve venha a ser deflagrada.

Para discutir o respeito de funcionalismo público: análise da greve, posicionamento das várias representações e novas mobilizações em torno de reivindicações salariais, reunimos cinco representantes de

viu, de maneira significativa, para criar condições de trabalho em campo organizacional da classe. Esta parece ter sido o resultado obtido pelos cinco representantes que estiveram reunidos em mesa redonda, ligada às várias áreas do funcionalismo, ao participando não só em nome das entidades a que pertenciam, mas também entendendo opiniões pessoais, sobre os problemas que ainda os afligiam.

Eles fizeram um balanço geral do movimento, considerando legal pelo Governador do Estado Paulo Salim Maluf, que declarou no rádio: “não comprometerei a irradiação de 23 milhões de brasileiros, em benefício de apenas 50 mil funcionários públicos estaduais”. A greve do funcionalismo público, é a última que se tem conhecimento, desde a implantação do Estado Novo, que não conseguiu o sucesso esperado por mul-

tos, pelo baixo nível de organização e de falha de discussão política, além de ter sido subvertida a força do Governador, junto ao Governo Federal. De integrantes da mesa foram unânimes em afirmar que este movimento não seria alcançado mesmo, se o movimento tivesse saído às ruas, uma vez que eles não possuem força contra o poder executivo, como no caso de outros movimentos grevistas.

Os saldos de pós-greve

As expectativas da greve influenciaram o conteúdo do governo de São Paulo, e a única saída encontrada para não romper com o equilíbrio econômico, foi a concessão de um aumento de 20% para os salários dos funcionários públicos. Este aumento foi concedido em forma de gratificação, e não de reajuste salarial, o que não garante a permanência do aumento nos salários dos funcionários públicos. Além disso, o aumento foi concedido em forma de gratificação, e não de reajuste salarial, o que não garante a permanência do aumento nos salários dos funcionários públicos.



Reestruturação do funcionalismo público debatida, mesmo.

Os resultados da greve salientam a necessidade de uma reestruturação do funcionalismo público, e a importância de se estabelecerem metas claras e realistas para o futuro. A greve também destacou a importância da organização e da mobilização dos servidores públicos.

O governo e a classe do funcionalismo público devem trabalhar juntos para encontrar soluções para os problemas salariais e de organização. A greve mostrou que os servidores públicos têm a capacidade de se organizar e lutar por seus direitos.

A greve do funcionalismo público foi um marco importante na história da luta dos servidores públicos em São Paulo. Ela mostrou que os servidores públicos têm a capacidade de se organizar e lutar por seus direitos, e que o governo deve responder às suas demandas.

Recortes do jornal *Correio Popular*, de 1979. Fonte: Acervo Siara/Unicamp.

6 “Boletim da Coordenação do Movimento Pró-Campanha Salarial Unificada do IFCH/Unicamp”, 24/5/1979. O *Diário Oficial do Estado*, citado no texto, foi publicado em 28 de abril de 1979 e o jornal *O Estado de S. Paulo* em 24 de maio de 1979.

Jornal interno da associação dos servidores da universidade da campina

INFORMASSUC

ano II — nº 14
julho de 1979
distribuição gratuita aos associados.

ASSUC TEM NOVO PRESIDENTE

Assumiu a presidência da ASSUC o Dr. Ary de Lara Romeu, em virtude da renúncia de Dr. Paulo Faquirim Botoccos.

O inform ASSUC entrevistou o novo presidente sobre os planos para o próximo exercício que esclarecimentos sobre as atividades da Associação e seus planos para os próximos 6 meses de mandato.

— **HA AS VOZES PEDIAM SERVIÇOS PARA A ASSUC, PORTANTO DEVE TER CONDIÇÕES SUFICIENTES PARA ESCLARECER QUAL É A REALIDADE DA SITUACAO?**

— Como voce disse, desde alguns anos faço parte da diretoria da ASSUC, mais precisamente desde que a chapa encabezada pelo Sr. Antonio José Romão teve assumiu a presidência.

Naquela época, assumimos a responsabilidade de estruturar e desenvolver a ASSUC, que até então se resumia a um reduzido numero de associados, insignificante mesmo, sem sede, sem recursos, sem programas, carente de estruturação, sem condições de acompanhar a evolução do quadro de servidores da UNICAMP.

A ASSUC era considerada um verdadeiro "abacaxi" e estava de mise em todo a qualquer perspectiva. Porém, graças a decisão daquele grupo, que me orgulho de fazer integrado, conseguimos mudar radicalmente a situação e a imagem da ASSUC, ampliando consideravelmente o quadro social, que hoje abrange cerca de 3.300 associados, mais suas dependências. Atualmente a arrecadação, criamos e implantamos inúmeros serviços para os associados, abrangendo assistência médica, odontológica, serviço jurídico, contabilidade com várias especialidades, lojas, clubes, associações, etc. Conseguimos a nova sede social, que, embora provisória, trouxe base para que possamos planejar e realizar nossos trabalhos.

— **Sei que isso ainda é pouco para o que aguardamos para nossa entidade e que por parte dos servidores ainda permanece a fé na ASSUC, porém, foi um passo enorme, em comparação com o que era a associação anteriormente. Pretendemos conseguir inúmeras mudanças, por consequência da sede própria, de modo seguro, objetivo, sem loucuras e com o máximo de realizações em benefício dos associados, considerando sobretudo nos somos seus representantes, com as melhores responsabilidades e a eles devemos satisfazê-los.**

— **SE AS COISAS VÃO INDO BEM, POR QUE O PRESIDENTE RENUNCIOU? ALGUM PROBLEMA ESPECIFICO?**

— Não especifico, nem geral. Acontece que Dr. Paulo resolveu afastar-se por motivos particulares. Ele se exerceu a diretoria e todas nós os acolhemos com compreensão, naturalmente.

— **renúncia é ato unilateral e não depende de termos que administrá-los bem para dadas de explicações. E claro que sentimos a sua**



Da esquerda para a direita: O novo presidente da ASSUC, Dr. Ary de Lara Romeu, Diretor de Esportes — Cláudio Tarantini e Diretor Cultural Prof. Mario Junqueira.

saída, pois, durante o tempo em que esteve à frente da Associação a ele ditou o melhor de seus esforços. Mas acreditamos que ele vai prosseguir na obra de consolidação social e patrimonial da associação.

— **Na minha opinião o melhor motor destas duas últimas diretorias da ASSUC foi ter estruturado as bases administrativas e ter fixado os princípios de conduta, voltados exclusivamente para beneficiar aos associados, que proporciona as bases para realizações futuras.**

— **É QUE REALIZAÇÕES SÃO ESTAS?**

— O plano não mudou, porém não conseguimos que os recursos são limitados e temos que administrá-los bem para dadas extrairmos o máximo de proveito. Eu dividiria

para para a construção, todo o proleto e os recursos para dar início às obras, cabendo aos nossos sucessores dar continuidade às obras.

— **ATE AGORA SO SE FALOU EM CAMPINAS, QUAL É A PROSPECTIVA COM OS ASSOCIADOS DE PRACICABA E LIMOEIRO?**

— Inicialmente o objetivo de concessão de assistência médica, odontológica, superentendidos e outros nos moldes dos existentes em Campinas. Ainda pretendemos manter entendimento com as autoridades para conseguirmos doações de áreas destinadas a sedes sociais destas associações na mesma região. É evidente que os associados também aos associados de Pracicaba e Limoeiro os mesmos benefícios dos convênios firmados em Campinas.

— **COM AS MENSALIDADES DO VALDIR DE 10 CRUZEIROS, COMO PRETENDIM REALIZAR TUDO ISSO?**

— Temos que manter a arrecadação e nesse sentido precisamos da compreensão e colaboração de todos. A primeira forma seria ampliação do quadro de associados através de uma campanha, com a ajuda dos próprios associados da ASSUC. Uma outra forma seria a busca de recursos através de doações e poderíamos, eventualmente, estudar a atualização da mensalidade, que, a bem da verdade, não é muito alto.

— **A DIRETORIA DA ASSUC FOI ACUSADA DE OMISSÃO NOS MOVIMENTOS DE REIVINDICAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES DA UNICAMP, COMO A DEFENSORIA ENCAROU ESTAS ACUSACÕES?**

— Não se trata de um problema para a diretoria, pois, quem quer que se dispunha a ler os estatutos da Associação verá que foga aos objetivos sociais, ações e atuações do tipo que pretendem alguns associados. É a diretoria a está para cumprir e fazer cumprir

quer dizer, absolutamente, que estamos alheios aos problemas dos servidores, além, também e somos.

Procuramos sempre encontrar as meios de amparar os associados, inclusive na sua condição de assalariado, mas dentro de nossas reais possibilidades e recursos. A ASSUC não é sindical, e o servidor público não pode se sindicalizar. Se a ASSUC se dispusesse a assim proceder, além da gravidade ética de tal atitude, ela estaria sujeita a sanções legais, de consequência imprevisível.

— **QUE O ATUAL PRESIDENTE PEDE HOJE AOS ASSOCIADOS?**

— Se gostaria de pedir aos associados um voto de confiança para o futuro, com base naquilo que fizemos no passado. Nos próximos dias faremos publico o balanço e o parecer do conselho fiscal sobre as contas do exercício anterior. Basta o associado ver, para constatar que realmente a associação progrediu.

TRABALHO DA DIRETORIA

As atividades dos diretores da ASSUC, neste exercício, foram divididas dentro dos limites de suas possibilidades.

Vamos lembrar os setores que cada dia aumentam as atribuições, se tornam mais difíceis de conseguir pessoal disposto para dedicar parte de seu tempo a uma entidade, ninguém quer se envolver com responsabilidade. Mesmo pelo que o trabalho de uma diretoria voluntária deve ser apurado e respeitado.

— **A seguir o trabalho dos diretores:**

DIRETOR DE ESPORTES

Mantive entendimentos com a ATEFE para dar oportunidade a todos os associados praticar esportes no campus. O entendimento abrangia todos as modalidades e foi ampliado através de outros pontos.

— **Intenção de organizar campeonatos foi levada com seriedade, foram feitos inventa-**

mentos dos nomes das crianças de 8 a 12 anos para participarem do Campeonato Deletivo de Tênis e envia-los carta para seus pais.

A convocação para o campeonato de Futebol de Salão foi feita em todos os facultativos. Foram elaborados recibos para a compra de materiais esportivos tais como: ténis, tênis e ping-pong. O plano está estruturado e não foi possível sua implementação devido ao pouco espaço no clube.

— **É preciso uma campanha de conscientização da importância dos esportes para todos os associados, a participação e interesse de grupos esportivos e fundamental para que possamos desenvolver programação esportiva a futuro" — afirmou o diretor Cláudio Tarantini.**

DIRETOR DE CULTURA E SOCIAL

A Festa de Natal foi sucesso absoluto, contou com a participação de aproxima-

mente 1.400 pessoas e estiveram presentes várias autoridades da UNICAMP. Após massiva doação de graça a animação foi grande com muita distribuição de churrascos, quitandas e valores para os filhos dos associados.

— **A sede da ASSUC foi mais um investimento que valeu a pena, com a participação de mais de 1.000 pessoas. Faltava típica com estruturação de toda a sorte de pastiches, de churrasco a doces caseiros e bebidas na piscina.**

A Biblioteca da ASSUC angariou cerca de 42 livros, já catalogados e está em andamento a compra para a sua ampliação.

DIRETOR DE PATRIMONIO

A sede da ASSUC é tão devidamente equipada. Nesta gestão foram adquiridos: uma geladeira, aparelho de ar condicionado, 2 televisores (doados pelo Sr. Suzana R. Cavalheiro) foram feitas a atualização do registro de pa-

trímio dos bens da Associação, bem como a atualização de seu valor contábil.

SECRETARIO GERAL

O Secretário Geral e o 1º Secretário fizeram levantamento na Universidade do cadastro de associados, com o intuito de atualizar os funcionários devidamente cadastrados.

TESOUREIRO

Em termos de pagamento a Associação está em dia e os balanços comprovam o aumento de arrecadação, com um número crescente de associados.

— **Seis fotos os resultados são além dos atividades dos Departamentos, visto que o objetivo maior é a soma de recursos e esforços para a obtenção da sede própria da Associação, que consideramos definitivamente a existência da ASSUC.**

Diante do impasse de encaminhar tais reivindicações e pressionado pela interface mantida com a administração universitária, Pêrsio Furquim Rebouças renunciou à presidência da Assuc. Restando apenas cinco meses para o término do mandato, Arly de Lara Romêo assumiu o cargo. Começou a confusão.

Segundo a ata da quinquagésima quarta reunião da diretoria, de 18 de junho de 1979, Pêrsio Furquim Rebouças decidiu colocar a presidência da Assuc nas mãos de seu vice, Arly de Lara Romêo, a quem dirige a seguinte carta:

Meu Caro Dr. Arly,

Quando ninguém aceitava a presidência da nossa Associação – a Assuc, eu concordei com a indicação do meu nome. Agora, o que até me envaidece, a presidência é muito disputada. Não o faço, como não o fiz anteriormente. Ao contrário, deixo-a em suas mãos jovens, que por certo poderão levá-la a melhores realizações, com toda colaboração possível a este simples associado. Quero neste ensejo, consignar o meu sincero agradecimento a quantos, companheiros de diretoria ou funcionários, me possibilitaram, até agora, o desempenho do honroso encargo.

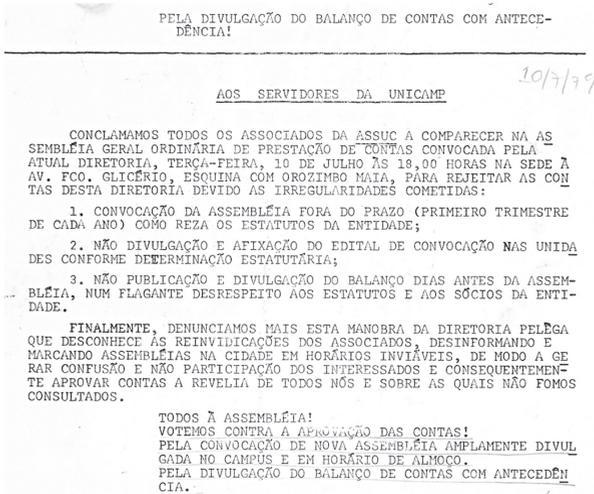
Em seu discurso, Arly de Lara Romêo manifestava tristeza pela notícia, mas acatava a decisão de Pêrsio e assumia a presidência. De acordo com a sequência de documentos e o depoimento do próprio Arly (o único entrevistado que revela dados sobre o momento), a partir daí começou a se desenvolver a crise que se instalaria a seguir. A ata que trata da renúncia de Pêrsio Furquim Rebouças, do dia 18, e lavrada em 28 de junho de 1979, foi registrada somente 22 dias mais tarde: no dia 9 de julho.⁷

O ACERTO DE CONTAS

Vinte e dois dias foram suficientes para esquentar o ânimo dos associados que permaneceram alheios à troca da cadeira. A novidade viria à tona em 10 de julho de 1979, durante uma assembleia geral ordinária convocada para aprovação do balanço do ano anterior. Um resumo do

7 Ata da 54ª reunião da diretoria da Assuc, 18/6/1979.

que teria acontecido nessa assembleia dá o tom de toda a transformação sofrida pela Assuc, que relataremos a partir do próximo capítulo.



Panfleto distribuído pelos servidores da Unicamp convocando assembleia geral de prestação de contas, em 1979. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

A sede social, no centro de Campinas, estava lotada conforme relatos e documentos. De acordo com cópia da ata, impressa no boletim *InformAssuc*,⁸ Arly de Lara Romêo, no exercício da presidência, deu por abertos os trabalhos, informando sua finalidade: leitura, discussão e aprovação do balanço de 1978. Manifestou a satisfação de ver o grande número de associados ali presentes e acendeu o estopim: disse conhecer o manifesto, sem assinaturas, que circulou pelo *campus* sobre possíveis irregularidades na convocação daquela assembleia. O clima esquentou.

O associado Reginaldo Bispo Pereira foi eleito para presidir os trabalhos. O professor José Vitorio Zago (presidente da Adunicamp) perguntou pelo presidente da Assuc. Arly respondeu rapidamente que Furquim renunciara à presidência na última reunião da diretoria. A indignação era total.

Do presidente da mesa ao contingente ali presente, exceto os membros da diretoria, todos desconheciam o fato. A primeira tentativa de

⁸ *InformAssuc*, n. 14, julho de 1979.

contornar o caos não funcionou. Arly tentou explicar que a ata daquela reunião estava em vias de registro, razão do desconhecimento geral, e pediu respeito à pauta do dia.

Insatisfeito, outro associado, o funcionário Elói José da Silva Lima, perguntou qual o motivo da renúncia. Arly insistiu em voltar à ordem do dia. O associado interferiu, alegando não serem possíveis a leitura e a aprovação do balancete durante a assembleia, pois o mesmo não havia sido publicado, e propôs uma nova assembleia. Exaltado, outro associado, Antônio Fernando Penna, disse que nunca ouviu falar que “ela (Assuc) tivesse ajudado funcionários que sofreram arbitrariedades na Unicamp”. E mais: afirmou ainda que “a Assuc estava voltada mais para agradar ao reitor que aos funcionários associados”. Narra a ata que a fala foi aplaudida pelos presentes. O clima esquentou ainda mais. E Vasco declara:

A gente chamou de reunião de discussão política do balanço, análise política do balanço [...]. Os caras publicaram o balanço e nós o pegamos e arreventamos com a direção só pelos números. O Arly não conseguia nem falar na reunião, [...] ele foi para defender o balanço, pois sabia tudo sobre o documento, só que ele não desconfiava que a gente sabia fazer análise do balanço. Sentamos e falamos: “Gente, vamos fazer uma análise política do balanço”, quer dizer, o que tinha de ser feito e não foi. Então a gente pegava um determinado número e falava; “este número está errado”, não porque tinha falcatrua, mas porque deveria ter sido gasto em outra coisa. Ficaram quietos, levaram o maior baile.

José Vitório Zago disse que “a Assuc não cumpre os aspectos políticos, apenas os sociais assistenciais”, e seguiu informando que a assembleia era soberana e que a diretoria teria de acatar o que os associados decidissem, ou seja, marcar dia, hora e local para a próxima reunião.

Entretanto, como a solicitação de uma nova data trazia consigo também a sugestão de uma nova pauta, os diretores tentaram de toda forma reconduzir a assembleia ao seu objetivo, que era o de analisar o balancete e ponto final.

Embora houvesse tentativas de uma parte dos presentes que insistiam em atender à ordem do dia, grande parte do contingente ali reunido clamava contra. Além disso, queria que a próxima assembleia acontecesse no *campus*, em horário de almoço, para que todos pudessem participar.

Ainda segundo a ata, Elói José da Silva Lima encaminhou uma proposta de convocação de nova assembleia e pediu a ampliação da pauta. Ele reivindicava a inclusão de um relatório de atividades da atual diretoria e dos departamentos e a análise da diretoria tendo em vista a recente renúncia de Pérsio Furquim Rebouças.

José Vitório Zago concordou com a reunião no *campus* e pediu à mesa uma prestação de contas não apenas contábil, mas política. Solicitava ainda que os balancetes fossem publicados nas unidades para que todos pudessem ler. O tumulto se instalava e o presidente da mesa pedia ordem.

Arly explicava que não era fácil ter representantes nas unidades e que os cartazes enviados a elas eram mal utilizados. Alterado, seguia dizendo que o balancete estava claro e explicado para que os associados o lessem, entendessem e constatassem sua regularidade e que, por ficar cara sua publicação nos jornais, além de não ser obrigação estatutária, a diretoria não o havia publicado.

Outro associado, Adão Carlos Pina, disse que compreendia a explicação da diretoria, mas que se preocupava com o associado e com o fortalecimento da Assuc. Arly o convidou para ser o representante de sua unidade. Adão, que era funcionário da reitoria, aceita e é aplaudido por todos.

A próxima assembleia é marcada para o dia 14 de agosto de 1979, às 17 horas, na sala 10 do Instituto de Química, no *campus* da Unicamp.

Arly pediu votação. José Vitório Zago disse que “se a proposta de nova assembleia fere a diretoria da Assuc, que o presidente da mesma se demita ou a assembleia irá ao caminho judicial”.

Seguiu a votação, feita por chamada através do livro de presença: 23 votos contra 11 confirmam nova assembleia em 14 de agosto. Três pessoas deixaram de votar. Por ora, o tumulto estava encerrado.

A ELEIÇÃO DE 1979

Pouco tempo restava para a eleição. A diretoria tinha de trabalhar rápido. A oposição crescia e se fortalecia, publicando frequentemente vários boletins e convocando os associados para inflamadas reuniões no *campus*.

INFORM ASSUC

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

30 DE NOVEMBRO:

OUTUBRO/NOVEMBRO DE 1979

ARQUIVO CENTRAL

ELEIÇÕES NA ASSUC

VOTE!



Capa do jornal *InformAssuc*, de 1979. Fonte: Acervo Siarq/Unicamp.

No dia anterior à assembleia, por exemplo, o movimento se propôs a discutir, às 12 horas, no Centro Acadêmico de Física (CAF), seus objetivos de transformar a Assuc num instrumento de luta dos servidores da Unicamp e a incorporação de um caráter sindical.

De acordo com o primeiro boletim do Movimento de Oposição Luta Sindical, a associação deveria passar por uma “transformação total” e ser uma entidade independente e autônoma em relação ao Estado, para poder reivindicar melhores salários sem ter de dar satisfações de seus atos. Para isso, segundo as lideranças da oposição, a diretoria tinha de ser expulsa e o estatuto radicalmente alterado.

A assembleia do dia 14 de agosto foi amplamente divulgada pela oposição, que pedia a todos para comparecerem munidos do último holerite.

Assim prosseguiu a segunda metade de 1979, com a oposição numa campanha acirrada pela conquista da Assuc e com a diretoria tentando manter-se no páreo para as eleições que se aproximavam.

A partir daí iniciava-se o primeiro período eleitoral com disputa ferrenha. A situação lançou sua candidatura com o Movimento Pró-Preservação da Assuc, que mais tarde se tornaria a chapa Democrática.

Contra as investidas da oposição, “carregava” seu material de campanha com declarações contra os “profissionais da baderna”. Explicava que a prática da democracia e a pluralidade de ideias e de concepções eram válidas, mas que a “esquerda festiva” não se propunha a resolver os problemas dos associados, pois ela nada mais pretendia a não ser opor-se, porque ela “vivia disso”.

A chapa Democrática também defendia o caráter individual de luta, propiciando a cada associado, por via judicial, os meios de defender seus interesses e direitos. Ou seja, pregava que o “poder de barganha” dos servidores públicos estaduais era nulo, e que a greve desse segmento só interessava ao governo, que se beneficiaria com ela ganhando “sobejos dividendos políticos e até economizando recursos que poderiam ser empregados para outras atividades políticas”. E também justificava que a categoria dos servidores públicos, “antes muito forte”, teria sido diluída pelos vários estatutos jurídicos a que estava sujeita: Consolidação das Leis Estatutárias (CLE), Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), temporários etc.

Enfim, os argumentos da diretoria giravam em torno da democracia e da “duvidosa” administração que a oposição faria, caso vencesse as eleições. Já as investidas da oposição orbitavam sobre a tácita aliança que existiria entre a direção da Unicamp e a da Assuc.

A briga gerou transtorno nas assembleias posteriores e ocupou espaço na mídia. Após a assembleia do dia 8 de outubro (que decidiria a compra do terreno para a construção de uma sede na Cidade Universitária), a diretoria publicou uma nota de repúdio à chapa da oposição, no jornal *Diário do Povo* do dia 13 de outubro de 1979. Esta seria a maior frustração dessa gestão: a discordância dos associados, que impossibilitaria a aquisição do terreno.

Às vésperas das eleições, as duas chapas fizeram uma análise da associação e expuseram suas propostas. Para a chapa Democrática, questões político-ideológicas, religiosas e raciais não eram problemas específicos da Assuc, e levantava as seguintes bandeiras:

Dentro da Unicamp:

- Funcionamento da creche para todos;
- Construção da capela (antigo sonho da chapa Conservadora);
- Construção da sede própria com serviços de secretaria, biblioteca, instalações recreativas, assistência médica, odontológica e jurídica, empréstimos e despachante;
- Ampliação dos convênios;
- Criação de cooperativa (para gêneros alimentícios de primeira utilidade);
- Expansão do quadro de associados;
- Criação de clubes femininos e infantis para integrar os familiares dos associados.

Reivindicações de ordem geral:

- Criação de uma entidade que congregasse as associações das três universidades estaduais paulistas para negociar com o governo;
- Luta pela Lei da Aposentadoria Proporcional, já aprovada para os servidores federais (aos 25 anos de serviço para a mulher e 30 para o homem);
- Luta por melhores salários para os servidores públicos;
- Luta pela lei que permitiria a Contagem Recíproca de Tempo de Serviço;
- Luta pela reformulação do Sistema de Avaliação de Servidores;

- Contagem do tempo de serviço para brasileiros e estrangeiros com tempo de serviço no exterior.⁹

CD CHAPA DEMOCRÁTICA

"ACIMA DE TUDO O ASSOCIADO"

Prezado Associado:

Como já deve ser do seu conhecimento, no próximo dia 30 de novembro, sexta-feira, no período das 9 às 16 horas, serão realizadas as eleições para a Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Fiscal da ASSUC.

Nós associados, abaixo mencionados, resolvemos apresentar uma Chapa para concorrer às eleições.

O nome da nossa Chapa é "CHAPA DEMOCRÁTICA".

Nós achamos que muita coisa já foi feita na ASSUC, mas ainda é muito pouco. É uma gota no mar.

Queremos uma ASSUC forte e que esteja voltada exclusivamente para os Associados.

Questões político-ideológicas, religiosas, raciais, são problemas de toda a Nação. Não são problemas específicos da ASSUC.

Pensamos que existem metas prioritárias para alcançar o bem estar espiritual, físico, econômico e financeiro do Associado. A ASSUC existe pelo associado e para o associado.

A CHAPA DEMOCRÁTICA, se elegeita, se propõe a lutar pelos seguintes objetivos:

DENTRO DA UNICAMP

1. Funcionamento da CRECHE para todos – é uma providência que não pode mais ser retardada.
2. Construção da Capela.
3. Construção da Sede própria da ASSUC, funcionando em suas instalações Secretaria, Biblioteca, Instalações Recreativas, etc., Assistência Médica e Odontológicas – através de profissionais permanentes na Sede, Assistência Jurídica em todos os ramos, despachante, credenciamento de uma instituição financeira para concessão de empréstimos.
4. Ampliação dos Convênios. Convênio com instituições educacionais para Bolsas de Estudos aos associados ou descontos especiais nas mensalidades.
5. Criação de uma Cooperativa, ainda que para os gêneros alimentícios de primeira necessidade.
6. Expandir ao máximo o corpo de associados da ASSUC.
7. Criar Clubes Femininos e Infantis de modo a integrar e conseguir a participação dos familiares dos associados.

REIVINDICAÇÕES DE ORDEM GERAL

1. Criação de uma entidade que congregue as Associações das três Universidades Estaduais (SP) para negociações com o Governo.
2. Lutar pela Lei da Aposentadoria proporcional, aos 25 e 30 anos de serviço, para a mulher e o homem (Já aprovada para os servidores federais).
3. Lutar por melhores salários para os servidores públicos, inclusive pelo reajuste semestral dos salários, a exemplo do que já foi aprovado para os trabalhadores em geral; afinal o custo de vida também sobe para os servidores públicos.
4. Lutar pela Lei que permita a Contagem Recíproca de Tempo de Serviço (já aprovada para os federais).
5. Lutar pela reformulação do Sistema do Sistema de Avaliação de Servidores – por um critério mais justo e mais humano.
6. Contagem do tempo de serviço para brasileiros e estrangeiros com tempo de serviço no exterior.

NÓS DA CHAPA DEMOCRÁTICA, ACHAMOS QUE CONVERSA, PROMESSAS, LUTAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS, PARTIDÁRIAS E RELIGIOSAS, NO NOSSO CASO NÃO LEVAM A NADA. O QUE NÓS QUEREMOS É QUE A ASSUC SIRVA AOS ASSOCIADOS, QUE ENVIDE ESFORÇOS PARA MELHORAR SEU PADRÃO DE VIDA.

CHAPA DEMOCRÁTICA

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aily de Lara Romão *emb das curadoras*
 Vice-Presidente: Mário Junqueira da Silva *D. Col. T. de*
 Secretário Geral: Suely Presente
 1.º Secretário: Tecla L. Ferrazze *Tefel, não a chefe*
 Tesoureiro Geral: Claudinei Taranté *chefe de pagamentos*
 1.º Tesoureiro: Alfredo Sangalli Neto *D. de despesas*
 Diretor de Sede e Patrimônio: Nadim Farah Helwany Sobrinho
 Diretor de Educação e Cultura: Nelson Massini
 Diretor Social e de Esportes: Zwinglio Wey Moreira *D. ATRET*

CONSELHO FISCAL

Antônia Marlene Panutto Porto *chefe seccão*
 Janete de Oliveira Martins
 Nelson Antonio Pereira Camacho *D. centros teologicos*

CONSELHO DELIBERATIVO

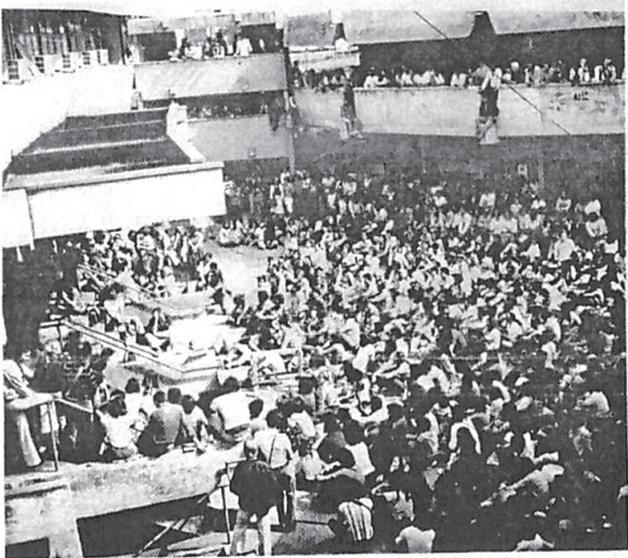
Ady de Souza Mugnaini
 D. Ispolito Antonio Carlos Neder *D. 13*
 Antonio da Silva Ramos
 Antonio José Romão Neto
 D. not. pa Antonio Prince Rodrigues
 Atílio Moreira Fartes Filho
 Gilberto Rodrigues de Queiroz
 D. pagamento Ives Antonio Corazza
 D. e. h. Manildo Fávoro
 D. D. A. Maria de Lourdes Malta Pretti
 Mauro Fernandes
 Neusa Ferreira Muller
 Persio Furguim Reboças
 Renato Arrada Fagundes
 D. 6. h. Ulisses de Oliveira Martins Filho *Assocista de 2011/2012*

Boletim de campanha da chapa Democrática, de 1979. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

9 Não foram encontrados registros oficiais no cartório sobre esse acontecimento.

Chapa de Oposição

LUTA SINDICAL



- PELA ASSISTÊNCIA MÉDICO-DENTÁRIA GRATUITA!
- POR MELHORES SALÁRIOS!
- POR UMA ASSUC LIVRE E DEMOCRÁTICA!
- POR LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL!
(PELA FORMAÇÃO DO SINDICATO ESTADUAL
DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS)

Para uma ASSUC atuante

Boletim de campanha da chapa Luta Sindical, de 1979. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Já a chapa Luta Sindical defendia uma entidade que “lutasse pelos direitos dos associados, com maior união, organização e representação dos funcionários”. Também visava um caráter sindical à Assuc, lutando pela mudança estatutária e estrutural da associação, “permitindo maior liberdade e poder de decisão aos associados”.

Outra bandeira da Luta Sindical tratava da ampliação e da melhoria dos serviços de assistência ao associado, como a criação de um departamento jurídico e a inserção de opções culturais, esportivas e de lazer. A

chapa pretendia lutar ainda pela construção da “vila dos funcionários”, que só se concretizou na década de 1990.

Entre as lutas democráticas de ordem mais geral destacam-se:

- Direito de greve;
- Direito de sindicalização para funcionário público;
- Liberdade de organização partidária da classe trabalhadora;
- Luta pela criação de uma central única de trabalhadores, independente do Estado e dos patrões;
- Direito de organização;
- Apoio a todas as lutas dos trabalhadores;
- Apoio à luta contra a discriminação racial, sexual e ideológica;
- Apoio e luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Apoio a todas as lutas democráticas no estado e no país.

Outro diferencial que a oposição divulgava era a maneira de compor a chapa. Contrariamente aos seus adversários, queria desencadear um processo de reuniões nas unidades para discutir uma proposta de programa. Cada unidade deveria indicar lideranças para uma convenção que definiria a chapa completa.

Ideais distintos. Formas antagônicas de comandar a Assuc. Depois de 1979, a associação nunca mais seria a mesma.

ENQUANTO ISSO...

1º de janeiro de 1979 – Ao final de seu mandato, o presidente da República, Ernesto Geisel, extinguiu o AI-5.

13 de março de 1979 – Greve dos metalúrgicos paralisa 160 mil trabalhadores do setor.

Em meados de 1979 – Ocorre uma série de manifestações e greves.

1º de maio de 1979 – Lançamento da Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores (PT), em São Paulo.

PARTE II – DA POLITIZAÇÃO À SINDICALIZAÇÃO



Passeata pelo Centro de Campinas durante a intervenção “malufista” na Unicamp, em outubro de 1981: Manifestações em defesa da universidade mobilizaram grande parcela da sociedade. Foto: Marta Alves. Fonte: Acervo Adunicamp.

LUTA SINDICAL: A INTENSIFICAÇÃO DAS LUTAS NA UNICAMP

A INFLUÊNCIA DO SINDICALISMO DO ABC PAULISTA E DA LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

Depois de passar por uma situação de quase extinção, a Assuc ressurgiu sob o comando de um grupo do alto escalão da universidade. Conquistou um patrimônio considerável e se consolidou como associação. Também ampliou o quadro associativo, inaugurou sede num evento que marcou época e começou sua trilha rumo ao seu objetivo principal: o assistencialismo.

Entretanto, os rumores da liberalização apregoada pelo presidente da República recém-empossado (como a revogação da intervenção nos sindicatos e a aprovação da Lei de Anistia, por exemplo) e do surgimento de novas lideranças sindicais na região do ABC Paulista ecoaram por todos os cantos do país, inclusive na Unicamp.

Na eleição de novembro de 1979, o ano da primeira greve na Unicamp, a Assuc começou a ser disputada pela oposição. Duas forças brigavam para conduzir a associação no biênio seguinte (1980-1981): uma representada pela chapa Democrática e a outra pela chapa Luta Sindical. Reginaldo Bispo recorda:

A disputa foi muito brava, porque naquele momento a gente se espelhava um pouco no sindicalismo do ABC e, ainda que eu fosse um dos principais caras que estavam à frente na direção do movimento, por trás estavam dois partidos trotskistas: a Convergência e a OSI. Então tinha gente com visão muito definida e oposta ao que praticava a outra chapa.

E Luiz Antônio Teixeira de Vasconcelos, o Vasco, relembra:

A luta contra a ditadura estava no auge. Foi um momento em que mudou o ditador: saiu o Geisel e entrou o Figueiredo, em nome de uma pretensa abertura que estava sendo feita na marra, porque a coisa estava indo mal no lado econômico e São Paulo, um Estado que tinha sido base operária, estava massacrado em termos políticos, então explodiu: os sindicatos retomaram a força.

Oposição vence eleições na ASSUC



Todos os associados compareceram para votar

A Associação dos Servidores da Universidade Estadual de Campinas tem, desde ontem, uma nova diretoria, que atuará no biênio 1980-1981, após sete horas de votação de todos os associados, em 20 locais diferentes de Campinas, sendo dois deles fora, um em Piracicaba e outro em Limeira. Trata-se da chapa da oposição, liderada por Clóvis Antonio Garcia, a Luta Sindical, que venceu a Democrática por 1.242 a 331 votos. Houve 18 votos em branco e 40 nulos.

O presidente da Comissão Eleitoral da ASSUC, José Roberto Sundfeld, fez a convocação de todos os associados para a eleição, que teve início às 9 horas de ontem, terminando às 18 horas.

As 18 horas iniciou-se a apuração, notando-se de início o poderio da oposição, a chapa Luta Sindical, que, com o decorrer do tempo, foi ganhando da situação por uma larga margem de votos, mostrando com isso o interesse da classe pela melhoria da Associação dos Servidores da Universidade Estadual de Campinas.

A chapa Luta Sindical, vencedora, está assim composta:

DIRETORIA

Presidente: Clóvis Antonio Garcia; Vice-presidente: Ergio Antonio Moscatini Schetini; Secretário geral: Luiz Teixeira Vasconcelos; 1.º secretário: Reginaldo Bispo Pereira; Tesoureiro geral: Jair de Seta; 1.º tesoureiro: Wagner Pantarotti; Diretor de sede e patrimônio: Alaide Pedro Franco Correia; Diretor de educação e cultura: José Walter Martinez; Diretor social e de esportes: Wilson Hiroyuki Kawai.

CONSELHO FISCAL

Eloi José da Silva Lima, José Antonio Saenz e João Frederico da Costa Azevedo Meyer.

CONSELHO DELIBERATIVO

Dagoberto Silva, Ester Lopes Dias, Luzia Cândida do Nascimento, José Vieira Par, Jurivaldo Folegatti, Wilson Sami Curry, Willian Kalaf, Rivaldi Denizardo Farina, Hélio Alves Godoy, José Vitorio Zago, Maria Luiza do Espírito Santo Silva, Alcides Ramos, Iraldo Rodrigues Justino, Roberto Jarbas Toledo e Cândida Maria Teixeira.

Recorte do jornal *Correio Popular* de 1º de dezembro de 1979. Fonte: Acervo Siarq/ Unicamp.

A chapa Democrática era constituída por remanescentes de antigas direções, como Arly de Lara Romêo (subprocurador da Unicamp no momento do pleito), Pêrsio Furquim Rebouças, Antônio Carlos Neder, Maria de Lourdes Malta Pretti, Antonio José Romão Neto e por vários outros nomes ligados a cargos de direção ou de chefia, como o de Mário Junqueira (diretor do Colégio Técnico Industrial de Campinas).

A outra chapa concorrente era formada por funcionários (técnico-administrativos e docentes) envolvidos no movimento de oposição sindical surgido em 1978, quando várias correntes ideológicas, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Organização Socialista Internacionalista (OSI), o Movimento Negro Unificado (MNU¹, e a Convergência Socialista se uniram com a intenção de discutir a conjuntura do país e os problemas mais recorrentes entre os funcionários. Essas correntes, fortalecidas pela greve de 1979, lideraram um movimento cuja chapa herdou o nome: Luta Sindical.

A vitória foi da oposição.

A LUTA SINDICAL TOMA POSSE

Chapa Luta Sindical	1.242 votos
Chapa Democrática	331 votos
Branco e Nulos	59 votos
Abstenções ²	807
Total	1.632 votos

- 1 O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) foi fundado em 18 de junho de 1978. Primeiro movimento negro de caráter nacional depois da Frente Negra Brasileira, na década de 1930, o MNU surgiu com uma campanha contra a discriminação racial, a opressão policial, o desemprego, o subemprego e a marginalização. A fundação do MNU, que reuniu militantes de São Paulo e do Rio de Janeiro, configurou um importante passo na luta contra o racismo no Brasil. Movimento Negro Unificado, 1988.
- 2 O alto número de abstenções provavelmente esteja relacionado às tensões contrastadas entre o antigo modelo de associação (de caráter assistencialista) e a nova proposta de atuação sindical.

A chapa Luta Sindical foi declarada vencedora, de acordo com a ata da eleição para escolha da diretoria, do conselho fiscal e do conselho deliberativo, de 30 de novembro de 1979. O resultado fornecido pela comissão eleitoral retratou o perfil da entidade que os funcionários pretendiam ter a partir dali.³ Vasco lembra que:

Os principais expoentes da política campineira estavam na Unicamp discutindo sindicalismo [...]. Discutia-se política na Unicamp e quando se chegava à prefeitura para discutir a política da cidade encontravam-se as mesmas pessoas, o Reginaldo, o Zago, o Quércia... A chamada esquerda do PMDB era um caldeirão, tinha trotskistas (OSI e O Trabalho), PCB e socialistas do PDT. [...] Isso tudo era fantástico, pois se criava uma comissão de luta com uma organização rápida: todos eram vasos comunicantes.



Integrantes da chapa Luta Sindical acompanham a apuração dos votos no Colégio Técnico da Unicamp, em novembro de 1979. Fonte: Acervo de Cândida Maria Teixeira.

E Reginaldo Bispo complementa:

O grande medo não era o de perder as eleições num processo normal. Era o de manipulação, porque a comissão eleitoral foi formada por eles. [...] O

3 A comissão eleitoral escolhida pela diretoria da Assuc era composta pelos seguintes funcionários: José Roberto Sundfeld, Maria Lúcia Mundt Perez, Maria Luisa Fernandes Custódio e Maria Madalena Bueno. Com a vitória da chapa Luta Sindical, todas as chapas passaram a ter representação na comissão eleitoral.

nosso apelo foi para que cada funcionário fosse um fiscal. E no dia da eleição foi uma guerra, nós ficamos em cima das urnas o tempo todo. Agora ganhar, a gente sabia que ganhava.

A nova diretoria, o conselho fiscal e o conselho deliberativo tinham as seguintes composições:

Diretoria

Presidente: Clóvis Antônio Garcia

Vice-presidente: Érgio Antônio Moscatini Schetini

Secretário geral: Luiz Antônio Teixeira de Vasconcelos

Primeiro-secretário: Reginaldo Bispo Pereira

Tesoureiro geral: Jair de Seta

Primeiro-tesoureiro: Wagner Pentarotti

Diretora de sede e patrimônio: Alaíde Pedro Franco Corrêa

Diretor de educação e cultura: José Walter Martinez

Diretor social e de esportes: Wilson Hiroyuki Kawai

Conselho fiscal: Elói José da Silva Lima

João Frederico da Costa Azevedo Meyer

José Antônio Saenz

Conselho deliberativo: Alcides Ramos

Cândida Maria Teixeira

Dagoberto Silva

Ester Lopes Dias

Hélio Alves Godoy

Iraldo Rodrigues Justino

José Vieira Paz

José Vitório Zago

Jurivaldo Folegatti

Luzia Cândida do Nascimento

Maria Luíza do Espírito Santo Silva

Rivail Denizardo Farina

Roberto Jarbas Toledo

Willian Kalaf

Wilson Sami Cury

Na verdade, embora a chapa Luta Sindical selasse as principais lideranças da greve de 1979, sua composição não foi gerida com tanta tranquilidade.

“Os dias que antecederam a plenária para definir a chapa foram muito efervescentes”, lembra Reginaldo Bispo. De acordo com seus relatos, houve muita discussão entre PCB, Convergência, O Trabalho⁴ e MNU. A composição só ficou acertada depois de várias ponderações de José Vitório Zago (representante da Convergência Socialista) que, juntamente com Dênio R. Arantes (da tendência O Trabalho), tinha participado da reunião que decidiu a formação.

O integrante da corrente O Trabalho conta que a discussão da composição das pessoas de seu grupo, que iriam constituir a chapa, se deu inicialmente dentro da “célula” da OSI em que se reuniam os funcionários da Unicamp e depois houve debate no coletivo entre os demais grupamentos que estavam organizados no período. Reginaldo Bispo conta:

A gente (MNU e Convergência) ficava com cinco e eles (PCB) com quatro. Então fecharam um acordo em cima dessa proposta. [...] a rigor nós nunca engolimos essa composição e eles também não. Imagine stalinistas convivendo com trotskistas em maioria e com uma política conflitante e agressiva permanentemente.

Vasco também recorda o momento:

As tendências foram apontando os nomes e foi saindo a chapa. Só se debateram um pouquinho as proporções, o resultado final. Mas também não teve

4 Alguns entrevistados do Projeto Memória se referiram à corrente O Trabalho de maneiras bastante distintas. Segundo a *Cartilha Consulta Popular* (Consulta Popular, 1999), a trajetória dessa força política se iniciou em 16 de dezembro de 1976 com a criação da Organização Socialista Internacionalista (OSI). Após a fundação do Partido dos Trabalhadores (1980), em convenção, a tendência decidiu se dissolver internamente no partido (mantendo-se como corrente interna), onde permanece até os dias atuais. Em maio de 1984 ela mudou a denominação para Fração IV Internacional Comunista. Logo em seguida, em 27 de novembro de 1986, mudou novamente seu nome para O Trabalho, como é conhecida atualmente. Outro nome referente à tendência O Trabalho, que aparece nas entrevistas, é Libelu, que significa Liberdade e Luta. A Libelu foi o “braço estudantil” dessa organização nas décadas de 1970 e 1980.

muita briga não, a gente reconhecia que falava mais baixo ao microfone [...]. Mas uma pessoa hipoteticamente neutra era a Alaíde. Cada grupo tinha quatro e a Alaíde, mais ligada a eles (Convergência e OSI). Acontecia que ela tinha uma liderança muito personificada na Biologia e era difícil falar: “Não! A Alaíde, não pode!” [...] A ligação da Alaíde com a base era extremamente autêntica, então ficou assim: 5 a 4 e todo mundo deu risadinha e o Clóvis ficou feliz. Mas quando tinha discussão boa, o pau comia: demorava três horas pra descobrir o voto da Alaíde, na hora que descobria, então, um batia no outro porque era 5 a 4.

Em princípio, como ficou acertado na reunião, Reginaldo Bispo seria o presidente da chapa e Clóvis Antônio Garcia, o primeiro-secretário. Ocorreu que dias antes da plenária, o Reginaldo Bispo, que tinha prestado um concurso na Petrobras, fora chamado para iniciar um curso. Como ele pretendia trabalhar lá, propôs a inversão de seu nome com o de Clóvis Garcia, pois, caso ele deixasse a Unicamp, Clóvis seria o presidente, fechando a guarda para o vice, Êrgio Moscatini Schetini, vinculado ao MDB e um dos quatro alinhados ao PCB.

Com o arranjo feito, a descoberta da passagem de Reginaldo pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), durante a greve de 1979, o afastou definitivamente do cargo na companhia. Mas, naquele momento, a chapa já estava composta.

NOVA GESTÃO, NOVA FORMA DE CONTRIBUIÇÃO

Diferenças à parte, a Luta Sindical iniciou sua gestão no dia 25 de janeiro de 1980. De acordo com a ata da sessão solene de posse, o novo presidente, Clóvis Antônio Garcia, agradeceu aos funcionários presentes e disse: “A vitória é mais deles (dos servidores) do que da própria diretoria”. E, demonstrando rigorosa preocupação com as finanças da entidade, iniciou seu mandato solicitando que as contas referentes à antiga gestão fossem “[...] examinadas oportunamente e, se necessário, submetidas a uma auditoria”.⁵

O primeiro-secretário, Reginaldo Bispo Pereira, resumiu já no primeiro discurso a atuação sindical daquela gestão: “[...] o primeiro pas-

5 Ata de sessão solene de posse, de 25/11/1980.

so de trabalho deve ser em torno da campanha salarial e outras reivindicações sérias dos funcionários, principalmente os do restaurante e do Hospital das Clínicas, que se encontram em péssimas condições de trabalho”.⁶

Uma das primeiras providências da nova diretoria, registrada na ata da assembleia geral ordinária, de 24 de abril de 1980, tratava da aprovação das contas referentes à gestão anterior. Mas a insatisfação dos presentes quanto à conduta política da antiga direção acabou por tumultuar a resolução desse ponto da pauta.

Para garantir então a legalidade das contas (do ponto de vista legal-contábil), o professor José Vitório Zago sugeriu que elas fossem aprovadas apenas pelos dois membros da comissão da diretoria encarregados pela auditoria das contas, José Walter Martinez e Luiz Antônio Teixeira Vasconcelos, e que os demais presentes se abstivessem. A proposta foi acatada: houve dois votos a favor da aprovação das contas e 65 abstenções. Essa foi a maneira encontrada pela assembleia para protestar contra a omissão política da Assuc durante a campanha salarial do ano anterior.⁷

A outra providência foi reajustar a mensalidade “totalmente superada” de Cr\$ 10,00 para 0,3% do salário, incidindo inclusive sobre o abono mensal concedido pela Lei Complementar 216, de 2 de julho de 1979. Detalhada a proposta de orçamento da diretoria para o ano de 1980 e sob a justificativa de que esse método era a “forma mais justa de contribuição social”, o reajuste da mensalidade foi aprovado por unanimidade.⁸

Cerca de um mês depois, por ocasião da necessidade de ratificar as decisões da assembleia de 24 de abril,⁹ a aprovação por unanimidade de

6 *Idem.*

7 Ata da assembleia geral ordinária, de 24 /4/1980.

8 *Idem.*

9 Conforme a ata da assembleia geral extraordinária, de 22 de maio de 1980, apesar da publicação do edital de convocação ter sido feita nos jornais *Diário do Povo*, *Jornal de Hoje*, *Jornal Luta Sindical* e no *Boletim Assuc*, por esquecimento e por julgarem que a publicação em jornais de grande circulação fosse suficiente para que os trabalhadores tomassem conhecimento, não houve publicação no *Diário Oficial do Estado*. Por isso foi convocada uma nova assembleia (em 22 de maio de 1980) para ratificar as decisões da anterior.

reajustar a mensalidade voltou a ser analisada. O associado Hélio Teixeira Fernandes pediu uma explicação sobre como a diretoria tinha calculado o valor das receitas de mensalidades, apresentadas no orçamento publicado no *Boletim Assuc*.

O valor, segundo a ata da assembleia, era o resultado de cálculo de 0,3% sobre uma hipotética folha de pagamento do total dos associados, estimada em Cr\$ 40 milhões. Embora Hélio Fernandes tenha dito que o valor correto para o cálculo deveria ter sido de Cr\$ 70 milhões (Cr\$ 30 milhões a mais que o estimado pela diretoria), a assembleia decidiu dar o assunto por encerrado.¹⁰ A proposta era de que o novo valor fosse recolhido a partir do mês de agosto de 1980.

O PRIMEIRO PROCESSO DE RECLASSIFICAÇÃO

Ainda segundo a ata de 22 de maio de 1980, os pontos tratados em assembleia definiam o novo caráter da associação. A preocupação com a problemática da qualificação e da escolaridade dos funcionários, exigidas pela administração na prova seletiva interna (conforme uma portaria baixada pelo reitor, em novembro de 1979),¹¹ e as dúvidas quanto ao critério de escolha dos chefes de seção na elaboração das listas de inscrição dos funcionários para a prova são apenas alguns exemplos da posição assumida pela diretoria da Luta Sindical. Outros associados discutiam a necessidade de prova seletiva aberta com normas amplamente divulgadas e inscrições diretamente no departamento de pessoal, e não via chefia.

Na mesma assembleia, o associado e membro do conselho fiscal Elói da Silva Lima propôs ao plenário a reivindicação do direito de voz nas comissões de reclassificação e que o processo de seleção fosse aberto a todos os funcionários, sem a exigência do grau de escolaridade.

Nesse momento, formou-se uma comissão de funcionários que, com a diretoria da Assuc, se encarregaria de encaminhar ao reitor da Unicamp, Plínio Alves de Moraes, os problemas específicos de cada unida-

10 Hélio Fernandes foi eleito tesoureiro na segunda gestão da chapa Resistência, em 1985.

11 A reclassificação de pessoal foi tratada no documento *Assuc Urgente*, abril de 1980.

de, um abaixo-assinado sobre a prova seletiva e um pedido de inclusão da Assuc na comissão de reclassificação, garantindo-lhe o direito de voz. Aprovada por unanimidade, essa decisão foi o embrião das lutas futuras pela carreira na Unicamp.



Durante a greve de junho de 1981, funcionários reivindicaram democracia no processo de reclassificação imposto pela reitoria: esse foi o embrião das lutas pela carreira na Unicamp. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

O “TERCEIRO” ESTATUTO

Conforme a ata da assembleia geral extraordinária, de 13 de agosto de 1981, convocada para discutir a alteração estatutária e para eleger delegados para a I Conclat, 88 associados estiveram presentes. O tesoureiro geral, Jair de Seta, leu as modificações. Dos 102 artigos dispostos no estatuto, reformulado em 1977, 16 receberam alterações, que foram unanimemente aprovadas. Com as mudanças estatutárias, a Assuc foi redefinida: seu caráter despolitizado estava legalmente aniquilado. João Batista de Moraes Moreira explica: “A mudança estatutária era decisiva para poder virar a página. [...] A Assuc virou uma entidade de vanguar-

da política na cidade. Nas nossas assembleias vinha a oposição metalúrgica para ver como funcionava uma entidade democrática”.

Mais democráticos, os novos dispositivos permitiam maior participação da categoria nas instâncias de decisão. O processo eleitoral, as datas de eleição e de posse e a duração do mandato também foram restabelecidos. A posse passou para o décimo dia útil de janeiro do ano subsequente e as eleições passaram a ser realizadas em novembro e pelo voto direto e secreto, banindo da história da associação o antigo método que obrigava o associado a assinar uma lista, expondo sua escolha.

Com essas modificações, o associado também não precisava mais esperar seis meses para desfrutar das atividades oferecidas pela entidade. Com apenas três meses de efetiva permanência no quadro associativo, por exemplo, podia ser votado para os cargos eletivos da associação.

A partir da eleição de 1981, a duração do mandato passou a ser trienal. A comissão eleitoral deveria ser instalada 45 dias antes do pleito, aceitar inscrições de chapas até 30 dias antes da disputa e homologar as chapas até 15 dias antes da eleição. O título VI, que tratava das penalidades, foi suprimido.

E a associação, apesar de neutra e leiga, passou a admitir discussões políticas e partidárias, religiosas e raciais.¹² O único veto era ceder as dependências da sede para atividades não autorizadas previamente pela diretoria. Esse foi um assunto que veio à tona no período eleitoral.

O segundo ponto da pauta foi a escolha dos delegados que representariam a Assuc na I Conclat, em Praia Grande (SP). A tese de número 1, elaborada pelo bloco composto por Clóvis Antônio Garcia, Reginaldo Bispo Pereira, Dênio Arantes, Margarida Barbosa, Wilson Hiroyuki Kawai e Alaíde Pedro Franco Corrêa, recebeu 74 votos e levou cinco representantes ao evento.

O outro grupo, formado por Jair de Seta, Luiz Antônio Teixeira de Vasconcelos (Vasco), José Walter Martinez, Iraldo Justino Rodrigues e Cândida Maria Teixeira, teve 14 votos e foi representado por um delegado na conferência. A delegação da Assuc, oficialmente designada pela assembleia, teve a seguinte constituição: Clóvis, Reginaldo, Dênio, Wilson, Alaíde e Seta.

12 Ata da assembleia geral extraordinária da Assuc, de 13/8/1981.

BIÊNIO 1980-1981: NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL E APOIO ÀS LUTAS DOS TRABALHADORES

Enquanto as greves de 1978 e de 1979 no ABC Paulista significaram vitórias inquestionáveis¹³ e introduziram uma nova forma de organização sindical, mais autêntica e combativa, em 1980 elas sofreram um contra-ataque da direita, configurando uma inegável derrota política do movimento dos trabalhadores, marcando uma fase de retração dos movimentos grevistas.¹⁴

Importantes autores nacionais e internacionais conceituaram o aspecto sindical brasileiro surgido no final dos anos 1970 como o “novo sindicalismo”. O pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), do Instituto de Economia da Unicamp, José Francisco Siqueira Neto, explica que o período ficou “marcado fundamentalmente pelo fato de representar o rompimento com o autoritarismo e por catalisar o espírito de abertura democrática no país naquela ocasião”.¹⁵

Margaret E. Keck evidencia que no final da década de 1970 a aproximação entre dirigentes sindicais e suas bases resultou num processo mais organizado de reivindicação para a criação de sindicatos autônomos e a consequente readequação da legislação trabalhista. A autora também destaca uma “disposição maior da militância, como a de fazer greves, por exemplo, mesmo com a certeza de resposta repressiva por parte do governo”.¹⁶

Entretanto, o refluxo do movimento grevista no início de 1980 foi delineado pelo insucesso político da greve de 41 dias do ABC, pela perseguição e pela prisão de lideranças sindicais, pela recessão econômica que obrigava os trabalhadores a tentar preservar os empregos, pelo aumento de paralisações por empresa em detrimento de movimentos generalizados e pelas ocupações das empresas por parte do governo.

Mesmo assim, as lideranças sindicais e operárias continuaram a articulação intersindical, reunindo várias correntes do movimento numa

13 Antunes, 1991.

14 Noronha, 1997, p. 36.

15 Siqueira Neto, 1992.

16 Keck, 1998.

série de encontros de trabalhadores em níveis regional e nacional. Em Campinas, parte da diretoria da Assuc apoiava as oposições sindicais.

Os encontros de 1980

O ano de 1980 foi marcado por quatro grandes eventos nacionais, nos quais foram travadas várias discussões sobre o movimento sindical. Desse processo marcado pela “[...] revalorização da organização interna dos movimentos”, podem-se destacar: I Encontro Nacional de Movimentos Populares, conhecido como o Encontro de João Monlevade (MG), em fevereiro de 1980; I Encontro Nacional das Oposições Sindicais (Enos), em São Paulo, no mês de maio de 1980; Encontro de São Bernardo, realizado em Taboão da Serra, em julho de 1980; e ainda o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes), que aconteceu em setembro de 1980, em Nova Iguaçu (RJ).

José Vitório Zago recorda: “A Assuc teve um papel importante nas oposições sindicais aqui em Campinas e, portanto, participamos de todos os encontros que antecederam a fundação da CUT e, seguramente, no de sua fundação”.

Cada evento tinha sua especificidade, vale registrar, com algumas características próprias.

O Encontro de Monlevade marcou a aproximação entre o movimento sindical e os movimentos sociais, um fato novo na história do sindicalismo brasileiro. Porém, o fato mais significativo desse encontro foi a aproximação de sindicalistas com a ala chamada progressista da Igreja Católica, por meio de ativistas dos movimentos sociais e dos vinculados às Oposições Sindicais.

O segundo evento, o Encontro Nacional das Oposições Sindicais, reuniu apenas ativistas ligados às oposições, reafirmando a luta contra o sindicato oficial. As discussões giraram em torno de suas políticas, que no geral se alinhavam às ideias do sindicalismo combativo, como independência, democracia e organização pelas bases.

O Encontro de São Bernardo (que deu continuidade ao de Monlevade) contou com a participação de sindicalistas da cidade e do campo, militantes do movimento popular, representantes da Pastoral Operária (PO), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Ação Católica Operária

(ACO), da Juventude Operária Católica (JOC) e também das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nesse encontro, além da defesa da unificação entre movimentos sociais e sindicais, ficou explícita a necessidade de um partido político¹⁷ como “canal de expressão, mobilização e representação políticas, capaz de contribuir para a libertação das classes populares”.¹⁸ Outra necessidade iminente era intensificar a relação sindical entre a cidade e o campo.

No que se refere às articulações intersindicais, o Entoes reuniu membros de diretorias sindicais consideradas combativas (como a Assuc), grupos de trabalhadores combativos, comandos de greve e comissões de fábrica. A proposta desse encontro era unir todas as forças que lutavam pela autonomia sindical, isto é, pelo desatrelamento do governo e dos patrões. Apesar da pluralidade de concepções, era imperativo unir forças para a concretização de um objetivo comum: a transformação urgente do modelo sindical em vigência.

A ideia era “somar todas as forças combativas na luta por um sindicalismo independente, livre, autônomo e democrático”.¹⁹ Nesse momento, desfez-se o Bloco dos Autênticos, formado na Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI), em 1978.

Dois anos depois de sua formação, o bloco ficou dividido entre os autodenominados combativos (grupo liderado por Lula) e os que se vinculavam à Unidade Sindical, que congregava sindicalistas ligados ao PCB e sindicalistas tradicionais vinculados à estrutura sindical oficial, denominados pejorativamente de pelegos.

Naquele momento, os sindicalistas ligados ao PCdoB, que participavam das duas articulações, defendiam a aproximação dessas correntes como condição para se construir, de fato, uma central única dos trabalhadores.

17 Possan, 1997.

18 A proposta de criação de um partido político com essas características se consolidou com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Depois do lançamento do anteprojeto de manifesto do Partido dos Trabalhadores (PT) e da realização de uma Convenção Nacional entre 8 e 9 de agosto de 1981, o PT foi fundado em 29 de setembro de 1981.

19 Documento de São Bernardo, 1980. Pode-se ler a respeito em Possan, 1997.

A primeira Conclat

Embora até 1980 os encontros nacionais tivessem reunido tanto as classes trabalhadoras quanto os movimentos populares, em 1981 o maior esforço de concentração de energia foi mesmo no campo sindical. A realização dos Encontros das Classes Trabalhadoras (Enclats estaduais) e da I Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras)²⁰ delimitou um espaço específico do movimento sindical, separado do movimento popular.

Em síntese, o movimento sindical em 1981 foi marcado por dois encontros: o Encontro de Vitória (ES) e a I Conclat, em Praia Grande (SP). O primeiro aconteceu em junho de 1981 e reuniu os Autênticos, os que se identificavam com os partidos comunistas, dirigentes de estruturas verticais oficiais (federações e confederações), militantes das oposições sindicais, católicos e representantes de movimentos populares.²¹

Entre outras propostas, esse encontro aprovou a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, o fim da estrutura sindical e a construção de uma central única de trabalhadores. A criação da Comissão pró-CUT, que objetivava desencadear discussões sobre a central nos sindicatos e diretamente com os trabalhadores, também foi proposta nos Enclats.

Já a I Conclat reuniu 5.036 delegados, que representaram 1.091 entidades sindicais de todo o país.²² Foi o primeiro e último grande encontro de trabalhadores, em que participaram praticamente todas as correntes que constituíam o movimento sindical da época.

Nele estiveram presentes representantes das federações e confederações sindicais, dos sindicatos oficiais, das oposições e associações pré-sindicais, como a Assuc. É importante destacar que as associações de

20 Possan, 1997, p. 39.

21 A sigla Conclat foi utilizada de três formas diferentes: Conferência Nacional da Classe Trabalhadora em 1981, Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em 1983, e também Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, em novembro de 1983, para em 1986 transformar-se em Central Geral dos Trabalhadores (CGT) (Rodrigues, 1990, p. 28).

22 Comin, 1994, p. 364.

funcionários públicos também tiveram representantes no evento: 49 delegados representando 32 associações.²³

Naquele momento, o movimento sindical brasileiro encontrava-se subdividido em três tendências: a Unidade Sindical, o Bloco dos Combativos²⁴ – também conhecidos como Autênticos ou Independentes – e as Oposições Sindicais.

A Unidade Sindical era hegemônica pelos setores sindicais ligados ao PCB e à estrutura sindical oficial. Os sindicalistas do PCdoB não compunham organicamente a Unidade Sindical e criticavam suas posições reformistas e cupulistas.

Já o Bloco dos Combativos ou Autênticos era formado por dirigentes dos sindicatos oficiais que questionavam a estrutura sindical, especificamente no ABC Paulista, no final da década de 1970. Muitos estavam envolvidos na criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

As Oposições Sindicais contavam com ex-militantes da esquerda organizada, como a Ação Popular (AP) e a Política Operária (Polop); com grupos trotskistas, como o Partido Operário Revolucionário e a Organização Comunista 1º de Maio; e também com dissidentes do PCB, como a Ação Libertadora Nacional, além de militantes do PCdoB. Entretanto, a maioria dos militantes das Oposições estava vinculada à Igreja Católica, por meio da Juventude Operária Católica (JOC), da Pastoral Operária (PO) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). As correntes trotskistas Convergência Socialista, O Trabalho e Democracia Socialista também coexistiam dentro das chamadas Oposições Sindicais.

O encontro ficou polarizado por duas tendências: a Unidade Sindical e outro grupo que reuniu as Oposições Sindicais e os Autênticos, denominado Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (Anampos).

Principais divergências:

- Enquanto a Unidade Sindical defendia uma “ampla aliança com a oposição burguesa e democrática [...] como meio de garantir a manutenção da política de abertura”, a Anampos discordava des-

23 Rodrigues, 1990, p. 5; Comin, 1994, p. 365.

24 Rodrigues, 1997.

sa aliança, pois defendia a articulação com os movimentos populares e com os partidos de esquerda;

- A Anampos apontava a necessidade do não pagamento da dívida externa, enquanto a Unidade Sindical era a favor da moratória;
- “A Unidade Sindical defendia a unicidade e a manutenção do chamado imposto sindical ou sua extinção gradativa”, e também era a favor da estrutura oficial do sindicalismo (federações e confederações) e da não participação das oposições sindicais na criação de uma central sindical única;
- Já a Anampos defendia a Convenção 87, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em que “o direito de os trabalhadores decidirem sobre a melhor forma de sua organização” fosse garantido. Além disso, a Anampos buscava o reconhecimento das oposições como “verdadeiros sindicatos paralelos” e se colocava contrária à estrutura sindical oficial, defendendo o fim do imposto sindical.²⁵

Nesse contexto, também é possível distinguir esses dois grupos da seguinte forma: de um lado, organizados na Unidade Sindical, os sindicalistas que enfatizavam no plano político a necessidade de limitar a ação sindical à luta pela consolidação do regime democrático (sob essa orientação as demandas sociais não deveriam pôr em risco a abertura política) e, do outro, os sindicalistas que procuravam promover transformações sociais mais profundas que abrissem o caminho para o socialismo.

Existia ainda um terceiro grupo, bastante minoritário, que tinha posições que o diferenciava das correntes majoritárias na Unidade Sindical e na Anampos. Os sindicalistas do PCdoB defendiam a necessidade da unidade das oposições ao regime militar e denunciavam a abertura apregoada pelo general Figueiredo. Eram contrários ao pacto social e a qualquer acordo com o regime. Consideravam as greves como um instrumento importante para desestabilização e derrubada do governo. Por outro lado combatiam o pluralismo sindical, defendido pela Anam-

25 Existem autores que subdividem o movimento sindical brasileiro nesse momento em duas tendências: a Unidade Sindical (Bloco da Reforma) e os Autênticos, agregando a estes o bloco das Oposições Sindicais.

pos, e advogavam a unidade dos trabalhadores como condição essencial para superação da ditadura e do capitalismo.²⁶

O encontro terminou com a aprovação de um calendário de lutas, mas não houve consenso quanto à maioria dos assuntos divergentes e muitos deles não foram votados. Apesar da difícil convivência entre as diferentes tendências, a proposta de articular uma Central Única dos Trabalhadores (CUT), em discussão desde o primeiro Enclat,²⁷ foi deliberada nessa conferência.

A partir dessa deliberação, o próximo passo da Conclat foi criar a Comissão Nacional Pró-CUT, que congregasse as duas tendências e se tornasse responsável pela organização do I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora.

O assunto causou novas divergências: para a composição da Comissão Pró-CUT, a Unidade Sindical defendia a participação exclusiva de dirigentes sindicais, enquanto a Anampos se posicionava em favor da participação de trabalhadores de base e de oposição.

Indignados pelas divergências internas, os participantes exigiram a unidade dos trabalhadores: “A divisão do movimento só não ocorreu nesta I Conclat por exigência do plenário, que clamava por unidade e não aceitou a sobreposição dos interesses das tendências aos do conjunto dos trabalhadores”.²⁸

A Comissão Pró-CUT indicou a realização do I Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat) para 1982, mas a unidade entre as tendências não se concretizou e o congresso não aconteceu.

Os sindicalistas mais combativos, ligados ao PT e ao PCdoB, foram bastante críticos ao imobilismo da Comissão Pró-CUT e denunciaram firmemente o adiamento do Congresso das Classes Trabalhadoras (Conclat) considerando-o uma manobra dos setores hegemônicos da Unidade Sindical em aliança com os “pelegos”.

Depois de muita conversa, os Autênticos e as Oposições Sindicais decidiram encaminhar a decisão dos mais de cinco mil delegados pre-

26 Costa, 1995, pp. 54-61.

27 Ao todo foram 17 Encontros das Classes Trabalhadoras.

28 Costa, 1995, pp. 54-61. Segundo Ozaí da Silva (s.d.), a Unidade Sindical alegou primeiramente ser um ano eleitoral. Em 1983, ela discordou de um dos itens do regimento interno que previa a participação das oposições sindicais e das associações pré-sindicais.

sentes na I Conclat e realizaram, em agosto de 1983, o I Congresso da Classe Trabalhadora.

Os reflexos da I Conclat na Unicamp

As resoluções da I Conclat tiveram grande repercussão também na Unicamp. A diretoria da Assuc publicou um encarte especial que circulou com o jornal *Luta Sindical* n. 4, de agosto de 1981. Intitulado “Uma Vitória dos Trabalhadores”, o boletim trazia as novidades do evento, como o plano de lutas, a composição da Comissão Pró-CUT, a convocação do congresso para a fundação da central e o manifesto que preparava o Dia Nacional de Luta, para 1º de outubro de 1981. Além disso, o encarte, assim como o jornal, expressava a opinião da corrente majoritária da Assuc e alinhava sua ideologia às principais propostas aprovadas na plenária geral da conferência. Segue o texto:

A tese vencedora aqui na Unicamp tinha como eixos:

- A elaboração de um plano de lutas contra o desemprego e a miséria;
- A proposta da realização de um congresso em 1982, que fundasse a CUT.

Esta tese foi (*sic*) na sua quase totalidade as mesmas propostas aprovadas nas comissões (sindicalismo, direito ao trabalho, política salarial econômica, política agrária e problemas nacionais) e finalmente aprovada na plenária geral. Sem dúvida, mais uma vitória dos servidores da Unicamp.²⁹

“NENHUM TOSTÃO ABAIXO DA INFLAÇÃO”

A campanha salarial de 1981 iniciou-se em fevereiro. Sob o lema “Nenhum tostão abaixo da inflação”³⁰ a luta dos servidores públicos era por reajuste semestral e pela incorporação (imediata) do abono ao salário. De acordo com vários relatos, ocorreu uma greve, contudo os registros não foram encontrados. “A reitoria alegava que não tinha dado tempo de processar (o abono ao pagamento) e a gente queria o pagamento...”, conta Reginaldo Bispo referindo-se à primeira greve de 1981.

29 Trecho extraído do jornal *Luta Sindical*, n. 4, setembro de 1981, p. 3.

30 Panfleto intitulado “Nenhum tostão abaixo da inflação”, fevereiro de 1981.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIV. EST. DE CAMPUS

LUTA SINDICAL

Jornal da Associação dos Servidores da Unicamp Assuc n.º 4 Ano II



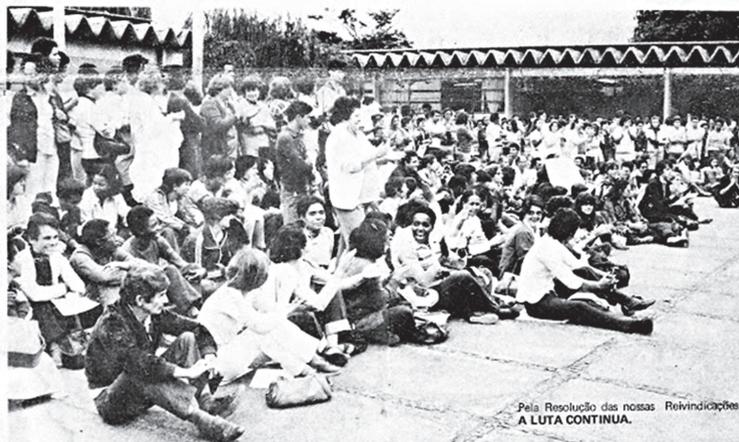
Conclat Uma Vitória dos Trabalhadores

ENCARTE ESPECIAL SOBRE A CONCLAT COM AS PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

E COMO PARTE DAS DECISÕES DO CONCLAT VAMOS PREPARAR O

Dia Nacional de Luta

1.º DE OUTUBRO ATO PÚBLICO NO LARGO DO ROSÁRIO



Pela Resolução das nossas Reivindicações
A LUTA CONTINUA.

Eleição do Reitor O que Pensa a ASSUC ?

PÁGINAS 7 e 8

Encarte que circulou com o jornal *Luta Sindical*, de agosto de 1981. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Em março de 1981, a inflação beirava os 120% e, segundo um panfleto distribuído pela Assuc, não apenas os funcionários da Unicamp, mas o funcionalismo público estadual deveria se preparar para “os golpes de Maluf”. O panfleto dizia que o governador biônico Paulo Salim Maluf ganharia o apoio da opinião pública (e a poria contra os servidores) apenas manipulando os números:

Ele incorpora o abono ao salário mais os gastos com as obrigações trabalhistas referentes ao abono, mais um percentual de 80% e obtém como resultado (para ele) 120%. Essa jogada do Maluf significa um reajuste real de 80%. Exatamente a metade dos 155% a que temos direito.³¹

Outra “jogada” que Maluf estaria planejando, ainda segundo o panfleto, seria o reajuste escalonado, dividindo os servidores em diversos níveis, dificultando a mobilização de toda a categoria contra o governo e pelo reajuste acima da inflação.³²

Em fevereiro, o conselho deliberativo da Assuc foi reeleito por unanimidade. O mandato era de um ano e, embora alguns membros tivessem se afastado da entidade,³³ os que permaneceram tiveram seu mandato prorrogado até o final da gestão da diretoria.³⁴

As manifestações dos funcionários, coordenadas pela comissão de mobilização da Assuc pela campanha salarial, desembocaram no II Encontro Estadual do Funcionalismo Público, em 9 de março de 1981.³⁵ As propostas da diretoria para esse evento foram: por 85% de aumento; pela realização do III Encontro, onde seriam discutidas as respostas do governo; e pela formação de uma Federação de Entidades Independentes dos Funcionários Públicos.

31 *Idem.*

32 *Idem.*

33 O professor José Vitório Zago viajou para o exterior; Rivail Farina demitiu-se da Unicamp; e Willian Kalaf e Jurivaldo Folegatti decidiram afastar-se da Assuc.

34 Ata da reunião do conselho deliberativo, 14/2/1981.

35 Cabe registrar aqui que embora os documentos mostrem que algumas mobilizações da Assuc tenham acontecido em conjunto com a Universidade de São Paulo (USP) e com outras entidades representativas do funcionalismo público, nem sempre a unificação ficou bem definida. Ora os boletins registram a participação de determinada entidade, ora mencionam uma participação genérica.

Entre os dias 3 e 5 de junho de 1981, cerca de 3.500 trabalhadores sob o comando da Assuc deflagraram uma greve que durou três dias. Os trabalhadores decidiram entrar em greve porque o governador Paulo Maluf havia prometido ao funcionalismo reajustes que variavam entre 70% e 120%, no entanto, embora a reivindicação dos servidores fosse de 147%, eles só haviam recebido 70% até aquele momento.³⁶

A causa dos trabalhadores técnico-administrativos ganhou o apoio dos docentes que, em solidariedade, decidiram aderir à paralisação. “Só retornaremos às atividades quando os funcionários encerrarem sua greve”, publicou o boletim *Adunicamp Urgente*, de 3 de junho de 1981.

Apesar de “relâmpago”, a greve foi vitoriosa: conquistou a contagem do tempo de serviço exercido em qualquer repartição pública; o pagamento integral dos salários para 90% dos funcionários até o dia 3 de julho de 1981 e para os demais até o dia 3 de agosto de 1981; e ainda “velhas” reivindicações, como correção dos desvios de função, pagamento de adicionais de insalubridade e de periculosidade, pagamento do transporte para funcionários do restaurante.³⁷

Além das conquistas, a mobilização provocou tumulto na cúpula da universidade. Reginaldo Bispo relata: “Nesses três dias nós colocamos a Unicamp em polvorosa e fizemos aflorar os conflitos da gestão Plínio [...]. O Plínio falava: ‘Mas isso não é possível’. O Zuhair (Warwar) respondia para ele: ‘É possível, sim, reitor, pode fazer assim, assim, assado’”.

Durante a greve de junho, a diretoria da Assuc marcou uma assembleia para o início do mês seguinte para avaliar o atendimento das reivindicações. Ao mesmo tempo, os funcionários organizavam suas comissões e faziam levantamentos sobre as suas condições de trabalho, como a insalubridade em determinados setores e sobre os desvios de função. Segundo informações contidas num boletim da Assuc de julho de 1981, “[...] quase todos os funcionários haviam sido enquadrados, no entanto apenas 53% receberiam no dia 3/7/1981”.³⁸

A questão salarial foi resolvida. No entanto, como a maioria das reivindicações não foi atendida, no mês de outubro os funcionários

36 *Informativo Assuc*, n. 14, 27/5/1981.

37 *Adunicamp Debate Informa*, n. 2, julho de 1981.

38 *Boletim Assuc*, junho de 1981.

deflagraram nova greve. De acordo com Reginaldo Bispo, essa greve foi a “coroação” do processo de reivindicações iniciado em fevereiro, quando a categoria reivindicava o abono que não havia sido pago pelo reitor. Além dessa, houve uma série de outras reivindicações em relação a creche, alimentação, transporte fretado e adicional de insalubridade para os trabalhadores do HC-Cidade, além da implantação de um quadro de carreira para corrigir os desvios de função e pela melhoria das condições de trabalho na manutenção. Mas essa não foi uma mobilização coesa, como ele mesmo conta:



Trabalhadores em assembleia no pátio do DGA, em junho de 1981. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

A outra parte da diretoria e o PCB, que era maioria entre os professores e influente sobre os alunos, entenderam que a gente estava querendo embaçar o processo de eleição (para reitor). Daí aconteceu o isolamento. Foi uma greve isoladíssima.

E Vasco explica:

O medo da gente (eu não era experiente em greve, aliás, ninguém era)... é que a gente achava que era uma ferramenta tão nobre que não podia ficar usando-a a qualquer hora, tinha de ser no limite. Eles não, eles decretavam primeiro a greve e depois sentavam para negociar.

Por conta da greve de junho de 1981, os diretores Clóvis Garcia e Reginaldo Bispo,³⁹ foram colocados à disposição da coordenadoria geral, pelo diretor da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA). Essa não foi a única perseguição envolvendo esses dois personagens. Em outubro do mesmo ano, durante a intervenção, como trataremos, foram demitidos por “justa causa” junto com outros dez membros da diretoria e readmitidos somente no ano seguinte. Entretanto, em fevereiro de 1984, Reginaldo Bispo foi demitido pela última vez.⁴⁰

39 Em 14 de abril do mesmo ano, Reginaldo Bispo Pereira recebeu carta de advertência da direção da FEA, sob a acusação de “proceder de forma displicente na preparação de aulas práticas e de apresentar desinteresse pelo trabalho”.

40 Grande parte do processo da demissão de Reginaldo Bispo faz parte do acervo do Projeto Memória do STU.

1981: CRISE NAS RELAÇÕES DE PODER DA UNICAMP

NECESSIDADE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E REPRESSÃO

O segundo ano da gestão da Luta Sindical, na Assuc, foi bastante movimentado. Toda a movimentação tinha como eixo o processo de democratização que se desenrolava pelo país e que envolvia grande parcela da chamada sociedade civil.

Na Unicamp, a comunidade universitária estava prestes a participar pela primeira vez do processo de sucessão do reitor. Uma proposta aprovada pelo conselho diretor permitia à Assuc, à Adunicamp e ao DCE realizarem uma consulta aberta para escolher os nomes para compor a lista sêxtupla que seria enviada ao governo do Estado. O assunto foi amplamente debatido e dividiu a diretoria da associação. “As divergências começaram a aflorar exatamente nos momentos de mobilização, porque os interesses eram diferentes e as formas de atuação também”, explica Reginaldo Bispo.

Apesar das divergências, os fatos registrados nas atas, panfletos e nos jornais de 1981 muito contribuíram na definição do novo caráter assumido pela Assuc nessa fase. As discussões passaram a ser amplas, a reunir funcionários, professores e alunos, estendendo-se pelo funcionalismo público. A associação influenciou várias lutas de trabalhadores do país e envolveu a opinião pública.

Em 1981, apesar do momento desfavorável ao movimento sindical, como definiram alguns autores que discorreram sobre a época e como

confirmaram todos os entrevistados, os funcionários da Unicamp deflagraram três greves. A Assuc nadou contra a correnteza.

Referindo-se à demissão de toda a diretoria da Assuc durante a intervenção, João Batista Moraes Moreira lembra:

O Brasil estava em refluxo em decorrência do que tinha acontecido no ABC. Quando a assembleia do HC aprovou a greve (em outubro de 1981) eu falei pro Clóvis: “É preciso falar pra esse povo o risco que estamos correndo. A conjuntura não é propícia. Os caras (reitor e governador) vão jogar pesado”. Dito e feito.

País apóia a Unicamp

Diário do Povo 30.10.81



Mais de duas mil pessoas compareceram ontem ao ato público realizado no Paço Municipal

A chuva foi forte mas não impediu que duas mil pessoas fossem ao ato público em apoio à Unicamp, para demonstrarem que Campinas par-

ticipa da luta pela sobrevivência da universidade como instituição de ensino, de pesquisa, e como local onde a democracia avança. Lá, ficou claro

que não é apenas a cidade que se solidariza com a universidade: até a tarde haviam chegado 215 manifestações de solidariedade, do país e do ex-

terior. Políticos, como Carlos Nelson Bueno, em nome de Ulysses Guimarães, e Lula também foram apoiar a Unicamp.

Página 8

Recortes do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 1981. Fonte: Acervo Siarq/Unicamp.

A associação também representou os servidores da Unicamp nos grandes eventos que discutiram as transformações das estruturas social e sindical. Seu estatuto foi amplamente reformulado. Houve várias manifestações internas contrárias ao poder absoluto do reitor e a favor da institucionalização da Unicamp e externas discutindo a defesa e a valorização da educação e da universidade pública.

Cabe, ainda, lembrar que, em 1981, na tentativa de abafar essas manifestações democráticas, a Unicamp sofreu a intervenção do governo do Estado, que exonerou dois diretores de faculdades e seis diretores

de institutos.¹ A Assuc também sentiu de perto o forte odor da ditadura:² viu toda a sua diretoria ser demitida³ em outubro de 1981. Um ano atípico na história da universidade, que ficou na memória principalmente de quem vivenciou o “golpe” do governador Paulo Maluf.

A CRISE INSTITUCIONAL DA UNICAMP

A mesma conjuntura que estimulava a abertura, envolvendo grande parcela da sociedade organizada e a comunidade universitária, também chacoalhava os detentores do poder (governo do Estado e reitoria), que promoviam ações repressoras. À medida que a luta pela democratização era manifestada, o autoritarismo se revelava.

O ano de 1981 foi de intensa crise na Unicamp. Durante a gestão de Zeferino Vaz (1966-1978), a universidade tinha sido administrada de forma centralizada, o que facilitou sua implantação. Entretanto, no período seguinte (1978-1982), o reitor Plínio Alves de Moraes deparou-se com uma nova realidade: a necessidade da institucionalização. A universidade, que até então tinha sido regida pelos chamados “dispositivos transitórios”, estava na iminência de publicar a redação definitiva dos estatutos e de seu regimento geral.

Em 1981, Plínio Alves de Moraes iniciou o processo de descentralização e desburocratização da administração geral e nomeou dois novos coordenadores: os professores Paulo Anna Bobbio (coordenação das

1 Os diretores de faculdades exonerados foram: Eduardo Oscar de Campos Chaves (FE) e Maurício Prates de Campos Filho (FEC). Os diretores de institutos exonerados foram: Aécio Pereira Chagas (IQ), André Maria Pompeu Villalobos (IFCH), Ayda Ignez Arruda (Imeec), Carlos Alfredo Arguello (IF), Carlos Franchi (IEL) e Yaro Burian Jr. (IA).

2 Este termo foi publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, 21/10/1981. O título do artigo de Maurício Tragtenberg foi “A Unicamp e o forte odor da ditadura”.

3 Diretores da Assuc demitidos durante a intervenção de Maluf na Unicamp: Alaíde Pedro Franco Corrêa, Cândida Maria Teixeira, Clóvis Antônio Garcia, Elói José da Silva Lima, Érgio Antônio Moscatini Schetini, Jair de Seta, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, José Antônio Saenz, José Walter Martinez, Luiz Antônio Teixeira de Vasconcelos, Reginaldo Bispo Pereira, Wagner Pantarotti, Wilson Hiroyuki Kawai (também foi demitido, por engano, o irmão de Wagner Pantarotti, Waldemar).

faculdades) e José Merzel (coordenação dos institutos). A portaria que criou a prefeitura do *campus* também foi baixada. Com isso, caberia ao prefeito do *campus* parte das atribuições do coordenador geral da universidade.

Uma das expectativas em relação ao novo cargo era que o prefeito tratasse de forma adequada a questão do transporte na Unicamp. Naquele momento estava vencendo o contrato de três anos do transporte fretado entre a Unicamp e a empresa Ensatur, pertencente ao deputado estadual Nabi Abi Chedid. A quantia paga pelos serviços, Cr\$ 500 milhões, era suficiente para a universidade ter a sua própria frota de ônibus, possibilidade que vinha sendo considerada desde 1980.

A partir daí instalou-se a crise na alta administração da universidade. Após a criação dos cargos das duas coordenações, o vice-reitor, Paulo Gomes Romêo, solicitou suas férias atrasadas. Ao mesmo tempo, as iniciativas do reitor despertaram pressões internas e externas, e a universidade sofreu cortes de verbas. Em 19 de dezembro de 1981, o jornal *Correio Popular* divulgou: “O reitor admitia a membros do conselho diretor que estava sendo pressionado pelo governo do Estado e por grupos dentro da universidade para revogar as três portarias”.

As portarias que o reitor enviava ao governador biônico do Estado, Paulo Salim Maluf, nunca chegaram a ser publicadas no *Diário Oficial do Estado*. Ao contrário, como publicou o jornal *Correio Popular*, Plínio teve de revogar suas últimas portarias, como a da criação da prefeitura do *campus*, cujas atribuições seriam a administração dos contratos de transportes coletivos, limpeza, coleta de lixo e administração dos restaurantes e do escritório de construções.

Também exonerou os dois recentes coordenadores nomeados por ele (Paulo Anna Bobbio e José Merzel). Com isso, o coordenador geral da administração, Zuhair Warwar, continuou detendo o poder, e o vice-reitor, Paulo Gomes Romêo, retornou das férias.⁴

O final de 1981 significava o começo do processo de sucessão de reitor. Era o período em que o conselho diretor elaboraria uma lista sêxtupla, contendo os nomes dos candidatos, que deveria ser entregue ao governador do Estado, Paulo Salim Maluf. Naquele momento, o país

4 “Política impede a Unicamp de ter a sua frota de ônibus”. *Correio Popular*, 19/12/1981.

estava vivendo o processo de reabertura política e a comunidade universitária reivindicava maior democratização na universidade. Os funcionários, docentes e estudantes buscavam a participação ativa nos conselhos e nos colegiados, órgãos deliberativos que se tornavam cada vez mais importantes na definição dos rumos da Unicamp.



Recortes do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 1979 e do *Jornal de Hoje*, de 1980. Fonte: Acervo Siarq/Unicamp.

Em consonância com tais anseios, o conselho diretor aprovou por 18 votos contra quatro e duas abstenções a consulta à comunidade para a elaboração da lista sêxtupla.⁵ A representação dos alunos também foi ampliada, aumentando de dois para sete representantes. A intenção dos estudantes era eleger os membros no mês de outubro, quando ocorria a eleição para o DCE.

Embora a democratização da universidade fosse o destino, os caminhos para alcançá-la foram penosos. O ano de 1981 não parecia propiciar conquistas tão expressivas. Segundo a imprensa da época, as campanhas que visavam maior democracia no processo de sucessão, desen-

5 *Folha de S. Paulo*, 29/9/1981. A data dessa deliberação do conselho diretor não foi encontrada. Ocorreu, provavelmente, entre junho e julho de 1981.

cadeadas desde junho de 1981 e seguidas de pressões internas e externas, levaram a alta direção da universidade a converter seu curso. Crescia cada vez mais, no governo do Estado, a oposição às tendências apontadas pela comunidade universitária.

Na tentativa de restabelecer um bom relacionamento com o governo e assim resgatar o envio de verbas destinadas à universidade, que já sofria os transtornos causados pela falta de dinheiro, o cerco começou a se fechar. O reitor, aparentemente interessado em promover a descentralização de poder dentro da universidade, priorizando a instituição em detrimento de interesses de nomes do governo (como no caso da frota de ônibus), num segundo momento pareceu interagir com a administração estadual.

Com esse objetivo, Plínio Alves de Moraes entrou com pedido de parecer do Conselho Estadual da Educação sobre a legalidade da consulta à comunidade. Quis saber se era legal que funcionários, docentes e estudantes determinassem a lista sêxtupla de nomes para a sucessão do reitor. Como era de esperar, já que o órgão era vinculado ao governo, o parecer foi desfavorável. Iniciou-se então um debate jurídico sobre o assunto, que envolveu diversas instituições e acadêmicos, especialmente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professores de Direito da Universidade de São Paulo (USP), todos favoráveis à democratização da universidade. No entanto, para a comunidade da Unicamp, a conscientização de que a luta era política e não jurídica tornou-se evidente nos manifestos e pela imprensa da época.

O assunto tomou amplas proporções. A comunidade acadêmica nacional voltou seus olhos para a novidade que pretendia se instalar na Unicamp: a democratização da universidade pública. O movimento recebeu apoio de professores de diversos níveis e buscava ainda a colaboração de toda a sociedade por meio de movimentos populares, como passeatas e atos públicos.

Como foi mencionado, em 3 de outubro de 1981, os funcionários entraram em greve novamente.⁶ O movimento teve início com os funcionários do HC/Cidade, que reivindicavam os acordos da greve de 1979.

6 “Intervenção prejudica as eleições na Unicamp”. *Correio Popular*, 18/10/1981.

No dia 5 de outubro foi a vez de parte dos funcionários do *campus* reivindicar não apenas os acordos, mas apelar contra as perseguições políticas e desmandos das chefias. De acordo com os boletins, os funcionários do restaurante foram os mais mobilizados contra os desmandos de dona Ady,⁷ que ocupava o cargo de chefe do restaurante.

Naquele momento, os alunos e docentes, mesmo considerando legítima a greve dos funcionários, queriam garantir a normalidade mínima do funcionamento do *campus*, para que pudessem realizar de forma satisfatória a sucessão democrática do DCE e também para que elegessem seus novos representantes no conselho diretor. Além disso, visavam ao processo de consulta à comunidade para a elaboração da lista sêxtupla, que estava marcada para os dias 20, 21 e 22 de outubro.

Em troca de os trabalhadores voltarem ao trabalho, os professores e os alunos propuseram-se a aderir à greve dos funcionários, oportunamente. Para eles, a mobilização dos funcionários, naquele momento, estava atendendo aos interesses da reitoria e do governo do Estado, motivo pelo qual o coordenador geral da administração, Zuhair Warwar,⁸ não teria atendido às reivindicações da categoria.⁹

A PRIMEIRA CONSULTA PARA REITOR

A proposta da diretoria da Assuc era de que a escolha do nome do reitor fosse um assunto amplamente discutido pela comunidade universitária. Na verdade, embora as discussões tivessem o mesmo eixo, giravam em sentidos contrários.

Enquanto a corrente “minoritária” defendia a participação de todos os funcionários no processo de escolha, a tendência “mais à esquerda” discutia de que forma eles deveriam participar. Além disso, apregoava que a eleição não resolveria “os maiores problemas dos funcionários, como salário, moradia e inflação”,¹⁰ pois eles não estavam na “alçada do

7 Ady de Souza Nugnaini.

8 Zuhair Warwar teve importante participação na Assuc até 1979, elaborando inclusive o segundo estatuto da entidade.

9 Adunicamp e DCE. Panfleto de outubro de 1981.

10 *Jornal Luta Sindical*, n. 4, agosto de 1981, p. 8.

reitor”.¹¹ Mas ambas concordavam que aquelas “regras” não eram as ideais. Ambas também propunham os próximos pontos a serem atacados naquele processo.

A bandeira do grupo formado por Clóvis, Reginaldo, Dênio, Alaíde e Wilson foi da autonomia universitária.¹² A luta era pelo ensino público e gratuito em todos os níveis, com verba do governo do Estado, cuja aplicação seria decidida pela comunidade universitária. O grupo também defendia as eleições livres e diretas para reitor e para presidente da República:

Nós lutamos para que o presidente seja escolhido por eleições livres e diretas [...] sem nenhum intermediário, ou alguém que faça a escolha final acima de nossas cabeças. E nós lutamos por isso, mesmo sabendo que eleição livre e direta para presidente é muito mais difícil que impor um reitor ao governador.¹³ [...] Lutamos pelo que é certo e não pelo mais fácil!¹⁴

O outro grupo, que tinha como lideranças Vasco, Seta, José Walter, Cândida e Elói, considerava as mudanças promovidas pelo conselho diretor, valorizando a participação dos funcionários no processo de escolha: “[...] Teremos condições de, ‘frente a frente’, num debate aberto, discutir os programas e amarrar compromissos com todos os candidatos que aparecerem e que estiverem dispostos efetivamente a assumi-los”. Reconhecia a falta de garantias: “É necessário que fique claro para todos que nada está garantido previamente”. E de que forma deveria lutar:

[...] É fundamental que a Assuc se articule imediatamente com as demais entidades [Adunicamp e DCE], no sentido de encaminhar conjuntamente o processo e preparar a comunidade para enfrentar as suas etapas mais difíceis, que só serão vencidas através do esforço conjunto de funcionários, professores e estudantes.¹⁵

A ala dos funcionários que discordaram da confecção da lista sêxtupla (que teria de ser aprovada pelo conselho diretor) considerava esse

11 *Idem.*

12 *Idem.*

13 *Idem.*

14 *Idem.*

15 *Idem.*

processo antidemocrático, pois acreditava que qualquer professor, funcionário ou aluno pudesse concorrer ao pleito e não apenas os professores MS-6 (professores titulares). Reginaldo Bispo resume: “A grande verdade é que eles aceitavam a lista sêxtupla enquanto nós entendíamos que o mais votado deveria ser nomeado”.

“Eles eram absurdamente democratistas. Eles achavam que era uma república livre, que era eleição direta. [...] A universidade é uma instituição diferente não por discriminação, mas por função”, explica Vasco. E completa:

O movimento que a gente chamava “mais maduro” decidiu que não: “Isso o governador não vai nem olhar...”. “Ah, mas então o que a gente vai fazer?” “A gente vai pegar a lista, levar ao conselho e ordenar a lista a ele e dar para o governador cancelar o primeiro nome enviado pelo conselho.”

No final, o grupo que discordava da lista acabou reconhecendo o momento e aderindo ao processo. Mas optou por escolher os nomes dos oito diretores exonerados, ainda que três deles não fossem candidatos.

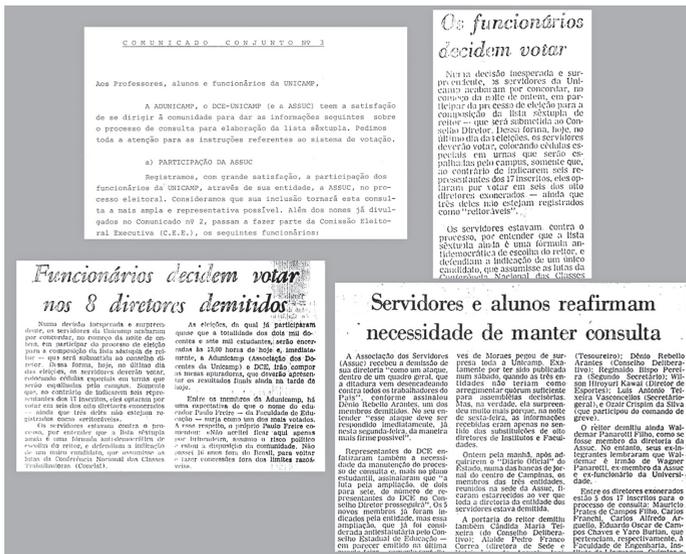
Cabe apontar aqui que a participação da Assuc no processo sucessório teve menor expressão do que as outras entidades representativas (Adunicamp e DCE), por várias razões: enquanto professores e alunos voltavam seus olhos para uma possibilidade mais democrática de elaboração da lista sêxtupla para a escolha do reitor, aprovada no conselho diretor, a Associação dos Servidores da Unicamp sofria o “racha” interno.

Outro agravante era que tanto os professores quanto os alunos tinham representantes no conselho diretor, o que lhes legitimava as deliberações. Já os funcionários não tinham qualquer participação nessas deliberações. Seu único meio de influir na política da universidade era através de pressões ocorridas a partir de organização própria.

Mas, apesar de todo esse contexto turbulento, a consulta à comunidade universitária sobre a indicação de seis nomes, dos 17 candidatos a reitor, ocorreu por meio de voto direto e com a participação das três categorias.

O resultado foi o seguinte:¹⁶

Paulo Freire ¹⁷	6.730 votos
Maurício Prattes	6.269 votos
Carlos Franchi	5.403 votos
Rogério Cêzar de Cerqueira Leite	5.114 votos
Yaro Burian Jr.	4.612 votos
Eduardo Chaves	4.564 votos



Recortes do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 1979, e do *Jornal de Hoje*, de 1980. Fonte: Acervo Siarq/Unicamp.

Entretanto, ainda que a consulta à comunidade universitária representasse uma vitória parcial dos funcionários, professores e alunos contra o governo do Estado, a lista sêxtupla só teria alguma validade se

- 16 “Unicamp apura votos: A lista está pronta”. *Correio Popular*, Campinas, 23/10/1981. *A Folha de S. Paulo*, de 24/10/1981, publicou, no entanto, outros números: Paulo Freire (6.734), Maurício Prattes (6.173), Carlos Franchi (5.417), Rogério Cêzar de Cerqueira Leite (5.118), Yaro Burian Jr. (4.794) e Eduardo Chaves (4.567). In: “Paulo Freire é o mais votado”. *Jornal Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24/10/1981.
- 17 Paulo Freire é considerado um dos educadores mais notáveis do mundo.

fosse aprovada pelo conselho diretor, que no momento era formado por nomes escolhidos a dedo pelo governador Paulo Maluf.¹⁸

A INTERVENÇÃO “MALUFISTA” NA UNICAMP

Para não perder o poder e a influência sobre a política interna da Unicamp, no dia 13 de outubro o governo do Estado começou a fazer manobras na tentativa de impedir a democratização do processo sucessório do reitor.

Primeiramente, o governador Paulo Salim Maluf alterou de uma só vez os seis representantes do governo no conselho diretor. Os novos conselheiros tinham o poder de vetar em segunda instância as deliberações das quais discordassem.¹⁹ Não tardou para a comunidade universitária perceber que tais alterações nada mais eram que medidas contrárias às últimas deliberações aprovadas pelo conselho.

Entretanto, o pior ainda estava por vir. Coincidentemente, a intervenção propriamente dita do governo do Estado se efetivou no mesmo dia em que os funcionários decidiram encerrar a greve. Recorda Reginaldo Bispo:

O dia em que a greve terminou eu nunca vou me esquecer. Foi numa sexta-feira. Nós fizemos uma avaliação antes no comando e chegamos ao seguinte: a greve era um caos e se a gente mantivesse a greve, o prejuízo seria muito grande, dado o isolamento que a gente tinha.

18 O *DOE* de 17 de outubro de 1981 que publicou a portaria do reitor, Plínio Alves de Moraes, demitindo os diretores da Assuc e exonerando os diretores de institutos e faculdades, também designou sete interventores escolhidos pelo governador Paulo Salim Maluf: Antonio Soares Amora (Instituto de Estudos da Linguagem), Eduardo Corona (Faculdade de Engenharia de Campinas), Eduardo Daruge (Faculdade de Educação), Frederico Pimentel Gomes (Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação), Shigeo Watanabe (Instituto de Física), Paulo de Toledo Artigas (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) e Geraldo Claret de Mello Ayres (Instituto de Química).

19 Documento público da Adunicamp, 26/10/1981.

No sábado, 17 de outubro de 1981, o *Diário Oficial do Estado* publicava a portaria do reitor que demitia toda a diretoria da Assuc e mais um funcionário por engano.²⁰ Também exonerava oito membros do conselho diretor: seis diretores de institutos e dois de faculdades.

O lugar de cada membro do conselho diretor foi preenchido por interventores do governo do Estado. Todos vindos de outras universidades e institutos de ensino e todos estranhos à comunidade da Unicamp. Apelidados de “Bando da Lua”, foram recebidos sob protestos nas unidades em que deveriam assumir. Por terem vindo de fora e naquelas circunstâncias, foram rechaçados pela comunidade universitária.

Em sinal de luto, as bandeiras brasileira, paulista e da Unicamp foram hasteadas a meio pau. A partir de então, funcionários, docentes e alunos iniciaram uma mobilização sem precedentes na história da universidade. A luta contra a intervenção sedimentou as três categorias, numa unidade inédita. “No final de semana a gente se mobilizou e na segunda-feira todo mundo retomou a greve. Aí a greve era de toda a universidade”, conta Bispo.

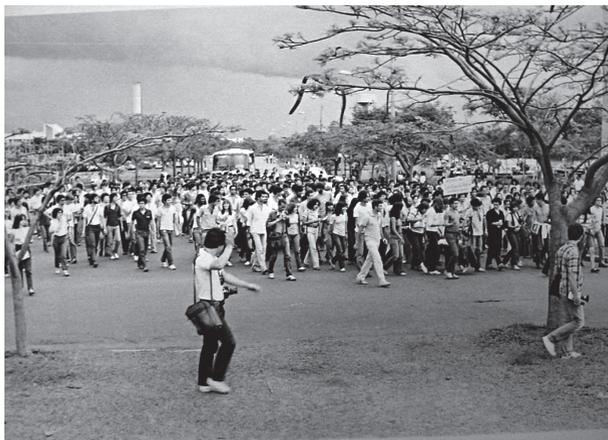
João Batista de Moraes Moreira também recorda o momento:

A Unicamp viveu uma situação pré-revolucionária. Havia quatro passeatas simultâneas pelo *campus*, os interventores eram barrados, gente que nunca participava de nada entrou no movimento, os estudantes fizeram várias passeatas, os docentes atuavam nas congregações. Todo mundo se mobilizou. Foi uma experiência incrível.

Cândida Maria Teixeira pondera:

Em termos de resposta popular, o que a Unicamp provocou na intervenção, hoje não se consegue: um ato político em defesa da Unicamp reunir 3 mil pessoas no Largo do Rosário. [...] Na semana da intervenção teve ato ecumênico na catedral, outro ato na prefeitura e todo mundo se distribuía, todo mundo tinha que dar uma passadinha em todo lugar. Chegava na catedral não

20 O funcionário Waldemar Pantarotti Filho foi demitido por ter sido confundido com seu irmão Wagner Pantarotti, ex-membro da Assuc e ex-funcionário da Unicamp. Sobre o assunto, ver também: “Portaria exonera e também demite 14 diretores da Assuc”. *Correio Popular*, Campinas, 18/10/1981.



Imagens do enterro simbólico do secretário de Educação, Luiz Ferreira Martins, encenado pela comunidade universitária. Fotos: Acervo Arquivo Edgard Leuenroth.

A Assuc, a Adunicamp e o DCE lutavam pela readmissão da diretoria da associação, ao mesmo tempo em que atentavam para o processo de democratização da universidade, já que ela se tornaria inatingível caso o conselho diretor criasse o estatuto, os regimentos internos e cancelasse a proposta de consulta à comunidade para elaborar a lista sêxtupla de nomes para reitor.²¹

21 A Assuc pediu apoio ao DCE e à Adunicamp, conforme foto do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth.



Passeata na Av. Francisco Glicério, durante a intervenção. Fonte: Acervo do Projeto Memória do STU.

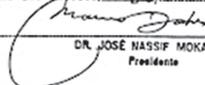
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

DESPACHO

MOÇÃO N.º 38/81

À EXMA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Sala das Sessões, 26/OUT 1981


DR. JOSÉ NASSIF MOKARZEL
Presidente

Exmo. Sr. Presidente:

CONSIDERANDO os lamentáveis acontecimentos ocorridos no Campus da Universidade Estadual de Campinas, e que tiveram origem na forma abusiva e ditatorial pela qual S.Exa. o Governador do Estado de São Paulo houve por bem praticar uma verdadeira intervenção nos assuntos internos da referida Unicamp:

CONSIDERANDO mais, que, por essa odiosa intervenção, foram exonerados 8 (oito) diretores de várias unidades de ensino da Unicamp, bem como demitidos, pura e simplesmente, 14 (quatorze) funcionários da Assuc - Associação dos Servidores da Universidade de Campinas - medidas estas todas ditadas por motivos políticos que visaram estancar no nascedouro as legítimas aspirações democráticas que animavam o processo eleitoral do seu futuro Reitor;

CONSIDERANDO ainda que a justificativa legal de tal ato - a de que os Diretores demitidos não eram titulares nem concursados - não encontra o menor respaldo na tradição do referido Campus Universitário, já que, inclusive, o próprio atual Reitor não preenche aqueles requisitos:

CONSIDERANDO, por isso mesmo, que a única intenção de S.Exa., o Governador do Estado, através da sua nefanda intervenção, é acabar com o processo de "abertura" que vinha se processando na Unicamp, como natural corolário do maior entrosamento entre professores, alunos e funcionários;

CONSIDERANDO, finalmente, que tão condenável ação está a refletir uma lastimável política educacional que, às vésperas do início do ano eleitoral de 1982, evidencia, acima de tudo, o desprezo do Dr. Paulo Salim Maluf pelos ideais de cultura da nossa sociedade, na medida em que S.Exa. usa o tabuleiro da Unicamp para o exercício do xadrez das suas maquinações eleitorais;

CONSIDERANDO, acima de tudo, que esta Câmara Municipal não pode permanecer indiferente a esse alarmante

Trecho de moção aprovada pela Câmara Municipal de Campinas em repúdio à intervenção do governo Maluf na Unicamp, outubro de 1981. Fonte: Acervo de Celso Ribeiro de Almeida.

Os alunos e os professores organizaram mutirões para fazer comida, cuidar da limpeza e para manter os bons ânimos da comunidade, garantindo, assim, a consulta para reitor.

A desculpa arranjada pelo governo para justificar a intervenção foi a de que os oito diretores exonerados não eram professores concursados ou ainda que não tinham a titulação adequada para o cargo. Durante a gestão de Zeferino Vaz, a política de manter os privilégios de professores como esses era guiada pelo que ele chamava de professores de “notório saber”.

Para desmerecer os diretores exonerados, o secretário de Educação declarou à imprensa que os exonerados se tornariam competentes assim que prestassem concurso ou que obtivessem seus títulos. Luiz Ferreira Martins ainda os desafiou a mostrarem suas contribuições à comunidade científica.

Entre as diversas respostas que o secretário recebeu, a manifestação do professor Rogério César de Cerqueira Leite merece destaque: o desafio foi devolvido. Rogério César pediu que o secretário comprovasse ter pelo menos 1% das citações que ele (Rogério) tivera em trabalhos científicos. Caso Martins o fizesse, Rogério César pediria desculpas à comunidade universitária e se afastaria da instituição. Mas, caso o secretário não conseguisse, deveria assumir o título de “homo energumenus”, apelido que era dado aos burocratas da educação, improdutivos cientificamente.²³

Muitas das manifestações foram extremamente bem-humoradas a fim de desmoralizar os interventores: os que conseguiam chegar às suas novas salas de trabalho eram boicotados por professores, alunos e funcionários que os impediam de se adaptar às novas funções. Chegou a ocorrer o enterro simbólico do secretário de Educação do Estado de São Paulo, Luiz Ferreira Martins, considerado o mentor e líder da intervenção.

Os professores entraram na Justiça contra a exoneração dos oito diretores,²⁴ obrigando o reitor a se explicar e a se defender na Justiça e na imprensa.

23 *Correio Popular*, 6/11/1981 (Siarq).

24 “Mandado contra o reitor da Unicamp”. *Correio Popular*, Campinas, 11/11/1981.

No dia 23 de outubro de 1981, no *Jornal da Tarde* (*O Estado de S. Paulo*) foi publicada “a primeira vitória da comunidade contra a intervenção”. A matéria anunciava que o professor Paulo de Toledo Artigas, que assumiu o cargo de diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), em 21 de outubro de 1981, tinha entregado sua carta de demissão no dia 22, sob a alegação de que a casa tinha vários outros professores concursados e aptos a assumirem o cargo, sendo sua presença ali dispensável. Vale recordar que Artigas assumiu o cargo sob fortes vaias e manifestações de alunos e professores.

O mesmo fato ocorreu no Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica (Imecc). O novo diretor foi “receptionado” pela comunidade sob vaias e protestos e já na segunda vez que apareceu acabou se encaminhando para a reitoria para pedir sua demissão.

Um episódio hilário e notável na história da Unicamp: o “pobre velhinho”, Frederico Pimentel Gomes, não conhecia o caminho até a reitoria e acabou por dar voltas desnecessárias até que os próprios manifestantes lhe mostraram um caminho, obviamente mais longo que o necessário.²⁵

No dia 11 de dezembro de 1981, o jornal *Diário do Povo*, de Campinas, publicou a decisão da Justiça que determinou a reintegração do professor Eduardo Chaves. Com isso, todos os outros diretores retornaram às suas unidades. Naquele momento, o único interventor que continuou na Unicamp foi o professor Geraldo Claret, no Instituto de Química, mas sua carta de renúncia já estava com o reitor havia quase um mês.

Aos poucos, os diretores foram reassumindo seus cargos por meio da Justiça.²⁶ Nesse período, no qual a Unicamp também sofria cortes de verbas, o reitor foi acusado pela Adunicamp, que estava sob a presidência do recém-empossado Eliézer Rizzo de Oliveira, de uso ilegal de dinheiro da universidade.

A acusação era de que Plínio Alves de Moraes teria gasto Cr\$ 10 milhões no final de dezembro de 1981 ao assinar um contrato com o escritório de advocacia do ex-ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, para

25 Associação de docentes da Unicamp, 1991, pp. 56-57.

26 “Na Unicamp uma pergunta: O reitor obedece às leis?”. *Diário do Povo*, Campinas, 6 de janeiro de 1982. E também em: “Juiz concede duas novas liminares na Unicamp”. *Diário do Povo*, Campinas, 29/11/1982.

sua própria defesa na Justiça, caso surgissem mandados de segurança contra ele por ocasião das denúncias feitas pelos professores. Segundo a Adunicamp, era a Procuradoria Geral da Universidade quem deveria defender o reitor na Justiça e não um advogado particular custeado com o dinheiro público.²⁷

LOCAL

24/10/81

CORREIO POPULAR — 9

A crise ainda continua indefinida

Unicamp: esperadas mais renúncias

A mobilização da comunidade acadêmica da Unicamp poderá tomar novos rumos a partir da próxima semana. O reitor Flávio Alves de Moraes, assim como no caso do Instituto de Humanas, está interessado em que os órgãos colegiados das diversas unidades (que tiveram seus diretores exonerados) façam indicações de outros nomes entre os professores titulares concursados ou estáveis das respectivas unidades de ensino. Ao que tudo indica, a Reitoria também está interessada em tomar esta decisão mesmo para as unidades cujos novos diretores já tomaram posse, evidentemente, mediante a renúncia dos mesmos.

Segundo a diretoria da Adunicamp, o reitor Flávio Alves de Moraes pediu ao diretor da Matemática, Frederico Pimentel Gomes, que renuncie. Estes novos dados, para a diretoria da Adunicamp, são os primeiros sintomas de negociação, ao seja: um caminho indicado pelo reitor para a solução do impasse. Embora não veja com bons olhos a diretoria da Adunicamp acredita que esta solução só terá validade se a comunidade acadêmica, através de assembleia geral, manifestar-se favorável. "O que importa — disseram eles — é manter a unidade do movimento que está crescendo, inclusive com apoio do exterior".

HUMANAS

Enquanto isso, a renúncia do professor Paulo de Toledo Artigas em dirigir o Ins-



O diretor de Matemática, Frederico Pimentel Gomes, não costuma com mais de mil pessoas apuxando-o durante o passeio pelo campus.

Recorte do jornal *Correio Popular*, de 24 de outubro de 1981. Fonte: Acervo Siarq/Unicamp.

A Adunicamp, o DCE e a Assuc pretendiam concluir o processo sucessório de reitor em março, após o início do ano letivo, mas o reitor não concordou. Convocou ainda em fevereiro, numa sexta-feira véspera de Carnaval, a reunião que elaborou a lista sêxtupla. A pressa tinha justificativa: caso a lista não fosse elaborada, o prazo legal para a substituição do reitor e dos diretores das unidades se esgotaria, pois os mandatos se encerrariam no dia 10 de março de 1982 e as indicações tinham de acontecer com antecedência de 20 dias a um mês.²⁸

A reunião do conselho diretor, convocada para elaborar a lista, deu-se em ambiente de protestos intensos. O professor Eduardo Chaves contestou a legalidade da lista que, pelo regimento interno, deveria ser

27 "Na Unicamp uma pergunta: O reitor obedece às leis?". *Diário do Povo*, Campinas, 6/1/1982.

28 "Unicamp vota a lista sêxtupla na sexta-feira". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17/2/1982.

tríplice. Os estudantes e a professora Elza Cotrim reclamaram de terem sido aceitos apenas dois estudantes na reunião e da falta dos diretores exonerados. A resposta foi de que a Constituição estava acima do regimento interno. E mais, que o conselho diretor tinha de fato aprovado a expansão da representação estudantil, mas que não havia data determinada para que isso ocorresse.²⁹

Unicamp: lista sêxtupla já está com o governador



Enquanto camburões de polícia e até tropas de choque desfilavam por Barão Geraldo, o Conselho Diretor da Unicamp aprovava uma lista de seis nomes, dos quais o governador escolherá apenas um

Sem interferência da Justiça, convocada para votar sua proposta antes, a reunião do Conselho Diretor da Unicamp foi feita com seus 21 membros, às 18h30, como fora marcado pelo reitor Filinto Alves de Moraes. E em menos de duas horas de votação, encerrada com um despacho depois do terceiro escrutínio e algumas surpresas, a lista sêxtupla de retiráveis estava formulada em nome das seguintes profissões: José Afonso Pinotti, Antônio Carlos Nêtor, Luis Sérgio Lourenço, Rogério César Corqueira Leite, Carlos Francis e Monecy Aroco.

José Afonso Pinotti, secretário da Faculdade de Ciências Médicas, recebeu 21 votos e foi o único a obter colorem entre dezesseis professores votados em primeiro escrutínio. Antônio Carlos Nêtor, diretor da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, conseguiu reunir 16 votos em segundo escrutínio, tendo corrido ao lado de outros quinze candidatos. Já Luis Sérgio Lourenço, atual diretor da UCA, Rogério César Corqueira Leite, secretário do Instituto de Física e Carlos Francis, diretor associado do Instituto de Estudos de Linguagem, se garanti-

ram em terceiro escrutínio, respectivamente, com 10, 11 e 13 votos.

Neste último escrutínio, onde foram votados catorze nomes por maioria simples sem os 16 votos exigidos para primeiro e segundo. Monecy Aroco, diretor da Faculdade de Engenharia de Limeira ficou empacado com o professor Paulo Freyre, que também recebeu 16 votos. Na rodada do desempate, desvotado às 18h50 com tantos ou dos coadjuvantes, pelo Roberto Alves se retirou, Monecy saiu vencedor por apenas 2 votos.

Com a votação do desempate, o reitor deu por encerrados os trabalhos. A saída, não optou sobre o candidato da sua preferência nem re-votou quando pretendia encaminhar a lista ao governador Paulo Maluf para a escolha de quem o sucederia, a partir de 15 de abril próximo. Mas segundo informações obtidas junto à Casa Civil, logo depois da reunião do CD, a lista foi levada pessoalmente ao governador pelo secretário de Educação, Luis Ferreira Martins, que participou do pacto como representante do governo do Estado.

Ambiente de protestos. E surpresas

As duas grandes surpresas do voto de lista são: o nome de Rogério César Corqueira Leite, secretário do Instituto de Física, e Carlos Francis, diretor associado do Instituto de Estudos de Linguagem, se garanti-

ram em terceiro escrutínio, respectivamente, com 10, 11 e 13 votos.

Em seu momento de maior tensão, o Conselho Diretor da Unicamp aprovou uma lista de seis nomes, dos quais o governador escolherá apenas um.

Seis nomes, um deles será o novo reitor da Universidade

Em seu momento de maior tensão, o Conselho Diretor da Unicamp aprovou uma lista de seis nomes, dos quais o governador escolherá apenas um.

Em seu momento de maior tensão, o Conselho Diretor da Unicamp aprovou uma lista de seis nomes, dos quais o governador escolherá apenas um.

Em seu momento de maior tensão, o Conselho Diretor da Unicamp aprovou uma lista de seis nomes, dos quais o governador escolherá apenas um.

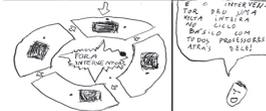
Em seu momento de maior tensão, o Conselho Diretor da Unicamp aprovou uma lista de seis nomes, dos quais o governador escolherá apenas um.

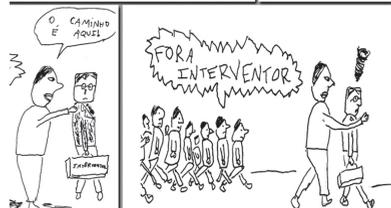
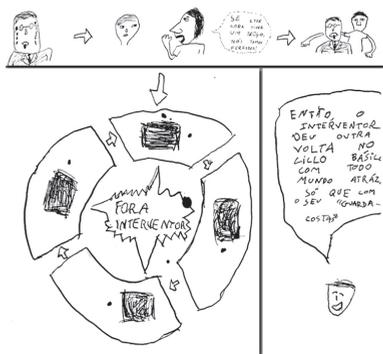
Recorte do jornal *Correio Popular*, de 24 de outubro de 1981. Fonte: Acervo Siarg/Unicamp.

29 "A Unicamp indica os candidatos a reitor". *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20/2/1982.



FORA INTERVENTOR





Luiz San Martin participou das manifestações contra a intervenção na Unicamp. Em janeiro de 2001, presenteou a coordenação do Projeto Memória do STU com a HQ que seu filho, José Ernesto Mortara San Martin, desenhou quando tinha 10 anos de idade.

Por fim, a lista sêxtupla que seguiu para o governo do Estado foi composta pelos seguintes nomes:³⁰

- 1) José Aristodemo Pinotti
- 2) Antonio Carlos Neder
- 3) Luís Sérgio Leonardi
- 4) Rogério C. de Cerqueira Leite
- 5) Carlos Franchi
- 6) Morency Arouca

Portanto, com apenas dois nomes retirados da consulta à comunidade: Rogério César de Cerqueira Leite e Carlos Franchi, que ficaram em 4º e 5º lugares respectivamente.

Dentre as resistências e as tentativas de negociações durante todo esse período de intervenção, José Aristodemo Pinotti foi o escolhido para reitor. Ele tinha condições de garantir sua nomeação, pois a comunidade, em especial uma parcela dos professores, acreditava que acabaria acomodando uma situação mais democrática na universidade. E acomodou. João Batista de Moraes Moreira relata:

Ele revogou todas as medidas de intervenção do governo do Estado, anistiou todos os demitidos e ainda fez uma campanha junto ao governo pedindo verba para a universidade. A Unicamp cresceu e Pinotti, que tinha sido nomeado às pressas, se legitimou no cargo.

“Foi um acordo de cúpula”, conta José Vitório Zago. E explica: “A tarefa do Pinotti era de pacificar a universidade e ele fez tudo o que tinha de ser feito para isso. Conseguiu até demais. Porque ele tinha esse estilo: negociava as pequenas coisas e para com as grandes ele era autoritário”.

Tal medida provocou racha e descontentamento na comunidade.³¹ “Quem ficou chupando o dedo foi a base, que se sentiu estupefata: na Quarta-feira de Cinzas tinha um novo reitor”, recorda Zago. E Vasco conta: “A solução chamada Pinotti foi um racha colossal, [...] mas foi

30 *Idem*. Ver também: “DCE entrará na Justiça para impedir a reunião”. *Correio Popular*, 18/2/1982.

31 Associação de docentes da Unicamp, 1991, pp. 77-78.

conduzida com extrema sabedoria. Foi a única solução, pois o governador não iria aceitar a solução interna. A solução Pinotti foi tomada pela maioria da universidade”.

Os exonerados foram substituídos por outros nomes da casa no conselho diretor e, apesar do descontentamento, a Unicamp voltou a caminhar de forma mais tranquila em busca de institucionalização e democratização. Mas antes sofreu duros golpes políticos e econômicos, como uma grande defasagem salarial.

8 AS DIVISÕES POLÍTICAS NOS RUMOS DA ASSUC

AS DIVERGÊNCIAS DA LUTA SINDICAL

Embora poucos jornais da Assuc desse período tenham sido encontrados, tanto os depoimentos quanto as matérias assinadas dão o tom da divergência existente no interior da gestão Luta Sindical. Por meio do editorial do jornal *Luta Sindical* n. 4, de agosto de 1981, e também de artigo da mesma publicação, foi possível reunir alguns elementos que definiram o perfil político e ideológico dessa diretoria.

Enquanto a “maioria”¹ ligada ao grupo de Clóvis Garcia (Reginaldo Bispo, Wagner Pantarotti, Alaíde Corrêa e Wilson Kawai) confluía cada vez mais para os movimentos das classes trabalhadoras no geral e às discussões político-partidárias, latentes nos encontros de trabalhadores e no contexto nacional, outro grupo representado por Vasco, Seta, José Walter, Cândida, Iraldo e Elói, embora não se desviasse dessas discussões, focava prioritariamente as questões locais mais próximas dos servidores da Unicamp como o processo de escolha do reitor, que estava em vias de acontecer. Os exemplos podem ser ilustrados pelo editorial do jornal *Luta Sindical*:

1 O termo “maioria” foi intensamente combatido no interior da chapa, pois o grupo de quatro pessoas não aceitava ser chamado de minoria na relação de cinco contra quatro.

Nos mesmos dias em que acontecia a greve da Unicamp, os trabalhadores da Fiat-Diesel de Xerém realizavam uma greve [...] traídos pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, acabaram sendo derrotados. [...] Apesar do plano de recessão, os trabalhadores mostraram que não desanimaram e sentem a necessidade de uma organização em nível nacional. Ass.: Clóvis Garcia.²

O artigo revela a concepção do outro grupo:

No final do ano muda o reitor da Unicamp. E, pela primeira vez, o conjunto da população da universidade terá a oportunidade de interferir na escolha do nome do novo reitor. Como esta é uma questão muito importante para o futuro da Unicamp, o assunto faz parte da pauta da assembleia de 24/9/1981. Em primeiro lugar é necessário que todos conheçam exatamente o que está acontecendo. As “regras do jogo”... Ass.: Vasco, Seta, José Walter, Cândida, Iraldo e Elói.³

Era notório que as divergências existiam. A chapa, composta no calor da greve de 1979, teve, naquele momento, um único objetivo: derrubar aqueles que classificavam como “pelegos”.

Vasco relata:

A Assuc não era uma associação, era um arremedo. O procurador geral da universidade era presidente da Assuc, a chefe de pessoal era a tesoureira, quer dizer, era um braço da direção, não do movimento. [...] A Assuc não era nem pelega, era uma ferramenta.

E Jair de Seta explica:

A diretoria (da chapa Conservadora) não encaminhava nenhuma questão ligada à política salarial. Então a gente começou a tentar fazer o movimento meio paralelo. O movimento foi grande, a oposição foi se fortalecendo e culminou com a greve de 1979. Logo após, nós ganhamos a eleição.

2 Editorial do Jornal *Luta Sindical*, n. 4, agosto de 1981.

3 Artigo publicado no Jornal *Luta Sindical*, n. 4, agosto de 1981, p. 7.

João Batista vai além:

O problema da diretoria da Assuc era que não havia nenhum caráter sindical. Aliás eles (os diretores) nem queriam que ela tivesse. A Assuc era extremamente pelega, a ponto de, em 1979, não conseguir cavalgar com o movimento, mas colidir com ele. Todos que naquele momento faziam uma greve espontânea se chocaram com a atitude da Assuc. A greve foi vitoriosa e a vitória da oposição na eleição foi quase tranquila.

Entretanto, vencida essa etapa, as diferenças políticas e ideológicas começaram a emergir. Seta afirma:

Era um grupo meio diferente. Com tendências diferentes. Depois que a gente venceu a eleição foram dois anos de muita discussão política interna. Era um grupo dentro do outro grupo. Mas, graças à maturidade dos membros da direção, conseguimos fazer uma discussão sadia, contando sempre com o apoio da categoria.

Do mesmo grupo de Seta, Vasco considera:

A gente tinha noção de coletivo, já o pessoal (MNU, Convergência, O Trabalho) não gostava muito de perder. Nós chegávamos a defender posições que tínhamos sido contra na diretoria, mas defendíamos, tinha gente nossa que queria escutar nossa voz... [...] Sobre a consulta para reitor a gente avaliava: “Isso não é uma eleição, isso vai ser uma consulta”. [...] e não percebemos que era uma consulta paralela contra a oficial. [...] No meio da greve do HC, que aconteceu junto com o processo de consulta e com a luta dos estudantes pela representação no conselho universitário, fazendo a reitoria perder totalmente o controle da situação, a gente avaliou que estava com a política errada e entrou no processo para escolha do reitor. O pessoal do PC até tirou um sarro – “agora vocês estão reconhecendo a importância...”, recordou João Batista. Mas, apesar de formalmente não ter proporcionalidade, as várias correntes conviviam respeitando mais ou menos a sua expressão política no *campus*. O Partido Comunista Brasileiro, o partidão, por exemplo, tinha uma discussão política de altíssimo nível.

ELEIÇÃO DE 1981: AUMENTA A DISPUTA PELA ASSUC

Os boletins de campanha mostram que três chapas concorreram à direção da Assuc para o triênio 1982-1984: Solidariedade, Resistência e Equilíbrio. Mas a disputa acirrada se deu mesmo entre as duas chapas que tinham em suas composições os membros da antiga chapa Luta Sindical, dividida durante a gestão.

O terceiro grupo que disputou a direção da Assuc, representado pela chapa Equilíbrio,⁴ era formado por funcionários ligados à administração, fato que suscitou a chapa Solidariedade a publicar o seguinte manifesto:

A chapa Equilíbrio deve ser repudiada por todos nós (aficionados pela Solidariedade ou pela Resistência). Ela foi formada pela alta administração da Unicamp que, depois de nos golpear, tenta destruir aquilo que todos juntos construímos de 1979 para cá. Trata-se de um amontoado de oportunistas, que não moveu uma palha a nosso favor, que construiu muros contra nós, buscando sempre atrapalhar a conquista de nossas reivindicações. [...] Temos certeza de que os funcionários repudiarão esta tentativa.⁵

Em meio à turbulência provocada pela intervenção do governo do Estado e ao processo de escolha do novo reitor, as divergências ideológicas existentes no interior da direção da Assuc vieram à tona. De acordo com os boletins de campanha eleitoral, o mote da unidade contra os “pelegos”, praticamente estéril, cedia espaço para a disputa em outra esfera: a da política interna. Dois trechos extraídos de materiais de campanha das chapas Resistência e Solidariedade ilustram essa conclusão:

Em 1979, quando compusemos a “chapa de oposição” para a diretoria da Assuc, a preocupação de todos era uma só: derrubar os “pelegos” que assolavam a nossa Associação e construir uma Assuc que fosse a autêntica representação sindical dos servidores da Unicamp.⁶

4 Não foi encontrado nenhum documento da chapa Equilíbrio.

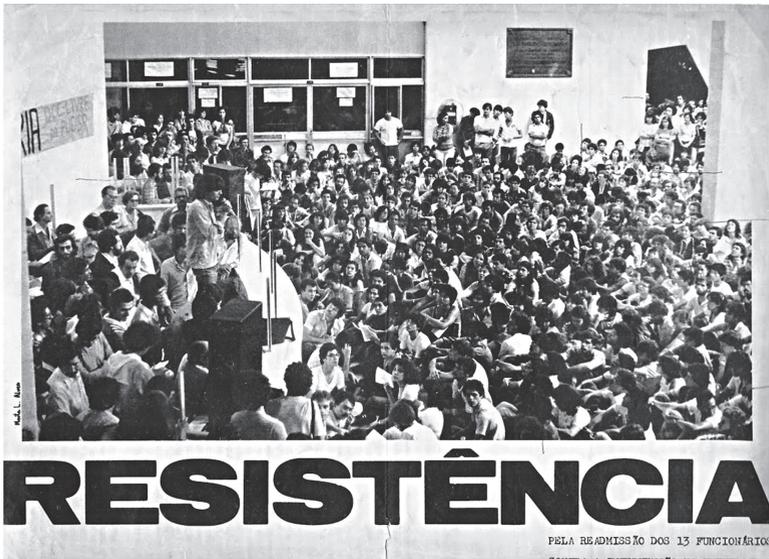
5 *Vote solidariedade*, 10/12/1981. Campinas: Chapa Solidariedade, 1981. [boletim de campanha da chapa Solidariedade para a eleição da Assuc].

6 Boletim n. 1 da chapa Resistência, 16/11/1981. Matéria intitulada: “Porque montamos esta chapa”.

A Assuc era uma entidade que não existia e a nossa proposta principal [...] era transformar a Assuc numa entidade de luta e dar a ela um caráter sindical.⁷

O grupo “majoritário”, comandado por Clóvis Garcia, pressionado pela aproximação do período eleitoral e em resposta à manifestação do grupo opositor, lançou sua candidatura com a chapa Solidariedade, em novembro de 1981.

Formada por Clóvis, Reginaldo, Dênio, Alaíde, Celso, João, Fátima, Margarida e Wilson, a chapa Solidariedade tinha o compromisso de se redimir dos “erros” antigos (como a ausência de atividades culturais e esportivas) e de dar continuidade ao mandato combativo. Para isso, destacava a importância de manter aqueles que brigavam pelos direitos dos funcionários e de incluir novos ativistas, os quais “não teriam medo de arriscar seus empregos em prol da luta dos direitos da categoria”.⁸



Material de campanha da chapa Resistência. Fonte: Acervo de Cândida Maria Teixeira.

7 Trecho extraído do editorial publicado no jornal de campanha da chapa Solidariedade, intitulado: “A Assuc hoje: Um balanço”.

8 *Idem.*



TECENDO A MANHÃ

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.
E se encorpando em tola, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

QUE A ASSUC CONTINUE COMBATIVA

PELO REAJUSTE SEMESTRAL!

FIM DA INTERVENÇÃO NA UNICAMP

Material de campanha da chapa Solidarietà. Fonte: Acervo de Érgio Antônio Moscatini Schetini.

A plataforma de trabalho era ampla. Entretanto, alguns pontos já eram conhecidos da campanha anterior. Sob a influência de várias tendências políticas de esquerda, pregava a solidariedade às manifestações da classe trabalhadora no geral. Reginaldo Bispo explica:

Solidarietà era um movimento sindical na Polônia. O sindicato solidário que enfrentou o stalinismo. Então era uma coisa incômoda para os comunistas

e a gente para se diferenciar deles pôs esse nome. [...] Solidariedade tinha um sentido forte. Os funcionários talvez não absorvessem. De qualquer forma, a gente traçava os paralelos das divergências e também contava um pouco do sindicalismo na Polônia, porque todo mundo estava vendo pela televisão. E a gente procurava mostrar que apoiávamos aquilo, não como a Globo pregava, mas com outro objetivo: de colocar os trabalhadores no poder.

E Vasco relata:

Eles (MNU e Convergência) privilegiavam uma trilha. Por meio de uma máquina política, eles eram capazes de falar do que estava acontecendo e era publicado nos jornais que eles liam, da organização deles. [...] A gente também fazia análise macropolítica, mas a gente não tinha pretensão de falar como é que a gente podia articular nosso movimento com a Polônia [...]. A gente discutia o Brasil [...] o problema da transição para a democracia. A ênfase era esta: “A Unicamp está desorganizada, a gente tem de reforçar a organização”.

Sob o título “Façamos nossas as lutas de todos os trabalhadores”, publicado no boletim de campanha, a chapa Solidariedade reivindicava a reforma agrária e o fim do regime militar, ao mesmo tempo em que defendia as lutas contra a carestia, o desemprego e a condenação de Lula e de mais dez sindicalistas do ABC pela Lei de Segurança Nacional.⁹

Conforme o mesmo boletim, o grupo liderado por Clóvis Garcia ao final do mandato chegou à conclusão de que a categoria também queria que a Assuc oferecesse esporte e lazer aos associados. Por isso, de olho no eleitorado, a chapa Solidariedade comprometeu-se também a proporcionar cultura, esporte e lazer para os servidores e seus familiares: “Uma das nossas falhas na última gestão foi não ter conseguido implementar a realização de atividades de lazer para os funcionários, como: excursão, exibição de filmes, palestras e campeonatos esportivos”.¹⁰

Dessa forma, para satisfazer a parcela de funcionários que continuava a cobrar da Assuc os momentos de descontração, o grupo se propôs

9 Segundo o boletim de campanha da chapa Solidariedade, Lula, Zé Maria e outros nove dirigentes sindicais foram condenados a três anos e meio de prisão, pois de acordo com a Lei de Segurança Nacional foram os responsáveis pela greve dos metalúrgicos de 1980.

10 Trecho extraído do editorial publicado no jornal de campanha da chapa Solidariedade, intitulado: “A Assuc hoje: Um balanço”.

então a oferecer com regularidade sessões de cinema e cursos de desenho e de pintura sobre tecidos.

Do outro lado estava a chapa Resistência, composta por Jair de Seta, Vasco, Elói, Martha, José Walter, Armando, Ana Maria e Cândida. Rechaçada pelos opositores, mas consciente de sua atuação durante o mandato, usou a campanha para elucidar junto à categoria as divergências internas e reafirmar sua postura de antipartidarismo sindical, embora o grupo fosse influenciado pela ideologia do PCB. Vasco relata:

A gente achava que tinha de politizar, mas que não tinha de partidizar, é diferente. Politizar quer dizer lidar com todo mundo que está no grupo. [...] Para a gente o sindicato é de todos os trabalhadores, não pode ser um local de transmissão de uma tendência, senão afastaria as pessoas. A gente achava que a Assuc poderia ser mais forte, mas eles não deixavam, tinham uma posição partidária: “A verdade está conosco”. [...] A gente não acreditava nisso, não. A gente queria que todo mundo viesse pra associação.

Aliás, a questão do antipartidarismo sindical, defendido nos boletins pelos membros da Resistência, foi um dos assuntos mais polêmicos durante as entrevistas que sustentam este livro. Enquanto João Batista de Moraes Moreira afirmou que esse era o mote da campanha da chapa Resistência, Reginaldo Bispo Pereira disparou:

Eles, sim, que eram partidizados. Eles eram todos PMDB. [...] É fácil impingir a pecha de partidarismo para os que estavam na oposição. Agora, o pior é você se esconder. Nós botávamos a bandeira no peito: na época da eleição nós éramos PT. Durante a campanha sindical, nós éramos cutistas. As pessoas sabiam quem a gente era.

E Vasco conta:

Não era ferramenta pra gente (apontar a afinidade política). Essa era a diferença básica entre nós. [...] Eu e o grupo tínhamos uma visão prática que juntava o PCB e o PCdoB e a gente fazia exatamente o que estava no caderninho deles, só que a gente não lia o caderninho deles.

O perfil da chapa Resistência ficou impresso no boletim n. 1, de 16/11/1981. Nessa edição, a chapa combate o boicote “imposto” pela

“parcela majoritária”, que teria impedido a livre participação dos funcionários na escolha da lista sêxtupla que continha os nomes dos reitoráveis, e denuncia a utilização indevida e secreta da sede da Assuc para eventos partidários. Além disso, critica o “autoritarismo” que teria imposto a substituição de Wagner por Dênio, ambos da corrente trotskista O Trabalho.¹¹

De acordo com o boletim *Resistência* n. 1, o nome de Wagner Pantarotti teria sido indicado apenas para fazer prevalecer a maioria na diretoria da Assuc. Pois, segundo o estatuto, Wagner não estava em condição de ser eleito, pois tinha acabado de associar-se à entidade. Embora o grupo “minoritário” tivesse indicado o nome de Iraldo Justino, funcionário e associado da Assuc havia dez anos, não teve jeito. Wagner foi substituído por Dênio, mantendo a correlação de forças que favorecia a ala de Clóvis Garcia.

Ainda de acordo com o mesmo boletim, outra evidência do perfil da chapa *Resistência* pode ser percebida na representação do nome. *Resistência* significava:

- A luta dos funcionários pela readmissão da diretoria da Assuc e pela defesa da democracia;
- A participação dos funcionários na luta contra a intervenção;
- A luta dos funcionários por uma Assuc livre, democrática e independente da administração, de partidos e de facções políticas.

Para esse grupo, a associação deveria avançar como representação sindical dos servidores da Unicamp (defendendo, por exemplo, a participação dos servidores no conselho diretor), afastando aqueles que queriam transformá-la num apêndice de entidades ou de partidos políticos.¹²

Embora combatessem o comportamento de acusações mútuas, os dois grupos mais representativos seguiram essa linha até o pleito. Enquanto os “combativos” criticavam a postura dos “moderados”, defendendo a greve como única forma de alcançar as reivindicações, a *Resistência* reafirmava sua posição:

11 Boletim n. 3, 27/11/1981.

12 Boletim n. 1 da Chapa *Resistência*, 16/11/1981.

A greve não é o único instrumento de luta dos trabalhadores, e só deve ser usada quando estiverem esgotados todos os outros instrumentos para conseguirmos nossas reivindicações (inclusive as negociações). [...] Para ela dar resultado tem de ser organizada e bem planejada. [...] deve ser unitária, isto é, planejada, organizada e realizada com os demais setores da universidade (professores e alunos).¹³

Sobre a forma de convocar a greve, Vasco explica: “A greve era o último recurso [...]: ‘A reitoria virou de costas, o governo virou de costas, a gente faz greve. Bom, a reitoria e o governo estão de frente, não precisa fazer greve, por enquanto, estão de frente, estão conversando conosco’”.

E rebate as críticas dos trotskistas contra a posição de seu grupo: “Eles não: ‘ah, não interessa de frente ou de costas, daqui a pouco vão estar de costas’. Os caras viravam e decretavam greve. Essa foi a concepção que predominou”.

Outro assunto bastante discutido durante a campanha foi o empréstimo da sede pela “parcela majoritária” para reuniões de outras entidades. Contra essa atitude, a Resistência atacou alegando que as reuniões significavam para o associado um aumento nas despesas com telefone, água, café e limpeza da sede. Na defensiva, a Solidariedade contra-argumentava:

Temos orgulho de termos feito isso, também temos certeza de que todos os funcionários se sentem orgulhosos. Porque estamos cumprindo uma tradição mundial: [...] trabalhador ajuda trabalhador contra os patrões e o governo. [...] Há dois anos fizemos uma consulta a todos os funcionários nas eleições (pois consta do nosso programa de apoio aos trabalhadores) e recebemos votação de noventa por cento dos associados.¹⁴

No dia 10 de dezembro de 1981, a comissão eleitoral¹⁵ confirmou a vitória da chapa Solidariedade.

13 *Boletim Resistência Assuc* n. 3, 27/11/1981.

14 *Vote solidariedade*, 10/12/1981. Campinas: Chapa Solidariedade, 1981. [boletim de campanha da Chapa Solidariedade para a eleição da Assuc].

15 A comissão eleitoral foi composta por Antônio Augusto Pires de Oliveira, Jonas de Araújo Romualdo e Márcia Bassetto Paes.

CHAPA SOLIDARIEDADE: A GREVE VENCE O DIÁLOGO

O processo de sucessão da diretoria e dos conselhos fiscal e deliberativo para o triênio 1982-1984 teve início em 10 de outubro de 1981. De acordo com o estatuto, as chapas deveriam estar inscritas até o dia 26 de outubro. Entretanto, a comissão eleitoral teve de prorrogar esse prazo para o dia 3 de novembro e depois para 9 de novembro, visto que nenhuma chapa tinha realizado sua inscrição.

Pelos boletins e atas da época supõe-se que a demora para as chapas se inscreverem à sucessão da Assuc possa estar ligada ao fato de que 12 dos 27 membros da associação encontravam-se demitidos da universidade. Clóvis Antônio Garcia era um dos servidores que no momento de sucessão ainda lutavam na Justiça pela readmissão. Aliado a esse fato pontual, estava o tumultuado período pelo qual a Unicamp passava, emaranhada com o processo de institucionalização e com a intervenção do governo do Estado.

João Batista de Moraes Moreira tem a explicação de quem viveu o momento: “Havia uma expectativa de que aquela chapa [Luta Sindical] fosse seguir unida. Mas como a discussão se precipitou pelo debate da política de Montoro e pela conjuntura, saíram duas chapas”.

Vasco também comenta o momento:

A gente reclamava um pouquinho de falta de lealdade. [...] Rolava uma pauta cuidadosa, porque às vezes o movimento era delicado, a assembleia é uma hora complicada, então a gente bolava uma pauta muito bem organizada para não deixar de discutir coisas importantes que acabam ficando para o fim, e aí o pessoal atravessava, virava uma zoeira... Era mais a desorganização, mas às vezes era deslealdade de fato.

Três chapas foram inscritas para disputar a eleição: a Solidariedade, que unia as tendências da Convergência Socialista,¹⁶ o Movimento Ne-

16 Em 28 de janeiro de 1978 foi lançado o movimento pela Convergência Socialista. Formada definitivamente em 27 de agosto de 1978, a Convergência Socialista se inseriu na criação do PT e permaneceu no partido até 1992. Em dezembro de 1983 mudou o nome para Alicerce da Juventude Socialista e no início de 1984 retomou o antigo nome. Na década de 1990, a Convergência Socialista se converteu no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

gro Unificado e O Trabalho, encabeçada por Clóvis Antônio Garcia, o presidente da gestão anterior; a Resistência, composta por membros independentes, mas influenciada pelo PCB, e que tinha na presidência Jair de Seta, ex-tesoureiro geral da Luta Sindical; e a Equilíbrio, chapa presidida pelo funcionário Renato Arruda.

O resultado do pleito de 10 de dezembro de 1981 foi o seguinte:

Chapa Solidariedade	903 votos
Chapa Resistência	673 votos
Chapa Equilíbrio	317 votos
Branco e nulos	59 votos
Total	1.952 votos

Dessa forma, a chapa Solidariedade deveria ser a nova responsável pela Assuc nos três próximos anos, com a seguinte formação:¹⁷

Diretoria

Presidente: Clóvis Antônio Garcia

Vice-presidente: Alaíde Pedro Franco Corrêa

Secretário geral: Reginaldo Bispo Pereira

Primeiro-secretário: Celso Augusto Palermo

Tesoureiro geral: Dênio Rebello Arantes

Primeiro-tesoureiro: João Batista de Moraes Moreira

Diretora de sede e patrimônio: Margarida Barbosa

Diretora de educação e cultura: Maria de Fátima Metelaro

Diretora social e de esportes: Carmen Santorion

Conselho fiscal: Maria Helena Robert

João Carlos Tosello

Akebo Yamakami

Conselho deliberativo: Musa de Alves e Alves

Luzia Cândida do Nascimento

Maria José Faria

Maria Isabel R. Rocha

¹⁷ Atas de reuniões da comissão eleitoral dos dias 10/10/1981, 26/10/1981, 3/11/1981, 10/11/1981, 23/11/1981 e 10/12/1981.

Vera Lúcia Rodrigues Carvalho
 Manoel Bernardo da Silva
 Leonor Foustino Belarmino
 Márcio Roberto do Carmo
 Leda Fernandes Giacomelli
 Ester Dias Malagodi
 Oscar dos Santos Gurgeira Filho
 Jacinto Rodrigues da Silva
 Wilson Hiroyuki Kawai
 Paulo Alfredo Gachet

Uma prova do prestígio de Clóvis Antônio Garcia na universidade é a sua permanência na presidência da Assuc por mais um triênio mesmo estando demitido.

Celso Palermo recorda:

Um dos fatos que estão marcados na minha memória para sempre aconteceu numa assembleia que o Clóvis dirigia numa sala do Instituto de Química. Não me lembro qual a pauta, mas de repente o Clóvis para de falar e diz em tom de apreensão e ameaça: “Aqui tem espíões do Dops! Enquanto não forem embora, não continuo a reunião e, se não forem, o pau vai comer”. Depois de alguns minutos vimos pela janela da sala a Veraneio verde-oliva seguir rua abaixo [...] ele, então, continuou a assembleia.

E Miguel Leonel dos Santos completa:

O Clóvis era maluco. [...] Ele falava “vamos parar Campinas”, ele parava Campinas. Ele ia para a Glicério (avenida Francisco Glicério) e dava tiro nos pneus, tirava o motorista do volante no tapa...¹⁸ Ele era o nome. Os metalúrgicos faziam greve, piquete: “cadê o Clóvis?”, “o Clóvis tem de estar lá...”. Pelotão de choque estava lá, ele botava o comandante pra correr, o cara não tinha peito de enfrentar o Clóvis. Era um negócio doido. Ele ia pra matar ou pra morrer e os caras tinham medo dele, podia ter mil homens, ele se impunha. Era alguém indescritível.

Durante a cerimônia de posse na sede da associação, em 15/1/1982, ele avaliou como boa gestão anterior, pois tinha sido seu presidente e

18 Durante a greve dos condutores de ônibus municipais.

afirmou que a entidade havia atingido a maioria das metas a que tinha se proposto. Também garantiu que a associação continuaria

[...] a encampar todas as lutas dos seus associados, inclusive a luta pela readmissão dos funcionários demitidos da antiga diretoria, e pela real democratização da universidade, incluindo especificamente os interesses dos funcionários da Unicamp [...].¹⁹

Estava iniciada mais uma fase de lutas da Assuc.

19 Ata da posse da gestão da Assuc para o triênio 1982-1984, 15/1/1982.

A GESTÃO SOLIDARIEDADE E O MANDATO-TAMPÃO DA CHAPA RESISTÊNCIA (1982-1984)

A CONJUNTURA POLÍTICA

Durante o processo de abertura política controlado pelo regime militar, a atuação dos sindicatos brasileiros no geral teve um aumento considerável. Para se ter ideia, as associações dos servidores públicos em todo o país estavam abandonando o assistencialismo e já se transformavam em meios de lutas dos trabalhadores. Esse processo, iniciado em 1978, que atingiu o ápice em 1979 (a partir da grande greve da Apeoesp), só veio a crescer.¹

Inserida nesse contexto, a atuação sindical da Assuc supriu as necessidades e a defesa dos interesses dos trabalhadores da Unicamp. Ainda que o sindicalismo no setor público fosse proibido por lei até 1988, a entidade estimulou várias campanhas, inclusive de “sindicalização”. Em 18 de abril de 1983, por exemplo, houve uma campanha de sindicalização com o tema: “A Assuc é o seu sindicato, é instrumento de luta por melhores condições de salário e de trabalho. Associe-se!”.²

Por outro lado, o contexto político brasileiro no período de gestão das chapas Solidariedade (de 1982 até meados de 1983) e Resistência (segunda metade de 1983 até o fim do mandato, em 1984) foi bastante conturbado.

1 Nogueira, 1999.

2 *Jornal da Assuc*, n. 1, março de 1983.

Enquanto em 1982 os fatos mais marcantes foram as eleições gerais, em 1983, o crescimento do desemprego, a inflação e o arrocho salarial impostos pela política econômica do ministro Delfim Netto e a introdução do processo de automação industrial, entre outros fatores, acarretaram a desmobilização da classe trabalhadora,³ não inviabilizando, contudo, a deflagração da primeira greve geral em 21 de julho de 1983. Vale ressaltar que é exatamente nesse momento de transição política que surgem o apoio político às campanhas salariais da região de Campinas e às oposições sindicais ligadas à CUT, a formação de comandos unitários (na região e no Estado) para concretizar a unificação das campanhas, a organização da greve geral a partir da base, incentivando as comissões das unidades e a solidariedade às lutas dos trabalhadores de todo o mundo, como a campanha contra o imperialismo norte-americano na América Central e pela vitória do povo salvadorenho e da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).⁴

Outro fato que exprime a dificuldade de mobilização de algumas categorias pode ser percebido nos boletins da Assuc, da época. Era a sucessão do governo do Estado que trazia na transição de Maluf para Montoro boas expectativas aos servidores, enfraquecendo sua mobilização principalmente junto às outras entidades trabalhistas estaduais.⁵

João Batista explica:

Na medida em que Maluf saiu e entrou o Montoro, começou a ter uma diferença no interior da diretoria, porque o partidão tinha um projeto de apoiar o Montoro. Isso repercutiu na Assuc, na luta do funcionalismo e na luta contra um governo aparentemente democrático. A gente começou a perceber que um setor da diretoria era extremamente cauteloso quando se tratava do governo do Estado: “Alto lá. Não toca no Montoro... ele é democrático”.

3 CEDI, [] “Trabalhadores urbanos no Brasil – 82/84”. In: *Aconteceu* (especial), s/l: s/c, s/d, n. 16.

4 “Varrer da Assuc essa diretoria conciliadora e pelega!”. Campinas: Movimento de oposição Luta Sindical, 1984. (panfleto). Esta é uma observação sutilmente sentida no *Boletim Assuc*, n. 16, maio de 1982, e ratificada no *Boletim Assuc*, n. 7, de 9 fevereiro de 1983.

5 *Boletim Assuc*, n. 4, março 1983.

“O governo Montoro não foi um desastre pro Estado de São Paulo”, defende Edson Barreto. E conclui:

Foi um governo razoável, um governo de reconstrução do Estado, que estava falido. É só a gente que viveu na época pra ver o que o Maluf deixou [...]. Maluf faz ponte, faz estrada, mas as três universidades não tinham nada, estavam arrasadas. O Montoro viu o lado das universidades, levou gente das universidades pra trabalhar com ele e isso ajudou muito. [...] A gente não aceitava esse partidarismo deles [Convergência, MNU, O Trabalho] de que tudo o que é bom tem de estar dentro do PT.

OS ENCONTROS DA CLASSE TRABALHADORA E A GREVE GERAL DE 1983

Em 1983, os servidores públicos encontravam-se em campanha salarial desde o início do ano. Todo o funcionalismo nacional articulava para o dia 22 de março de 1983 um dia nacional de luta. Nesse dia, todos os trabalhadores, em suas cidades, paralisariam suas atividades para reivindicar seus direitos e para se opor ao governo Figueiredo e à política econômica do Fundo Monetário Internacional (FMI) que vinha sendo implantada no país. Na Unicamp, as manifestações dos funcionários ocorreram em frente à reitoria.

Naquele momento, iniciaram-se, portanto, os ataques diretos à política econômica do FMI imposta ao Brasil. A associação manteve apoio aos trabalhadores, em especial aos metalúrgicos, que sofriam tanto com a repressão patronal à sua organização, quanto diante da política econômica que gerava desemprego. Naquele ano, vale lembrar, foram demitidos 2.900 metalúrgicos da Mercedes-Benz, no ABC Paulista.⁶

De acordo com os boletins da Assuc do mês de julho, esses ataques, aliados à luta contra o aumento das prestações do Banco Nacional da Habitação (BNH), continuaram a acontecer. Diante de tal situação articulava-se para o dia 21 de julho um dia de greve geral com o apoio de mais de 200 sindicatos e do terceiro Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (Enclat), realizado em Campinas nos dias 16 e 17 de julho de 1983.

6 *Boletim da Greve Geral*, 18/7/1983.

A greve geral tinha como objetivo combater:⁷

- O regime militar;
- A política econômica do governo;
- As intervenções nos sindicatos dos Petroleiros de Paulínia e dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo;
- A demissão de 307 petroleiros.

E também, defender:

- O fim dos acordos com o FMI (arrocho salarial, expurgos no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC);
- A soberania nacional (“O Brasil é Nosso”).

No entanto, um panfleto do III Congresso do Funcionalismo Público, com base nas explicações citadas acima, indicava que os resultados dessa mobilização não tinham sido os melhores. Foi a comissão sindical do Hospital de Clínicas (que será tratada à frente) quem registrou a participação da Assuc nesse movimento:

A greve do dia 21/7 ficou aquém do que poderia ter sido, graças às manobras dos setores sindicais que fugiram do pau quando da greve dos petroleiros de Paulínia, da Bahia, e dos metalúrgicos do ABC. Após sucessivos adiamentos marcaram a greve de vinte e quatro horas no dia 21. Alguns destes setores sequer convocaram assembleias para discutir, quanto mais para prepará-la [a greve] efetivamente. Eles diziam que concordavam da boca pra fora, porém cruzaram os braços na hora de organizá-la. Foi o que aconteceu na Unicamp, no dia 21. A maioria trabalhou – e a diretoria da Assuc defendeu a greve!⁸

Na Unicamp, apesar da evidente rivalidade que se levantava entre a comissão representativa dos funcionários do HC-Cidade e a associação, a categoria sempre recebia indicativos da importância dos momentos de organização dos trabalhadores em geral.

7 Panfletos: “III Congresso do Funcionalismo e Conclat: dois momentos de luta para fundar a CUT” e “Pela organização da greve geral”, organizados pela comissão sindical do HC. Nesse período há uma lacuna de boletins da Assuc.

8 *Idem.*

No segundo semestre de 1983 ocorreram vários encontros de trabalhadores: o Congresso Estadual das Classes Trabalhadoras (Ceclat), de 29 a 31 de julho; o Congresso dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, de 19 a 21 de agosto; e o Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (o Conclat, também conhecido como II Conclat), de 26 a 28 de agosto. Houve ainda uma intensa movimentação para a organização dos trabalhadores pelos seus direitos e pela fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Entre os resultados desses encontros, a fundação da CUT em agosto de 1983 foi sem dúvida o de maior destaque. Objeto polêmico, a criação da central gerou controvérsia dentro e fora das manifestações coletivas.

Vasco narra:

A participação dos membros da Assuc e delegados nos Enclats e Conclats gerou uma diferença muito grande [...]. Alguns membros da diretoria e do conselho deliberativo tinham umas ideias diferentes sobre a CUT, até porque a gente sabia, vendo o movimento, que não ia ter CUT, o nome CUT é um pouco impróprio... Ela é única no sentido de frente única, no sentido de geral. CGT é um nome mais adequado. Único, na verdade, é discriminatório. [...] A discussão que havia não só era semântica, como separava vertentes que estavam criando o PT das outras vertentes que estavam juntas nos partidos originais, PCB, PCdoB ou PMDB. [...] A CUT era petista [...] não se sabe o que vem primeiro: o mesmo movimento, o mesmo impulso criou as duas coisas.

AS PRINCIPAIS LUTAS DO FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL NO PERÍODO

A política salarial do governo, em 1983, passou a ser exercida por uma série de decretos-leis (os mais destacados foram os de números 2.036, 2.037 e 2.045), que impunham grandes perdas salariais e significavam um retrocesso em relação às leis anteriores. Com isso, a reativação das estratégias grevistas acontecia nesse momento de forma localizada e com curta duração.⁹

9 Documento Reuniões por Unidades, 15/9/1983.

Dessa forma, estava marcada uma assembleia geral do funcionalismo para o dia 20 de setembro de 1983, em frente ao Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo. Lá, seria tratada a posição do governo sobre as reivindicações tiradas no terceiro congresso do funcionalismo, realizado em agosto de 1983.¹⁰

As reivindicações eram:

- Por aumento de 34% a partir de setembro de 1983 e reajuste em janeiro de 1984 (referente à inflação mais 20% relativos à defasagem anterior dos salários);
- Pela manutenção da data-base do reajuste de março e setembro de cada ano;
- Pela retirada do Decreto 2.045, que autorizava o rebaixamento dos salários, até o dia 25 de outubro.¹¹

Conforme o *Boletim Assuc* de 27 de setembro de 1983, a diretoria da associação, sob o comando da Resistência (que assumiu em eleição extemporânea para cumprir um mandato-tampão, como será tratado a seguir), insatisfeita com o resultado da assembleia geral do funcionalismo do Estado, decidiu não participar da greve geral que estava sendo preparada. Para os diretores, a assembleia teria sido realizada com poucos representantes.

Além disso, eles defendiam que naquele momento o funcionalismo estava muito desmobilizado e optaram por não participar da manifestação, ainda que tal decisão tivesse sido tirada de uma assembleia. A diretoria se limitou a encaminhar um ofício ao governo do Estado demonstrando a insatisfação da categoria.

Entretanto, no dia 25 de outubro, os servidores públicos marcaram outra greve geral do funcionalismo. Dessa vez, a associação participou ativamente da organização contra o Decreto 2.045 (que permitia reajustes salariais até um teto de 80% do INPC)¹² e chegou a passar uma lista pedindo a contribuição de uma hora de salário de cada servidor, a fim de contribuir com a CUT na organização desse movimento. Segun-

10 *Boletim Assuc*, 15/8/1983.

11 De acordo com os boletins da Assuc, o Decreto 2.045 era uma “imposição do FMI”.

12 *Boletim Assuc*, 18/10/1983.

do os boletins, os trabalhadores da Unicamp também participaram da assembleia municipal, coordenada pela Comissão Sindical Única de Campinas.¹³ Inesperadamente, o Decreto 2.045 foi derrubado pelo governo antes da greve geral ser deflagrada, esfriando os ânimos dos trabalhadores e adiando a mobilização.¹⁴ Mas além da derrubada do decreto, conquistada de surpresa, os trabalhadores reivindicavam ainda uma série de medidas:

- A derrubada de mais dois decretos-leis: os de números 2.036 e 2.037;
- A liberação dos sindicatos sob intervenção;
- O fim dos 130% de aumento do BNH;
- O “fora FMI” e a mudança da política econômica;
- A defesa da soberania nacional;
- A garantia das eleições diretas para presidente da República;
- O fim do regime militar e o bota-fora para Figueiredo;
- O fim da fome e do desemprego.¹⁵

O ano de 1984 fechava o ciclo iniciado nos finais da década de 1970 com o processo de “abertura política”.¹⁶ Num rearranjo das forças conservadoras, tensionado pelas camadas populares, que culminou com a campanha nacional por eleições diretas para presidente da República, 1984 ficou conhecido pelo início do Movimento pelas Diretas Já!¹⁷

O último ano da gestão Resistência, eleita para concluir o triênio 1982-1984, iniciou-se com a campanha salarial e com as lutas contra o FMI; pela redução da jornada de trabalho; e pela estabilidade no emprego. Ou seja, com as bandeiras dos trabalhadores brasileiros numa visão geral. A associação conclamou ainda os funcionários da Unicamp a participarem da manifestação de protesto dos servidores

13 *Boletim Assuc*, 25/10/1983.

14 *Boletim Assuc*, 15/10/1983.

15 Possan, 1997, p. 51.

16 Fernandes, 1997, p. 50.

17 Manifestação de protesto dos funcionários públicos, 23/2/1984 e *Boletim Especial da Assuc*, 21/2/1984.

públicos, em 23 de fevereiro de 1984, cuja luta também teve as mesmas bandeiras.¹⁸

A CRIAÇÃO DA CUT E SEU PRIMEIRO CONGRESSO

Durante o Conclat, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi criada com as seguintes bandeiras:

- Luta pela reforma agrária: radical, ampla, massiva e imediata sob o controle dos trabalhadores, a partir do uso coletivo da terra;
- Luta contra o desemprego: seguro-desemprego extensivo aos trabalhadores rurais, com valor nunca inferior a 70% do último salário recebido pelo trabalhador demitido;
- Luta contra o arrocho salarial: retirada do Congresso do Decreto-Lei 2.045 e de qualquer outro que reduzisse o salário; reajuste de salário trimestral; reajuste de salário automático sempre que a inflação atingisse 10%;
- Luta em defesa dos servidores públicos: reposição salarial de acordo com o índice do custo de vida do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); reajuste salarial semestral;
- 13^o salário;
- Direito à sindicalização;
- Ampla campanha nacional por eleições diretas para presidente da República.¹⁹

O primeiro Concut

O I Congresso Nacional da CUT aconteceu entre os dias 24 e 26 de agosto de 1984 em São Bernardo do Campo. O evento contou com a presença de 5.222 delegados que representaram 937 entidades sindicais de todo o país.

18 *Idem.*

19 Rodrigues, 1997.

Com o objetivo de analisar o primeiro ano da Central, bem como sua atuação política e econômica, os participantes do congresso avaliaram como correta a sua fundação e consideraram a Central “um passo histórico na luta dos trabalhadores”. Além disso, consideraram a fundação da CUT como “a maior vitória dos trabalhadores após 1964”. Entre outras considerações dos participantes, a campanha pelas Diretas Já! também configurou “o mais importante protesto democrático e popular de que se tem conhecimento no país”.²⁰



Fonte: Acervo de Reginaldo Bispo Pereira.

20 Costa, 1995.

O I Concut deliberou ainda um boicote à participação no colégio eleitoral e ao apoio à candidatura de Tancredo Neves. Reafirmou a postura da Central de apoiar a luta pelo direito de greve, pela liberdade de organização partidária e sindical e pela anistia dos dirigentes sindicais cassados pela Lei de Segurança Nacional (LSN). Os participantes votaram ainda pela suspensão do pagamento da dívida externa.

O I Concut elegeu “uma direção definitiva e não mais uma coordenação de caráter provisório”. Nessa ocasião, Jair Meneguelli foi eleito o primeiro presidente da CUT.²¹

A AÇÃO SINDICAL

Com o novo triênio iniciava-se mais uma fase de lutas da Assuc. Essa afirmação pode ser comprovada nos primeiros boletins da gestão Solidariedade, que permaneceu à frente da associação até meados de 1983. A posição de luta assumida pela chapa em prol dos interesses dos funcionários foi iniciada pela adoção de várias medidas contrárias à posição da reitoria.

A chapa Solidariedade continuou a luta pela readmissão dos colegas da antiga diretoria, demitidos durante a intervenção do governo do Estado na Unicamp; pelo direito das atendentes do HC à insalubridade; pelo término da creche (que estava em construção); e pelo atendimento odontológico gratuito no *campus* para os funcionários; dentre outras reivindicações. Acusou a reitoria de manter um contrato milionário com a empresa Ensatur, explicando que, com dinheiro pago pelos serviços, era possível à Unicamp manter uma frota própria. Promoveu reuniões gerais e abaixo-assinados e planejou a luta pela campanha salarial, utilizando-se sempre do discurso sindical. Isto é, travando sempre o embate político: “associação assistencialista *versus* sindicato dos trabalhadores”.

A diretoria também se colocou contra a gestão do governo do Estado (gestão Maluf) e contra a ditadura militar. Procurou unir-se às demais entidades de defesa do funcionalismo público, tanto estaduais quanto federais, e estender as lutas salariais dos funcionários da Uni-

21 *Idem.*

camp às lutas da Apeoesp, da Fasubra, da Confederação Nacional dos Servidores Públicos, da Fepasp, do Andes etc.²² Aliás, vale registrar que a primeira participação da Assuc foi no VII Encontro da Fasubra, em janeiro de 1982.²³

Durval de Carvalho explica:

A Assuc era a entidade sindical mais aguerrida, mais combativa, mais clastista. Um sindicato que não olhava apenas para dentro de sua categoria. Olhava para si, mas também para a classe trabalhadora, para sua condição de perencimento a algo maior.

Como era costume, já no mês de janeiro os boletins da Assuc publicavam os temas das campanhas salariais. Em 1982, a luta era pelo reajuste de 140%, que Maluf insistia em rejeitar, oferecendo 100%, pagos parceladamente, conforme trecho do *Boletim Assuc*, n. 6, de 1982:

Companheiros, esta semana Maluf fez mais uma das suas: agora, além de reajuste menor que a inflação, resolveu dividi-lo em três vezes: 40% em março, 30% em agosto e 30% em dezembro. É fácil verificar que de 100% este reajuste só tem mentira do Maluf. Se não vejamos: coloquemos (para sermos otimistas) 4% ao mês de inflação. Isto significa que até agosto nosso salário já perdeu 20% do seu valor, portanto, os 30% de agosto valem 10%. Em dezembro nem se fala, os salários já terão caído 40%; os 30% de dezembro, portanto, nem sequer repõem o que perderemos até lá.

Para “arrancar” de Maluf o reajuste de 140%, no início de 1982 os funcionários da Unicamp entraram em greve. A ideia era de que boa

22 Seguindo a ordem em que aparecem no texto, as siglas se referem a: Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo; Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras; Federação Paulista dos Servidores Públicos; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

23 A Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) foi fundada em 19 de dezembro de 1978, sob a denominação de Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras. A Fasubra é um órgão sindical que congrega sindicatos de trabalhadores nas Instituições de Ensino Superior (IES) e nas instituições vinculadas ao ensino de 3ª grau, a ela associadas, em todo o território nacional.

parte do funcionalismo público aderisse ao movimento para aumentar a pressão sobre o governo, mas a mobilização não foi suficiente. Os poucos servidores estaduais paralisados já se preparavam para voltar ao trabalho e as mobilizações da Adunicamp e da Apeoesp estavam enfraquecidas.²⁴

A greve durou pouco.²⁵ Mas para os funcionários Reginaldo Bispo, Mário Martins de Lima – conhecido como Mário Bigode – e Celso Augusto Palermo, ela teve repercussão longa.

Reginaldo foi demitido sob alegações claramente forjadas de negligência, má vontade e de faltas injustificadas. Mário Bigode corria o risco de ser transferido para o *Campus* Avançado Cruzeiro do Sul, no Acre. Devido à sua atuação na greve de 1982, foi punido cinco vezes em dois anos. Sofreu perseguição política, foi colocado à disposição da Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH) por duas vezes e sofreu constantes perdas de benefícios trabalhistas.

Mário Bigode relata:

Primeiro eles queriam me mandar pro Acre. Fizeram manifestações e eu não fui. Fiquei 60 dias na sala do chefe, lá, sentado. De lá, fui pro Colégio Técnico. Aqui [no *campus*] eles não me queriam mais. Depois de dois meses baixou a poeira e eu fui pro Cotuca. Depois saí. Fui transferido para o Projeto Rondon, mas aí já não era no Acre, era um exílio mesmo, porque a unidade já estava esvaziada e tinha pouca coisa pra fazer. Você trabalhava quatro ou cinco meses por ano, no máximo. Fiquei lá dez anos encostado. Acho que voltei pra cá [*campus*] em 1994.

Em seus relatos, no entanto, Mário Bigode reclama que foi muito mais castigado do que mostram os boletins da Assuc. Ele conta que até os dias atuais a Unicamp já descontou de seu salário mais de 380 dias. Segundo Mário, independentemente de sua participação em greves, paralisações, manifestações sindicais, sofreu descontos. “Nos quatro primeiros anos me descontaram todas as férias, como falta, por participar da associação”, desabafa.

24 Os documentos encontrados não especificam quais setores do funcionalismo aderiram à greve, apenas citam uma ou outra entidade representativa, neste caso, Adunicamp e Apeoesp.

25 *Assuc Urgente*, 29/2/1982.

O funcionário Celso Palermo sofreu pressão por parte dos chefes, que tentavam impedir seu trabalho como diretor da Assuc. Depois de um ano, as punições ainda eram notícia no *Jornal da Assuc*.²⁶

No geral, os assuntos mais recorrentes nos boletins de 1982 foram: a questão dos funcionários contratados pelo regime Consolidação das Leis Estatutárias (CLE), os concursos internos, os problemas com o transporte (de servidores e de alunos), os casos de desvio de função, a reivindicação de refeição para os funcionários do HC-Cidade e a campanha pela participação dos trabalhadores na sucessão da reitoria.²⁷ A Assuc também participou de debates sindicais em vários níveis, através dos Enclats e dos Ceclats.

Em agosto de 1982, por questões contratuais, a diretoria se viu obrigada a desocupar o imóvel locado na avenida Francisco Glicério e alugou outro imóvel bem próximo ao antigo, na rua Saturnino de Brito, 349.

A Assuc iniciou o ano de 1983 chamando os trabalhadores para se organizarem desde suas unidades até as instâncias de representação estadual (como a Federação Paulista dos Servidores Públicos – Fepasp – e o segundo Congresso Estadual do Funcionalismo Público), a fim de pressionar o governo por uma política salarial mais justa para todos os trabalhadores.

Apesar de os servidores terem “arrancado” algumas conquistas do governo, como o reconhecimento das entidades representativas do funcionalismo e a liberação dos membros das associações para o trabalho sindical, a nova gestão tinha ainda grandes lutas pela frente.

Internamente, a reitoria anunciava um aumento diferenciado da refeição. Para funcionários de nível superior ela chegava a Cr\$ 200,00, enquanto a reivindicação dos funcionários e dos alunos era de Cr\$ 12,00. No caso do transporte, a passagem se manteve a Cr\$ 1,00, mas foram retirados os ônibus que transportavam os alunos durante o dia, deixando-os sujeitos à precariedade da Companhia Campineira de Transportes Coletivos (CCTC) da época.

A Assuc demonstrava-se solidária às lutas não só dos estudantes, mas de todo o funcionalismo, e conclamava os servidores a não abandonar

26 *Jornal da Assuc*, n. 1, março de 1983.

27 O reitor José Aristodemo Pinotti tomou posse em abril de 1982.

os alunos em suas causas, para não correr o risco de lutarem sozinhos no futuro. “A Assuc tinha um papel de vanguarda na corrente de pensamento de um sindicalismo combativo, popular, de solidariedade a outros setores”, resgata Durval de Carvalho.

Entre os dias 18 e 20 de março de 1983, realizou-se o segundo congresso do funcionalismo público.²⁸ De acordo com o mesmo *Jornal da Assuc*, n. 1, o evento levantou várias causas trabalhistas como:

- Reajuste salarial de 120% (100% referentes à inflação dos últimos 12 meses e 20% como parte da reposição das perdas salariais passadas – 160% só no período Maluf, 190% incluindo Paulo Egydio);
- Reajuste semestral (em 1983) com data-base em 1º de março e 1º de setembro;
- Reconhecimento das entidades do funcionalismo e do direito de negociação de suas reivindicações com o governo;
- Liberação dos diretores das associações para exercerem as atividades sindicais, com estabilidade no emprego e com remuneração garantida pelo Estado;
- Piso salarial de um salário mínimo real que, conforme o Dieese, seria de Cr\$ 93 mil.

Enquanto isso, na Unicamp a luta sustentava as bandeiras por:

- Refeição;
- Concurso interno;
- Creche;
- Transporte;
- Mais contratações;
- Fim da repressão pela medicina do trabalho;

28 *Boletins da Assuc*, ano 4, n. 4, 7, 9, 11 e 12. Os trabalhadores da Unicamp foram representados no II Congresso do Funcionalismo Público Estadual pelos seguintes delegados: Reginaldo e Rose (FEA); Celso Palermo (Administração); Zago (Imecc); Carmem (HC); Mário Bigode e Carlos (Cotuca); Margarida, Fátima, Luíza e Márcio (HC-Cidade); Musa e Leda (RII); e Cipriano (Limeira).

- Uniformes gratuitos;
- Adicionais de insalubridade e de periculosidade;
- Melhoria das condições dos representantes dos funcionários.

Em 23 de março de 1983, os trabalhadores da Unicamp paralisaram as atividades num dia nacional de luta. Nesse dia, as manifestações coordenadas pela Comissão Pró-CUT em todo o país coletaram 500 mil assinaturas repudiando a política de recessão e desemprego do governo.

CHAPA SOLIDARIEDADE: CRISE E CISÃO

Pelos boletins, a gestão iniciava o mandato com força total. Pelo discurso explicativo, forte e convincente, marca pessoal do presidente, a associação parecia ser conduzida de forma plena e satisfatória. Segundo relatos de vários trabalhadores, Clóvis Garcia era uma pessoa carismática. Seu comportamento “raivoso” arrancava adesão às causas da Assuc por onde passava. Com discurso contundente, fazia questão de explicar aos servidores cada detalhe sobre cada situação com uma linguagem incontestável.

Num momento em que as assembleias juntavam uma multidão no Ciclo Básico, ele foi eleito presidente da associação por duas vezes consecutivas. Clóvis Garcia ainda é lembrado como um fenômeno na história de luta dos trabalhadores da Unicamp. Marinilze Ferraz recorda com saudades: “Eu me lembro, tinha acabado de entrar na Unicamp e já fui fazer parte do comando de fundo de greve, não tive medo. O Clóvis garantia. O Clóvis era tudo. Depois que ele morreu eu fui me afastando da associação. Outro igual a ele nunca mais”.

E João Batista sintetiza: “Ele era a figura principal. Ele partiu com a política certa e era um agitador. Falava muito bem. A gente dizia: ‘Lula no ABC e Clóvis aqui na Unicamp’”.

Entretanto, perto de concluir o primeiro ano de mandato, em outubro de 1982, como precisou Reginaldo Bispo, “a pretexto de uma prestação de contas dos empréstimos concedidos pela entidade aos associados, as duas correntes mais fortes presentes na diretoria brigaram”.²⁹

29 *Jornal da Assuc*, n. 1, março de 1983. De acordo com o *Site* dos Índices (<www.ai.com.br/pessoal/indices>), o salário mínimo de março de 1983 era de Cr\$.

O presidente da associação, Clóvis Garcia, e mais três membros da diretoria, que pertenciam à corrente Convergência Socialista (João, Alaíde e Carmem), foram acusados de “uso indevido de dinheiro” pelos companheiros de chapa Reginaldo Bispo e Margarida (MNU), Dênio, Celso e Fátima, da tendência trotskista Organização Socialista Internacionalista (OSI), que mais tarde se converteu em O Trabalho. Ironicamente, os termos “maioria” e “minoría” voltaram à baila. Dessa vez, o resultado da disputa de cinco contra quatro foi uma trágica divisão com saldo extremamente negativo para ambos.

Explica José Vitorio Zago:

Nessa chapa o que aconteceu foi o seguinte: a gente [Convergência Socialista] e O Trabalho estava em fusão, em processo de unificação em nível nacional e internacional. Aí houve um acerto que, eu acho, foi a origem de todos os problemas. A Convergência tinha maior penetração na base e ficou com quatro, e o MNU e O Trabalho com os outros cinco. A fusão deu com os burros n'água, o [François] Mitterrand ganhou na França e isso refletiu aqui na Unicamp. [...] Na realidade, foi a gota d'água, porque a gente tinha maioria na base e não tinha na diretoria, ficamos isolados.

O assunto sobre apuração de contas, que envolvia candidatos a vereadores em Campinas pelo Partido dos Trabalhadores (Clóvis e Reginaldo) correu léguas e ganhou a imprensa:

Uma cisão há tempo prenunciada, mas agora tornada pública pelos próprios envolvidos, está agitando a Assuc [...]. Curiosamente, os personagens principais da divisão são também candidatos a vereador em Campinas e os dois pelo mesmo partido, o PT.³⁰

“Foi uma briga horrível, horripilante”, conta Mário Martins de Lima, o Mário Bigode. “Tinha problema, mas a dimensão que tomou... eu acho que os caras fizeram disso um pretexto para romper, para detonar.”

30 Extraído de um recorte de jornal não identificado e sem data, sob o título: “Prestação de contas causa cisão na Assuc”.

Prestação de contas causa cisão na Assuc

Uma cisão há tempo prenunciada, mas agora tornada pública pelos próprios envolvidos, está agitando a Associação dos Servidores da Unicamp — Assuc. A pretexto de uma prestação de contas dos empréstimos concedidos pela entidade a seus associados, as duas correntes mais fortes presentes na atual diretoria — Convergência Socialista e Libelu - agora brigam. Curiosamente, os personagens principais da divisão são também candidatos a vereadores na cidade, e os dois pelo mesmo partido, o Partido dos Trabalhadores.

As divergências não são exatamente novas, apesar de as duas correntes estarem abrigadas no mesmo partido político, mas foram espalhadas por toda a universidade através do Boletim Assuc intitulado “Carta aos Associados”. Os diretores da Assuc relatam um fato que classificam de “lamentável” para que “todos tenham uma visão clara a respeito do problema que acarretou, e se não corrigido, poderá vir a acarretar”.

O “fato lamentável”, segundo o boletim, teve início quando um dos diretores da entidade, Reginaldo Bispo (candidato a vereador pelo PT) pediu a um funcionário da Assuc um levantamento dos empréstimos concedidos, para saber quais haviam e não haviam sido pagos. O funcionário não teria fornecido o levantamento, alegando que o presidente da associação, Clóvis Garcia (candidato a vereador pelo PT) “assim lhe disse para fazer”.

O candidato a vereador pelo PT não concordou com a posição do outro candidato do mesmo partido e colocou o assunto em reunião de diretoria (da associação). Os diretores deliberaram que o levantamento dos empréstimos saldados e não saldados deveria ser apresentado, e que o assunto deveria ser totalmente esclarecido em nova reunião que contasse com a presença dos dois candidatos e também diretores.

A reunião marcada acabou não se realizando por falta de quorum; nova reunião foi marcada, mas o presidente Clóvis Garcia não compareceu. Entenderam os diretores da Assuc que o problema deveria ser levado a todos os associados; que a atitude do presidente deveria ser desaprovada; e que “devemos cumprir nosso compromisso de funcionar como um colegiado e que para o bem da Assuc e também para sua diretoria como um corpo, esse tipo de atitude não pode voltar a se repetir”.

Fonte: Acervo de Reginaldo Bispo Pereira.

Além de uma carta aos associados, publicada no *Boletim Assuc*, foi distribuído aos funcionários um caderno intitulado “Corrupção e Demandos na Assuc” elaborado pelo grupo denunciante contendo fotocópias que sustentavam as denúncias. Reginaldo Bispo explica: “A questão era moral. Como é que um presidente, dito de esquerda, faz da finança

do sindicato sua própria finança? Então não tinha jeito, a gente tinha que botar a boca no trombone”.

Mário Bigode, que na época não fazia parte da diretoria, atuou com Reginaldo Bispo denunciando a ala de Clóvis Garcia. Contudo, atualmente, ele revelou sua avaliação sobre o momento:

O erro foi ter apoiado, ter levado aquilo à frente. Era um negócio horrível. Muita gente põe a culpa no O Trabalho, porque ele era o maior, mas quem comandou essa briga foi o Reginaldo. [...] Não estou falando que não existia problema, porque depois, passada a história, se sabe que existiam problemas graves até, mas que podiam ter sido resolvidos com uma comissão de sindicância.

CORRUPÇÃO E DESMANDOS NA ASSUC

Companheiros, a denúncia feita por nós sobre o uso indevido de dinheiro feito pelos diretores Clóvis, Alaíde, João e Carmen, uso esse demonstrado não por discurso ou acusações orais, mas demonstrado através de documentos, criou na UNICAMP um choque e uma indignação total.

No entanto nós achamos que devemos aprofundar as questões colocadas e tirar a única conclusão possível: QUEM ROUBA TEM QUE SER POSTO PARA FORA.

E não se trata de uma calúnia acusar Clóvis, Alaíde, João e Carmen de uso indevido de dinheiro. Os fatos o demonstram.

1- Clóvis recebeu da ASSUC 210.000 cruzeiros de "salários adiantados", conforme recibos e canhotos de cheques anexos (documentos nº 1,2,3,4,5,6,7,8,9,9A).

Estes diretores andam alegando que isto foi feito a partir de uma decisão de diretoria. É importante que se esclareça: a reunião a que eles se referem foi realizada no dia 10/07 com a presença de alguns membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal onde se votou que se qualquer diretor que tivesse problemas políticos com a UNICAMP e não recebesse poderia receber da ASSUC. Só que algumas questões devem ser respondidas:

a- Porque nunca qualquer um de nós cinco (Denio, Reginaldo, Celso, Margarida ou Fátima) foi avisado?

b- Se o Clóvis tinha problema porque não os colocou em junho, julho, agosto, setembro, outubro ou novembro? Porque nunca foi colocado em nenhuma das discussões que fizemos com o Reitor após nossa 1ª ida? Ainda mais que inúmeras vezes todos nós funcionários nos jogamos para que ele voltasse para o Campus? Será que não foi resolvido?

c- Se ele tinha problema de bater ponto como foi que justificou 6200 cruzeiros de gasolina nos dias 02/07, 13/07 e 11/08 (documentos nº 8,12,13) para ir na UNICAMP bater ponto? Aqui uma das duas coisas estão erradas, ou Clóvis mentiu e não foi bater ponto e portanto a gasolina fica sem justificativa, ou ele foi bater ponto e portanto recebeu da UNICAMP e da ASSUC.

d- Como todos sabem ele é candidato a vereador e como funcionário público tem direito a afastamento com remuneração, e isto no prazo de 10 de setembro à 16 de novembro (conforme Diário Oficial de 19/10). (documento nº 12). No entanto ele recebeu "adiantamento de salários" pela ASSUC em setembro, outubro e novembro.

e- Qual é o salário do Clóvis?

Ele recebeu: 37000 em julho (documento nº 1,2)
 20000 em julho (" " nº 3,4)
 85000 em agosto (" " nº 5,6,8)
 10000 em setembro (" " nº 7)
 44000 em outubro (" " nº 9A)
 10000 em novembro (" " nº 9A)

Isto mostra que ele pegou quanto quis, quando quis, por exemplo pegou em 1º de outubro 10000 referente ao salário de novembro. (documento nº 9A)

f- Ainda tem pagamentos sem recibos correspondentes -35000 em agosto, mais 10000 em agosto, mais 54000 em outubro. (documentos nº 5,6,9A).

Fonte: Acervo de Reginaldo Bispo Pereira.

De tão grave, o assunto foi resolvido pela IV Internacional. João Batista, um dos acusados na época, explica os desdobramentos do caso dentro do partido:

A primeira coisa que o dirigente internacional falou foi: “Se você roubou, seremos nós a propor sua expulsão”. O Clóvis contou o que ele fez. Não era roubo, mas privilégios. O dirigente da Internacional disse: “Então você tem de estender esse privilégio para a categoria, colocar no boletim para socorrer quem tiver problema financeiro”. Apurado que a acusação moral era infundada, o dirigente partiu pro segundo ponto: “Eles estão a fim de fazer acusação política. Então vamos chamar uma assembleia e dizer que não temos apego ao cargo, sair da diretoria e entregar o caso para uma comissão fazer a averiguação e convocar nova eleição”.³¹

Em meio ao tumulto, a categoria foi então convocada para uma assembleia no dia 11 de novembro e para outra em 21 de dezembro. As discussões seriam em torno do “futuro” da Assuc. Na assembleia foi escolhida uma comissão “indiscutível”, formada por “pessoas com comportamento moral irrepreensível”, para que o relatório por elas elaborado não tivesse questionamentos.³²

Enquanto a comissão apurava as denúncias, a diretoria foi destituída e a associação passou a ser conduzida pelo conselho deliberativo, que teve na figura de Luzia Cândida do Nascimento a principal referência. João Batista relata:

A comissão fez a apuração e chegou à conclusão de que não havia roubo. Seguimos então a orientação do dirigente internacional e separamos política da acusação moral. Podíamos sugerir a expulsão dos caluniadores, mas isso não resolveria nada. O estrago foi feito.

E José Vitório Zago complementa: “A gente podia ter massacrado os acusadores, porque foi uma assembleia emocional, mas nós achamos besteira. O acordo político que tinha dado origem àquela diretoria tinha ido por água abaixo”.

31 *Idem.*

32 Entrevista de João Batista de Moraes Moreira concedida ao Projeto Memória do STU em dezembro de 2001.

A eleição extemporânea

Decidido: nem Convergência Socialista nem O Trabalho e MNU. Apesar das conclusões negativas quanto às denúncias, apuradas pela comissão de auditoria, e de uma moção de desagravo encaminhada aos acusados, a solução encontrada foi convocar eleição extemporânea para o ano seguinte. José Vitório Zago explica:

Foi uma acusação de desmando que terminou com acusação de roubo contra o Clóvis e, a seguir, contra os outros companheiros da Convergência. A auditoria constatou que não houve malversação de fundos, mas problemas contábeis. [...] Eu acho que foi um pouco de falta de maturidade de todos os lados.

A eleição aconteceu em maio de 1983. Dessa vez, quatro chapas disputaram a segunda metade do triênio 1982-1984: Alicerce, a chapa composta pela ala da tendência Convergência Socialista, sem Clóvis Garcia, que já havia deixado o partido em janeiro; Democracia e Luta, formada pelos dissidentes do antigo grupo, como Reginaldo Bispo (MNU), Celso Palermo e Mário Bigode (O Trabalho), entre outros; Resistência, influenciada pelo PCB e composta por ninguém menos que os membros da comissão de auditoria aclamados em assembleia; e Fraternidade, que nas palavras de Edson Barreto, ex-presidente da Assuc na segunda gestão Resistência (1985-1987), representava “o pessoal mais *light*, ligado à reitoria”. Clóvis Garcia não disputou essa eleição.

Com a popularidade comprometida pelo racha, a chapa da Convergência Socialista, Alicerce, ficou em último lugar na contagem dos votos. Acima do bem e do mal, desta vez, subiu a Resistência.

Chapa Resistência	740 votos
Chapa Democracia e Luta	373 votos
Chapa Fraternidade	243 votos
Chapa Alicerce	211 votos
Branco e nulos	132 votos
Total	1.699 votos
Abstenções	915 votos
Total de eleitores	2.614 votos

Diretoria

Presidente: Jair Seta

Vice-presidente: Marilce Baltazar dos Santos

Secretário geral: Elói José da Silva Lima

Primeiro-secretário: José Benedito Anhaia

Tesoureiro geral: Alda Maria Spadella Duarte

Primeiro-tesoureiro: Edison de Souza Barreto

Diretor social e de esportes: José Walter Martinez

Diretor de sede e patrimônio: Walter Beck

Diretor de educação e cultura: Luiz Antônio Teixeira de Vasconcelos

Conselho fiscal: Cláudio Gomes

Hélio Teixeira Fernandes

Jonas Lobo da Silva

Conselho deliberativo: Aidil dos Santos

Ari Carlos de Aguiar Rehder

Aureluce Baltazar dos Santos Pereira

Cândida Maria Teixeira

Marcos Josué Pereira

Geruza de Lima Barbosa

Gonçalves Aparecido Plinis

Humberto Carlos Olivieri Filho

João de Oliveira Ferreira

José Luiz Ferro

José Newton Cabral Carpinteiro

Juarez Pires de Souza

Luiz Soares

Martha Terezinha Gushiken

Paulo Roberto Queiroz

De acordo com a ata de sessão solene de posse, no dia 25 de maio de 1983, a chapa Resistência, cuja composição não era exatamente a mesma que disputou o pleito em 1981, assumiu a direção da Assuc.

A partir da derrota nas urnas, as correntes MNU, Convergência Socialista e O Trabalho constituíram-se em oposição à direção da Assuc até 1987. Com a saída de Clóvis Garcia, a cisão da diretoria e a falta de lideranças, a Convergência Socialista sofreu uma grande crise. Dos 60

militantes na cidade, no início de 1983, ela terminou o ano com apenas quatro.

Toda a conjuntura pós-1983 também se encarregou de propiciar à tendência um período nebuloso que, segundo José Vitório Zago, só se dissiparia 17 anos mais tarde: “[...] a catação dos cacos demorou muito mais do que a gente esperava. Só viemos a nos recuperar aqui em Campinas nas eleições de 2000”.

Na expectativa de um retorno num tempo oportuno, no mesmo dia da posse da Resistência, Reginaldo Bispo apresentou “Um balanço da gestão que finda”, no *Boletim Assuc*, n. 29, em que enviou especiais agradecimentos àqueles que os desaprovaram, desejou feliz gestão aos novos diretores e adiante observou que “em política [...] as ideias e propostas derrotadas voltam a se engajar no processo posterior [...]”.³³

CHAPA RESISTÊNCIA: MANDATO-TAMPÃO

No programa de trabalho da chapa Resistência, as prioridades eram a recuperação e o fortalecimento da associação e a luta conjunta com outras entidades representativas do funcionalismo contra o governo do Estado, especialmente no que dizia respeito à campanha salarial. Em 1983, os funcionários da Unicamp reivindicavam 120% de reajuste a partir de março. Mas, irredutível, o governador Franco Montoro oferecia 15% a partir do mês de julho, além do piso salarial de Cr\$ 70 mil e de reajustes semestrais para o próximo ano, com datas-base em janeiro e julho. De acordo com os boletins, houve diversas manifestações na Unicamp, assembleias-gerais, paralisação, manifestação em frente ao Palácio dos Bandeirantes e a participação na assembleia do funcionalismo público, em 13 de junho de 1983.

Contudo, o momento de mobilização política no Estado estava complicado. Mário Bigode lembra:

33 Os nomes dos membros da comissão não foram encontrados nos documentos, mas foram lembrados em entrevistas: José Newton Cabral Carpinteiro, José Walter Martinez e Laércio [...].

Eu participei da greve contra o Montoro. Ele mandou descer o cacete em nós, destruiu os aparelhos de som na Praça da Sé e depois na da República, bateu em professor... Todo mundo esperando que ele fosse um democrata, mas nós nunca apanhamos tanto. Deu saudade do Maluf.

Por esse motivo, com exceção de Campinas, a comissão de mobilização de São Paulo não vinha conseguindo apoio no interior do Estado. Embora a comissão tenha optado pela mobilização em torno de greve geral, a Assuc não aderiu ao movimento.³⁴

A RETOMADA DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Ainda em 1983, as reivindicações internas de destaque foram o concurso interno e a luta contra a contratação de funcionários sem concurso. Mas os boletins divulgavam diversas empreitadas:

- Melhoria da qualidade e manutenção dos ônibus;
- Melhoria das refeições do HC;
- Subsídio do transporte para os funcionários de Limeira;
- Conquista de uma sala no Colégio Técnico Industrial de Limeira (Cotil) para abrigar a subsede da Assuc;
- Creche para os filhos dos funcionários de Limeira;
- Mais vagas e creche na Unicamp;
- Luta contra perseguições, punições e “desmandos” de diretorias (IFGW, Administração, CTC, FEC etc.);³⁵
- Participação dos funcionários nos conselhos e comissões da universidade;
- Estudo de implantação de uma cooperativa de alimentos;
- Causa na Justiça contra o aumento das prestações do BNH.

34 *Boletim Assuc*, n. 29, de 25/5/1983. Representando a diretoria destituída, Reginaldo Bispo apresentou à categoria um balanço da gestão Solidariedade.

35 IFGW: Instituto de Física Gleb Wataghin; CTC: Colégio Técnico de Campinas; FEC: Faculdade de Engenharia de Campinas.

Os documentos desse período mostram que, em novembro de 1983, a Assuc voltou a tratar da questão da participação dos funcionários nas mudanças da estrutura de poder na Unicamp. Na verdade, os docentes já vinham realizando vários debates que envolviam o “futuro” da universidade (estatuto e institucionalização), mas o conjunto dos trabalhadores técnico-administrativos ainda não tinha destinado tempo e esforços para o assunto. Zago explica:

A institucionalização refletiu a conjuntura de ascensão do MDB. Foi um reflexo da correlação de forças em docentes do Partido Comunista Brasileiro, que estavam na diretoria da Adunicamp, e dos trabalhadores, por meio da Assuc. [...] A grande força política era o MDB. Tanto que já tinha eleito o Montoro aqui no Estado de São Paulo e governadores nos principais Estados.³⁶

Da mesma opinião, um tanto mais agudizada, compartilha Reginaldo Bispo: “A institucionalização foi feita pelo Pinotti, na marra, na estruturação dos cargos, na reitoria, e em algumas políticas na área acadêmica e na área de funcionários”.

O *Boletim Assuc*, de 16 de novembro de 1983, intitulado “Antes Tarde do que Nunca”, tratava da institucionalização da Unicamp, processo que daria caráter definitivo aos órgãos (quanto a composição e atribuições) que, até então, funcionavam por meio de dispositivos transitórios. O informativo divulgou as mudanças propostas pelos docentes (por meio da Adunicamp), pela reitoria e pela Assuc.

Naquele momento, havia dois níveis de decisão: o conselho diretor, que era o órgão máximo para o conjunto da universidade, e os colegiados ou conselhos interdepartamentais, que geriam os institutos e as faculdades. Naquela estrutura, as decisões importantes da universidade, inclusive aquelas que envolviam as condições de trabalho dos servidores, eram tomadas pelo conselho diretor. Porém, a participação dos funcionários no conselho diretor, como conselheiros plenos, não era permitida. O máximo conseguido até ali era a presença do presidente da entidade às reuniões, ainda assim como ouvinte e sem direito a voto. Já nos conselhos departamentais a participação dos servidores variava em cada unidade.

36 *Boletins Assuc*, de 13, 16 e 17/6/1983.

Em 1983 já estavam sendo articulados o conselho universitário e as congregações. Esses meios deliberativos passariam a cuidar fundamentalmente de questões acadêmicas. Por isso, a proposta da Assuc era de que houvesse um conselho administrativo paritário em cada unidade, que pudesse deliberar sobre:

- As propostas de organização e reorganização dos serviços administrativos por unidade;
- Admissão/demissão e sobre processos administrativos de servidores da unidade;
- Promoção, reclassificação, processo seletivo interno e o que mais se referisse a vantagens de carreira administrativa dos servidores.³⁷

Ainda de acordo com esse boletim, os docentes defendiam a participação dos funcionários em 20% do total de membros, enquanto a reitoria previa que os trabalhadores fossem representados por um único membro. Adunicamp e reitoria também concordavam que a pauta de discussões deveria se restringir a questões acadêmicas. Reginaldo Bispo explica:

Eles tinham um interesse maior nisso e tinham proposta para a institucionalização inteira, que não era tanto um problema nosso. É claro que seríamos atingidos com a mudança, mas a gente queria eleições diretas e paridade na eleição e no conselho diretor: 1/3, 1/3 e 1/3 [...]. Essa era a questão essencial. O resto não tinha a menor importância [...] porque a gente tinha certeza de que não ia ocupar cargo em gestão do PCB ou do PMDB.

A Assuc, por sua vez, propunha a participação dos funcionários em um quinto do total de membros nas congregações e defendia a criação de conselhos administrativos por unidade, como explicado. Também propôs a criação de um conselho da administração geral com a participação de 50% para os servidores técnico-administrativos. Além da participação de 1/5 no conselho universitário (como os estudantes), aumentando “efetivamente” o grau de democratização da universidade.

37 José Vitório Zago refere-se às duas gestões da Resistência.

A GREVE DE 1984

Um dos pontos que diferenciavam a gestão Resistência de sua antecessora, a Solidariedade, era a questão do encaminhamento de luta. A Solidariedade ficou conhecida pela liderança nas greves e pela forma “agressiva” de conduzir o movimento. Já a Resistência ficou caracterizada pelo diálogo e pela tentativa de negociação, respondendo com greve como a última alternativa, comportamento que muitas vezes lhe rendeu a pecha de “pelega” pelos membros da comissão sindical do HC.

No dia 14 de abril de 1984, foi a vez de a Resistência utilizar seu recurso derradeiro. Os funcionários da Unicamp deram início a uma greve que durou 24 dias.³⁸ Eles reivindicavam 70% de complementação salarial, reajuste semestral com base no INPC, plano de reposição de perdas salariais e o fim das perseguições políticas.³⁹ Para a diretoria da Assuc, a greve foi sem dúvida a última alternativa, pois não podia “aceitar que um governo eleito democraticamente se recusasse a cumprir as promessas de dar ao funcionalismo reajuste compatível com a inflação”.

Entretanto, após dez dias de greve, a diretoria já dava indícios de que o movimento, que tinha pegado “carona” com os professores de 1^o e de 2^o graus e com os funcionários da USP, deveria ser suspenso. As negociações com o governo do Estado estavam improdutivas e o reitor Pinotti, “embora fosse solidário à causa, não apoiava a greve”. Além disso, os dirigentes acreditavam que mesmo as reivindicações mais simples só seriam resolvidas após os trabalhadores retornarem às funções.

Apesar da resistência do governo, de acordo com o *Boletim Assuc*, n. 48, de 26 de abril de 1984, a categoria estava bastante mobilizada. Na assembleia do dia 25 de abril, por exemplo, estimou-se a participação de cerca de dois mil funcionários. No dia seguinte, os trabalhadores ainda ocuparam o prédio da reitoria, mas decidiram desocupá-lo até o fim da tarde.⁴⁰ Em 7 de maio, no entanto, a proposta da diretoria foi acatada: suspensão temporária da greve. Segue um trecho do

38 *Boletim Assuc*, 16/11/1983.

39 *Boletins Assuc*, n. 49 e 53, 27/4/1984 e 8/5/1984.

40 *Idem*.

boletim: “ os funcionários entenderam nossas avaliações feitas há alguns dias e novamente confiaram nas atitudes sérias e responsáveis desta diretoria.”⁴¹

A solução dada pela diretoria da Assuc pela continuidade da campanha salarial, foi unir-se aos movimentos do funcionalismo de todo o Estado, por meio de diversas instituições, como Adunicamp, Adusp, Fepasp e Comissão Estadual de Mobilização. Portanto, dali para a frente as lutas tiveram como eixos: a campanha salarial unificada, que envolveu 81 instituições representativas dos servidores no Estado⁴² e o fim das punições. Em 9 de junho de 1984, a assembleia geral do funcionalismo, com aproximadamente três mil trabalhadores, decidiu aceitar o reajuste de 68,4% concedido pelo governo.⁴³

Em agosto de 1984 foram escolhidos os delegados para o congresso nacional da CUT. A Assuc posicionou-se a favor da união do movimento sindical em relação aos interesses gerais dos trabalhadores e pelo fim das disputas políticas, ideológicas e partidárias no movimento sindical entre a CUT e a Conclat (corrente que mais tarde tornou-se a Central Geral dos Trabalhadores – CGT). Esse comportamento definiu sua opção política.⁴⁴

BALANÇO DA PRIMEIRA GESTÃO RESISTÊNCIA

De acordo com os boletins, em 1984 a Assuc promoveu convênios, excursões, duas festas (julina e da Primavera) e organizou uma feira de alimentos com preços diferenciados para os associados. Após dez meses de atuação, a gestão encabeçada por Jair de Seta fez seu primeiro balanço e anunciou seus progressos:

- Aumento do número de associados de 2.600 para 3.500;
- Creche;
- Melhoria do concurso interno;
- Contratação de guardinhas e patrulheiros;

41 *Boletim Assuc*, n. 48, 26/4/1984.

42 *Boletim da Greve Assuc*, n. 48 e 49, 26/4/1984 e 27/4/1984.

43 *Boletim Assuc*, n. 53, 8/5/1984.

44 *Boletim Assuc*, n. 59 e n. 1, 8/6/1984.

- Melhoria no sistema de transportes (mais linhas de bairro);
- Quadro de carreira para motoristas;
- Ampliação do serviço jurídico;
- Melhoria da situação de punições no restaurante;
- Subsede em Limeira.⁴⁵

Também pautaram a atuação da Assuc nesse período reclamações internas, como quadro de carreira para todos, tipos de contratação, concurso interno, casos específicos de salários e campanhas pró-ampliação da participação dos trabalhadores nos colegiados e nas congregações da Unicamp.

No cenário estadual, a diretoria reclamava da organização do funcionalismo público e tentava realizar a campanha salarial com as associações dos servidores da USP e da Unesp, promovendo uma campanha salarial unificada e tentando conseguir o apoio das três reitorias.⁴⁶

A SUCESSÃO DA ASSUC PARA O TRIÊNIO 1985-1987

A questão do “racha” ocorrido na primeira metade do mandato da Solidariedade causou repercussão no pleito posterior. Tanto a Resistência, que era um rearranjo da antiga composição, quanto a Alternativa não tiveram grandes problemas para definir suas formações. O tumulto ficou mesmo por conta dos grupos que quiseram fazer oposição à gestão que se encerrava. Outra vez os blocos liderados por Clóvis Garcia e por Reginaldo Bispo entraram em desacordo.

Mesmo atuando na Câmara Municipal de Campinas, Clóvis Antônio Garcia, que naquele momento atuava independente de correntes, encabeçou a chapa A Primavera Será Nossa.

Depois de sua estratégica saída de cena na última eleição em maio de 1983, Clóvis Garcia retornou com um grupo redefinido, contando com parte dos membros que antes lhe fizeram oposição. Mário Bigode, que atuou com Reginaldo Bispo em 1983 acusando Clóvis Garcia de promover “desmandos e corrupção” na Assuc, no ano seguinte mudou

45 *Boletim Assuc*, n. 70, 8/8/1984.

46 *Assuc, Boletim da diretoria*, n. 31, 2/4/1984.

de lado e passou a apoiá-lo. Foi aceito por Clóvis Garcia e integrou a chapa. Mário Bigode relata:

Nós fizemos uma autocrítica e juntamos os cacos. [...] Fizemos declarações públicas de que erramos. Nominalmente, nós erramos por ter denunciado, por ter feito escândalo. Nessas brigas, se você for ver, não tem ideia nenhuma que valha a pena brigar. Não tinha ideia nenhuma que separava, não era separado pelas ideias, era pelo poder. [...] Foi uma cretinice porque não tinha certeza, não tinha documento e era uma coisa que tinha de ser cauteloso, porque o cara [Clóvis] tinha uma importância para o movimento muito grande. Você não faz isso impunemente. Foi uma grande sacanagem com o movimento. Nos reconhecíamos isso e o Reginaldo não.

7 e 8 NOVEMBRO

**V
O
T
E**

RESISTÊNCIA

ASSUC

DIRETORIA

Presidente: EDISON (Administração)
 Vice-Pres.: GERUZA (HC-Campus)
 Secr. Geral: ELOI (GEO-CIÊNCIAS)
 1º Secret.: SETA (Engenharia)
 Tes. Geral.: HELIO (Administração)
 1º Tesour.: MOYSES (Piracicaba)
 Dir. Social/Exp.: ZE LUIZ (Química)
 Dir. Educ./Cult.: MARILCE (Medicina)
 Dir. Sede/Patrim.: WALTER BECK (Limeira)

CONSELHO FISCAL

INHAIÁ (Engenharia)
 IRCE (HC-Campus)
 UPA (Limeira)

CONSELHO DELIBERATIVO

LEIDES (Colégio Técnico)	JUAREZ (Medicina)
MARILDO (Atréfe)	MARIE (Química)
ENÉ (Humanas)	MARQUINHOS (Humanas)
LAURIDJ (Engenharia)	MIRA (Biologia)
LECIO (Sesmt)	TONINHO (Feas)
UDE (Vigilância)	TONINHO (Medicina)
ERNAUDO (Marcenaria)	VALDIR (Parque Ecológico)

ASSUC É SINDICATO, NÃO É PARTIDO. VOTE POR UMA ASSUC LIVRE E INDEPENDENTE

Nos dias 07 e 08/novembro, você associado, terá um papel importante na vida e no destino de nossa Entidade a ASSUC, serão os dias em que have-
 rá eleição para escolha da Diretoria da ASSUC para os próximos 3 anos.
 Nós da atual Diretoria, a chapa RESISTÊNCIA esperamos que os associa-
 dos saibam reconhecer nossos esforços neste curto espaço de tempo (1 a
 no e 4 meses), no sentido de defender os direitos e interesses dos fun-
 cionários. Nossas realizações estão aí para quem quiser ver... Contamos
 com você para que possamos juntos continuar e ampliar este nosso traba-
 lho honesto, sério, livre e independente. Mais ainda, propomos também/
 lutar por:

- unificação das lutas do funcionalismo estadual.
- ajustes trimestrais :jan/abril/julho/outubro.
- piso real de 2,5 salários mínimos, com incorporação do abono.
- criação interna do quadro de carreiras.
- participação dos funcionários nos órgãos de decisão da UNICAMP.
- eleições livres e diretas para: Reitor, Coord. Geral Admin., Prefeito, Diretores da DGRH e DGAS, Superintendente do HC e Diretores de Unidades.
- ampliação e aperfeiçoamento do Conselho de Representantes.
- melhoria e ampliação da prestação de serviços aos associados.
- reforma do Estatuto da ASSUC com criação de novas Diretorias.
- pela unificação do movimento sindical em todos os níveis.
- manutenção do subsídio para transportes e alimentação.
- ampliação da creche para todos filhos dos funcionários.
- implantação do curso supletivo de 1º e 2º grau e cursos profissionali-
zantes, pela UNICAMP.
- manutenção e aprimoramento do componente interno, com ampliação para /
outras modalidades, com a participação de mulheres e crianças.

POR UMA ASSUC CADA VEZ MAIS FORTE, UNIDA E INDEPENDENTE.

Material de campanha da chapa Resistência. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

A Primavera Será Nossa combatia a direção da Assuc com o *slogan* “Varrer da Assuc essa diretoria conciliadora e pelega”. Acusava a gestão de não lutar pelos direitos dos funcionários e de não conseguir vitórias como fez a “verdadeira” oposição de 1979-1981: “Hoje é tudo ao contrário [...] o reitor pune e persegue os funcionários com a colaboração da atual diretoria [...]”.⁴⁷

47 Boletim Assuc, n. 33.

O INVERNO
FOI DELES

102

A PRIMAVERA SERÁ NOSSA

PORQUE O NOME?

Esta chapa nasce da vontade dos funcionários de acabar com muita coisa ruim que hoje acontece na UNICAMP.

Antigamente nós tínhamos uma entidade que organizava e encaminhava as reivindicações dos funcionários e com isso conseguíamos muitas vitórias, é só lembrar: a conquista dos quinquênios para os CLT; início da implantação da creche; os preços da refeição não aumentavam e melhor ainda, enfrentávamos as punições e não admitíamos de forma alguma que houvesse demissões.

Hoje é tudo ao contrário, o Reitor pune e persegue os funcionários, ressuscita famosas almas penadas como o Sr. Arly, Da. Ady, "Seu" Cássio, para ajudá-lo. Tudo isso com a colaboração da atual Diretoria da ASSUC que vive a falar sobre os erros da antiga Diretoria, que se os tinha, nunca teve medo de discutir às claras com toda categoria e pelo menos tinha uma grande qualidade que esta não tem, sempre respeitou as decisões das assembleias. E mesmo nos momentos mais críticos como na época das brigas, teve a maior tranquilidade para propor novas eleições e junto com servidores num grande grau de maturidade, puseram um ponto final naquele assunto.

É essa entidade que queremos reviver sem fofocas, nem boatos e corajosa; e daí o nome que copiamos dos trabalhadores poloneses, que enquanto enfrentavam um negro período de repressão, não desanimavam e pichavam os muros de todas as cidades - "O Inverno foi deles, a Primavera será nossa". E essa frase serve tanto para nossa situação aqui, como para tudo que tem de ruim neste país. Se o passado foi deles: temos certeza, o futuro será nosso.

Material de campanha da chapa A Primavera Será Nossa. Fonte: Acervo de Reginaldo Bispo Pereira.

A plataforma de trabalho da chapa que foi composta a partir de uma convenção para a escolha dos nomes propunha três frentes: as lutas dos trabalhadores de todo o país, sob a bandeira da CUT; por uma universidade democrática, que atendesse às reivindicações específicas e respeitasse as decisões e a independência da Assuc; e pelo fortalecimento e reestruturação da entidade (combativa e democrática), incluindo-se a construção de sede e de clube de campo próprios.⁴⁸

A Primavera Será Nossa também preconizava a unidade não apenas dos funcionários da Unicamp, ou dos servidores públicos estaduais, mas da classe trabalhadora brasileira. Pretendia unir-se à luta dos trabalhadores para os mais variados fins: do reajuste salarial à reforma agrária; da estabilidade no emprego ao controle das prestações do BNH; da luta pelo seguro-desemprego à revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN); da semana de 40 horas ao fim do regime militar; da eleição para reitor às Diretas Já!; do direito à sindicalização ao boicote ao colégio eleitoral; do congelamento dos preços das refeições e do transporte na Unicamp à organização da marcha pelas Diretas Já! até Brasília.

O movimento tinha de ser amplo, abrangente, eficaz... e irreversível. A proposta era de “varrer da Assuc a diretoria conciliadora e pelega” e de sustentar as bandeiras levantadas no I Congresso da CUT.

Do outro lado, tentando entrar na luta da “unidade contra os ‘pelegos’” estavam a Convergência e outro bloco influenciado pelo MNU. Este último bloco era formado por ativistas da comissão sindical do HC e liderado por Reginaldo Bispo.

Após várias investidas do MNU para entrar no movimento junto com a chapa A Primavera Será Nossa, todas frustradas, pois de acordo com os documentos Clóvis Garcia não quis fazer aliança com aqueles que o haviam denunciado na gestão Solidariedade (somente um grupo ligado a Mário Bigode foi incluído), o grupo partiu para outra estratégia. Mário Bigode justifica: “A Convergência não foi aceita porque queria carregar o Reginaldo junto. Esse foi o problema. [...] O denunciado e o denunciante se aliaram contra quem estava fazendo a crítica à denúncia”.

Esse grupo de ativistas do MNU já havia tentado inserir algumas bandeiras do HC na plataforma da chapa A Primavera Será Nossa, mas

48 Panfleto de campanha da chapa A Primavera Será Nossa, 1984.

não obteve sucesso. Bigode observa: “Nem o Clóvis, nem O Trabalho aceitaram isso [montar chapa com Reginaldo]. Eles estavam corretos: faziam questão de romper com o que ele [Reginaldo] tinha feito”.

CONTRA OS PELEGOS: UNIDADE OU DIVISÃO?

Infelizmente foi colocada uma discussão no campus frente às eleições da ASSUC: unidade de todos os setores combativos ou divisão para derrotar os pelegos. Companheiros, a atual diretoria da ASSUC já está com uma chapa praticamente montada e certamente contará com o apoio político da reitoria, dos diretores de unidade, dos funcionários que furaram a greve, e de vários professores que reprimiram a nossa greve e que sempre votaram nos pelegos. Se, frente a este inimigo, que impede que nossas mobilizações sejam vitoriosas, nós dividirmos os setores combativos, o mais provável é que tenhamos mais 3 anos de greves traídas e de conchavos com a reitoria e de não atendimento de nossas reivindicações.

Foi com essa preocupação que, apesar das divergências e acima delas, nos propusemos desde o início a formar uma chapa unitária dos setores combativos. Apresentamos nas reuniões conjuntas a proposta de uma convenção unitária precedida de reuniões nas unidades, onde além de se discutir o programa se indicaria os companheiros mais combativos. Através desta proposta, que tinha sido aceita por todos, iríamos construir uma chapa unitária com amplo respaldo das unidades organizando, em cada uma delas, comitês de apoio contras os pelegos e por uma ASSUC democrática e combativa.

Mas não foi isso que aconteceu. O grupo formado pelos companheiros Clóvis, Bigode, Joaquim, Edmundo e outros, ao invés de jogarem seus esforços para soltar o boletim unitário que tínhamos decidido soltar e para realizar as reuniões nas unidades, preferiram começar a articular a “chapa deles”. Mesmo depois de algumas reuniões, onde fizemos novamente o chamado à unidade e tiramos em conjunto um novo calendário de reuniões de unidade, os companheiros continuaram preferindo a chapa do grupo deles e não a unidade de todos os setores combativos. E para quem tinha dúvidas ficou claro quando, numa convenção com 131 ativistas da categoria, o companheiro Clóvis afirmou categoricamente que eles preferiam correr o risco de ter na ASSUC uma diretoria pelega por mais 3 anos, traíndo nosso movimento, do que formar uma chapa com os companheiros Mímo, Márcio, João, Margarida, Zago e outros. Resultado da divisão: dos 131 presentes 22 se abstiveram, 37 votaram a favor da unidade e 72 contra; sendo que 53 companheiros tiveram que se retirar da reunião, por exigência do grupo contrário à unidade; com isso ficaram 53 de um lado e 78 do outro. E desse jeito que os companheiros pretendem derrotar os pelegos?

Companheiros, não é possível ficar calado frente à atitude de tamanha irresponsabilidade. É necessário esclarecer a categoria do que está se passando. Os companheiros Clóvis, Bigode, etc querem o risco da divisão e para justificar esta posição afirmam que não querem formar uma chapa com grupos que fazem o jogo da reitoria devido ao fato de terem proposto, em determinado momento da última greve, a mudança de eixo da greve contra a reitoria ou de ter proposto o fim da greve. Nós não dizemos que os companheiros da biologia fizeram o jogo da reitoria quando tiraram em reunião de

Fonte: Acervo de Reginaldo Bispo Pereira.

Um panfleto intitulado “Contra os pelegos: Unidade ou divisão”, produzido pela Convergência Socialista e pelo MNU, logo depois da expulsão de 53 membros das duas tendências da convenção que escolheria os nomes que iriam compor a chapa de Clóvis Garcia, narra o seguinte: “[...] numa convenção com 131 ativistas da categoria, o companheiro Clóvis afirmou que eles preferiam correr o risco de ter na Assuc uma diretoria pelega por mais três anos do que formar uma chapa com alguns companheiros”.

E assim aconteceu. Bispo relembra:

A gente queria um certo número de pessoas dentro da chapa, mas não havia condição de botar ninguém porque a chapa foi formada na convenção. [...] Sobre a questão da luta, das comissões sindicais e da minha readmissão, ele [Clóvis] não se comprometeu com nenhuma delas.

José Vitório Zago explica:

Nessa altura, o pessoal do Reginaldo já tinha rompido com O Trabalho. A aliança da Convergência com O Trabalho já não existia mais, e O Trabalho estava com o Clóvis nesse momento. [...] A nossa proposta era de unidade, tirando a composição da chapa em proporcionalidade aos presentes na convenção. Mas nessa convenção não deixaram a gente falar. Então forçamos a votação de quem era a favor ou contra a unidade. Evidentemente, para deixar a coisa bem clara. Nós éramos os menores e o MNU um pouco maior: Tivemos cerca de 40% do plenário. O pessoal de O Trabalho junto com as outras pessoas do PT tiveram cerca de 60%. Saímos da convenção e ela se realizou com metade dos presentes.

“Isso foi uma tragédia e eles perderam. Porque quem divide perde a força”, sintetiza João Batista.

O lançamento de uma chapa da Convergência com o MNU não tinha garantia de vitória. Além disso, segundo Zago, seriam acusados de dividir o campo da oposição. Então, “os expulsos fizeram uma reunião [...] e decidiram não organizar uma chapa, pela confusão programática e pela impossibilidade de vitória”.

Mário Bigode tem outra opinião: “Eles não tinham condições de fazer uma chapa, porque tinha muita resistência, dado que o Clóvis aqui era um Lula. Não era assim, sair atacando o Clóvis...”.

NEM RESISTÊNCIA, ALTERNATIVA OU PRIMAVERA ABSTENÇÃO E BOICOTE ÀS ELEIÇÕES DA ASSUC

Esta foi a conclusão a que chegaram muitos funcionários do H.C.-Cidade, frente às traições, vagas promessas e oportunismo das 3 chapas que estão concorrendo a presente eleição, ao mesmo tempo em que cresce nos funcionários da UNICAMP o mesmo sentimento.

Q. QUE PRETENTE CADA UMA DELAS ?

A chapa ALTERNATIVA (Antiga FRATERNIDADE): Nenhum de seus membros já mais participaram de qualquer luta dos funcionários da UNICAMP. Nos apresentam um programa cheio de reivindicações, mas, onde se encontra passado de lutas para garantir tais conquistas. Seriam mais sinceros se ativessem apenas às "questões sociais" (ponto único da plataforma da Fraternidade); transformar a ASSUC num clube, e em Associação de caridade. NÃO aparecem às vésperas das eleições, depois desaparecem. ESTA É UMA CHAPA QUE MUITO AGRADARIA A REITORIA, CASO VENÇA.

A chapa RESISTÊNCIA: Desde maio/83 os funcionários da UNICAMP, em particular do H.C.-Cidade, vem tendo uma péssima experiência com a atual diretoria da ASSUC - que hoje apenas faz rearranjo na chapa, trocando as mesmas pessoas de cargos.

É pública e notória a sua LIGAÇÃO COM A REITORIA, com a política de arrocho do governo, bem como sua convivência com a reitoria - Quanto a contratos com o pessoal das obras; contratos de funcionários sem concursos com altos salários; contratos com experiência de três meses, antes não existentes na UNICAMP. Convivência com demissões dos funcionários das obras, vigias, inclusive agindo policialmente, apontando nomes de companheiros (através de boletins e da imprensa) como responsáveis pela greve do H.C.-Cidade. Disto resultou a demissão do companheiro Reginaldo. A postura de traição à Categoria, fica clara em todas as ações desta diretoria, não cumprindo decisões de Assembléia - colocando a Associação claramente a serviço do reitor. Enquanto por outro lado tenta trabalhar com uma postura ASSISTENCIALISTA, cumprindo o programa da ALTERNATIVA, melhor que a mesma, através de filmes, futebol, viagens e empréstimos. NÃO SÓ DE FESTA VIVE O FUNCIONÁRIO, MAS, PRINCIPALMENTE DO SEU SALÁRIO. Não é essa a Diretoria que desejamos.

A chapa A PRIMAVERA SERÁ NOSSA: desde fins de agosto, os setores mais combativos, (funcionários que atuaram na última greve) vinham se reunindo visando a formação de uma chapa de Oposição Unificada, contra a atual diretoria da ASSUC. Inicialmente elaborou-se um programa e um calendário de reuniões por unidade, onde este programa seria discutido e

Fonte: Acervo de Reginaldo Bispo Pereira.

Excluído, a solução encontrada pelo grupo da comissão sindical do HC foi promover um verdadeiro boicote às eleições da Assuc. Às vésperas da eleição, o grupo produziu um boletim que “enterraria a chapa de Clóvis em cova rasa”, como explicou Bispo. E acrescenta:

Nessa altura o boletim estava pronto. Pode ser que o conteúdo tenha vazado e eles procuraram o Márcio se propondo a fazer qualquer acordo. Aí eu disse: “Sinto muito, mas não tem acordo. O acordo foi lá atrás, na convenção”. Quando o boletim caiu na categoria foi uma bomba.

Segue um pequeno trecho do documento:

Esta foi a conclusão a que chegaram muitos funcionários do HC-Cidade frente às traições, vagas promessas e oportunismo das três chapas que estão concorrendo à presente eleição, ao mesmo tempo em que cresce nos funcionários da Unicamp o mesmo sentimento.⁴⁹

Os membros da Convergência Socialista, no entanto, preocupados em unir a oposição e em reconquistar o espaço perdido com as acusações morais, decidiram pelo apoio crítico à chapa A Primavera Será Nossa, pois não queriam ver a Resistência reeleita. Mas A Primavera Será Nossa não emplacou.

No dia 8 de novembro de 1984, como em maio 1983, os resultados apurados indicavam mais uma vitória da chapa Resistência contra as confusões daqueles que tentaram tirá-la do páreo.⁵⁰

Clóvis Garcia e Reginaldo Bispo encerrariam naquele momento suas participações como diretores da Assuc.

Chapa Resistência	1.123 votos
Chapa A Primavera Será Nossa	988 votos
Chapa Alternativa	211 votos
Nulos	95 votos ⁵¹
Branco	52 votos

Clóvis Garcia foi o primeiro presidente do Partido dos Trabalhadores em Campinas e também eleito o primeiro vereador pelo partido, em 15 de novembro de 1982. Em janeiro de 1983 foi expulso da Convergência Socialista por discordar de continuar sendo um “funcionário do partido”. José Vitório Zago explica:

49 *Idem.*

50 Panfleto “Nem Resistência, Alternativa ou Primavera: Abstenção e Boicote às Eleições da Assuc”, elaborado pela comissão sindical do HC.

51 Interessaria considerar que os votos conseguidos pela chapa Alicerce, da Convergência Socialista (211), cujo apoio foi recusado pela chapa A Primavera Será Nossa, obtidos na eleição anterior, mais a “força” do MNU, também recusada, seriam mais do que suficientes para a vitória da chapa liderada por Clóvis Garcia, que não quis uma composição com essas tendências.

A ideia de pegar o salário de vereador era exatamente para que ele mantivesse mais ou menos o seu nível de vida e não ficasse empolgado, se desligando da classe trabalhadora. Mas ele não concordou com isso e foi expulso da Convergência. [...] Muita gente diz que eu falei que ele roubou o partido. Não é verdade. Ele deixou de cumprir um compromisso que ele tinha assumido quando foi candidato [a vereador]. [...] Era um compromisso verbal. Serviu de lição...

No ano seguinte, mesmo atuando na Câmara Municipal, Clóvis Garcia voltou a disputar a direção da Assuc com a chapa A Primavera Será Nossa, mas perdeu. Pouco depois, em 15 de março de 1985, no dia em que se deu início à Nova República, ele faleceu em decorrência de uma apendicite.



Celso Fonseca

A morte do vereador Clóvis Garcia do PT, no início da madrugada de ontem, desfez a Câmara Municipal de Campinas de um dos seus vereadores mais eréticos e valentes. Essa era a opinião da maioria das pessoas que conviveram com sua personalidade

tra do Brasil - foi volubente a 15 horas no Salão Nobre da Câmara. O movimento se intensificou a partir das 14 horas, quando começaram a chegar os seus oibis frentados por funcionários da Unicamp. Praticamente todos os vereadores estavam presentes e lamentavam a perda de um conpatriota que amear de morte o

Cala-se uma das vozes mais agressivas da Câmara



Lula: foi na plenitude da juventude

Se Jacó Bittar veio de Brasília para o enterro de Clóvis Garcia, o presidente nacional do PT, Lula Inácio Lula da Silva, percorreu a pé aproximadamente cinco quilômetros da Câmara Municipal, onde foi o velório até o Cemitério da Saudade, onde Clóvis foi sepultado.

Lula com mais um grupo de aproximadamente cem pessoas, seguiu andando junto ao carro que conduzia o corpo de Clóvis. "Perdemos um ser humano na plenitude de sua vida. Assim, perde o movimento popular. Agora os companheiros devem ter a disposição redobrada para suprir a ausência de Clóvis".

Lula reafirmou que pretende cobrar do novo governo o atendimento de suas propostas e considerou a Nova República de Tancredo Neves muito parecida com a Nova República de Getúlio Vargas: "as pessoas são as mesmas", comparou.



Lula, a pé até o cemitério

Jornais publicam a morte de Clóvis Garcia, em 15 de março de 1985. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Reginaldo Bispo continuou sua atuação por meio da comissão sindical do Hospital de Clínicas. Travou vários embates, criticou a posição da diretoria da Assuc e liderou uma greve da qual a associação não participou. Sofreu perseguição política e foi punido várias vezes. Até que, em fevereiro de 1984, foi demitido pela última vez.

Sua demissão foi objeto de descontentamento e de manifestações por parte dos funcionários, que decidiram na assembleia do dia 1º de março prestar total apoio ao companheiro demitido. Em protes-

to, também encaminharam uma carta de repúdio ao clima de “Repressão Permanente” (uma alusão à Comissão Processante Permanente II) e às punições aos servidores, endereçada ao reitor José Aristodemo Pinotti.

Apesar do parecer desfavorável à demissão de Reginaldo Bispo, feito pela advogada Maria Tereza Domingues, que considerava a punição ilegal, ele não voltaria mais a ser um servidor da universidade.

A chapa que dirigiu a Assuc durante o triênio 1985-1987 teve a seguinte constituição:⁵²

Diretoria

Presidente: Edison de Souza Barreto

Vice-presidente: Geruza Ferreira Lima

Secretário geral: Elói José da Silva Lima

Primeiro-secretário: Jair Seta

Tesoureiro geral: Hélio Teixeira Fernandes

Primeiro-tesoureiro: Moysés José da Silva

Diretor social e de esportes: José Luiz Ferro

Diretor de sede e patrimônio: Marilce Baltazar dos Santos

Conselho fiscal: Antônio Alves de Souza Filho

José Benedito Anhaia

Sueli de Fátima Faria

Conselho deliberativo: Marcos Josué Pereira

Juarez Pires de Souza

Elcio Cordeiro da Silva

Amarildo Pires Fonseca

Delmira Stuginski

Antônio Alcísio de Oliveira

Antônio Carlos Gonçalves

José Manoel Martins

Valdir Osmar Pereira

Eude Cândido de Azevedo

52 Ata da apuração de votos da eleição para escolha da diretoria, conselho fiscal e conselho deliberativo da Associação dos Servidores da Universidade Estadual de Campinas, 8/11/1984.

Benedita de Carvalho Leite
Fernando Alves de Souza
Maria de Lourdes do Amaral
Alcides Januário dos Santos
Cláudio Gomes

A COMISSÃO SINDICAL DO HOSPITAL DE CLÍNICAS

Conhecida por meio de boletins somente a partir de 1983, a atuação organizada dos trabalhadores do HC teve origem na greve de 1979. Nesse ano, algumas lideranças que organizavam o movimento no *campus* se encarregaram de levar as discussões para os funcionários do HC, na época em funcionamento no prédio da Santa Casa.¹ “O HC era totalmente desligado do *campus*. O fato de a gente estar na cidade parecia que a gente não pertencia à universidade”, lembra Margarida Barbosa.

Apesar da dificuldade de se locomoverem até o *campus* para participar das reuniões, os funcionários não mediam esforços: lotavam ônibus e peruas alugados, chegando a ter presença maciça nas assembleias.

Com várias reivindicações, como alimentação, transporte e uniforme, os funcionários que até aquele momento “não tinham muita noção de seus direitos”, passaram a sobrepor, e até decidir, questões específicas do hospital em assembleias que reuniam a maioria das unidades do *campus*.

Márcio Roberto do Carmo considera:

Quando a gente participava das assembleias que decidiam, elas eram aqui [*campus*] e a gente discutia as nossas posições na comissão de representantes com os funcionários de lá [HC]. Então, foi um movimento em que a gente cresceu bastante na organização do hospital. [...] Um negócio que durou até pouco tempo atrás.

1 Em 1983, o Hospital de Clínicas da Unicamp funcionava no prédio da Santa Casa de Misericórdia, ao lado da Prefeitura Municipal de Campinas.

O movimento foi se fortalecendo e, em 1981, os funcionários do HC deram uma das primeiras demonstrações de autonomia e organização. Em outubro, antes da intervenção de Maluf na Unicamp, decidiram entrar em greve antes dos funcionários do *campus* e depois optaram por não retornar ao trabalho no dia 17, como os demais da categoria. “A direção todinha da Assuc veio pra gente e disse: ‘Vocês são loucos, vão ficar sozinhos, isolados’. E nós dissemos: ‘Não! Nós vamos continuar’”, recorda Margarida Barbosa.

Nesse momento, segundo relatos de várias lideranças da comissão, o grande impulsionador do movimento no HC era Reginaldo Bispo. Márcio Roberto do Carmo, que, já em 1982, passou a fazer parte da gestão Solidariedade, conta:

O Reginaldo foi um cara que idealizou a questão da comissão, era um dos mais experientes politicamente da época. Então, tinha um grupo de pessoas que se reunia com ele e, a partir dessas reuniões, esse grupo acabou participando da atividade sindical, e depois até do conselho deliberativo da entidade.

Entretanto, de acordo com os relatos, o movimento dos trabalhadores do HC não era visto com bons olhos por toda a diretoria. As divergências na forma de encaminhamento de determinadas questões indicava que o movimento estava mais para dividir do que para somar.

Com o racha provocado pelas denúncias do grupo de Reginaldo Bispo contra Clóvis Garcia, que culminou no esfacelamento da gestão Solidariedade, a organização dos trabalhadores do HC passou por um segundo momento: o de posicionamento.

O final abrupto da Solidariedade abalou a vanguarda e reestruturou as lideranças. Enquanto uns ficaram desolados com o acontecimento, outros viam com nitidez a situação e já definiam que posição tomar. Margarida Barbosa conta:

O Clóvis e o Reginaldo foram meus ídolos. As coisas tinham que ser muito certinhas, foi isso que foi passado pra mim. De repente, quando eu vejo que a coisa não era daquela forma e que essas pessoas [...] estavam fazendo totalmente diferente, isso fundiu a minha cabeça.

Já Márcio do Carmo tinha outra visão: “Apesar de ter amizade com o Clóvis, politicamente a gente tinha divergência e eu acabei ficando do lado do grupo do Reginaldo”, explica.

Entretanto, como a cisão desestruturou a mobilização do HC, mas não a destruiu, os trabalhadores, insatisfeitos com a atuação da entidade e ávidos por continuar a luta, inclusive contra a diretoria da Assuc, sob o comando de Reginaldo Bispo e de Mário Bigode, iniciaram um movimento reivindicatório interno no Hospital de Clínicas que originou a comissão sindical do HC.

Em princípio, a proposta não era de realizar um trabalho isolado da diretoria da associação, mas a composição da comissão, formada basicamente por militantes do MNU e da corrente O Trabalho, afastava a possibilidade de unidade com a Assuc, sob o comando da Resistência, e com outros grupos, como a Convergência Socialista, pelos motivos já apresentados. Explica Reginaldo Bispo:

Quando a direção da Assuc começou a ficar impraticável, nós começamos a construir a comissão como forma de respaldar a nossa atuação política e impedir que eles [Clóvis Garcia e membros da Resistência] passassem a ter influência política lá.

A comissão sindical do HC organizava assembleia própria, discutia questões pertinentes aos setores ligados ao hospital, como ambulatórios e enfermarias, e chegou a divulgar uma proposta de regimento interno específico.

Entre as conquistas da comissão sindical (CS), o transporte fretado e a transferência do HC do centro para o *campus* mereceram destaque. Margarida Barbosa recorda: “A situação do trabalho no centro era muito precária. Era um casarão que para você passar pelo hospital tinha que passar por umas rampas de ferro e aquilo fazia barulho no hospital inteiro”.

Com a mudança, vieram outras reivindicações essenciais, como a questão do uniforme e da redução da jornada de trabalho. A condição imposta pelos trabalhadores era de que eles só aceitariam mudar se a jornada do turno da noite fosse alterada para 12x60 (12 horas trabalhadas por 60 horas de descanso). Naquele momento essa foi a grande conquista da CS.

A exemplo das comissões de fábrica dos metalúrgicos, a comissão sindical do HC tinha a proposta de fazer com que os próprios funcionários crescessem em nível de política e de organização. Conta Reginaldo Bispo:

A unidade estava fora do *campus*, então, para resistir às investidas da reitoria, do pessoal do peceção e do Clóvis Garcia e seu grupo, a gente tinha que organizar alguma coisa. E foi o que fizemos. [...]. Depois da briga com o Clóvis, a gente começou a criar comissões sindicais em todas as unidades com o objetivo de trazer para a entidade uma maior representatividade das unidades.

Dessa iniciativa política, mas ainda não estatutária, nascia um conselho de representantes.

A CS do HC foi constituída em 1983 e era composta por 30 (ou 40) membros e coordenada por nove pessoas.²

De acordo com Margarida Barbosa, ela chegou a passar por dois processos eleitorais, tendo como ponto fundamental a participação nas chapas de representantes dos três turnos (matutino, vespertino e noturno), pois eles eram o elo entre a unidade e a comissão.

Pelo estatuto, elaborado pela própria comissão sindical, ela seria autônoma e independente perante a direção do HC e a Unicamp, submetendo-se apenas à assembleia de funcionários (sócios da Assuc ou não) e, embora não devesse se submeter formalmente à Assuc, contaria com o apoio e o respaldo material dela. Também era a favor do princípio da unicidade sindical, defendendo a existência de uma só associação para os funcionários da Unicamp.

Em síntese, a comissão existia paralelamente à Assuc, representava uma parcela considerável dos funcionários e se opunha a parte das decisões tomadas nas assembleias convocadas pela associação, mostrando em alguns momentos uma arriscada contradição entre o discurso e a prática, como explica Margarida Barbosa:

A gente chegou com essa proposta para a diretoria e achava que a diretoria ia ter dificuldade, mas assumiria. Mas eles não assumiram. Às vezes, a gente conseguia as coisas da Assuc na marra. A gente dizia: “Vocês não vão dar? Então a gente vai chegar lá [HC] e vai dizer que vocês não vão dar!”. Outras vezes a

2 Estava subdividida em secretaria geral, organização, finanças e divulgação.

gente pegava dinheiro de cada um. Contribuição pessoal. A gente se reunia e dizia: “É importante fazer esse material, vamos ver como a gente consegue...”. E usava máquina de uma seção, uma coisa de outra... Era tudo assim, mas a gente conseguiu manter.

Ainda em junho de 1983, no início da gestão Resistência, os funcionários públicos paulistas, descontentes com a proposta de 15% de reajuste feita pelo governo Montoro, mantiveram-se mobilizados. Como foi relatado anteriormente, a Assuc, discordando dos encaminhamentos propostos pela comissão de mobilização de São Paulo (da qual Reginaldo Bispo fazia parte), alegava que o movimento não estava recebendo adesão dos principais setores do funcionalismo e não aderiu à convocação de greve geral.³ Por esse motivo, a diretoria da associação foi acusada pela comissão sindical de não aderir a um movimento “justo e correto” devido a compromissos com o governo.⁴

As divergências entre a Assuc e comissão sindical do HC, nitidamente expostas durante a campanha salarial de 1983, foram insistentemente divulgadas:

Esta denúncia deve-se ao fato dessas pessoas estarem dando declaração à imprensa intitulado-se “representantes dos funcionários da Unicamp” com o duplo objetivo de arrogarem-se a liderança do movimento de campanha salarial e de tentar desmoralizar a legítima representação dos funcionários, que é a Assuc.⁵

Apesar dos “alertas” divulgados pela diretoria da associação, os funcionários do HC aderiram à greve em junho de 1983, junto de outros setores do Estado articulados pela comissão de mobilização, com a qual a Assuc havia rompido.

Mas 1983 ainda registraria um consenso entre as duas organizações: a fundação da CUT, em agosto. Enquanto a direção da Assuc considerava a fundação da Central Única a decisão mais importante para os

3 *Assuc Boletim de Informações Gerais*, junho de 1983.

4 Panfleto “Não às Punições”, 26/7/1983.

5 *Boletim Informativo Assuc*, 23/6/1983.

trabalhadores do país, a comissão sindical alardeava: “Vamos filiar a Assuc à CUT”.⁶ Segundo Barreto:

Nós que filiamos, democraticamente, a Assuc à CUT. [...] A gente colocou em assembleia a nossa posição favorável. Todos os discursos foram favoráveis à filiação à CUT. Nós queríamos porque era uma época de luta e a CUT era muito mais de luta que a CGT.

De acordo com relatos, a comissão sindical do HC começou a sofrer declínio tão logo a mudança do HC para o *campus* se efetivou, entre 1984 e 1985:⁷ “Com a mudança, cada um foi para um lado; eu, por exemplo, não fui pro HC, fui para o Caism. A gente tentou trabalhar junto, mas foi inviável”, conta Margarida.

6 Publicação “Conclat de Luta aprova CUT Democrática e Combativa”, assinada pelos funcionários Margarida, Fátima, Reginaldo, Zizo, Beth, Adelise, Sônia, Leonor, Vande, Musa, Fábio, Leda e Rose.

7 A etapa de conclusão das obras do HC foi iniciada em 1982, e o primeiro leito da enfermaria geral de adultos foi inaugurado em 10 de outubro de 1985. O Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism) foi inaugurado em 15 de junho de 1984. Entretanto, o processo de transferência do Hospital de Clínicas foi iniciado em 1986. Esses e outros dados sobre a fundação do HC podem ser encontrados no *site*: <<http://www.hc.unicamp.br/node/24>>.

11 A SEGUNDA GESTÃO RESISTÊNCIA

DOCUMENTAÇÃO PARCIALMENTE EXTRAVIADA

Embora relativamente recente, a história dessa gestão, que durou de 1985 a 1987, não foi fácil de ser reconstruída. Com a documentação tão escassa quanto aquelas das gestões iniciais, esse período foi reconstituído a partir de relatos de ex-diretores, por meio de técnicas de registro oral.

Investigadas, as informações obtidas a respeito do “sumiço” da documentação textual foram controversas. Uma das explicações é a de que toda a documentação da Assuc – como boletins, panfletos, jornais e recortes de material de imprensa –, em vez de ser arquivada na entidade, teria sido levada para uma sala no Ginásio de Esportes para ser guardada, pois lá estaria “protegida” contra a maior parte dos danos que costumemente atacam esses documentos que têm de ser preservados: umidade, incêndio, coleta sem devolução programada, descarte etc.

Entretanto, em 1996 o Ginásio de Esportes foi acometido por um vendaval que provocou o destelhamento do prédio e a destruição da sala escolhida para preservar os documentos da Assuc. Aliás, segundo relatos de funcionários da unidade, aquela “salinha” foi a mais atingida pela intempérie.

Outras versões também foram relatadas. Segundo um membro da chapa Resistência, os documentos teriam sumido pelo fato de a diretoria ter cumprido um dos melhores mandatos da história da Assuc. Hélio Teixeira Fernandes comenta: “[...] Eu acho estranho só os documen-

tos da Resistência terem sumido. Porque naquela época nós fizemos muita coisa. Nós deixamos um saldo positivo de 50 mil dólares”.

Também foram levantadas suspeitas de que os documentos teriam sido destruídos pelos sucessores imediatos, mas a única certeza que ficou é a de que quase nenhum documento restou para comprovar toda essa história.

Embora a falta de documentação textual tenha impossibilitado o resgate de todas as mobilizações realizadas durante a gestão Resistência, bem como das informações sobre os motivos, a duração e os resultados desses eventos, a escassez documental propiciou um olhar sobre a atuação da Resistência muito diferente da trajetória linear que se manteve até aqui.

Os depoimentos permeados de visões de mundo distintas, de discursos conflitantes e de avaliações oportunas, mais que saudosistas refletiram a preocupação dos personagens desse período em deixar registradas suas atuações. Alguns esboçaram uma autocrítica e outros, com bastante desprendimento, se dispuseram a reconstruir o que há muito faziam questão de esquecer.

A COMPOSIÇÃO DA CHAPA

O segundo mandato da chapa Resistência teve início em 15 de janeiro de 1985, conforme anunciado pela presidente da comissão eleitoral, Tecla Linkevievius Ferrareze, em cerimônia de posse que aconteceu no mesmo dia.

Com composição e ideologia muito semelhantes à anterior, essa gestão, que permaneceu até o final de 1987, congregou membros ligados ao PCB, PMDB, PT (minoritariamente), e “até malufista”, como relatou Elói José da Silva Lima, mantendo o rótulo de chapa ampla, eclética, suprapartidária.

“Tinha pessoas de várias tendências, o que era uma grande diferença entre as outras chapas, que eram mais fechadas”, resume Elói Lima. E Barreto lembra: “A convivência interna foi muito boa. [...] Não tivemos um problema na diretoria. O Elói era um pouco mais agitado porque no fundo ele era PT dentro de um grupo que o PT não apoiava, um grupo mais moderado, então ele tinha umas recaídas...”.

Diferente também foi a unidade que definiu a vitória da Resistência: a administração. Desde 1975, a vitória da diretoria da Assuc não era definida majoritariamente pelos votos dos funcionários da área administrativa, mas pelas unidades com maior concentração de “operários”, como manutenção, restaurante e HC.

“Nós vencemos numa das últimas urnas, que foi a da administração”, lembra Hélio Teixeira Fernandes. “Tava pau a pau, aí estouramos por 414 votos. Eu e o Edison Barreto éramos de lá, o lugar com o maior contingente de pessoal”, conta.

Da mesma opinião compartilha Edison Barreto:

Na noite da véspera da eleição estava todo mundo fazendo campanha, jogando papel pra lá, indo nas unidades... Eles [chapa A Primavera Será Nossa] levaram uma força violenta, não sei como não ganharam a eleição. Foi então que a administração decidiu; lá nós tivemos uma votação muito grande, quando chegou no HC já estava com uma diferença muito grande.

Na verdade, o presidente, Edison Barreto, que trabalhou na Diretoria Geral Administrativa (DGA-6) e, em seguida, na prefeitura do *campus*, tinha muitas amizades na administração. Segundo relatos, era uma pessoa alegre, espontânea e por onde passava fazia amigos. Além disso, tinha conhecimento político: em outros tempos pertenceu ao PCB.

Mas a distribuição de cargos na diretoria foi outro diferencial da Resistência. Enquanto a disputa pela presidência gerou rachas e prejuízos para o movimento sindical da Unicamp no passado, pelos relatos, nessa composição o assunto não ocupava lugar de destaque. Elói Lima explica: “[...] a minha indicação para secretário geral era uma coisa que pra mim não tinha importância. Importante era o trabalho que se fazia. [...] Montaram a chapa, eu nem participei, colocaram meu nome. Já sabiam que eu estava no grupo”.

Já sobre a escolha do nome que preencheria a presidência, Elói Lima tem um palpite:

A escolha do Edison foi porque ele chegou com uma outra característica de comportamento [...] e também, eu imagino, porque foi militante político. Participou do Partidão, e a chapa [anterior] tinha várias pessoas que tiveram ligação com o PC, como o Zé Valter, o Vasco...

Responsável pela apresentação de Edison Barreto ao grupo, Hélio Teixeira reforça a tese:

Onde ele estava tinha roda. A gente brincava: “Olha, a assembleia da Assuc tinha 15 pessoas, a nossa assembleinha aqui tem umas 30”. [...] Ele também tinha um conhecimento político muito bom, sabia discutir politicamente. O pessoal o ouvia muito.

E Vasco relata:

O Barreto era um quadro político, [...] tinha articulação. O Edison foi uma conquista. Assim que ele chegou, de repente, por acaso numa reunião, começou a falar e quase todo mundo dizia: “Onde você estava?”. “Você estava escondido?” [...] Ele era uma figura política capaz de brincar com qualquer coisa [...], sabia o que estava falando, não discriminava, não era sectário, [...] essa foi a marca que o levou para o lado da gente.

O próprio Barreto também tem sua versão:

Acho que eu gritava mais, nas assembleias eu falava mais alto. Porque era interessante, as ideias eram sempre assim: se você falava “vamos fazer uma greve por três dias”, o pessoal da oposição gritava: “cinco!”. Se você falava cinco, eles falavam “sete!”. Então as discussões nas assembleias eram sempre violentas. [...] Eu falava pra quem tava secretariando: “Na hora em que o Clóvis se inscrever, você me inscreve logo em seguida”. [...] Quando era o Bigode que estava mais aceso, então “me inscreve depois do Bigode, para eu gritar tanto quanto ele”, porque era um berreiro... Às vezes ganhava-se mais pelo grito que pela razão.

Outra característica distinta da Resistência foi a indicação de Geruza Ferreira Lima para ocupar a vice-presidência. Pela primeira (e única) vez na história da Assuc uma mulher foi escolhida para preencher o segundo posto da diretoria. Membro de destaque da CS do HC, Geruza Lima simpatizava com a Convergência Socialista, mas nunca a ponto de se filiar ao partido e, segundo ela, foi graças a essa indefinição que foi parar na chapa:

Na época eu não entendia direito, não era politizada. Tinha umas brigas que eu não concordava e achava desnecessárias [...] a gente tinha que juntar a categoria e fazer greve se precisasse. Mas as brigas políticas me incomodavam, por isso eu acabei ficando uma presa fácil. Fiquei solta [...] e fui à direita. Fui pra Resistência.

Barreto conta:

A Geruza era ligada à Convergência, mas a gente a convenceu, era importante para a nossa chapa colocar gente do hospital [...]. Foi o charme. Ela era batalhadora lá no hospital, sempre organizou as greves, era a cabeça das greves, uma liderança muito grande e ligada à Carmem.¹

Em síntese, a segunda gestão da Resistência ficou marcada pela postura moderada de suas lideranças, que declaradamente privilegiavam a negociação à greve, pela baixa capacidade de politizar a categoria, ainda que “impedida” por fatores considerados prejudiciais, como a explosão do número de contratação de funcionários durante a gestão Pinotti, além da localização de sua origem e de sua base de sustentação: a administração.

A CONJUNTURA POLÍTICO-ECONÔMICA DE 1985-1987

Enquanto internamente a temática das lutas girou em torno dos processos de eleição do reitor e, posteriormente, de institucionalização (reformulação do estatuto e criação do conselho universitário), a conjuntura externa ficou demarcada pela recuperação econômica e pela estratégia mais ofensiva do movimento sindical.

Depois de um duro período de recessão econômica (1981-1983), bastante desfavorável para a organização dos trabalhadores, a recupera-

1 Uma liderança bastante citada durante as entrevistas, a funcionária do HC, Carmem Santorion, integrou a diretoria da Assuc pela primeira vez em 1982, na gestão Solidariedade, como diretora social e de esportes. Em 1983, após o racha da Solidariedade, continuou a militância por meio da comissão sindical do HC. Em 1988, Carmem fez parte da segunda bancada dos funcionários no Consu, representando a área hospitalar.

ção econômica durante os anos de 1984 a 1986 favoreceu “a intensificação dos conflitos e a utilização de formas de lutas mais contundentes”.² De maneira geral, a sistemática era: governo praticamente “inerte, ofensiva sindical, contraofensiva patronal”.³

A partir de 1985, a pressão exercida pelos partidos políticos de esquerda e do movimento sindical combativo resultou “num importante elemento direcionado ao estabelecimento de novos critérios de revisão de salários” por parte do governo, como mostra o quadro sintético elaborado por Márcio Pochmann:⁴

Lei aprovada	Conteúdo
Lei 7.450 de 12/1985	Ampliou para até 10 salários mínimos o reajuste semestral de 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e 80% para acima de 10 salários mínimos.
DL 2.283 de 2/1986	Definiu o reajuste para todos os salários com base na média dos últimos 6 meses e mais 8% de abono (16% para o salário mínimo), criou a escala móvel (20% do INPC) e garantiu 60% do INPC dos últimos 12 meses na data-base a todas as faixas de salário mínimo.
DL 2.335 de 7/1987	Definiu o congelamento dos salários sem incorporar a inflação de junho/87 e o reajuste mensal segundo a URP (Unidade de Referência de Preços) a todas as faixas de salário mínimo.

No plano nacional, a segunda gestão da Resistência transcorreu junto com a implantação de vários planos de estabilização econômica que resultaram em medidas que visavam principalmente “reduzir o déficit público, a dívida interna e a inflação e controlar os gastos públicos”. Foram eles:

2 Gonçalves, 1994.

3 *Idem.*

4 Pochmann, 1994, p. 660.

1. Plano Cruzado I, que tinha como metas: “combater a inflação; introduzir um novo padrão de desenvolvimento (público e privado) para retomar o crescimento econômico de forma sustentada e criar uma política social efetiva”;⁵
2. Plano Cruzado II, bastante contestado pelos trabalhadores, por ele o governo federal pretendia, basicamente: “conter o consumo, incentivar a poupança privada e recuperar o saldo da balança comercial”;⁶
3. Plano Bresser, que objetivou “deter o crescimento da inflação, equilibrar o balanço de pagamentos e reduzir o déficit público”.⁷

Essa conjuntura, que mesclava as medidas do governo de conter os gastos públicos ao aumento da participação do funcionalismo no movimento sindical, teve grande repercussão na Unicamp: “[...] Quando nós terminamos o mandato [...] muitos professores se associaram à Assuc, era mais vantajoso para eles”, conta Barreto.

Ao mesmo tempo, a “questão de método” que polarizava as formas de atuação da oposição e da diretoria da Resistência se evidenciava cada vez mais, como justifica Elói Lima:

Foi um ano de muitas greves e um período de um certo grevismo. O sindicalismo se fortaleceu muito no Brasil, eclodiu em várias regiões e as greves começaram a pipocar. Nesse período, a oposição à nossa diretoria obviamente ficava buscando qualquer situação, qualquer circunstância para poder nos jogar contra a categoria e tal. [...] Essa coisa de usar a greve como forma de provocação eles fizeram muito, para tentar mostrar para a categoria que nós éramos contra a greve por questão de princípio. Nós tínhamos um método de trabalhar nas questões mais específicas com outros instrumentos.

“A Resistência era o pelego reciclado. Só tinha gente pelega, eles não tinham propostas pra nada”, julga Bigode. E Barreto explica:

5 Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 1994, p. 70. O Plano Cruzado I entrou em vigor a partir de 1º de março de 1986 e durou nove meses.

6 *Idem*, p. 66. O Plano Cruzado II entrou em vigor seis dias após as eleições estaduais, em 21 de novembro de 1986.

7 *Idem*, p. 71. O Plano Bresser entrou em vigor em 12 de junho de 1987.

Era um fanático [Bigode]. [...] Ele e o pessoal que começou com o PT pensavam que iam mudar o mundo a partir da universidade: “Vamos começar uma revolução dentro da universidade”. Era uma visão dos caras, uma ideologia... E a gente, que era mais velho de idade do que eles, sabia que todo mundo teve esse ideal num determinado momento [...]. Depois a gente vê que acaba entrando naquela do possível [...]. O poder do reitor é muito grande, difícil até de negociar, às vezes tem-se que mendigar.

O II Concut

A articulação da oposição, favorecida pela conjuntura, obteve grandes resultados no II Congresso Nacional da CUT, realizado entre 31 de julho e 3 de agosto de 1986.

O encontro, pautado pela inflamada discussão política entre as tendências existentes dentro da Central, ficou dividido em três vertentes:

- 1) Chapa 1, quase genuinamente composta pela Articulação Sindical;
- 2) Chapa 2, que reuniu grupos de esquerda, como o Partido Revolucionário Comunista, Reconstrução do PCB, prestistas, Comando Operário Socialista, Luta Sindical, Movimento dos Trabalhadores Socialistas e Causa Operária;
- 3) Chapa 3, que reuniu o Movimento Comunista Revolucionário, a Convergência Socialista, entre outros.⁸

Embora o grupo tido como “mais moderado” (Articulação) tenha vencido proporcionalmente o congresso, as resoluções do Concut deram uma identidade de esquerda ímpar à CUT. Como afirma Ricardo Antunes, o II Concut conseguiu avançar para “uma convergência em torno de ideais socialistas, convertendo-se, no tocante à sua propositura, numa Central com claros contornos anticapitalistas. Havia sido, então, uma decisão congressual importante, embora genérica”.⁹

Mesmo explicitando nas resoluções que “o instrumento fundamental de definição do programa de classe e da estratégia política do poder

8 Rodrigues, 1990, p. 13.

9 Antunes, 1991, p. 52.

eram os partidos políticos efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora”, o congresso afirma que a CUT é “parte integrante deste projeto”.

Entre os aspectos importantes da resolução final, estavam o esforço evidente dos dirigentes em fazer frente ao modelo corporativo oficial em vigor no universo sindical e a defesa da “democratização da ação do Estado”. Além da aprovação de uma campanha nacional de lutas que contemplava os seguintes pontos:

- Recuperação das perdas salariais e aumento real de salários e do salário mínimo, segundo índice do Dieese; reajustes automáticos mensais e “real congelamento dos preços e o abastecimento [*sic*]”;
- Estabilidade no emprego, fim da mão de obra temporária, redução da jornada de trabalho para 40 horas, salário-desemprego real [*sic*] para todos;
- Liberdade e autonomia sindical com aprovação da Convenção 87 da OIT;
- Reforma agrária sob controle dos trabalhadores e punição dos assassinos de trabalhadores rurais;
- Luta pelo não pagamento da dívida externa.¹⁰

OS FATORES QUE INFLUENCIARAM A POSTURA DA GESTÃO

É interessante considerar que, embora a sucessão de atritos que acometeu as forças mais à esquerda do movimento sindical da Unicamp durante a gestão Solidariedade e, em seguida, na formação da oposição à nova candidatura da Resistência, a conjuntura política nacional também favoreceu a ascensão das tendências tidas como “mais moderadas”.¹¹

Uma das bandeiras defendidas precocemente pelos membros da Solidariedade em 1981, três anos mais tarde estava sustentada por outras mãos. A campanha pelas Diretas Já!, intensificada em 1984, e que conseguiu entre outras coisas criar uma união cívica nacional que clamava por mais democracia e, principalmente, pelas eleições diretas para pre-

10 Rodrigues, 1990, p. 12.

11 A expressão “mais moderadas” refere-se apenas ao campo da luta sindical e não em relação ao regime militar.

sidente da República, culminou com a escolha do nome de Tancredo Neves, do PMDB.¹²

A articulação de uma aliança entre a Frente Liberal, o PMDB e os demais partidos de oposição (com exceção do PT) que tinha o objetivo de submeter ao colégio eleitoral uma candidatura capaz de “evitar retrocessos políticos” e de obter “credibilidade suficiente para administrar a política econômica recessiva (1981-1983)”, conseguiu derrotar, em 15 de janeiro de 1985, o candidato governista Paulo Maluf.

O escolhido não chegou a tomar posse. Tancredo Neves faleceu em abril de 1985 e, empossado, José Sarney, do PDS (ex-Arena), foi quem deu então início ao tão sonhado período de transição, chamado de Nova República.

A aliança entre a Frente Liberal, o PMDB e partidos de oposição criou importantes medidas para consolidar a transição democrática e preparou o cenário para as eleições de 1986. Promoveu, por exemplo, a reforma eleitoral e partidária, em maio de 1985, em que o PCB e PCDoB foram legalizados; em junho, convocou a Assembleia Nacional Constituinte para o ano de 1987; e marcou para novembro de 1986 as eleições simultâneas para governo do Estado, Senado e Câmaras Federais e Estaduais.

Como era de esperar, nas eleições de 1986, os partidos que fizeram oposição à ditadura, principalmente o PMDB, conseguiram eleger ampla maioria dos seus candidatos nas diversas esferas do poder. E, apesar dessa guinada nos rumos político, econômico e social brasileiros, o que ocorreu foi uma série de negociações com os setores aliados historicamente com o conservadorismo e com a ditadura militar que acabara de cair.

Ou seja, embora importante, a

[...] transição brasileira levou a Nova República a se instalar sobre os alicerces institucionais do regime autoritário, mais que sobre seus escombros, permitindo que se mantivesse na condução dos rumos políticos a maior parte da elite política e da administração do regime anterior.¹³

12 Cappa, 1999, p. 79.

13 Souza, 1998.

Na Unicamp, os reflexos dessa conjuntura recaíram sobre as gestões da Resistência que, influenciadas pelo PMDB, entre outros motivos, tiveram de conviver com a pecha de pelegas, imposta pela oposição que as acusava de manterem relações umbilicais com a reitoria e de estabelecerem compromissos com o governo, como lembra Elói Lima:

Eles [oposição] consideravam o grupo Resistência como sendo de direita; nos acusavam de ter ligações diretas com a reitoria: “conciliadores, conchavistas”. Usavam até a expressão peleguismo contra nós. Faziam campanha dizendo que nós estávamos vendidos para a reitoria.

Vasco justifica:

Os caras chamavam a gente de traidores, pelegos, diziam “vamos tirar os novos pelegos da Assuc”. [...] Para eles, sentar pra negociar antes de fazer greve era conciliação. A gente falava: “Não, só tem sentido uma greve se você sentou pra negociar e o cara falou não pra você”.

Estas diferenças de método de trabalho e de visão de sindicalismo surgidas em meados de 1983 inauguraram uma nova fase da Assuc, que perdurou até o final de 1987. Um período que, segundo a maioria dos entrevistados, foi de estagnação para o movimento sindical na universidade. Geruza Lima, vice-presidente da gestão Resistência, considera:

As duas Resistências eram muito parecidas. A primeira parece que era mais à esquerda do que a segunda porque tinha um pessoal politizado. Eu acabei ficando na segunda por experiência da primeira, mas foi morna. Não ia pra lugar nenhum.

Márcio Roberto do Carmo, membro da chapa que sucedeu a Resistência explica: “Eu gostava do Edison Barreto. Gostava de algumas pessoas da Resistência: o Seta era um cara sério... Não vou classificar as pessoas como pelegas [...] mas eu acho que eles fizeram uma gestão pelega”.

José Vitório Zago, membro da oposição à Resistência, considera:

Eles se aproveitaram de uma divisão nossa e desse ingresso de pessoas novas na Unicamp que se deu na gestão Pinotti. Como não eram pessoas que tinham militância partidária, eles eram facilmente absorvidos pela estrutura institucional. Então muitos deles quando perdem a Assuc não mantêm um trabalho de oposição.

[...] Podia ter sido melhor, porque quando você está na diretoria e tem o controle das informações, do aparato, você pode facilitar algumas ações e prejudicar outras. Mas um mal imenso, irreparável, eles não causaram. [...] um trabalho deletério eles não fizeram.

[...] O nosso programa era voltado estritamente pras questões internas: criação de creche, contratação de guardinhas e patrulheiros pela Unicamp, subsede em Limeira, implantação de um jornal, participação no Consu [...]

Barreto frisa: “Politicamente, a nossa atuação foi mais de centro, de centro-esquerda, do que de esquerda propriamente dita, mas direita nós não éramos”.

Mas, fora a conjuntura nacional, que fatores internos levaram a Resistência, que não reunia as lideranças “preferidas” da categoria, a vencer novamente as eleições na Assuc?

Uma das hipóteses veio do comportamento da própria unidade que abrigou o “lançamento” de duas chapas: a administração.

Com medo de ver na direção da Assuc as mesmas lideranças que num passado recente haviam gerado um clima de confusão entre os trabalhadores da Unicamp, um grande contingente de funcionários decidiu dar o voto à Resistência em vez de dividi-los com a Alternativa. Ainda que a Alternativa aglutinasse pessoas consideradas de escalões mais elevados que os demais concorrentes, os funcionários decidiram não correr o risco e votaram em massa na Resistência. Barreto avalia: “Na verdade, o pessoal mais tradicional da Unicamp acabou votando na gente. [...] Pra não deixar que o Clóvis e o pessoal voltassem, muita gente acabou votando em nós”.

A segunda consideração, também hipotética, está intrinsecamente ligada à primeira e deve-se às características dos compromissos assumidos pela chapa mais moderada. Depois da desgastante exposição das grandes lideranças mais esquerdistas, de uma fase de discursos inflamados, de compromissos que “se estendiam aos quatro cantos do mundo” e muita, muita briga e isolamento, as propostas centradas no *campus* e

que priorizavam as questões mais próximas às necessidades dos trabalhadores da Unicamp arrebataram a categoria. Barreto explica:

A gente deu uma pacificada na Assuc, porque estava aquele tumulto. Encampamos, colocamos as coisas em ordem, tivemos até um bom relacionamento com a reitoria, conseguimos fazer com que a reitoria aceitasse a gente como sindicato, porque até àquela época a reitoria considerava a Assuc como nada. Não dava atenção, não reconhecia, não atendia o pessoal.

[...] Quando nós entramos, o grande trabalho foi fazer o pessoal voltar a se filiar e a acreditar na Assuc. Acho que foi uma decepção: prometeram mundos e fundos, guerra, briga pra acabar com isso, acabar com o FMI, acabar com tudo, depois fica difícil cumprir essas coisas... era um regime bravo.

O II CONGRESSO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL

No mês de julho de 1987, o II Congresso do Funcionalismo Público Estadual, a instância máxima de discussão e deliberação do funcionalismo do Estado, contou com a participação de 30 delegados da Unicamp. Dentre eles, as principais lideranças da oposição, membros das comissões sindicais das unidades, como HC, Administração e Instituto de Biologia, e diretores da Assuc.

As principais decisões do congresso foram: a reformulação da comissão de negociação com o governo (Grupo das 19 Entidades), com a saída das entidades “pelegas” e a entrada de associações que encaminharam a última greve pelo gatilho, incluindo a Assuc.¹⁴

O congresso, realizado entre os dias 3 e 5 de julho de 1987, também aprovou a preparação para a greve geral contra o Plano Bresser, a campanha pelas Diretas Já!, o rompimento com o pagamento da dívida externa, a campanha salarial unificada, o repúdio à Lei de Segurança Nacional e a pressão popular por meio de coleta de assinaturas em prol das emendas da Constituinte.¹⁵

14 *Boletim Informativo*, n. 22, 7/7/1987.

15 *Idem*.

GREVES DO PERÍODO

Pela carreira

Pouco se pode reconstruir das greves e mobilizações ocorridas no triênio 1985-1987. Seguramente, o que se apurou por meio de relatos e de escassos boletins foram as greves pelo quadro de carreira, ainda no governo de Franco Montoro; pelo gatilho salarial instituído por Montoro e suspenso no início da gestão Orestes Quércia; entre outras mobilizações localizadas por readmissão de funcionários e contra punições.

A primeira greve da gestão teve como reivindicação a implantação de um quadro de carreiras para as três universidades públicas paulistas. Segundo os depoimentos, no último ano de mandato (1985), o reitor José Aristodemo Pinotti garantiu aos trabalhadores da Unicamp, durante uma reunião com as lideranças da Assuc, com o governador Franco Montoro e o secretário do Trabalho, Almir Pazzianoto, a implantação de um quadro de carreira dentro de 40 dias após aquela reunião.

No entanto, passados os 40 dias sem que a reitoria cumprisse o que havia prometido, os trabalhadores da Unicamp entraram em greve, e longa, conforme os relatos. Ainda que não fosse o quadro desejado, a mobilização dos trabalhadores rendeu de 15% a 20% de aumento salarial para todos. Barreto lembra:

A nossa grande vitória na Unicamp foi conseguir um quadro de carreira próprio, porque na época era o mesmo quadro do funcionalismo: sempre baixo [...]. Então foi um avanço grande [...]. Conseguimos impor a nossa presença, porque era sempre o pessoal da DGRH que fazia tudo.

[...] Uma das coisas que eu coloquei numa reunião no Palácio do Governo foi que o funcionário da Unicamp era especializado em relação aos outros funcionários do Estado: um zelador do Instituto de Biologia às vezes mexe com cobaias, [...] então ele tem de ser mais qualificado que um zelador que só vai para varrer a repartição.

As questões relacionadas à implantação do quadro de carreiras da Unicamp continuaram sendo tratadas, apesar de toda a mobilização da diretoria da Assuc, da oposição e da categoria em torno das greves contra a retirada do gatilho salarial.

De acordo com os boletins da Assuc, a instalação da Comissão Central de Avaliação (CCA) para as carreiras de técnico de apoio operacional e técnico de apoio administrativo, em 24 de junho de 1987, deu um impulso considerável aos trabalhos.

A CCA, única para os dois tipos de carreiras, ficou composta por cinco docentes: Armando F. S. Moreira (IF); Antônio Guilherme B. de Neto (FCM e Superintendência do HC); Nilce Meirelles (IB); Paulo M. Imamura (IQ); Frab N. Boscolo (FOP). E por cinco funcionários técnico-administrativos: Elói José da Silva Lima (Assuc), Edison de Souza Barreto (Assuc), Edison Cardoso Lins (Comissão de Estrutura), Daisy da Silva Lara (Comissão de Estrutura), José Luiz Boer (GAT/DGRH). Já a CCA da carreira de técnico especializado em apoio ao ensino e à pesquisa foi representada por Jair de Seta (Assuc) e Ana Lourdes (FEA).

As Comissões Locais de Avaliação (CLAs), cerca de 40, se constituíram de quatro docentes ou especialistas, indicados pela diretoria da unidade ou órgão, e de mais dois trabalhadores eleitos.

Em 6 de julho de 1987, a Assuc divulgou o resultado do enquadramento inicial: 71 funções e mais de 5,5 mil funcionários reenquadrados.

Pelo gatilho

Como temia a diretoria da Assuc em seus boletins no início do ano, uma das primeiras medidas do governador recém-empossado, Orestes Quércia, chocou-se com as aspirações do funcionalismo público estadual: em 27 de março de 1987, o governador enviou à Assembleia Legislativa um projeto de lei que propunha a extinção do gatilho salarial.

O gatilho salarial era um dispositivo criado pelo governo Franco Montoro que visava reajustar os salários sempre que a inflação acumulasse um índice de 20%. Disparado quase que mensalmente, garantia que os salários não sofressem tanto arrocho. Na contramão, a proposta de Quércia trazia de volta o reajuste semestral, o que representava, naquele momento, um grande retrocesso.¹⁶

16 *Boletim Informativo*, n. 7, 2/4/1987.

De acordo com o *Boletim Informativo*, n. 13, de abril de 1987, os gatilhos referentes a março e abril não tinham sido disparados porque o governador alegava que não havia arrecadação de Imposto sobre a Circulação de Mercadoria (ICM) suficiente para suprir o aumento salarial. Mas a Plenária das Entidades do Funcionalismo Público Estadual, reunida em 31 de março, na Assembleia Legislativa, com a presença de 25 associações, inclusive da Assuc, exigia a retirada do projeto e contestava os números apresentados pelo governador. O informe publicitário da Plenária publicou:

Em vista disso, a Plenária do Funcionalismo Público reafirma a exigência da abertura imediata de negociações e a exigência de transparência nas negociações (o Estado deve apresentar os dados atualizados de arrecadação do ICM e pagamento do funcionalismo).

A proposta de encaminhamento apresentada no mesmo documento incluía greve geral no dia 9 de abril, com concentração no Palácio dos Bandeirantes. A diretoria da Assuc acatou prontamente a deliberação da Plenária Estadual do Funcionalismo, discutindo com a categoria em assembleia, que deliberou por unanimidade todas as propostas.¹⁷

A greve do funcionalismo público estadual contra os ataques do governo ao gatilho salarial durou 25 dias. Mas as mobilizações em torno do assunto duraram cerca de dois meses. Elas foram iniciadas com a paralisação de 28 de abril, que declarou “estado de greve” ao governo do Estado.¹⁸

O Conselho Universitário da Unicamp (Consu), recém-instalado, inclusive com a participação do reitor, enviou ao governador uma moção de repúdio à retirada do gatilho. O Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a Adunicamp também apoiaram a mobilização¹⁹ e a Central Única dos Trabalhadores convocou todas as entidades filiadas a se mobilizar contra os governos Quéricia (Estado) e Sarney (Federal).²⁰

A greve propriamente dita começou em 6 de maio, durante uma assembleia geral do funcionalismo, realizada na Assembleia Legislativa.

17 *Boletim Informativo*, n. 10, 15/4/1987.

18 *Assuc Tribuna da Greve*, 28/4/1987.

19 *Tribuna da Greve* n. 1 e 2, 28 e 30/4/1987.

20 *Boletim da CUT Regional Grande São Paulo*, maio de 1987.

Sete dias mais tarde surgiram as primeiras propostas do governo: de vincular a folha de pagamento a 75% do ICM e de conceder reajustes trimestrais, em vez dos semestrais propostos anteriormente. Além disso, o governo ofereceu o pagamento dos gatilhos de março e abril e estipulou piso salarial de Cz\$ 4.200 e teto de Cz\$ 140 mil.²¹

Mas o funcionalismo não aceitou nenhuma delas. Os gatilhos já somavam três (de março, abril e maio) e o reajuste correspondente era de 72,8% e não de 44%, como foi apresentado pelo governo. O piso de Cz\$ 4.200 seria “engolido” pela inflação ainda no mês de maio e a retirada do gatilho estava fora de negociação.



Assembleia geral do funcionalismo público realizada em frente à Assembleia Legislativa de São Paulo, em 6 de maio de 1987. Fonte: Acervo de Celso Ribeiro de Almeida.

Em 22 de maio, uma deliberação da assembleia geral do funcionalismo suspende a greve, mas a possibilidade de deflagração de outra greve por tempo indeterminado a partir de 11 de junho foi considerada. A avaliação da assembleia foi de que a mobilização foi vitoriosa; a maior desde 1979, unificou diversos setores do funcionalismo, levando milhares de pessoas para as ruas. Apesar das ameaças do governo de descontar os dias parados, o funcionalismo resistiu.²²

21 *Assuc Tribuna da Greve*, n. 4, 5/5/1987.

22 *Boletim Informativo*, n. 15, 3/6/1987.



Fonte: Acervo de Márcio José de Andrade da Silva.

No dia 27 de maio a Unicamp esteve paralisada em defesa do gatilho.²³ E no dia 11 de junho a greve estadual foi deflagrada novamente. A mobilização em torno da recuperação dos quatro gatilhos (março a junho) e do piso de três salários mínimos durou oito dias.²⁴

As assembleias estadual (18/6) e da Unicamp (19/6) avaliaram que o funcionalismo não tinha forças para continuar em greve.²⁵ Entretanto, como a “luta tinha de continuar”, os servidores já conclama-

23 *Boletim Informativo*, n. 14, 27/5/1987.

24 *Assuc Tribuna da Greve*, n. 16, 11/6/1987.

25 *Boletim Informativo*, n. 19, 24/6/1987.

vam uma greve geral para o dia 15 de julho. Dessa vez, contra o pacote Bresser, que foi instituído durante os oito dias em que o funcionalismo público paulista esteve parado. O pacote, que tinha como meta “deter o crescimento da inflação, equilibrar o balanço de pagamentos e reduzir o déficit público”, também baniu o gatilho salarial em nível nacional.²⁶

Em 15 de julho de 1987, o *Boletim Informativo*, n. 24, intitulado “Rumo à greve geral”, publicava uma avaliação da Assuc sobre a paralisação de um dia, no Estado de São Paulo, contra o Plano Bresser, contra o pagamento da dívida externa e pelo pagamento dos quatro gatilhos atrasados:

No decorrer da nossa greve, várias vezes discutimos e alertamos que por trás da safadeza do Quércia e dos 22 governadores dos outros Estados, de não querer pagar o gatilho, estava o governo Sarney, que pretendia preparar o terreno para arrochar o salário (acabar com o gatilho) de todos os trabalhadores e, conseqüentemente, voltar a pagar a dívida externa brasileira aos banqueiros internacionais.

Diante desse panorama, a Assuc encaminhou, por meio de uma assembleia, a adesão à greve geral contra o Plano Bresser, inicialmente prevista para 12 de agosto, mas que aconteceu no dia 20 de agosto.²⁷

O movimento dos servidores paulistas conquistou os três gatilhos atrasados (março, abril e maio), sendo este último pago na folha do mês de junho. Assustado pelo encaminhamento da greve geral marcada para 12 de agosto, o governador Quércia informou o pagamento do quarto e último gatilho, referente ao mês de junho de 1987. Ele representava um reajuste total de 107,3% e foi incorporado às folhas de pagamento de setembro e de outubro. No entanto, as diferenças relativas ao quarto gatilho foram divididas entre os meses de novembro e dezembro de 1987.²⁸

26 Cappa, 1999, p. 71.

27 *Boletim Informativo Assuc*, n. 22 e 31, 7/7/1987 e 20/8/1987.

28 Informe do Governo Quércia. s/d. “O Governo do Estado pagará as diferenças do 4º gatilho”, assinado pelo secretário da Fazenda José Machado de Campos Filho.

Greves gerais

A década de 1980 presenciou os movimentos grevistas de maior amplitude e de maior poder de pressão, chamados de greves gerais. De abrangência nacional, ao todo foram quatro greves na década de 1980: em 21 de julho de 1983; em 12 de dezembro de 1986; em 20 de agosto de 1987 e em 14 e 15 de março de 1989.

O período de gestão da Resistência ficou marcado por duas greves gerais e entre os fatores que as propiciaram podem-se destacar: “a criação de centrais sindicais, o fim do regime autoritário e as perdas salariais provocadas pelo crescimento da inflação e pelas alterações na política cambial”.²⁹

A maior participação do setor público, que abandonava o caráter associativo para assumir um caráter mais sindical,³⁰ o crescimento da inflação e o maior sentimento de democracia que emanava da sociedade brasileira formaram “um cenário favorável à mobilização dos trabalhadores, principalmente, por reposição de perdas salariais e de demandas sociais reprimidas durante toda a ditadura militar”.³¹

Nesse contexto, em 12 de dezembro de 1986, ocorreu a segunda greve geral do país. Organizado pela CUT e pela CGT, o movimento demonstrou o descontentamento dos trabalhadores com o pacote econômico do Plano Cruzado II, que descongelava os preços e arrojava os salários.

Em 20 de agosto de 1987, a terceira greve geral teve a organização direta da CUT e da CGT. Os trabalhadores pararam para protestar contra as perdas salariais provocadas pelo Plano Bresser.

29 Cappa, 1999, p. 114.

30 Segundo Arnaldo J. F. Mazzei Nogueira, a partir da abertura democrática, controlada pelo regime militar, até a democracia constitucional de 1988, “a situação de crise econômica e de transição política da ditadura à democracia no contexto brasileiro foi determinante para despertar nos trabalhadores dos serviços públicos a busca pelas formas clássicas de associação e organização sindical e também de novas identidades de classe com os demais trabalhadores”. Esse contexto de crise econômica e de deterioração dos salários levou a uma reorganização dos movimentos trabalhistas que culminou com a transição servidor-trabalhador e associação tradicional-associação sindical (Nogueira, 1999, p. 54).

31 Cappa, 1999, p. 103.

INFORME PUBLICITÁRIO

FUNCIONALISMO PÚBLICO VAI À GREVE GERAL DO DIA 20

Com muita luta, os funcionários públicos do Estado de São Paulo garantiram seu direito aos quatro gatilhos salariais. Somente a força e a unidade do nosso movimento conseguiram dobrar a arrogância e a resistência do Governo Estadual.

O Plano Bresser-Sarney acabou com os gatilhos para todos os trabalhadores. O resíduo será devolvido em 6 (seis) "suaves" prestações mensais. Não há previsão de pagamento do resíduo para os funcionários públicos. A inflação de junho — 26% — "sumiu". De acordo com o DIEESE, a perda média foi de 37,74% em cada salário.

Na semana passada, o Presidente Sarney armou um grande espetáculo para anunciar um "abono" de Cz\$ 250,00. Em seguida, aumentou as tarifas de ônibus. Quer dizer, o dinheiro vai para os empresários dos transportes. Quêrcia já disse que não tem dinheiro nem para este humilhante abono.

Não dá mais para aguentar o governo ilegítimo de Sarney, que impõe o maior arrocho salarial da história do país para pagar a dívida externa. Os trabalhadores não lhe deram qualquer mandato e não vão assistir parados a este roubo nos salários.

Vamos mostrar nossa força e unidade no dia 20. A Greve Geral de todos os trabalhadores é para lutar contra o roubo dos salários, a recessão e o desemprego; contra essa política econômica igual à do Delfim.

Os servidores da Saúde, Educação, Agricultura e das Universidades já assumiram a paralisação. Vamos mostrar que a população tem memória e sabe lutar por seus direitos.

EXIGIMOS:

**Devolução dos 37,74 que nos foi roubado
Gatilho mensal de acordo com o DIEESE
Não ao pagamento da Dívida Externa
Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores
Diretas-já para presidente**

FUNCIONÁRIO: ESSA LUTA TAMBÉM É NOSSA

Grupo dos 19 — Plenária das Entidades do Funcionalismo

Fonte: Acervo de Márcio José de Andrade da Silva.

Segundo o *Boletim informativo*, n. 28, de 13 de agosto de 1987, os trabalhadores da Unicamp, juntamente com os demais trabalhadores do país, pleitearam o pagamento imediato das perdas salariais do período, salário mínimo calculado pelo Dieese (Cz\$ 15 mil), gatilho salarial mensal estabelecido pelo Plano Cruzado, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, o não pagamento da dívida externa, "fora FMI" e "fora Sarney" e eleições Diretas Já!³²

32 *Boletim Informativo*, n. 30, 19/8/1987.

CONCEPÇÕES DE GREVE: RESISTÊNCIA X OPOSIÇÃO

A cada atuação da diretoria da Assuc, as divergências de método de encaminhamentos de greve se confirmavam, como conta Elói Lima:

Alguns companheiros lá do outro lado [oposição] achavam que você tinha que pegar a greve e levar para conscientizar a categoria de que tinha um problema numa unidade, mas que ele deveria ser de toda a classe trabalhadora. [...] De preferência se pudesse levar essa greve para fora da Unicamp, para todos os serviços do setor, para todos os trabalhadores [...]. A gente brincava com isso: “é o grevismo”.

João Batista explica:

A minha concepção de greve é a seguinte: você pode não parar todo mundo, mas tem que ter uma massa crítica que consiga fazer que o setor majoritário da categoria avance na paralisação. [...] A grande distinção que tem que ter para efeito de análise [das greves] seria distinguir quando a greve é espontânea e quando não é. Isso é uma diferença de qualidade. E greves espontâneas contam-se nos dedos: [...] 1979, o fenômeno da intervenção [em 1981] e 1988.

E Barreto relata:

Basicamente a diferença da gente era com o pessoal mais à esquerda, a Convergência Socialista. O Zago frequentava a nossa diretoria, diariamente nós batíamos papo. A gente discordava: “Zago, eu acho que não é por aí, nós temos um monte de coisas para acertar aqui na Unicamp e você quer que a gente comece a gastar cartucho com a Nicarágua? Claro que a gente é solidário ao povo da Nicarágua, mas e daí? Eu não posso fazer nada...”. Então a gente discordava mais nessa parte: de política nacional em detrimento da política interna da universidade.

Outro departamento bastante lembrado pela falta de condições de trabalho, a manutenção, também foi alvo da atuação da Resistência, que comandou uma paralisação por melhores condições de trabalho: “Fizemos uma greve por melhores condições de trabalho: [...] O pó de serra ficava abafado no galpão, não tinha ventilação nenhuma”, lembra Barreto.

AS PARALISAÇÕES DO PERÍODO

Contra a demissão arbitrária no Parque Ecológico

Em maio de 1987, um funcionário estatutário chamado Donizetti foi demitido do Parque Ecológico sem justificativas. A demissão desrespeitou um acordo assumido entre a diretoria da unidade e os funcionários, de ouvirem seus representantes (Assuc), no caso de haver qualquer irregularidade no setor.

Donizetti, que já havia apresentado atestado médico, com orientação de não desempenhar trabalhos pesados, foi acusado de pescar em lagoa proibida em horário de expediente. Os trabalhadores do Parque Ecológico não aceitaram essa arbitrariedade e, comandados pela oposição, decidiram paralisar as atividades em solidariedade ao companheiro.

A Assuc, no entanto, defendia a proposta de negociar com o reitor Paulo Renato Souza e de instaurar uma comissão processante. Em 22 de maio, após a instalação da comissão, o trabalhador foi inocentado e reconduzido ao trabalho.

“Nós trabalhávamos assim: individual se trata no individual e, no coletivo, quando é de interesse geral”, explica Hélio sobre a dispensável convocação de uma greve no *campus* para resolver o assunto. “[...] não fazíamos greve por brincadeira”, complementa.

Contra o aumento da jornada de trabalho no HC

Em outubro, foi a vez dos trabalhadores do HC lutarem contra o aumento da jornada de trabalho de 35 para 40 horas. Eles entraram com uma ação na Justiça, sob a alegação de que as 35 horas tinham sido garantidas por meio de um acordo firmado com a reitoria em 1985, período em que a transferência do HC do centro para o *campus* dificultou a locomoção dos trabalhadores, que teriam de utilizar até três conduções por dia. Além disso, eles trabalhavam em sistema de rodízio e a carga horária estava prevista nos estudos da Organização Mundial da Saúde.³³

33 “Funcionários do HC contrários ao aumento da jornada”. *Correio Popular*, Campinas, 17/10/1987.

Além da ação no Ministério do Trabalho, dezenas de funcionários articularam um movimento de faltas coletivas nos dias 6, 7 e 8 de dezembro para pressionar a reitoria, que acabou recuando e aceitando a volta das 35 horas semanais, em 10 de dezembro de 1987.

O Dia D

No dia 6 de novembro de 1987, os trabalhadores da Unicamp e o funcionalismo público estadual paralisaram novamente.³⁴ A Assuc e o comando de mobilização também indicavam o dia 18 como sendo o Dia D para o sucesso ou não do movimento.³⁵ Eles avaliavam que, embora o quadro de carreiras estivesse “bastante” satisfatório, a categoria não havia recebido a reposição das perdas acumuladas desde janeiro de 1987 (86,4%) e, por isso, não deveria se acomodar, uma vez que em janeiro de 1988 vários setores importantes do funcionalismo, inclusive a Unicamp, estariam em férias, dificultando qualquer mobilização em nível estadual. Contudo, o Dia D não surtiu o efeito esperado.

LUTA CONTRA DISCRIMINAÇÃO, PARTICIPAÇÃO NO CONSU E LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Entre as questões específicas defendidas pela diretoria da Assuc, nesse período, destacam-se: a luta contra a perseguição sofrida pela funcionária Magali Mendes, do Parque Ecológico, a primeira participação dos trabalhadores como conselheiros do Consu e a conquista da liberação, pelo governo do Estado, de diretores para atuação sindical.

O primeiro caso começou com um desvio de função e assumiu proporções discriminatórias. Acusada de ter baixa produtividade, Magali teve seu caso defendido por diretores da Resistência na comissão processante.

Na realidade, o que se apurou foi que o engenheiro responsável pelo setor não dava equipamento suficiente à funcionária para desempenhar sua função, fato comprovado por várias testemunhas. Além disso, se-

34 *Boletim Informativo*, n. 35, 6/11/1987.

35 *Boletim Informativo*, n. 37, 13/11/1987.

gundo Hélio Teixeira Fernandes – que fez a defesa de Magali na comissão processante –, durante uma reunião, esse engenheiro, que desconhecia sua atuação junto à Assuc, disse que mulher na Unicamp era a pior coisa. Relata Hélio sobre a justificativa arranjada pelo engenheiro para rebaixar a atuação feminina.

“Homem tem vontade de fazer uma necessidade fisiológica ele pode se servir de uma moita, ou mesmo atrás de uma árvore, já uma mulher [...] às vezes o banheiro fica a um quilômetro, ou mais longe, e ela não vai te servir.” [...] E foi nessa hora que eu me identifiquei como diretor da Assuc. [...] Chamei ele e falei: “Essa é a maior perseguição que eu já vi”.

Funcionários do HC contrários ao aumento da jornada

Os funcionários do Hospital das Clínicas da Unicamp, em assembleia realizada ontem à tarde no Teatro de Arena do Centro de Convivência Cultural, decidiram entrar com uma ação na Justiça nos próximos dias, recusando-se a aceitar o aumento da jornada de trabalho, de 35 para 40 horas semanais, conforme a exigência estabelecida pela Reitoria da Universidade. Eles alegam que o período de 35 horas foi garantido em um acordo firmado com a Reitoria em 1985, época em que o Hospital foi transferido do centro para a Cidade Universitária, em consideração aos desconfortos que a mudança causaria aos funcionários, com a utilização de três condutores.

Dos 800 funcionários do Hospital das Clínicas, cerca de 550 continuam trabalhando as 35 horas semanais, apesar das direções clínicas de cada setor já estarem mantendo as 40 horas nos cartões de ponto. De acordo com um dos integrantes da comissão formada pelos funcionários, Nilson An-

tunes, ao menos 500 funcionários já estão encaminhando o caso à Justiça do Trabalho, apesar de calcular a presença de 120 na Assembleia. “A Reitoria e as direções clínicas querem modificar o horário utilizando-se de argumentos como o “Plano de Carreira da Universidade, mas não podemos aceitar, porque estamos trabalhando legalmente as 35 horas”, garante.

Nilson Antunes explicou ainda que a alteração da jornada de trabalho para 40 horas substituirá a contratação de 72 funcionários no período noturno do Hospital. Ele argumenta que mesmo a medida sendo positiva para o atendimento, prejudicará os funcionários, que trabalham em sistema de rodízio, fazendo inclusive plantão semanais, pois eles dependem de horários para condução e para as creches. Além disso, segundo o secretário geral da Associação dos Servidores da Unicamp (Assuc), Helei Lima, a reivindicação pela jornada de seis horas por dia é baseada em estudos da Organização Mundial de Saúde.

Reitoria dá aprovação a redução de jornada no HC

A reitoria da Unicamp concordou com a reivindicação dos atendentes, auxiliares de enfermagem e enfermeiros do Hospital de Clínicas e reduziu de 40 para 35 horas a jornada semanal de trabalho. Ainda ontem, cerca de 85 funcionários assinaram um documento redigido pela reitoria, concretizando a medida, e garantiram o retorno ao trabalho amanhã. No entanto, a universidade punirá 260 funcionários que participaram das faltas coletivas nos dias 6, 7 e 8 de dezembro ocorridas propositalmente para pleitear a diminuição da carga horária de trabalho.

De acordo com a diretoria interna da Divisão de Enfermagem, Ana Maria Carnio, os servidores que se encontram em período de experiência e que participaram das faltas coletivas serão suspensos de suas atividades durante três dias. Já os admitidos por tempo indeterminado irão aguardar a punição trabalhando, pois a Comissão Processante Permanente da universidade ainda deverá apurar as responsabilidades na omissão de socorro e na organização das faltas coletivas.

Ana Maria explica que muitos atestados médicos estão sendo entregues pelos funcionários com o objetivo de justificar as faltas. “Não fomos notificados antecipadamente das ausências, por isso todos os atestados deverão ser apreciados por uma junta médica”. A diretora acrescenta que os enfermeiros faltosos realizaram piquetes na entrada do HC, prejudicando assim alguns funcionários que desejavam trabalhar.

As medidas de redução em 30% dos leitos, suspensão de cirurgias eletivas e encaminhamento de pacientes para outros hospitais, segundo Helei Lima, deverão ser aplicadas, já que o número de enfermeiros é satisfatório. “Se tivermos redução dentro de 72 horas, quando a escala de plantão já estiver completa”.

A Superintendência do hospital decidiu só permitir o ingresso dos enfermeiros plantonistas mediante a assinatura do documento redigido pela reitoria onde consta a redução da jornada de trabalho. Entre os funcionários do período diurno, a opinião ontem era de que a atitude da reitoria foi coerente, pois a atividade de enfermagem submete o profissional à

Recortes do jornal *Correio Popular*, 11/12/1987. Fonte: Acervo de Reginaldo Bispo Pereira.

Embora o engenheiro tivesse tentado mudar o discurso, a comissão preparou um relatório e a trabalhadora foi transferida de setor. Além disso, a Assuc publicou o fato no boletim, a fim de que todos os trabalhadores tomassem conhecimento do caso:

“Tivemos essa valentia”, recorda Hélio Fernandes.

A Resistência foi a primeira gestão a conseguir do governo do Estado a liberação de três diretores para a atuação sindical e, em seu último ano de mandato, contemplou ainda várias conquistas para os trabalhadores da Unicamp. A primeira participação efetiva dos trabalhadores como conselheiros no Consu, instalado em 30 de março de 1987, é um exemplo, configurando um grande avanço político da categoria. Os quatro representantes, um de cada área (administração, HC, institutos e faculdades), eleitos democraticamente, passaram a ocupar o lugar do antigo ouvinte, que não tinha direito a voz nem a voto.

Outra luta dos trabalhadores, a questão da moradia para os funcionários da Unicamp, começava a ser discutida entre a Assuc e a reitoria: entre os dias 8 e 11 de dezembro, a Assuc inscreveu cerca de 2.100 trabalhadores no projeto.³⁶

A SUCESSÃO NA SUPERINTENDÊNCIA DO HC

A consulta para escolher o superintendente do Hospital de Clínicas, em abril de 1985, foi mais uma causa interna tratada pela Assuc em defesa dos direitos dos trabalhadores daquela unidade.

Numa carta enviada ao reitor Pinotti, em nome dos funcionários do HC, o presidente da associação pedia que a escolha do superintendente correspondesse à vontade da comunidade, e se posicionava, ao lado da categoria, contra a “virtual” nomeação de Mário Mantovani para o cargo.

Na verdade, o candidato escolhido “com larga vantagem” entre os funcionários, docentes, residentes e alunos tinha sido Luiz Jacintho, mas dessa vez não houve negociação: “O novo superintendente do Hospital de Clínicas da Unicamp, Mário Mantovani, toma posse hoje [10 de maio de 1985] às 8h30”, informou o jornal *Correio Popular*.

³⁶ *Boletim Informativo*, n. 41, 16/12/1987.

O jornal narra ainda que Mário Mantovani receberia naquele dia a comissão de representantes do HC, que se reuniria com ele para “lembrá-lo” de seu compromisso de campanha de realizar eleição direta para a Divisão de Enfermagem (DE), caso essa fosse a vontade da maioria.

Esse compromisso assumido por todos os candidatos a superintendente durante a campanha, segundo um documento elaborado pela comissão sindical do HC-Cidade, não poderia deixar de ser cobrado pelos funcionários, que já vinham com aquela eleição de superintendente “atravessada na garganta”.

A comissão sindical propunha a realização de eleição direta e universal, com a participação de todos os funcionários da DE, incluindo o pessoal da Santa Casa; a possibilidade de candidatura de enfermeiros lotados na DE; e a garantia de posse do candidato mais votado, além da formação de uma comissão eleitoral paritária e democrática composta por todas as categorias do HC. Um contraponto a uma comissão de enfermeiros que vinha se proclamando “comissão eleitoral”, sem que tivesse legitimidade, pois relegava a organização legítima dos funcionários representada pela comissão sindical.

SUCESSÃO PARA REITOR: A LUTA PELA PARIDADE GANHA FORÇA

Os assuntos sobre o processo sucessório de reitor abriram o ano de 1986 na Unicamp. Um tema que vinha sendo discutido desde outubro de 1985 teve grande repercussão entre a comunidade universitária. Tanto que, numa reunião do conselho diretor de 15 de outubro de 1985, ficou estabelecido que as entidades representativas dos funcionários, docentes e estudantes de graduação e de pós-graduação constituiriam um comitê pró-consulta, com o objetivo de promover e organizar várias atividades que resultariam no processo de consulta à comunidade. Na ocasião, ficou estabelecida também a nomeação de dois membros do conselho diretor para acompanhar os trabalhos desse comitê.

O local escolhido para os debates foi o Restaurante II, um espaço tido como o mais apropriado para abrigar um grande número de participantes. As datas dos debates e os temas ficaram assim estabelecidos:

- 12/11/1985 – A administração da universidade
- 20/11/1985 – Política científica e educacional
- 11/3/1986 – Institucionalização e democratização
- 19/3/1986 – Universidade e sociedade

Ao mesmo tempo em que promoviam os debates, as quatro entidades (Assuc, Adunicamp, DCE e APG)³⁷ também tinham uma publicação especial. Por meio dela, chamada *Jornal das Entidades*, resgatavam a tragédia da última consulta em 1981. Narra o editorial:

A movimentação que caracterizou a Unicamp nesse período culminou com a intervenção, uma reação drástica que pretendia interromper a determinação da primeira universidade do país a lutar para tomar em suas próprias mãos o processo de eleição de reitor.

Esse momento não pode ser considerado como uma onda democrática: é difícil afastar da memória a lembrança das “caçadas” aos interventores; a gestão paritária dos restaurantes; a limpeza conjunta dos banheiros e salas de aulas.

O mesmo material também estimulava a participação de toda a comunidade para a oportunidade de agir conjuntamente:

Se hoje um certo ceticismo e melancolia são substituídos por uma esperança de democratização é porque a proximidade da eleição de reitor redesperta a consciência de que apenas uma universidade forte, com alunos, professores e funcionários unidos conseguirá eleger um reitor legitimamente.

Pela publicação, o comitê pró-consulta aplicou 17 perguntas aos nove reitoráveis.³⁸ Entre as questões havia perguntas relacionadas à institucionalização e à democratização da universidade, que se encontravam novamente em vias de acontecer. Parte das respostas sobre a participação dos servidores técnico-administrativos nos diversos órgãos de decisão (conselho de departamento, conselho interdepartamental, con-

37 Associação de Pós-graduandos.

38 Os reitoráveis que responderam às questões elaboradas pelo comitê pró-consulta, publicadas no *Jornal das Entidades* de março de 1986, foram: Antônio Carlos Neder, Carlos Franchi, Hélio Waldman, José Martins Filho, José Vitório Zago, Miguel Taube Netto, Paulo Renato Costa Souza, Rogério César de Cerqueira Leite e Ubiratan D’Ambrósio.

gregação, conselho diretor e conselho universitário) em termos percentuais interessa ser reproduzida:

Paulo Renato: [...] deve ser garantida a participação de servidores técnico-administrativos nos órgãos colegiados de caráter acadêmico, com preponderância docente. A proporcionalidade dessa representação deve ser fixada a partir de uma ampla discussão na comunidade.

Neder: [...] deve ser igual à dos alunos em termos percentuais.

Ubiratan: [...] favoreço a representatividade de funcionários nos principais colegiados não fundamentalmente acadêmicos, equivalente a 1/5 dos alunos.

Franchi: [...] em porcentagem igual à dos alunos, e até majoritariamente em colegiados tipicamente administrativos.

Zago: [...] a composição de todos os órgãos de decisão deveria ser paritária.



Fonte: Acervo de Márcio José de Andrade da Silva.

Outra curiosidade encontrada na publicação está na resposta de Carlos Neder, um dos fundadores da Assuc, em 1967, à pergunta n. 16, que tratava do papel da universidade e, em particular da Unicamp, em relação à sociedade brasileira. Sem hesitação, cerca de 20 anos mais tarde, o reitorável resgatou o discurso de Zeferino Vaz, que também serviu de baliza para a atuação da Assuc durante uma década, e disparou: “O papel da universidade e, em particular da Unicamp, em relação à sociedade brasileira deve ser o de vanguarda na busca e promoção do bem-estar físico, espiritual e social das pessoas”.

O primeiro turno da eleição para reitor foi marcado para os dias 2 e 3 de abril. Entretanto, numa assembleia que reuniu cerca de 200 pessoas em 23 de março, os trabalhadores, como em 1981, deliberaram sobre as condições em que participariam da consulta.

As propostas foram aprovadas em bloco e por unanimidade. Entre elas, a votação num único turno junto com os alunos, nos dias 8 e 9 de abril, repudiando a atitude da Adunicamp e ignorando o segundo turno proposto pelos docentes.

“Esta proposta surgiu como resposta à intransigência dos docentes em não abrir mão dos 3/5 de peso para si na votação. Isto é por não aceitarem a paridade”, explica um panfleto datado de 1^a de abril de 1986. Narra ainda o documento: “[...] Em nosso entender a viga mestra deste compromisso é a paridade na votação, visto que era a única saída para evitar a divisão na comunidade”.

Na verdade os trabalhadores esperavam inviabilizar a lista de 3/5 elaborada pelos professores, preparando uma lista paritária com os alunos. Para tanto, eles propunham realizar uma série de mobilizações a fim de garantir que essa lista paritária fosse de fato a lista que representasse a maioria da comunidade acadêmica.

As ações variavam de manifestações públicas durante a reunião do conselho diretor a visitas às unidades para sanar as dúvidas dos funcionários. Além disso, funcionários e alunos deveriam tentar convencer os membros do conselho diretor a adotarem a lista da comunidade para a confecção da lista sêxtupla.

Em síntese, a ideia era de pressionar politicamente o conselho a não aceitar a lista da Adunicamp, mas elaborar uma lista que legitimasse a escolha da comunidade.

Mas o conselho diretor não reconheceu esses “novos” moldes da consulta e fez prevalecer a indicação apenas dos docentes, não considerando a consulta à comunidade e invertendo a ordem da lista paritária.

O nome de Paulo Renato Souza não apenas encabeçou a lista sêxtupla encaminhada ao governador Franco Montoro, como foi escolhido por ele. Fato que já estava sendo previsto pelo tom das reportagens locais e até mesmo pelo próprio candidato: “[...] face à manifestação da comunidade, dos docentes e do próprio Conselho, acho que o governador vai me nomear”, afirmou em matéria publicada no jornal *Correio Popular*, de 12 de abril de 1986.

Já o “candidato traído”, Carlos Neder, o primeiro da lista da comunidade, lamentou: “[...] sabíamos que essa eleição, junto à comunidade, não teria significado maior, a não ser o moral. Quem decidiria certamente seria o Conselho Diretor. [...] Eu estou com a consciência limpa. Não sei se todos que votaram também estão”.³⁹

Também não era de causar tanto espanto a reação da comunidade universitária durante a reunião extraordinária do conselho diretor convocada para a apuração da consulta. Revoltada por mais uma vez não conseguir ter seus direitos garantidos, nem sua vontade prevalecida no processo de escolha de reitor, uma parcela da comunidade que não aceitou o resultado da lista (cerca de 35% dos docentes que eram favoráveis à lista paritária mais os alunos e os funcionários) jogou pedras nas vidraças da sala onde os representantes dos órgãos estavam reunidos, esvaziou pneus dos carros estacionados no pátio da reitoria e chegou a jogar ovos nos membros do conselho diretor.

As duas horas de reunião do conselho diretor foram seguidas no pátio por cerca de cem pessoas, que aplaudiam quando o voto era para o professor Carlos Neder e vaiavam quando Paulo Renato ganhava os votos.

As pessoas que acompanhavam a votação do lado de fora o faziam recolhendo bilhetes que eram lançados pela janela por um estudante, membro do conselho diretor. Quando terminou a apuração e a comunidade conheceu o resultado, as manifestações foram intensificadas.

39 “Unicamp indica P. Renato para reitor”. *Correio Popular*, 12/4/1986.

Do total de 41 membros do conselho diretor, Paulo Renato Costa Souza obteve 29 votos em primeiro escrutínio. Antônio Carlos Neder também conseguiu 29 votos, mas em segundo escrutínio. Os outros quatro nomes que compuseram a lista sêxtupla foram: Carlos Franchi, com 27 votos; Rogério César de Cerqueira Leite, com 22 votos; Ubiratan D'Ambrósio, com 21 votos; e José Martins Filho, que obteve 15 votos, sendo que os últimos foram escolhidos em terceiro escrutínio e com maioria simples de votos.

O ÚLTIMO ANO DA GESTÃO RESISTÊNCIA E O MOTE CARREIRA

Em meio a discussões sobre quadro de carreira, troca de governo estadual, greve geral, eleição da Assuc, o último ano da gestão Resistência foi marcado por vários eventos que, ao reunirem questões internas e de conjuntura, delineararam o perfil sindical da Unicamp na segunda metade da década de 1980.

A questão do quadro de carreira, compromisso de campanha da Resistência, foi um dos assuntos mais recorrentes em 1986. No entanto, as discussões entre a diretoria da Assuc e a reitoria não estavam tão produtivas quanto esperavam os representantes dos trabalhadores.

Diante da “situação caótica”⁴⁰ em que se encontravam as reclassificações, os organogramas, os desvios de função e o quadro de carreiras, e em resposta a uma circular expedida pela coordenadoria geral da Unicamp, a comissão de representantes de funcionários da Unicamp, apoiada pela diretoria da Assuc, decidiu desenvolver os estudos sobre “a análise da situação dos servidores da universidade e a definição e implementação de uma política de recursos humanos”.⁴¹

A comissão, que ainda não tinha sua criação oficializada, tentava se legitimar perante a reitoria propondo o “absoluto acesso a documentos em quaisquer unidades administrativas, a garantia da liberação dos representantes, o poder de deliberação e a resolução imediata de todos os

40 *Boletim Informativo*, n. 13, 4/7/1986.

41 *Idem*.

casos de reclassificação. Também estipulavam o prazo máximo de 30 dias para a solução dos referidos casos”.⁴²

Mas imediata só foi mesmo a resposta negativa da reitoria. O vice-reitor, Carlos Vogt, não discutiu nenhuma das propostas dos funcionários. Antes, discorreu sobre a posição da reitoria sobre a forma de funcionamento do que denominou “grupo de trabalho”.

Dividida em subgrupos, sob a coordenação da Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH) e com a finalidade de apenas efetuar um levantamento de dados, ainda assim segundo um manual de atribuições e num prazo de 90 dias (e não 30 como pretendiam os representantes dos funcionários e a diretoria da Assuc), a comissão, que nunca saiu do papel, transformou-se em Grupo de Assistência Técnica (GAT).

Impotente, a diretoria da Assuc publicou no *Boletim Informativo*:

Diante da negativa em aceitar ou mesmo discutir a proposta da comissão de representantes e como foram apresentadas as “condições da reitoria” na base do é pegar ou largar, a comissão de representantes resolveu aceitar tais “condições” de trabalho.

No verso do boletim, o texto sublinhado:

A comissão de representantes deixa claro a todos os funcionários da Unicamp que toda responsabilidade pelo resultado, favorável ou não aos funcionários, é única e exclusiva da administração da universidade, que não tornou claro até o momento o encaminhamento final desse processo.

O encaminhamento final desse processo podia não estar nítido para a diretoria, mas o vice-reitor sabia aonde queria chegar.

Vencidos em outubro os 90 dias estipulados pela reitoria para a solução dos casos de reclassificação, o que consta é que em 13 de dezembro de 1986 o DOE publicava a portaria do reitor que designava a CCA, mas até o dia 27 de janeiro de 1987 a comissão ainda não tinha feito uma reunião. A CCA, encarregada de avaliar a carreira de técnico especializado, ficou constituída pelos seguintes nomes: Oséas Valente de Avilez Filho (presidente e professor da FEC); Francisco Pessine (professor do IQ); Carlos Botesi (Cemeq); Armando Moreira (professor do

42 *Idem*.

IF); Armando Turtelli (professor do IF); Ícaro Bellentani (técnico especializado do CEB); Ailton Nicoletti (GAT/DGRH); Irineu R. dos Santos (professor e assessor da CGU); Ana Lourdes Gandara (representante dos funcionários da FEA) e Jair de Seta (Assuc).⁴³

Além da carreira de técnico especializado, as carreiras de apoio operacional e de apoio administrativo também foram criadas pela portaria e uma CCA, também designada pelo reitor para avaliar esses dois tipos de carreira, foi formada por: Jesus Durigan (presidente e professor do IEL); Adalberto Bassi (professor e diretor do IQ); Armando Moreira (professor do IF); Armando Turtelli (professor do IF); Arly de Lara Romeo (diretor da DGRH); Ailton Nicoletti (GAT/DGRH); José Carlos Folegatti (DGA); Elói Lima (Assuc); Jair de Seta (Assuc); Edison Cardoso Lins (representante dos funcionários do IB); e Daisy Silva de Lara (representante dos funcionários da DGA-3).⁴⁴

Enquanto a CCA já estava em funcionamento, as CLAs deveriam ser formadas também pelas unidades, o que atrasou ainda mais o início dos trabalhos. Preocupada com o atraso na implantação do quadro de carreiras, a diretoria da Assuc propôs o dia 25 de fevereiro de 1987 como data-limite para a criação das CLAs em todas as unidades.

A diretoria da Assuc considera que os trabalhos estão se desenvolvendo com muita lentidão, isto porque a grande maioria das unidades não fez absolutamente nada para a implantação das CLAs. [...] Já cobramos através de ofício e de boletim todos os diretores de unidades. Alguns entenderam, mas a grande maioria continua ignorando o assunto, que para nós servidores é de fundamental importância. HAJA PACIÊNCIA!!!⁴⁵

No dia 19 de março, do total de 28 CLAs, apenas nove tinham sido instaladas, mas nenhum enquadramento havia sido feito. Miguel Leonel dos Santos, membro da CLA da Biologia, explica:

43 FEC (Faculdade de Engenharia de Campinas); IQ (Instituto de Química); Centro de Manutenção de Equipamentos (Cemeq); IF (Instituto de Física); Centro de Engenharia Biomédica (CEB); GAT/DGRH (Grupo de Assistência Técnica da Diretoria Geral de Recursos Humanos); CGU (Coordenadoria Geral Universitária); FEA (Faculdade de Engenharia de Alimentos).

44 IEL (Instituto de Estudos da Linguagem); DGA (Diretoria Geral da Administração).

45 *Boletim informativo Assuc*, n. 5, 19/3/1987.

Nós fazíamos seguidas vezes reuniões nossas. Aqui eram a cada minuto, nem a cada hora mais. Circulávamos a Unicamp inteira, eu o Edison... a Comissão da Biologia é que fazia tudo na Unicamp. A Assuc totalmente descrente, paralisada, e a própria reitoria já não dava crédito para a Assuc porque os funcionários não a seguiam.

Ainda segundo Miguel dos Santos, a CLA da Biologia é que teria estimulado o surgimento das demais comissões:

Todo mundo seguia a Comissão da Biologia e outras comissões que foram surgindo: a comissão da DGA é referência. [...] Nisso surge também a DGA-6, entra o Kiko, o Jefferson, a Vivien, muitos militantes novos que, mais tarde, passam a ser as maiores referências da Unicamp.

Pelos relatos, entretanto, surgiu outro viés. Elói Lima conferiu à entidade a força que desencadeou a efetiva implantação da carreira:

Nós começamos o trabalho de mobilização em maio, lançamos a campanha e ela foi implantada em setembro, retroativa a 1º de julho. E depois de muito, os caras queriam segurar, o Vogt principalmente. Óbvio, porque queria usar aquilo seguramente como instrumento de campanha dele pra reitoria... Então, nós conseguimos antecipar a implantação da carreira que seria inexorável. A nossa mobilização, o nosso trabalho fez acelerar o processo de implantação da carreira, que queriam implantar só em 1988, 1989, e nós conseguimos que ela fosse implantada em 87.

Outro membro da diretoria, Hélio Fernandes, lembra de uma atuação importante da Resistência em relação a um dos problemas internos mais recorrentes da época, o desvio de função:

Um trabalho muito importante que nós conseguimos aqui na Unicamp, nunca ninguém fez. Queriam fazer através de greve, foi o de corrigir o desvio de função. Às vezes a pessoa trabalhava de escriturário e era copeiro. Tinham muitos casos desses aqui na Unicamp e nós negociamos com a reitoria os desvios de função. [...] Isso aí foi um trabalho nosso, uma conquista nossa e não foi com greve. Foi com negociação.

Vale ressaltar que a repercussão do assunto provocou a criação de grupos de trabalho para a correção dos desvios de função.

Em meio a toda essa movimentação envolvendo a problemática dos desvios de função e da implantação da carreira, surge um novo nome entre as lideranças dos funcionários. Unidade de destaque nesse contexto, além de lançar Miguel Leonel dos Santos, o Instituto de Biologia projetou também Edison Cardoso Lins. Márcio Roberto do Carmo, membro da comissão sindical do HC, lembra: “[...] O Edison Lins acabou aparecendo na universidade por conta da carreira. Foi um dos caras que participaram ativamente do processo, da discussão. Foi o responsável pela primeira carreira”.

Entretanto, com o nome surgiram também várias polêmicas.

ELEIÇÃO DA ASSUC PARA O TRIÊNIO 1988-1990

No dia 23 de setembro de 1987, a diretoria da Assuc tornou pública a abertura oficial do processo eleitoral para o triênio 1988-1990. A data da eleição ficou marcada para os dias 18 e 19 de novembro de 1987 e a comissão eleitoral designada pela direção da entidade foi composta pelos seguintes associados: Tecla Linkevicius Ferrareze (reitoria); Orlando da Silva Oliveira (prefeitura); e Delvair de Jesus Belei (HC). As chapas tinham até o dia 19 de outubro para se inscrever.

A Resistência se despede

A chapa Resistência, sentindo-se no dever de comunicar a todos os trabalhadores a decisão de não concorrer ao mandato seguinte, destacou entre os principais motivos a necessidade de quebrar o “vício do continuísmo”, de promover a “renovação” das lideranças e de mostrar à categoria o quanto foi prejudicial, do ponto de vista profissional, aos membros da diretoria a participação tão longa à frente da entidade.

O *Boletim Informativo*, n. 33, de 20 de outubro de 1987, explicou detalhadamente cada ponto:

1ª) O grupo Resistência que atua na Unicamp junto aos servidores desde 1978, grupo este que participou de todos os movimentos da Unicamp, e fora dela, sempre de uma forma independente de partidos políticos, de centrais

sindicais, da reitoria e do governo do Estado, já participou da diretoria da Assuc nos períodos de 1980/81/83/84/85/86 e 87, já quase criando o “vício do continuísmo”, o que, no nosso modo de ver, não é nada benéfico para a categoria e nem para seus integrantes.

2ª) [...] Deste movimento [pelo gatilho] surgiram, de forma bastante organizada e unificada, vários grupos de servidores, antigos e novos [...] que trabalharam arduamente e participaram efetivamente do movimento. São vários desses servidores que hoje participam desta ou daquela chapa que concorrem à próxima eleição da Assuc. ISTO É RENOVAÇÃO [...].

3ª) [...] nós [Edison, Elói, Seta e Zé Luiz], que sempre lutamos arduamente para conseguir melhorar as condições salariais dos servidores através destes mecanismos [concursos internos, desvios de função, quadro de carreiras etc.], fomos por isso prejudicados profissionalmente [...].

Pelo boletim, os membros da Resistência declaravam ainda que saíam com a “certeza de terem cumprido cerca de 80% dos objetivos” e com a “consciência” tranquila de deixar a Assuc numa situação política e financeira privilegiada. Agradeceram também a participação de todos, inclusive a dos “companheiros da oposição”. Barreto conta: “Não era meta da gente se perpetuar. É muito cansativo [...] você vai deixando um pouco da sua vida profissional, começa a perder coisas, os outros passam à sua frente porque você está lá no sindicato e fica parado um, dois, três anos...”.

A composição das chapas: Novo racha da oposição

Duas chapas se inscreveram para disputar o triênio de 1988-1990: Avançar na Luta e Força Nova Combativa. Mas antes mesmo da saída incólume da Resistência, a composição dessas duas chapas deu muito o que falar.

Apesar da grande dificuldade de articulação, a oposição tentava se unificar. O antigo grupo da chapa A Primavera Será Nossa, que continuou a produzir boletins até o final de 1986, após a morte de Clóvis Garcia se encontrava sob o comando de Mário Bigode.⁴⁶ O grupo estava se reestruturando e já não contava mais com vários membros. Entre eles Miguel Leonel dos Santos que, nesse momento, já havia despontado como uma das lideranças do movimento pela carreira, no Instituto de Biologia.

46 Clóvis Antônio Garcia morreu em 15 de março de 1985.

Aliás, de acordo com um documento da chapa Avançar na Luta, o grupo A Primavera Será Nossa “só deixou de ser uma oposição organizada pelo trabalho de racha desenvolvido por Miguel e outros”.

Em fins de 1987, o atrito entre Mário Bigode e Miguel dos Santos (antes unidos em torno de Clóvis Garcia), somado aos resquícios da convenção de 1984 para formação da chapa A Primavera Será Nossa, tornou-se um evidente empecilho, reforçando as divergências no interior da oposição no momento em que ela mais precisava se unir: na formação da chapa.⁴⁷

Além desses, outros agravantes também foram relatados sobre a difícil articulação da oposição. A postura “polêmica” de Mário Bigode, aliada à força em cima da candidatura de Edison Lins, que “arrastou” alguns militantes da esquerda, foram consideradas. Miguel dos Santos explica:

Quando nós comunicamos que o Clóvis morreu, semanas depois o grupo A Primavera Será Nossa, que era muito forte e reunia 100, 200, 300 militantes, passa a ter no Mário Bigode a única liderança. [...] Só que o Mário, por outro lado, se ele tinha as pessoas que o amavam, conseguia também construir o ódio.

O método da convenção para a formação da chapa também não foi consensual. Enquanto o grupo ligado a Miguel dos Santos pretendia implantar o sistema de proporcionalidade direta,⁴⁸ os aliados de Mário Bigode defendiam que a chapa deveria ser composta pelos votos da maioria simples.

Sem unidade, a realização de uma convenção naquelas condições foi bastante controversa. Miguel, ligado à tendência CUT pela Base, conta:

47 Vale lembrar que a referida convenção, para formação da chapa de oposição A Primavera Será Nossa, terminou com a expulsão de 53 membros ligados à Convergência Socialista e ao MNU, sendo que a primeira apoiou o voto crítico à chapa de Clóvis Garcia e o MNU fez campanha pelo boicote à eleição.

48 A proporcionalidade direta é um critério adotado pela CUT, em que todas as chapas que disputam a eleição indicam representantes de acordo com o número de votos por elas obtido. Na Unicamp, esse método foi adotado a partir do I Congresso dos Trabalhadores, em 23 de junho de 1991.

Eu fui um defensor da convenção da CUT. Eu era dirigente da CUT na época. Fui e defendi que a convenção fosse a mais democrática possível. Só que, confesso, sabia que o Mário Bigode jamais aceitaria ir pra convenção [...] porque ele queria ser o presidente da Assuc de qualquer maneira, e ele sabia que jamais ganharia a convenção.

Mário Bigode tem outra versão:

Isto eu quero falar: o grande traidor se chama Miguel. Foi tudo de última hora, foi assim: no dia de registrar a chapa, em vez do Miguel entrar na nossa, entrou na outra. [...] Eles [grupo de Edison Lins] não tinham nem condições de fazer uma chapa, iam perder, porque foi a maior unificação do PT. Seria a primeira vez que o PT apareceria totalmente unificado.

Jefferson Lee explica:

O Miguel sempre achou que tínhamos que fazer uma frente mais ampla, para além da CUT, em especial com o Edison Lins, que era uma figura que estava crescendo na categoria, mas também com outros militantes, e o Bigode já um pouco mais na linha de se manter no campo da CUT.

José Luís Pio Romera avalia: “Apoiei a Avançar na Luta, porque tinha uma discussão na CUT Regional de unificação dos petistas. Nós sempre defendemos a unidade dos cutistas na Unicamp, mas não tinha acordo nos grupos existentes”.

A convenção que iria unificar a oposição para obter o apoio da CUT não se realizou. Relata Vitório Zago:

Estava em discussão que seria uma chapa ampla de oposição, incluindo todo mundo. Na primeira reunião o pessoal do Edison Lins também estava articulando, articulando por si só. Nós fizemos a articulação e resolvemos convidar todo mundo para ver se chegava a um acordo. É claro que teriam os problemas programáticos. Mas aí na primeira reunião o Miguel levanta e diz: “Tudo bem, eu sou a favor de fazer uma chapa única, mas não entro numa chapa com o Mário Bigode”. Aí desandou a coisa.

Eduardo Pinho Lopes relata:

Eu me lembro de muitas reuniões com o pessoal da Avançar na Luta [...], era um grupo que poderia sair numa chapa só, não sei se era essa a intenção, mas enfim, havia esse tipo de relação até em função da greve do gatilho. [...] Havia diferenças de lideranças, de comportamento [...] e essas diferenças foram se acentuando à medida que foi se aproximando o processo eleitoral.

Em seus relatos, Miguel Leonel dos Santos chegou a reconhecer e a avaliar sua participação no grupo que propiciou o racha no setor cutis-ta: “Eu acho que foi uma insanidade porque também, de certa maneira, [o grupo] apostou no racha dos combativos. Insistiu no racha dos comba-tivos”.

Outros conflitos prejudicaram a formação da chapa, como conta Zago:

A eleição se aproximando e a Daisy dizendo naquela época: “Não. Com a Convergência a gente não faz chapa”. Chegamos [Convergência] e falamos o seguinte pro cara: “Bigode, vamos chegar em um prazo final. Essa chapa tem de sair de qualquer jeito. Se vocês não tiverem a fim de sair nessa chapa, nós lançamos. Não podemos deixar sem chapa nenhuma, certo? E você pode ser cabeça de chapa, não tem problema nenhum pra nós”.

Celso Ribeiro de Almeida, militante do MNU e membro da Força Nova Combativa, reforça a tese:

Não tinha definição de chapa, mas havia militantes, tinha um grupo que estava discutindo. O grupo do Bigode estava atrasando a discussão porque estava indeciso se montava ou não uma chapa. E colocou dificuldades: falava que para montar a chapa tinha que ter um termo de compromisso de que as pessoas não iriam rachar no futuro, tudo isso reflexo do racha anterior. Colocavam muita dificuldade para ter uma chapa, enquanto isso ia chegando o período da eleição.

Ainda segundo os relatos de José Vitório Zago, após várias tentativas de conciliação com o setor ligado a Miguel, o MNU e algumas lideranças do HC resolveram se aliar ao grupo de Edison Lins. Essa união, reforçada pela atuação desses líderes dentro do conselho universitário, deu origem à chapa Força Nova Combativa. Edison Lins afirma: “A partir daí [participação no Consu] começou a haver conversa em relação

à eleição da Assuc, [...] que seria o ano seguinte, em 1987. Aí a chapa começou a ser construída”.

E Geruza lembra: “A gente estava discutindo com o Zago na época. Eu, o Márcio, o Marcelo, do Movimento Negro, e aí por causa de uma confusão num determinado momento, a gente resolveu compor com a direita”.

Preocupada em manter a unidade do HC e discordando das discussões que estavam sendo travadas entre os diversos setores da oposição, Geruza Lima afirmou ter sido uma das pessoas influenciadas por Miguel dos Santos: “O Miguel era do PT e era o mais chegado do Edison Lins, e meio que convenceu a gente a não dar importância e a achar que a gente conseguiria fazer o que quisesse, e a gente compôs”.

A oposição rachada, constituída pela Convergência Socialista e por militantes das correntes CUT pela Base e O Trabalho, recebeu o apoio da Central Única dos Trabalhadores e realizou uma convenção que lançou a chapa Avançar na Luta.

Com o novo racha da oposição, a chapa Força Nova Combativa tornou-se bastante representativa. A chapa aliou alguns militantes de PT, MNU, PCB, PMDB, um grupo de pentecostais e neopentecostais e recebeu o apoio de militantes do PCdoB.

João Raimundo Mendonça de Souza (Kiko) avalia: “Não podemos dizer que a gente apoiou a FNC, porque não tínhamos nem força para interferir naquele momento. Nosso apoio foi formal”. “Foi uma frente que reuniu Deus e o diabo”, sintetiza Miguel dos Santos.

“Tinha uma conjunção forte do PCB, PT e PSDB. Também tinha um pessoal que dizia que não se alinhava com nada, mas eles eram mais alinhados com o PSDB”, explica Sueli Faria.

Sobre a composição, Márcio Roberto do Carmo também comenta:

Estava o MNU, basicamente o pessoal do Hospital, tinha vários evangélicos e tinha gente do PT. O Miguel fazia parte e do grupo do Hospital tinha a Geruza, o Jun e a Carmem. Pessoas que se você for colocar junto com esse pessoal da Força Nova Combativa, não tem como colocar. É um pessoal totalmente diferente. Essa União foi um negócio esquisito. Foi uma frentona. Eles conseguiram, até porque eram bons, conviver com essa diferença durante um tempo razoável. [...] Isso era um sonho. A gente acreditava que isso era possível.

Entretanto, Eduardo Pinho Lopes tem outra versão sobre a articulação da chapa Força Nova Combativa: “Na verdade, essa chapa foi articulada em várias facções de funcionários, mas as pessoas que articularam a chapa mesmo fomos o Edison Lins, o Miguel e eu”.

Enquanto a chapa encabeçada por Mário Bigode contava com o apoio da CUT, de acordo com os relatos de Celso Ribeiro, a chapa presidida por Edison Lins foi financiada pelo Sindicato dos Bancários de Campinas, que na ocasião tinha a influência do PCB.

Além disso, o envolvimento de Edison Lins com o vice-reitor, Carlos Vogt, segundo relatos, também teria favorecido a vitória da chapa. Elói José da Silva Lima relata:

Ele [Edison Lins] lançou a campanha [pela carreira] dentro da biologia porque se propunha na época a ser liderança dos funcionários. Então ele usou politicamente, porque ele tinha o Vogt, que era vice-reitor e já tava preparando o Edison Lins para lançá-lo como liderança de funcionários, para ajudá-lo na campanha dele a reitor. [...] O Edison Lins é uma liderança forjada pelo Vogt.

Edison Barreto, presidente da Assuc na gestão Resistência, a antecessora da Força Nova Combativa, compartilha a ideia: “A gente já vinha de dois mandatos e a reitoria estava muito interessada na candidatura do Edison Lins, que era bem ligado com Carlos Vogt. A eleição deles foi favas contadas”, lembra.

Força Nova Combativa x Avançar na Luta: Divisão no campo cutista

A Força Nova Combativa, resgatando o discurso da Resistência, combateu o partidarismo sindical. Também demonstrou em seu programa a preocupação com as questões internas do funcionalismo. Dispôs-se a lutar pela ampliação da creche, pela construção da moradia para os funcionários, por um quadro de carreiras justo e pela reposição salarial das perdas provocadas pela suspensão do gatilho.⁴⁹

A Força Nova Combativa defendeu, ainda, a democratização da Assuc por meio da criação de um conselho de representantes. Sobre o

49 Boletim de campanha da chapa Força Nova Combativa, 18/11/1987.

programa da chapa Força Nova Combativa e a pecha de “direita” que a acompanhava, Edison Lins explica:

Acabamos priorizando as questões mais práticas dos funcionários, aí isso acabou de certa forma reforçando aquela opinião de que era uma chapa despolitizada, de que não tinha muita clareza quanto ao posicionamento em relação ao campo da CUT, ao campo das esquerdas.

Do outro lado, a chapa Avançar na Luta se denominou a continuidade da A Primavera Será Nossa, diferenciada apenas pela desfalcada composição. Nesse momento, já não contava com Clóvis Garcia nem com outros membros que tinham decidido “romper a unidade para se juntar ao PCB e aos pelegos”.⁵⁰

Também se proclamou “a chapa do Comando de Greve que derrotou a intransigência de Quércia na greve do gatilho”, e se propôs a lutar por salários dignos, pelo quadro de carreiras, por melhorias específicas de cada unidade e por melhorias gerais nas condições de trabalho na Unicamp.⁵¹

Jefferson Lee analisa:

A CUT se dividiu em duas frentes, uma que achava que deveria ter uma aliança com outros setores não cutistas, que foi esse pessoal que formou a chapa Força Nova Combativa, e o outro setor que achava que tinha que investir num perfil mais definido, mais de esquerda, mais socialista, mais preocupado não só com os interesses mais imediatos dos trabalhadores, mas também com o compromisso histórico de transformação da sociedade.

50 Documento sem data produzido pela chapa Avançar na Luta, que mostrava a trajetória da oposição na Unicamp.

51 Boletim de campanha da chapa Avançar na Luta, novembro de 1987.

VOTE

AVANÇAR NA LUTA

CUT

NOVEMBRO/87

ESTA É A CHAPA DO COMANDO DE GREVE



A chapa "AVANÇAR NA LUTA" é formada pela união de companheiros do comando de greve, que derrotou a intransigência de Orestes Quêrcia, garantindo os quatro gatilhos salariais (107%). Devido à grande atuação desse comando, juntamente com todos que participaram da greve, é que hoje a ASSUC faz parte do Grupo dos 19 ou seja, as 19 entidades que negociam nossos salários.

SÓ DÁ PARTE DE LUTA!

E não é por acaso que o pessoal do comando de greve faz parte da chapa "AVANÇAR NA LUTA". O motivo é simples: a disposição para a luta. Lutar por salários dignos, pelo quadro de carreira, por melhoras específicas de cada unidade, enfim, por melhores condições de trabalho.

Então, nos dias 18 e 19, você vai dar o grande passo para colocar no comando da ASSUC, quem realmente sempre esteve ao lado da categoria.

Material de campanha da chapa Avançar na luta. Fonte: Acervo de Érgio Antônio Moscatini Schetini.

18 e 19

VOTE

NA ASSUC

FORÇA NOVA COMBATIVA

Campanhas, 18 de novembro de 1987

**UMA CHAPA
FORMADA NO
CALOR DA LUTA**

Responsável: Edison Lins (IB)

É hora de decisão. Força Nova na ASSUC

Chegamos ao término da campanha eleitoral. É consenso em nossa chapa que atingimos a meta inicial, que foi a de levar ao conjunto do funcionalismo da Uniceamp uma campanha limpa e séria, com propostas de trabalho. Sem, em momento algum, baixar o nível das discussões.

É claro que isso não é tudo. Inicia hoje e se estende até amanhã a fase decisiva.

Chegou a hora de eleger a nova diretoria da ASSUC. Se queremos uma entidade voltada para as grandes questões que afligem o funcionalismo, assim como os pequenos problemas no dia-a-dia da universidade, é preciso uma diretoria formada por quem tem experiência no assunto, que sempre esteve à frente das lutas da categoria. O momento é de

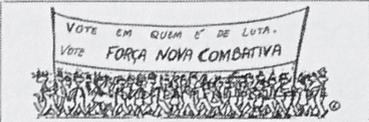
passar o papel para a prática as propostas que atendem a maioria. Um Quadro de Carreira justo e também a reposição salarial, são reivindicações que se tornarão realidade com organização, mobilização e fortalecimento de nossa trincheira de luta, que é a ASSUC.

Fra isso, sua participação é fundamental. E ela começa já.

Dias 18 e 19, ajude a construir uma ASSUC aberta e democrática, que espelhe os anseios de todo o funcionalismo. Vote FORÇA NOVA COMBATIVA. Esse é o caminho para garantir nossos direitos e ampliar nossas conquistas.

Edison Lins
- candidato a presidente da FNC

Porque votar FORÇA NOVA



- 1) Porque é a chapa de todas as lutas, formada por gente nova e combativa como você.
- 2) Porque é a chapa formada por representantes legítimos, eleitos em suas unidades.
- 3) Porque é a chapa que tem programa de luta para a categoria. Dentro de vários pontos, está a luta para que a Reitoria implante a cooperativa, ampliação da creche e moradia para os funcionários.
- 4) Porque tem como proposta a democratização da ASSUC, através da criação de

Porque NÃO votar na outra chapa

- 1) Porque é a chapa que vai colocar a ASSUC a serviço dos partidos políticos.
- 2) Porque não queremos na ASSUC a volta de um triste passado: brigas, falsas acusações e destruição de nossa entidade de classe (como ocorreu em 82, quando o sr. Bigode acusou de ladrão, sem comprovação, o companheiro Glóvis Garcia).
- 3) Porque a outra chapa é oportunista, que só assume as lutas na última hora, como ocorreu recentemente na Nutrição do HC.
- 4) Porque é uma chapa que não tem programa de luta. Por acaso você viu circular algum boletim deles com propostas de trabalho???
- 5) Porque o presidente da chapa, sr. Bigode, não respeita os funcionários, chegando ao limite de chamar

- um Conselho de Representantes.
- 5) Porque é uma chapa independente da Reitoria, do governo do Estado e dos partidos políticos.
- 6) Porque é uma chapa séria que levou a campanha em alto nível, sem baixarias, mentiras e difamações.
- 7) Porque é a chapa que está participando ativamente na luta pela reposição salarial de 88,44%.
- 8) Porque é uma chapa que luta intensamente por uma justa implantação do Quadro de Carreira.

- diversos companheiros de ignorantes, burros e analfabetos.
- 6) Porque quer assumir sozinho a vitória da luta pelos gatilhos. Não são eles que dizem ser a chapa do Comando de Greve, quando esta foi uma vitória de todos os funcionários e não apenas de um grupo?
- 7) Porque fez uma campanha suja, baseada em mentiras e calúnias que não contribuiu para o esclarecimento e conscientização dos funcionários.
- 8) Porque faz o jogo da Reitoria. Vejamos. Tem um discurso todo radicalizado, um blá-blá-blá vazio, porém não encaminha nenhuma proposta concreta de luta. É isso que a Reitoria quer. Muito discurso mas pouca ação.

Material de campanha da chapa Força Nova Combativa. Fonte: Acervo de Márcio José de Andrade da Silva.

249

12
A GESTÃO FORÇA NOVA COMBATIVA (1988-1990)

A vitória da chapa Força Nova Combativa, na eleição de 18 e 19 de novembro de 1987, foi publicada no *Boletim Informativo* de 26 de novembro de 1987, que apresentou o seguinte resultado:

Força Nova Combativa	1.828 votos
Avançar na Luta	1.225 votos
Branços	138 votos
Nulos	271 votos
Separados (sobrecartas)	117 votos

A diretoria que dirigiria a Assuc pelo triênio de 1988-1990 tomou posse em 15 de janeiro de 1988 e estava assim constituída:¹

Diretoria

Presidente: Edison Cardoso Lins

Vice-presidente: Márcio Roberto do Carmo

Secretário geral: Miguel Leonel dos Santos

Primeiro-secretário: Geruza Ferreira Lima

Tesoureiro geral: Eduardo Pinho Lopes

Primeiro-tesoureiro: Jun Tanaka

Diretor social e de esportes: Aparecido Honório da Silva

Diretor de sede e patrimônio: João Batista de Almeida

1 Ata de posse da nova diretoria, conselho fiscal e deliberativo da Assuc, 15/1/1988.

Diretor de educação e cultura: Sigefredo Zanoni

Conselho fiscal: Domingos Pereira

Manoel Bernardo da Silva

Maria Aparecida Marins

Conselho deliberativo: Álvaro Gallette Júnior

Benedita das Dores Contesini

Celso Ribeiro de Almeida

Divaldo Faria de Mello

Djalma Aparecido Corsi

Edvando Aparecido de Souza

Inajara Lopes

José Lourival P. de Moraes

Laércio Bolgoni Silveira

Maria José dos Santos

Orlando Carlos Furlan

Pedro Cirillo de Brito

Rute Siqueira Alves

Sueli de Fátima Faria

Vanderlei Feriani Tavares

Entre os acontecimentos internos e externos ocorridos durante a gestão Força Nova Combativa merecem destaque a sucessão da reitoria, as eleições gerais de 1989 e as estaduais de 1990, e as campanhas salariais que culminaram com a deflagração de greves importantes, como a greve mais longa da história da Unicamp – que durou 60 dias –, em 1988, e a greve geral de 1989.

A filiação à Fasubra, em 1989, as divergências no interior da diretoria que resultaram em nova cisão do movimento, a idealização do I Congresso dos Funcionários da Unicamp e o início das discussões acerca da transição sindical da Assuc também foram registrados.

QUADRO DE CARREIRA: CRIAÇÃO DE FÓRUMS DEMOCRÁTICOS E GOLPE

Embora as lutas e as discussões sobre a carreira tenham ressurgido em 1986 nos institutos de biologia e química e na administração, na verdade, elas foram iniciadas por volta de 1984. Nesse ano, como relatado anteriormente, uma mobilização dos funcionários da USP e da Uni-

camp culminou com uma greve que reivindicava um plano de carreira próprio para cada universidade. No ano seguinte, o quadro foi implantado na USP. Edison Barreto lembra: “Nessa época, nós conseguimos do governador Montoro a promessa de estudar como se fazer uma carreira própria”.

Uma das bandeiras que mais se destacaram durante a campanha da chapa Força Nova Combativa, a implantação do quadro de carreiras conseguiu arregimentar lideranças em torno da proposta e gerar um clima de grande expectativa entre os funcionários. Edison Lins considera que “foi um marco importante que rompeu com o imobilismo diante do protecionismo, do clientelismo e fortaleceu um sentimento de oportunidades iguais diante de um bom desempenho, mérito e esforços individuais e coletivos”.

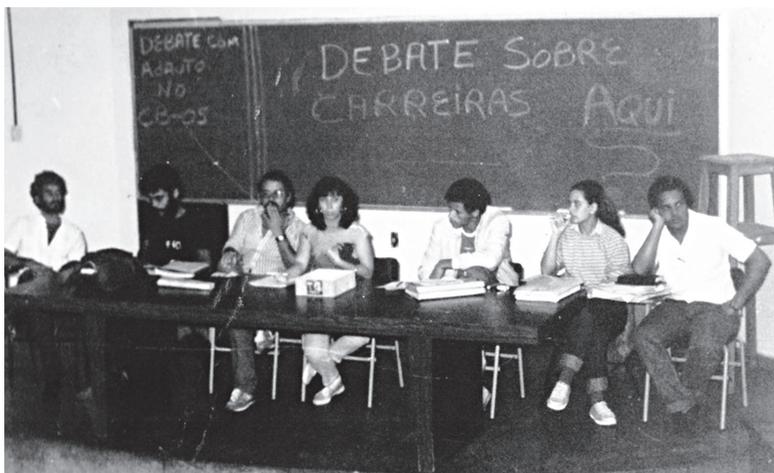
João Raimundo Mendonça de Souza (Kiko) avalia:

Existia uma demanda na universidade por uma nova carreira, e foi um mote para eles pegarem isso e construírem a partir daí uma trajetória do Edison [Lins] e servir também para eleger o Vogt. Tem alguns elementos da carreira que eu acho que para a época até que eram interessantes. Foi uma carreira que deu ganhos salariais.

O assunto foi amplamente divulgado nos boletins de 1988. A diretoria, disposta a continuar a lutar por salários mais justos e pela maior participação dos funcionários nas instâncias de elaboração do novo quadro, realizou inúmeras reuniões e debates sobre a carreira ao longo do mandato. Também deflagrou greve e promoveu um plebiscito e um seminário para tratar do assunto. Sueli Faria lembra:

Nós reivindicávamos a carreira desde reitorias antigas, mas a gente nunca conseguiu. Então, na gestão da Força Nova Combativa, nós conseguimos implantar uma carreira que foi discutida com toda a comunidade universitária, criaram-se vários fóruns...

Em sua maioria, os boletins enfocavam as questões técnicas sobre o processo de implantação do quadro: os índices de adequação salarial e a importância da atuação das Comissões Locais de Avaliação (CLAs) e da Comissão Central de Avaliação (CCA). A CCA era subdividida em apoio operacional (CCA/AO) e ensino e pesquisa (CCA/EP).



Trabalhadores debatem carreira, em 1987: discussões geraram grandes expectativas e arregimentaram novas lideranças. Fonte: Acervo de Celso Ribeiro de Almeida.

Presididas pelo vice-reitor Carlos Vogt, a CCA/AO contava com a participação de Edison Lins, Laércio Bolgoni Silveira e Jun Tanaka, e a CCA/EP tinha Pedro Cirillo de Brito como representante dos funcionários. Celso Ribeiro comenta: “[...] Dentro da Assuc começa a ter um questionamento sobre a participação ou não dentro da CCA, aí ela teve

que optar: ficar na central ou aderir ao movimento, e ela fez a opção de continuar lá”.

Domingos Pereira explica: “[...] Surgiram as comissões, um esqueleto de como seria a carreira, as CLAs e a Comissão Central. Nós, da Força Nova Combativa, não tivemos dúvida, fomos pra dentro, tínhamos espaço...”.

Em 22 de fevereiro de 1988, a Assuc deflagrou greve e entre outros pontos reivindicou:

- Um cronograma de acertos decorrentes da atualização da tabela com 38% de reajuste que tinham sido conquistados anteriormente;
- Um índice de reajuste na tabela das carreiras a partir de 1º de janeiro de 1988 sobre os 38% já conquistados;
- Ampliação também para 77% sobre os 38% que, sobrepostos, atingiam um reajuste na tabela de 144%.

A paralisação foi suspensa em 29 de fevereiro e, segundo o *Boletim Assuc*, teve vitória parcial: conquistou 44,93% sobre a tabela, “recuperando em parte um nível salarial compatível com o mercado”,² os dias parados não foram descontados e também não houve punições. Divulgou o boletim: “Esta conquista não foi apenas da diretoria da Assuc, mas dos companheiros que fazem parte do Comando de Greve e que souberam entender a importância desta luta e de seu encaminhamento correto”.

Logo depois da greve, no entanto, os problemas começaram a aparecer. As vantagens da carreira anterior não foram repassadas para as novas, de modo que as avaliações da Lei Complementar 180/78 (Projeto) foram desconsideradas, provocando, “entre outros prejuízos”, propostas com redução de salários para os funcionários com mais tempo de serviço.

Além desse, outros fatores prejudicaram os funcionários que optaram pela carreira. Em alguns casos, após quatro meses de implantação do novo quadro já havia salários alcançando o teto, impossibilitando a progressão funcional desses trabalhadores.³ Edison Lins explica:

2 *Boletim Assuc*, n. 18, 3/3/1988.

3 *Boletim Assuc*, n. 57, 24/8/1988.

O quadro significou um avanço em relação ao que havia anteriormente. Houve decepção, frustração de algumas expectativas, em diversos momentos, mas o processo contribuiu para uma nova mentalidade na categoria em relação ao tema, e também houve uma maior consciência da importância de nós termos uma carreira com horizonte claro e justo.

Apesar da frustração de alguns, Sueli Faria confirma a importância da implantação do quadro de carreira: “[...] O sistema de chefia era de estrutura arcaica, bastante autoritário e centralizador [...] as condições do novo quadro tiraram o poder deles, de selecionar e promover as pessoas de que gostavam. Esse processo ajudou bastante”.

A fase relativamente democrática do processo se encerrou com a implantação do quadro. Finalizada essa etapa, as CCAs AO e EP foram extintas, dando lugar a uma “nova e única” CCA. Composta por 15 membros, sendo um secretário executivo, sete docentes, quatro funcionários (Daisy, Goretti, Ana Lourdes e Ícaro) e três representantes da Assuc (Eduardo, Jun e Laércio), a comissão tinha o objetivo de corrigir as falhas das comissões anteriores.

Aliás, os boletins dizem que o quadro recém-implantado, caso não fosse readequado, corria sérios riscos de fracassar. Narra o *Boletim Assuc*, de 29 de abril de 1988:

A maioria está enquadrada. Os ajustes necessários se não forem feitos põem em risco o quadro, como é o caso dos profissionais de nível superior [...] todos foram enquadrados no A do superior, desprezando-se tempo de serviço, experiência profissional e níveis de profissionalização e de responsabilidades.

Nesse momento, as polêmicas em torno do assunto começam a ser ampliadas. O grupo de oposição Avançar na Luta avaliava que os reitores das universidades estaduais estavam “abrindo mão de sua autonomia, submetendo-se à vontade do governador Quéricia”.⁴ Para a oposição, a Assuc, o reitor e o vice-reitor alimentavam os funcionários com “falsas promessas”, pois os enxergavam como “última prioridade, deixando o salário defasado em relação aos professores”.⁵

4 *Boletim de Oposição Avançar na Luta*, n. 2, março de 1988.

5 *Idem*.

Em agosto de 1988, a bancada de funcionários no Consu também cobrou, em reunião do conselho, um posicionamento com relação à carreira, mas o reitor, Paulo Renato, informou que a carreira não era atribuição do Consu, contrariando o regimento do conselho, que previa: “Compete à Câmara de Administração do Consu deliberar sobre: [...] A estrutura de carreiras dos servidores técnicos e administrativos”.⁶

Mais contundente, um boletim da comissão sindical do HC, endossado por membros da diretoria da Assuc, sob o título “Quadro de carreira: Fomos enganados pela Reitoria”, alardeou:

Hoje estamos diante de uma inquietação generalizada e profunda confusão e ninguém se prontifica a nos dar qualquer resposta esclarecedora. [...] E o quadro de carreira, na prática, já acabou para grande parte dos funcionários da universidade.

A comissão avaliava ainda que a reitoria estava “desrespeitando as propostas das comissões locais”, impedindo que os funcionários progressissem nas carreiras. O documento denunciava que a CCA, presidida por Vogt, não tinha compromisso com os trabalhadores. Por esse motivo, a comissão sindical sugeriu a saída de Jun Tanaka⁷ da CCA, por julgar infrutífera sua participação perante a falta de democracia no órgão e convocou os funcionários a se manterem mobilizados em torno do assunto.

Esse comportamento da comissão sindical do HC, convergente ao pensamento de parte da diretoria da Assuc, evidenciou uma divisão no interior da Força Nova Combativa, prevista desde a formação da chapa.⁸

A diretoria da Assuc, por meio dos boletins, também assumia que o quadro de carreiras “estava indo para o buraco”. Apontava que o piso da Unicamp estava abaixo do restante do funcionalismo e que a CCA “sob as ordens do professor Vogt não leva em consideração os méritos

6 *Informativo da Bancada dos Funcionários no Consu*, agosto de 1988.

7 Jun Tanaka fazia parte do grupo que mais tarde rompeu com os demais membros da diretoria da Assuc.

8 O *Boletim Informativo da Comissão Sindical do HC*, n. 1, maio de 1988, foi assinado pelos seguintes funcionários: Carmem (representante do HC no Consu); Cidinha (Assuc/Caism); Geruza (Assuc/CLA HC); Márcio (Assuc); Jun (CLA/CCA/Assuc); Miguel (Assuc); Celso (Assuc); e Comissão Sindical do HC.

individuais, se pautando por seguir uma HIERARQUIZAÇÃO que empurrou muita gente para baixo”. Além disso, o futuro da carreira estava comprometido, pois a maioria dos membros da CCA era indicada pela reitoria.⁹

Não demorou e a suspeita se cumpriu: o vice-reitor Carlos Vogt estabeleceu “um balizamento orçamentário como regulador da cota de crescimento da folha de pessoal”:

Veja bem isto: Vogt não está preocupado com mérito, mas com o orçamento da universidade e se submete ao arrocho exigido por Quércia, o que vai limitar as promoções. [...] Isto é um golpe de morte no quadro de carreira; realmente, com a cota por unidade o quadro virou como um QUADRO DE BARREIRA.¹⁰

A situação se agravava e os anseios da categoria eram cada vez mais relegados. Dos 15 membros da CCA, apenas dois analisavam os recursos dos funcionários. Do total de 607 recursos apresentados por 11 CLAs apenas 166 foram aprovados (27%) e 441 negados (73%). Além disso, os representantes da Assuc foram impedidos de participar das análises dos recursos.

Diante do descontentamento da categoria e da pressão da oposição, em 19 de dezembro de 1988, a Assuc convocou os trabalhadores a um plebiscito. Os 4.542 funcionários que participaram do plebiscito responderam:

- Você aceita a avaliação com a cota de 2%?
Sim, 283; Não, 4.031; Brancos, 139; Nulos, 89.
- Você concorda com representantes de funcionários na CCA indicados pela reitoria?
Sim, 410; Não, 3.873; Brancos, 181; Nulos, 78.
- Você acha que a Assuc deve sair da CCA?
Sim, 780; Não, 3.465; Brancos, 208; Nulos, 89.

9 *Boletim Assuc* Comando de Mobilização, 07/06/1988.

10 *Idem*.

BOLETIM

Nº 117

15 12 88

ASSUC

PLEBISCITO

PARA SALVAR A
CARREIRA

O nosso QUADRO DE CARREIRA está sendo discutido objetivamente em todas as unidades. O processo avaliatório na forma como foi proposto pela CCA e implementado pelas CLA's está comprometendo ainda mais a carreira já com sérios problemas de defasagem salarial. Precisamos discutir com força a CARREIRA em sua estrutura e objetivos que quando da implantação foram divulgados



como sendo uma Carreira que permitiria salários compatíveis com o mercado de trabalho e com possibilidade de ascensão a partir do mérito, do desempenho e da reciclagem profissional. Com a 11 mitação Orçamentária de 2% isto é possível?

Na reunião de ontem com a presença de 20 CLA'S e 60 representantes decidiu-se implementar imediatamente um calendário de mobilização que é o seguinte:

- 5ª e 6ª feira (hoje e amanhã) reunião em todas as unidades com discussão sobre esta avaliação. Vale a pena? O que fazer?
- 2ª feira - Plebiscito (3 questões) com a participação de todos os funcionários. Haverá urna em todas as unidades.

MESÁRIOS - Serão os representantes eleitos nas CLA'S de todas as unidades.

É preciso que todos os funcionários participem.
O momento é agora!!

A RESPONSABILIDADE PELA REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E DAS DISCUSSÕES EM TODAS AS UNIDADES É DOS REPRESENTANTES ELEITOS PELOS FUNCIONÁRIOS NAS CLA'S. OS DIRETORES DA ASSUC ESTARÃO CONTRIBUINDO NO MÁXIMO POSSÍVEL DE UNIDADES. A LUTA É AGORA, É DE TODOS!!!

A ampla maioria dos funcionários disse NÃO aos rumos que a carreira vinha tomando, mas defendia a permanência da Assuc na CCA.

Em junho de 1989 começou a luta pela reestruturação da carreira. Os funcionários conseguiram um aumento de 1% na cota orçamentária, perfazendo 3%. Embora não fosse o índice esperado, a Assuc defendeu que ele deveria ser usado.

Apesar de incessantes reuniões e discussões com as comissões e com a reitoria, a carreira não progredia. Com a extinção da CCA e das CLAs e com a instituição da Comissão Setorial de Avaliação (CSA) e do Conselho Orientador de Recursos Humanos (CORH), a centralização das decisões passou a ser ainda maior. A Assuc, que não participou dessas instâncias, prosseguiu apenas contribuindo na forma de propor discussões oportunas.

Em 12 de julho de 1990, a Assuc se reuniu com o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) para comparar as carreiras das duas universidades.

Mais vantajosa, a carreira da USP não tinha cota fixada, enquanto a da Unicamp tinha de se adequar com a cota que voltara a ser de 2%. Na Universidade de São Paulo, o piso iniciava no nível 6 e havia participação de representantes eleitos nas instâncias que coordenavam a carreira. Na Unicamp, o piso inicial era de nível 1 e os membros do CORH e da CSA eram indicados pela reitoria.

O primeiro seminário sobre carreira

Ao mesmo tempo em que a Assuc tentava negociar com o Cruesp a isonomia da carreira entre as três universidades, o 1º Seminário Aberto sobre Carreira também estava sendo preparado, a fim de avaliar os três anos da carreira (1987-1989).

O evento, que teve 190 trabalhadores inscritos, apresentou 33 pontos de encaminhamentos.¹¹

11 *Boletim Especial Carreira*, n. 1, 10/9/1990.

RESOLUÇÕES DO 1º SEMINÁRIO ABERTO DA CARREIRA

ENCAMINHADO PELA DIRETORIA DA ASSUC

Informe-se! Discuta com seus companheiros e nas reuniões que seu representante chamará!

VENHA PRO ATO, AMANHÃ!

- Piso da carreira a partir do nível 06
- Fim da cota orçamentária
- Pesos e critérios específicos para avaliação definidos em assembleias locais convocadas pelas CSA's e representantes dos setores
- Regularização dos desvios e homogeneização dos perfis
- Princípios e critérios básicos da carreira definidos e aprovados em Assembleia Geral
- Reuniões trimestrais das CSA's e os órgãos centrais ou sempre que as CSA's considerarem necessário, com caráter deliberativo.
- Acesso e publicação irrestrita de todos os dados, excetuando-se os pessoais
- CSA's devem levantar dados da avaliação para o trabalho do fórum ASSUC/CSA's
- Avaliação, no mínimo, semestral
- CSA's devem trabalhar sem cota
- Cursos de treinamento e relações humanas para avaliadores, com a participação das CSA's
- Possibilidade de recurso às CSA's, com avaliador e avaliado participando da discussão
- Avaliação por setor, que contenha auto-avaliação, avaliação da chefia e avaliação em grupo
- Devem-se deixar claras as expectativas com relação a cada funcionário na avaliação
- Papel das CSA's - definir critérios de forma democrática e encaminhar processo de avaliação, com autonomia irrestrita em relação às direções das Unidades e Órgãos Superiores.
- Criar mecanismos de destituição do representante, discutidos em assembleias locais e aprovados em Assembleia Geral
- Discussões frequentes com funcionários, chefias e CSA's sobre carreira
- Comissão para elaboração de um estatuto com normas e procedimentos para as CSA's, tirada pelo fórum ASSUC/CSA's, aprovadas em assembleias setoriais e referendada por Assembleia Geral final
- A carreira deve valorizar: cursos, escolaridade, currículo, tempo de serviço, desempenho anual e competência
- Comissão escolhe presidente internamente.
- Organização dos funcionários para se contrapor ao autoritarismo do reitor
- Plenária dos funcionários das 3 UEPs sobre carreira
- Projeto RH elaborado pelos funcionários das 3 UEPs
- Criação de um departamento de RH no CRUESP
- Solicitar os dados das 3 carreiras ao CRUESP.
- Manutenção do fórum ASSUC/CSA's
- Piso salarial igual ao mínimo do DIEESE
- Teto da carreira igual a 10 pisos do DIEESE
- Mecanismos de transferência (remanejamento) com critérios definidos em assembleias setoriais e gerais, a serem discutidos no fórum ASSUC/CSA's
- CSA inteiramente eleita
- CSA's compostas só por funcionários
- Membros das instâncias superiores serem todos eleitos
- Ato Público sobre a questão da carreira (11/09).

Fonte: Acervo de Carlos Humberto do Prado.

CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA (1988-1990)

A Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 foi um marco simbólico das mudanças sociais, políticas e econômicas exigidas pela sociedade, principalmente no que dizia respeito à abertura democrática.

Promulgada em 5 de Outubro de 1988, após longo processo, a Constituição, logo em seu Artigo 1º, proclama os ideais democráticos ao definir o Estado Democrático de Direito, que tem por fundamento a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo.¹²

A Constituinte elevou ainda

[...] os principais elementos da estrutura sindical, que anteriormente eram normas mantidas pela CLT, à condição de normas constitucionais. A Constituição manteve, no seu artigo 8º, a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, a unicidade sindical, as contribuições sindicais obrigatórias, a divisão do movimento sindical por categorias e seu retalhamento por municípios.¹³

Outra importante conquista foi o direito de greve. O artigo 9º consagrou que “é assegurado ao trabalhador decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.¹⁴ No entanto, coube à legislação complementar definir o que é serviço ou atividade essencial e “como se processará em caso de greve nestes setores”. Uma “artimanha que pode restringir este direito”.¹⁵ Além disso, a Constituinte determinou que os “abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei”.

O serviço público também teve assegurado o direito à greve, desde que monitorado por legislação complementar. Já os servidores públicos militares foram proibidos de fazer greve.¹⁶

12 Lima Jr., 1993, p. 92.

13 Boito Jr., 1991, p. 73.

14 Siqueira Neto, 1992, p. 38.

15 Antunes, 1991, p. 75.

16 Siqueira Neto, 1992, p. 38.

As medidas que garantiram melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, sem dúvida, só passaram nas emendas da Constituinte graças à mobilização de trabalhadores e de entidades progressistas. Mas outro elemento considerável para assegurar, nas votações do segundo turno da Constituinte, as conquistas sociais e trabalhistas aprovadas no primeiro turno, foi o fato de que 120 dos parlamentares constituintes eram candidatos a prefeitos na eleição de 1988.¹⁷

A quarta greve geral

Apesar da importância das medidas que encerraram a ditadura militar no país e do resultado final da Constituição Federal, o governo da Nova República não conseguiu criar condições necessárias para mudar substancialmente o conteúdo conservador do processo de transição democrática, no sentido de aprofundar a democracia para valorizar a cidadania por meio de distribuição de renda, acesso à moradia, saúde, educação, transporte coletivo, entre outros.¹⁸

Do ponto de vista econômico, o Plano Verão, implementado em 15 de janeiro de 1989, por meio da Medida Provisória 32, configurou a última tentativa do governo Sarney de normalizar a economia.

O Plano Verão, que tinha como metas “obter a estabilização monetária, promover um ajuste fiscal com corte nas despesas, aumentar a arrecadação financeira e reduzir o déficit operacional para 2% do PIB”, apresentou consequências desastrosas. As perdas salariais “oscilaram entre 41,27% e 49,91%”. Também houve uma inflação gigantesca (1.765%), déficit público e extinção da Unidade de Referência de Preços (URP).¹⁹

A derradeira medida do presidente Sarney levou os trabalhadores brasileiros a paralisarem as atividades por 48 horas: a quarta greve geral, desde 1964, aconteceu em 14 e 15 de março de 1989 e foi coordenada pela CUT e pela CGT. As principais reivindicações foram:

17 Cappa, 1999, p. 83.

18 *Idem*, pp. 63, 64 e 71.

19 *Idem, ibidem*.

- Reposição das perdas salariais que variavam entre 41,27% e 49,91%, conforme as datas-base, segundo o Dieese;
- Reajuste mensal dos salários;
- Tabelamento de preços;
- Contrato coletivo de trabalho nacional;
- Reforma agrária;
- Política agrícola de interesse dos trabalhadores rurais;
- Não pagamento da dívida externa.²⁰

Os trabalhadores da Unicamp tiraram a decisão de participar da greve geral de 14 e 15 de março, contra o Plano Verão, numa assembleia geral realizada em 1^o de março. Segundo um *Boletim Assuc*, as “medidas ‘duríssimas’ não atingiram industriais, latifundiários ou banqueiros. Ao contrário, acabaram protegendo-os. As medidas foram contra os trabalhadores na forma de arrocho salarial, recessão e desemprego”.²¹

Ainda de acordo com os boletins da Assuc, a greve geral parou 12 capitais do país: Aracaju, Porto Alegre, Recife, Curitiba, João Pessoa, Belém, São Luís, Vitória, Salvador, Manaus, Maceió e Rio de Janeiro.

Em Campinas, cerca de 2 mil pessoas lotaram o Largo do Rosário e saíram em passeata. Dos prédios caíam papéis picados saudando a manifestação. Em outras cidades do Estado de São Paulo, como Piracicaba, Santos, Santo André, São Bernardo e Diadema, a paralisação atingiu índices entre 70% e 100%. As cidades fluminenses Angra dos Reis e Volta Redonda também tiveram paralisação marcante. A CUT e a CGT, principais organizadoras da greve, informaram que o índice de adesão dos trabalhadores ficou em torno de 70%.

Em Campinas, policiais militares tentaram reprimir o movimento e evitar piquetes nas portas dos bancos, mas não teve jeito: a greve foi vitoriosa.

Na Unicamp a mobilização incomodou o reitor, e a vitória foi respondida com punição. Os dias parados foram descontados. “Lamentavelmente, [...] a atitude da reitoria da Unicamp teve a pretensão de

20 *Idem*, p. 115.

21 *Boletim Assuc*, n. 19, 10/3/1989.

provar aos funcionários que o caminho da luta conjunta dos trabalhadores não compensa.”²²

Inconformados e esgotados de tanto tentar negociar com a reitoria o não desconto dos dias parados e a não reposição da greve de 1988, os trabalhadores da Unicamp, por meio da Assuc, mais uma vez demonstraram disposição de luta e começaram a preparar nova greve para o mês de abril. Mais de mil servidores, reunidos em assembleia, decidiram protestar contra o autoritarismo do reitor, que recuou e suspendeu, a partir de 18 de abril de 1989, a reposição dos dias da greve de 1988. A proposta de greve foi descartada em seguida.

PORCENTAGEM DE ADESÕES DAS CATEGORIAS
À GREVE NO DIA 14/3 SEGUNDO A C.U.T.

CATEGORIA	%	BASE
Transportes	100	4.000
Funcionalismo Municipal	90	13.000
Escolas Estaduais	80	5.000
Escolas Privadas	95	6.000
Servidores da Unicamp	75	11.000
Professores da Unicamp	95	2.000
Construção Civil	40	15.000
Químicos	50	12.000
Metalúrgicos	30	70.000
Alimentação	60	6.000
Previdenciários	80	550
Bancários	50	9.500
Chapeleiros e Costura	50	2.000
Sanasa	90	1.200
Petroleiros	90	1.400
Vidreiros	40	2.000

FONTE: BOLETIM DA CUT - 15/03/1989

Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Os congressos da CUT

Enquanto na Unicamp as lideranças políticas divergiam acerca da realização do I Congresso dos Funcionários, como será tratado à frente, no âmbito externo a Central Única dos Trabalhadores (CUT) seguia se

22 *Boletim Assuc*, n. 23, 20/3/1989.

consolidando como referência de organização da classe trabalhadora brasileira, realizando seus congressos em nível estadual e nacional. Durante a gestão da Força Nova Combativa foram realizados dois congressos estaduais (1988 e 1989) e um nacional (1988).

O primeiro deles, o IV Congresso Estadual da CUT, aconteceu em Campinas, no mês de julho de 1988. O evento reuniu 1.563 delegados e terminou com a vitória da Articulação Sindical sobre a CUT pela Base e a Convergência Socialista.

A chapa da Articulação obteve 57,5% dos votos válidos, ocupando cinco dos nove postos da executiva estadual. A corrente CUT pela Base conseguiu 31,5%, garantindo três vagas, e a Convergência Socialista recebeu 11,5% de adesão, ficando com um cargo executivo.

O IV Congresso Estadual antecipou a disputa que viria a ocorrer no III Concut, em setembro, entre as três maiores forças políticas presentes naquele momento no interior da Central.

O V Congresso Estadual da CUT aconteceu em 1989, em São Bernardo do Campo. Embora os trabalhadores da Unicamp tivessem escolhido seus delegados, não conseguiram participar do evento. Jefferson Lee recorda:

Na hora que a gente chegou lá o Edison Lins não tinha encaminhado os documentos com o nosso registro para o congresso. Nós, cinco pessoas, ainda fomos assaltados no caminho, ficamos sem as malas, dormimos no ginásio numa temperatura de 4 graus centígrados e sem cobertor.

Além disso, Jefferson lembra que, por uma confusão, o grupo foi maltratado pelos participantes do congresso e acusado de pelego. Refletindo a polêmica originada na Assuc após a eleição da Força Nova Combativa, Jefferson conta: “O argumento do rapaz da Articulação era de que nós éramos os pelegos da Unicamp, que tínhamos feito acordo com a reitoria, que tínhamos encaminhado todo o processo contra a direção da CUT”.

O III Congresso Nacional da CUT foi realizado entre os dias 7 e 11 de setembro de 1988. Sediado em Belo Horizonte, esse congresso marcou decisivamente a trajetória histórica da central.²³

23 Rodrigues, 1997, p. 110.

Com 6.281 delegados, foi o encontro político que mais reuniu representantes de trabalhadores na história do país.²⁴

As discussões que nortearam o evento foram: a mudança da concepção de ação sindical, o conflito interno entre as tendências políticas, a reforma estatutária e o declínio do número dos delegados de base e de oposição.

A questão mais polêmica, no entanto, ficou por conta da “discussão sobre a reestruturação da CUT como máquina sindical. As discussões sobre conjuntura e as respostas que a central deveria dar foram totalmente secundarizadas”.²⁵

A intenção da tendência majoritária (Articulação) era de “aprovar uma mudança de estatuto que permitisse implementar uma nova visão de central. Uma central de representação, de negociação, mais do que uma central de mobilização e organização para a luta de amplas massas”.²⁶

Já para o outro bloco, que reuniu a CUT pela Base, a Convergência Socialista e as demais tendências consideradas à esquerda, a CUT deveria continuar tendo, além do perfil sindical, “um papel eminentemente político, onde a luta anticapitalista e o ideário socialista estariam presentes”.²⁷

Três chapas foram inscritas no III Concut:

A chapa 1, encabeçada por Cyro Garcia, dos Bancários do Rio de Janeiro, representando a Convergência Socialista e outros grupos menores, teve apoio de 16,32% dos delegados, ou seja, 961 votos, tendo o direito de indicar dois membros para a executiva nacional da CUT [...]; Jair Meneguelli, liderando a chapa 2 e representando a corrente Articulação, foi reeleito presidente com 3.557 votos, o que representava 60,43%, tendo direito a nove cargos na executiva [...]; a chapa 3, encabeçada por Durval de Carvalho, da tendência Construir a CUT pela Base e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, conseguiu 1.368 votos, o que perfazia 23,24%, quatro lugares na executiva nacional.²⁸

24 *Idem, ibidem.*

25 Giannotti & Lopes Neto, 1991, p. 42.

26 *Idem, ibidem.*

27 Rodrigues, 1997, p. 112.

28 *Idem*, p. 114.

Quanto à reforma estatutária, a proposta hegemônica foi a da tendência que venceu proporcionalmente no congresso. Além das resoluções que colocaram a CUT próxima do “modelo das centrais sindicais europeias”, o congresso atribuiu a ela um “caráter de representação frente à sociedade, mais do que um caráter de mobilização e organização”.²⁹ Outras reformas, como as ligadas à organização do congresso, também foram aprovadas.

Em síntese, com as mudanças restringiu-se significativamente a participação das bases e da oposição sindical. A partir do III Concut instituiu-se também a periodicidade de três anos para a realização dos congressos.

A crise na CGT e a “gestação” da Força Sindical

Desde seu congresso de fundação, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) se constituiu por três grupamentos internos.

O seu centro era formado por sindicalistas oriundos do peleguismo tradicional, mas que buscavam modernizar-se – em nível partidário em sua maioria simpatizantes do PMDB – e, para tanto, contavam com uma sólida aliança com setores da esquerda tradicional, em especial o PCB e o MR-8. À esquerda desenvolvia-se, no interior da CGT, a Corrente Sindical Classista, vinculada ao PCdoB. E à direita avançava com muita desenvoltura, ganhando cada vez mais espaço no interior da CGT, a aliança entre Antônio Rogério Magri, influenciado pela direita sindical norte-americana, e o então recém-dissidente do PCB, Luiz Antônio Medeiros.³⁰

“A convivência de correntes tão heterogêneas no interior de uma mesma Central, dificilmente, poderia durar muito tempo”.³¹ Com influência cada vez maior dentro da CGT, os sindicalistas adeptos ao “sindicalismo de resultados” (modelo defendido pela corrente de Magri e Medeiros) partiram para cima dos outros setores, enfrentando o PCdoB utilizando o discurso antipartidário.

29 Giannotti & Lopes Neto, 1991, p. 42.

30 Antunes, 1991, pp. 61-62.

31 Rodrigues, 1990, p. 121.

“Em fins de janeiro de 1988, numa plenária da entidade realizada em São Paulo, a facção de Medeiros e de Magri conseguiu derrotar o PCdoB, que abandonou a reunião”³² em sinal de “protesto contra a ‘prepotência dos adversários’”.³³

Em agosto do mesmo ano, os militantes do PCdoB, reunidos em São Paulo, criaram a tendência denominada Corrente Sindical Classista e convocaram o I Congresso da CSC para fevereiro de 1989, no Rio de Janeiro.³⁴

Com a opção de tornar-se uma corrente sindical, o Comitê Central do PCdoB, na sexta reunião plenária do partido, “em agosto de 1989, decidiu que a CSC deveria integrar-se à CUT”³⁵ e participar, inclusive, do IV Concut, que se realizaria em 1991.

Entretanto, a crise interna não estava resolvida com a saída do PCdoB: uma nova cisão estava para ocorrer. Entre os dias 27 de abril e 1º de maio de 1989, realizou-se o II Congresso Nacional da CGT (que já havia se transformado em Confederação Geral dos Trabalhadores). No evento, a polarização das forças colocou, de um lado, Antônio Rogério Magri, apoiado por Medeiros e os demais setores do “sindicalismo de resultados”, e, do outro, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, apoiado pelo PCB e pelo MR-8.

Na disputa pela presidência da entidade, Magri conseguiu vencer a facção que apoiava Joaquinzão. A vitória de Magri provocou nova cisão na CGT. Os sindicalistas ligados ao PCB e ao MR-8 contestaram a lisura do procedimento eleitoral e realizaram, em São Paulo, em junho, uma reunião da facção pró-Joaquinzão [...].³⁶

Entre 30 de setembro e 1º de outubro de 1989 foi realizado em Belo Horizonte um novo congresso, que desconsiderou as resoluções do II Congresso da CGT e elegeu Joaquinzão para presidente da “nova” Central, que retomou o antigo nome: Central Geral dos Trabalhadores.

32 Rodrigues, 1991, p. 37.

33 Rodrigues, 1990, p. 121.

34 Rodrigues, 1991, p. 37.

35 Rodrigues, 1990, p. 122.

36 *Idem*, pp. 121-122.

CAMPANHAS SALARIAIS: UNIFICAÇÃO COM O FUNCIONALISMO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Os dois últimos anos do governo de José Sarney (1988-1989) foram marcados pela recessão econômica, iniciada em 1987. A dívida externa aumentou de US\$ 64 bilhões, em 1980, para US\$ 115,1 bilhões. O desemprego chegou à taxa média de 9,7%.³⁷

Em São Paulo, o governador Orestes Quércia propunha uma reforma administrativa no Estado, com o intuito de pagar a dívida externa e de se adequar aos planos do governo Sarney. Para tanto, promoveu uma série de medidas que arrocharam os salários do funcionalismo, como a retirada do gatilho salarial em 1987, tratada anteriormente.

Na Unicamp, a campanha salarial de 1988, iniciada em fevereiro, reivindicava 144,39% de reajuste salarial + 15% de aumento real, para a reposição das perdas salariais do ano anterior. Alguns setores do funcionalismo já estavam em greve, como a Fazenda e o Hospital do Servidor Público de São Paulo.

Bastante movimentada, a campanha salarial conseguiu unificar vários setores do funcionalismo público estadual. Entre eles Educação, Agricultura, Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), Hospitais das Clínicas de Ribeirão Preto e de São Paulo e outros setores da saúde e a Polícia Militar.

Os atos públicos realizados em São Paulo conseguiram fazer com que o governador pagasse, em folha suplementar, 70% de reajuste ainda em fevereiro.

Os trabalhadores da Unicamp, em estado de mobilização desde o dia 12 de fevereiro, por meio da Assuc, fizeram uma paralisação no dia 19 e deflagraram greve por tempo indeterminado a partir de 22 de fevereiro.³⁸ Suspensa em 29 de fevereiro, a greve da Unicamp e da USP forçou o governo a apresentar uma contraproposta maior que os 70% oferecidos anteriormente. A carreira da Unicamp também teve conquistas: 44,93% sobre a tabela. Não houve retaliação por parte da reitoria.³⁹

37 Cappa, 1999, pp. 63, 64 e 71.

38 *Boletim Assuc*, n. 12, 22/2/1988.

39 *Boletim Assuc*, n. 18, 1/3/1988.

Em abril de 1988, o Grupo dos 19⁴⁰ exigiu do governo uma definição imediata do índice de abril. O funcionalismo reivindicava 101% de reajuste, que era resultante da inflação de 1988, mais a reposição das perdas de 1987. O governo, no entanto, ofereceu 40% a partir de abril, que a categoria recusou.⁴¹

Em 9 de junho, os trabalhadores da Unicamp permaneceram paralisados para discutir assuntos internos, como campanha salarial, carreira, as demissões no Hospital de Clínicas e Caism e o aumento nas tarifas do transporte e da refeição na universidade.⁴²

No mês de julho, o governo encerrou as negociações propondo um reajuste de 45%. Tendo havido uma inflação de 67,5% e Unidade de Referência de Preços (URP) de 58%.

Em assembleia geral, realizada em 8 de julho de 1988, os trabalhadores da Unicamp decidiram paralisar as atividades no dia seguinte à assembleia e lutar pela reposição imediata de todas as perdas que tiveram durante o governo Quéricia e levantar a bandeira pelo pagamento da URP, que servia de base para reajustar os salários da grande maioria dos trabalhadores brasileiros, em substituição ao gatilho, extinto em 27 de março de 1987.⁴³

A URP era uma lei federal de reajuste salarial mensal que o governador Quéricia desrespeitava, adotando a trimestralidade com base no

40 O grupo dos 19 era formado por 19 entidades representativas do funcionalismo público estadual paulista, na década de 1980. Entretanto, não foi possível precisar que entidades fizeram parte do grupo; o que se apurou foram os setores nele incluídos: especialistas de educação (diretores) do magistério oficial do Estado de São Paulo (Udemo), professores do ensino oficial de primeiro e segundo grau do Estado de São Paulo (Apeoesp e CPP), servidores públicos estaduais da saúde (Asses), funcionários de escolas públicas (Afuse), supervisores de ensino (Apase), funcionários do Judiciário, da Fazenda, da Agricultura, do Departamento de Estradas de Rodagem, policiais civis, funcionários do sistema penitenciário, funcionários e docentes das três universidades públicas (Assuc, Adunicamp, Asusp, Sintusp, Adunesp e Sintunesp), além da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (Afpesp), que representava todos os trabalhadores públicos do Estado de São Paulo.

41 *Boletim Assuc*, n. 28, 12/4/1988.

42 *Boletim Assuc*, n. 41, 9/6/1988.

43 *Boletim Assuc*, julho de 1988.

crescimento da arrecadação do ICM como forma de reajustar os salários do funcionalismo estadual.

Em 24 de agosto de 1988, um Dia Nacional de Luta do Funcionalismo, os funcionários públicos municipais, estaduais e federais deram início às mobilizações em favor do pagamento da URP, que tinha sido suprimida em julho, e da reposição das perdas salariais.⁴⁴

Por meio de uma série de assembleias gerais do funcionalismo e reuniões com o secretário de Coordenação de Programas Especiais de São Paulo, Alberto Goldman, em 12 de setembro, os funcionários da Unicamp reivindicaram 153% de reajuste a partir de 1º de setembro, para recuperar o salário de acordo com os níveis de janeiro de 1987.⁴⁵ No entanto, Quércia ofereceu 20% para os trabalhadores que ganhavam até Cz\$ 200 mil e Cz\$ 40 mil fixos para quem ganhava acima dessa quantia. O pagamento dessa proposta de Quércia estava previsto para o período entre 30 de setembro e 5 de outubro de 1988.

A GREVE MAIS LONGA DA HISTÓRIA DA UNICAMP

Começa a greve pela URP (Unidade de Referência de Preço)

Apesar da evidente tentativa do governo de dividir o movimento, a assembleia geral do funcionalismo público de São Paulo decidiu entrar em greve a partir de 15 de setembro.⁴⁶ “A Assuc foi a primeira entidade a assumir e a encaminhar a greve e foi a entidade mais presente no movimento”, frisa Edison Lins.

Como afirmou Lins, a Assuc e a Adunicamp estavam entre as primeiras entidades representativas a aderir à greve e, para justificar a pa-

44 *Boletim Assuc*, n. 57, 23/08/1988, n. 59, 24/08/1988 e n. 60, agosto de 1988.

45 Segundo a tabela comparativa do *Boletim Assuc*, n. 65, de setembro de 1988, o piso salarial dos funcionários da Unicamp, em setembro, equivalia a 1,6 salário mínimo, sendo que em janeiro de 1988 a proporção era de 2,91 salários mínimos.

46 Conforme o *Boletim Assuc*, n. 67, de agosto de 1988, em 14 de setembro de 1988 houve paralisação das atividades na Unicamp por conta da assembleia geral do funcionalismo público estadual.

realização por tempo indeterminado, publicaram uma carta aos estudantes, na qual conclamaram:

Reconhecemos que nossa atitude atinge muito diretamente os alunos e as atividades acadêmicas em geral. Mas sabemos que os estudantes têm-se constituído em uma força efetiva nas lutas democráticas do país e em importante apoio à luta dos trabalhadores em geral. Convidamos os alunos a se unirem a nós nessa luta. [...] ⁴⁷

Contrário à proposta dos funcionários públicos paulistas, o governo não recuou e não cogitou fixar o mecanismo da URP para o funcionalismo, porque, segundo o secretário Goldman, a folha de pagamento não poderia ser desvinculada da arrecadação do ICM. O Grupo dos 19, depois de negociar com o governo, estabeleceu uma pauta de reivindicação que deveria ser respondida até o dia 23 de setembro. Na pauta, prontamente referendada pelos trabalhadores da Unicamp, constavam:

- 85% pela reposição das perdas no trimestre (julho/agosto/setembro) pelo IPC;
- URP a partir de novembro, mudando a partir desse mês (novembro) para reajuste mensal;
- Abertura de negociação de plano de reposição das perdas de 1987/1988 para cada categoria.

Em 23 de setembro, a omissão do governo quanto à proposta do funcionalismo fez com a mobilização dos servidores se fortalecesse. A assembleia geral do funcionalismo na Praça da Sé, em São Paulo, foi decisiva para que outros setores aderissem ao movimento. O *Boletim Assuc* n. 75 indicou que a greve estava forte nas três universidades públicas paulistas, na Sucen e no Judiciário, e que na Educação, na Saúde e na Fazenda, o movimento já apresentava crescimento.

47 Assuc e Adunicamp. “Carta aos estudantes da Unicamp”. (Matéria paga no *Correio Popular* de 14/09/1988. In: Associação de Docentes da Unicamp, 1991, p. 141.

BOLETIM n:69
tiragem 800Q

09-88

ASSUC



A UNICAMP ESTÁ EM GREVE PELA URP E PELA REPOSIÇÃO DAS PERDAS

Foi uma grande Assembléia, mostrando que a Unicamp está forte nesta luta pela URP e para recuperar as perdas.

A Unicamp saiu primeiro na greve e temos que fazer tudo para que ela se fortaleça. Mas não podemos perder o horizonte de que para conseguirmos a URP e a reposição das perdas, é preciso da força mobilizada dos demais funcionários públicos do Estado.

DIA 22 É DIA DE UNIR TODO MUNDO

Nesta Assembléia estadual temos que ir em grande caravana. É preciso organizar em cada Unidade listas para irmos para São Paulo dia 22. Lá em S. Paulo será decidido os rumos da nossa luta. É na Assembléia do dia 22 que se deve decidir se haverá greve estadual ou não. Portanto, propomos que todas as nossas atividades aqui na Unicamp, estejam voltadas para a preparação de uma ida massiva nesse dia, PARA CONSEGUIRMOS A URP DEPENDE DE CONSEGUIRMOS A UNIDADE DE TODOS OS SETORES DO FUNCIONARISMO.



Trabalhadores fazem manifestação no centro de Campinas, em 19 de outubro de 1988: “Assuc foi a primeira entidade a assumir e a encaminhar a greve”. Fotos: Celso Palermo. Fonte: Acervo do Projeto Memória do STU.

No fim de setembro, o governo se posicionou avançando nas propostas, mas tentando mais uma vez dividir o movimento. O piso salarial foi aumentado, propôs a criação de uma comissão paritária entre governo e entidades e diferenciou índices de reajuste, concedendo 70% para o funcionalismo em geral e 80% para magistério e segurança pública.

As entidades rejeitaram a proposta, ampliaram as reivindicações (pagamento da URP em novembro e dezembro) e decidiram continuar com a greve até a conquista de uma resposta favorável.

A primeira conquista foi política e veio com a autorização da Assembleia Legislativa de pagamento da URP aos funcionários públicos. Em 4 de outubro de 1988, o Projeto de Lei Complementar, que autorizava Quércia a pagar a URP ao funcionalismo, foi aprovado por 43 votos contra 24.

O 35º dia da greve foi marcado por mais um ato público e passeata pelo centro de Campinas e pelos comitês dos partidos políticos. Por decisão do comando de greve, vários partidos foram contatados. Também houve cobrança quanto ao posicionamento de cada um sobre a greve da Unicamp.

Enquanto PFL e PMDB não se manifestaram, o PDT mostrou-se solidário ao movimento e cedeu tempo de televisão para a greve. O PSDB também cedeu tempo de um minuto na tevê ao comando regional da greve, intermediou audiência com o prefeito de Campinas, Magalhães Teixeira, e com o ex-governador, Franco Montoro. O ex-governador se comprometeu a levar a situação ao deputado Ulysses Guimarães (presidente em exercício) para que ele solicitasse ao governador Quércia uma negociação imediata. O PT acompanhou a passeata, que terminou em seu comitê, e manifestou apoio irrestrito à greve.

SOS Universidade: A luta em defesa da universidade pública transcende o espaço acadêmico e conquista a sociedade

No Centro de Convenções da USP, em 19 de outubro de 1988, cerca de 600 pessoas se reuniram para discutir a defesa da universidade pública. O lançamento da Campanha SOS Universidade transcendeu a discussão em torno das questões salariais e estendeu à sociedade a problemática, conforme as palavras de Florestan Fernandes, do “sucateamento” da universidade pública.

Na mesma data, as entidades representativas dos funcionários e professores de Unicamp, USP e Unesp publicaram no jornal *Folha de S. Paulo* um manifesto intitulado “Patrimônio ameaçado”, alertando a sociedade e o governo acerca da crise que se instalava sobre a universi-

dade. O documento refletia a necessidade da reversão da produção acadêmica em prol da sociedade.⁴⁸

“A intenção atual do movimento é associar a luta por melhores salários à defesa de qualidade e de mais verbas para o ensino público”,⁴⁹ informou outra publicação.



Lançamento do SOS Universidade, no Centro de Convenções da USP, em 19 de outubro de 1988: movimento associou a luta por melhores salários à defesa de qualidade e de mais verbas para o ensino público. No destaque, Florestan Fernandes denuncia o “sucateamento” da universidade pública. Fotos: Agência Folha. Fonte: Acervo de Domingos Pereira.

48 Associação de Docentes da Unicamp, 1991, pp. 145 e 147.

49 Recorte do *Boletim Shopping News*, 30/10/1988.

Em Campinas a campanha foi lançada com uma passeata que partiu da prefeitura rumo ao Centro de Convivência Cultural, onde houve um ato público que lotou o teatro. O evento contou com a participação de sindicalistas, intelectuais, políticos, entidades representativas e diversos órgãos. Edison Lins lembra:

Foi um movimento muito importante. Todas as greves são em defesa do serviço público, da qualidade, mas nessa greve a gente sentiu isso muito forte, a universidade esteve realmente ameaçada pela política do governador Quéricia, pela questão do governo federal e pelas políticas que até hoje estão aí. [...] Foi preciso criar um movimento forte e conectado à sociedade civil e aí surgiu o SOS Universidade, envolvendo prefeito, autoridades e lideranças da sociedade.



Foto: Celso Palermo. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

O polêmico fim da greve e a conquista da autonomia universitária

Passados 57 dias de muita mobilização, em 9 de novembro de 1988, a diretoria da Assuc lançou um boletim avaliando as conquistas da greve.⁵⁰ O documento destacou a “quebra da intransigência do governador”, que teve de negociar com o funcionalismo, a derrubada da trimestralidade e a proposta de uma comissão paritária para estudar novos meca-

⁵⁰ *Boletim Assuc*, n. 103, 9/11/1988.

nismos de reajustes salariais. O índice conquistado foi de 80% de reajuste salarial para outubro e 15% para novembro e dezembro, superando a oferta anterior do governo, que era de 70% de reajuste e nenhuma perspectiva para os meses seguintes. “[...] Foi uma greve tensa, houve cenas de cavalaria, mas um dos resultados foi a conquista do reajuste mensal”, lembra Edison Lins.

Ainda em 9 de novembro, os funcionários da Unicamp participaram de mais uma grande assembleia no Ginásio de Esportes. A diretoria da Assuc propôs a suspensão da greve com retorno às atividades. Mas os funcionários Miguel, Mário Bigode e Carmem propuseram a continuidade da greve para garantir a participação massiva dos trabalhadores no ato público do funcionalismo em São Paulo. Também propunham uma assembleia no dia seguinte ao ato para a avaliação do movimento. Essa proposta foi vitoriosa e a greve só foi suspensa em 16 de novembro de 1988.⁵¹

Conforme relata o trecho de uma carta aberta à comunidade universitária, em 18 de novembro de 1988:

Causou-nos estranheza a posição da diretoria da Assuc que até o dia 4/11 vinha mantendo um discurso em defesa da continuidade da greve e, repentinamente, alterou sua posição, passando a defender a volta ao trabalho, contrariando o encaminhamento tirado no comando estadual de greve.

O documento, assinado pelos funcionários da Feagri, foi uma das manifestações contrárias à posição defendida pela ala majoritária da diretoria da Assuc. Edison Lins explica:

Houve negociação, houve reajuste mensal e houve perseguição de todas as lideranças, não só na Unicamp, mas entre os docentes da Unesp e da USP; tínhamos chegado ao limite. A gente não conseguiria arrancar mais, era hora de repensar o fim daquela greve e aí houve uma análise, que eu confesso que não entendi, que não era hora de terminar. Nesse momento já estava evidente a questão dos grupos no interior da diretoria e até a ação de cada um deles. [...] Houve, então, uma assembleia, talvez a maior da história da Unicamp, em que

51 *Boletim Assuc*, n. 106, 16/11/1988 e *Jornal Assuc*, dezembro de 1988. Segundo o *Boletim Assuc*, n. 111, 30 de novembro de 1988, nessa data houve o dia estadual das universidades públicas paulistas que paralisou as atividades nessas instituições (incluindo a Unicamp) para a reivindicação de reajustes salariais aos níveis de janeiro de 1987 e pela adoção de uma política salarial.

este racha ficou explícito. Houve uma reunião do comando de greve, mas o assunto acabou estourando na assembleia.

“A gente sentia que tinha um acompanhamento muito próximo da reitoria”, interpela Celso Ribeiro.

O ato, no Palácio dos Bandeirantes, contou com a presença de muitas entidades e personalidades políticas. Após avaliação do comando estadual, a greve foi suspensa seis dias depois.

“A greve acabou polêmica, sem consenso se aquele era o momento ou não de suspendê-la”, considera Edison Lins.

Além das conquistas já citadas, tendo em vista a Constituição Federal (artigo 207), o governador Orestes Quéricia constituiu uma comissão para apresentar, até o dia 28 de dezembro, encaminhamentos sobre a questão da autonomia universitária.

Em 3 de janeiro de 1989, a comissão paritária, formada por dois representantes do funcionalismo (Adunicamp e Adusp) e quatro técnicos do governo envolvidos com a questão salarial dos funcionários públicos definiram a forma de reajuste automático para ser apresentada ao governador:

- Reajuste mensal de salários de acordo com o crescimento nominal da arrecadação do ICM do mês anterior;
- Quando não houver crescimento nominal, os salários permanecem inalterados;
- Os reajustes acumulados durante um período não devem ultrapassar nem a inflação acumulada pelo IPC, nem a arrecadação nominal acumulada do ICM do mesmo período.

A comissão definiu ainda a negociação de outros três pontos:

- O reajuste de janeiro de 1989 deve recompor o poder de compra de janeiro de 1987, cerca de 120,6%;
- Duas datas-base: abril e setembro;
- Recomposição das perdas na data-base.

Apesar da criação da comissão paritária ter sido estabelecida pelo governador, esse desconsiderou a proposta por ela apresentada e anun-

ciou o índice de 35,83% para janeiro de 1989. Com o anúncio, as três universidades públicas paulistas paralisaram as atividades em 19 de janeiro. Na Unicamp, os trabalhadores também protestaram contra a reposição dos 30 minutos diários e a demissão do funcionário das Obras.

Em 31 de janeiro, os funcionários técnico-administrativos das universidades públicas receberam um índice diferenciado de outros setores do funcionalismo: 60% (sobre o salário de dezembro de 1988). Entretanto, com a decretação da autonomia universitária, a partir de fevereiro o salário dos trabalhadores das universidades públicas passou a ser negociado diretamente com os reitores.

Internamente, a greve provocou retaliações por parte da reitoria e, apenas na Unicamp, os dias parados (mais de 300 horas não trabalhadas) também tiveram de ser repostos.

Em 2 de fevereiro de 1989, o governador Quéricia baixou o Decreto 29.589, sobre a autonomia universitária nas três universidades paulistas. Uma discussão que só era debatida nos meios acadêmicos (docentes, cientistas e pesquisadores), a questão da autonomia das universidades configurou-se bastante ampla por tratar da perspectiva da universidade brasileira pelos aspectos didático-científicos, administrativo e financeiro.

Eduardo Pinho Lopes avalia:

A greve era por questão salarial, no fim o que aconteceu foi que o governador ficou prensado de tal forma que ele falou “olha, quer saber de uma coisa, pega esse dinheiro aqui e vão administrar vocês. Não quero mais saber de gente batendo bumbo aqui na minha porta”.

Com ela, foi estabelecida uma cota de 8,4% do ICMS, que substituiu o ICM em 14 de dezembro de 1988, que tinha de ser aplicada para a folha de pagamento e para o ensino e a pesquisa. Mas os 8,4% não cobriam sequer a folha de pagamento das universidades, que era de 9,3%. Um dos textos do *Boletim Assuc, Série Autonomia Universitária* informou:

O governador novamente mostrou sua indiferença às instituições de ensino superior. Ele desprezou os aspectos essenciais da autonomia que envolve ampla reflexão sobre o sistema educacional e jogou-nos um percentual insuficiente para a manutenção do poder aquisitivo de nossos salários.⁵²

52 *Boletim Assuc, Série Autonomia Universitária*, 14/2/1989.

Um tanto polêmica, a questão da autonomia universitária nos moldes como foi aplicada polarizou as discussões na Unicamp.

DECRETO Nº 29.598, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1989

Dispõe sobre providências visando a autonomia universitária

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em face do disposto no artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil,

Decreta:

Artigo 1º - Os órgãos da Administração Centralizada do Estado adotarão procedimentos administrativos cabíveis para viabilizar a autonomia das Universidades do Estado de São Paulo, de acordo com os parâmetros deste decreto, at que a Constituinte Estadual promulgue a nova Constituição do Estado e que a Assembléia Legislativa decrete a legislação referente ao Sistema de Ensino Superior Paulista.

Artigo 2º - A execução dos orçamentos das Universidades Estaduais Paulistas, no exercício de 1989, obedecerá aos valores fixados no orçamento geral do Estado, do corrente ano, e às demais normas e decretos orçamentários, devendo as liberações mensais de recursos do Tesouro a essas entidades respeitar o percentual global de 8,4%, da arrecadação do ICMS - quota parte do Estado no mês de referência.

§ 1º - Na apuração do percentual indicado no "caput" deste artigo, não serão consideradas as liberações do Tesouro do Estado originárias de repasse de financiamentos concedidos a projetos específicos das Universidades Estaduais Paulistas.

§ 2º - Para que o Estado possa cumprir o disposto no artigo 38 das Disposições Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, recomenda-se que as despesas com pessoal não excedam a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores liberados pelo Tesouro do Estado as Universidades Estaduais Paulistas.

Artigo 3º - O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas baixará normas adicionais fixando os critérios de execução orçamentária das Universidades do Estado de São Paulo, incluindo os relativos à política salarial de seu pessoal docente, técnico e administrativo, observado não só o limite financeiro estabelecido neste decreto como o disposto no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e no artigo 92, inciso VI da vigente Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 57, de 25 de setembro de 1987.

Parágrafo único - Caberá ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas estabelecer, também, os percentuais de distribuição do montante de recursos entre as entidades, a serem liberados, mensalmente, pelo Tesouro do Estado, na forma e limite estabelecidos no "caput" do artigo 2º deste decreto.

Artigo 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 2 de fevereiro de 1989.
ORESTES QUÉRCIA - José Machado de Campos Filho, Secretário da Fazenda; Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; Frederico Mathias Mazzucchelli, Secretário de Economia e Planejamento; Alberto Goldman, Secretário da Administração; Roberto Valle Rollemberg, Secretário do Governo Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 2 de fevereiro de 1989.

Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Enquanto alguns funcionários enxergavam “uma medida acertada que colocaria as três universidades numa situação privilegiada, se comparada às demais universidades brasileiras”, outros avaliavam como uma “irresponsabilidade a concessão da autonomia sem a garantia da manutenção da qualidade do ensino e da pesquisa, como também de sua expansão”.⁵³

Para quem defendia a autonomia do jeito como foi proposta, a perspectiva era de que se essa autonomia trouxesse um desenvolvimento maior para as universidades, como consequência haveria uma valorização profissional maior dos professores, técnicos e cientistas e também traria benefícios aos funcionários, “por meio de uma política de valorização funcional, aliada a uma estrutura salarial realista, justa e honesta”.⁵⁴

Já para outro grupo, o governador teria decretado a autonomia porque estava “desgastado” em função dos movimentos do funcionalismo e porque pretendia livrar-se das universidades na eleição presidencial que se aproximava. Além disso, a negociação direta com o reitor também não oferecia benefício algum, pois a categoria corria o risco de não receber a “última e insuficiente conquista da greve (os 60%)”.⁵⁵

De acordo com um informativo da bancada dos funcionários no Consu, assinado por Celso Palermo e Carmem Santorion, no dia 2 de março de 1989 a comissão especial para estudar a questão da autonomia universitária reuniu-se pela primeira vez. Eduardo Pinho Lopes observa:

Com a greve houve também a democratização da universidade. Em algumas unidades por exemplo [...] houve uma democratização da relação entre chefia e funcionários, porque o chefe também estava na greve então ele se aproximou do funcionário.

53 *Idem.*

54 Ideia defendida pelo funcionário do Convest, Pedro Paulo Carreira Torres, no *Boletim Assuc, Série Autonomia Universitária*, 14/1/1989.

55 Opinião defendida por Miguel Leonel dos Santos (secretário geral da Assuc) e por Celso Ribeiro de Almeida (diretor da Assuc), publicada no *Boletim Assuc, Série Autonomia Universitária*, 14/2/1989.

E João Raimundo Mendonça de Souza (Kiko) ressalta: “Do ponto de vista econômico, foi uma greve que teve uma vitória salarial, impôs uma derrota ao Quéricia, e, do ponto de vista político, ela deu um salto de qualidade no debate acerca da universidade pública”.

AS CONSEQUÊNCIAS DA GREVE DE 1988 NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS NA UNICAMP

O fim da greve deu início às retaliações por parte da reitoria. Os trabalhadores das Obras foram obrigados a repor os dias parados pela greve e mais os dias em que houve greve de condutores de ônibus de Campinas. A demissão de um funcionário, membro do comando de greve, a reposição de uma hora de trabalho por dia e a transferência de lideranças para a Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) fizeram com que os funcionários das Obras entrassem em greve a partir de 4 de janeiro de 1989. Eles reivindicavam:

- Fim do exílio imposto a representantes;
- Pagamento das horas referentes à greve dos motoristas de ônibus de Campinas;
- Continuidade das horas extras;
- Volta das lideranças transferidas e não ida de outras lideranças ameaçadas de transferência.

Vitoriosa, a greve foi suspensa seis dias depois, mas a “intransigência” da reitoria continuou.⁵⁶

Em 19 de janeiro de 1989, os trabalhadores da Unicamp, USP e Unesp permaneceram paralisados contra o arrocho salarial e para lutar por um índice igual para docentes e funcionários técnico-administrativos. Na Unicamp, as manifestações se intensificaram em torno das lutas internas contra as retaliações da reitoria.

A partir da greve dos 60 dias, as relações trabalhistas entre reitoria e funcionários tomaram novas proporções. Com a consolidação da autonomia universitária, em 1989, as negociações passaram a acontecer diretamente com a reitoria, e não mais via governo de Estado, criando

56 *Assuc Informa Especial Obras*, 5/1/1989, e *Boletim Assuc*, n. 3, 11/1/1989.

uma atmosfera menos favorável às manifestações dos trabalhadores nas lutas futuras. Observa Sandra Marli Scutti:

Antes da autonomia financeira, a verba vinha direto do governo e não havia, por parte dos reitores, essa coisa de criar tanta dificuldade com relação à greve, porque para eles [...] era interessante ter alguém que pedisse mais verba para a universidade.

AS CAMPANHAS SALARIAIS PÓS-AUTONOMIA FINANCEIRA

1989: Baixa politização e queda da mobilização

Como foi citado, a partir de fevereiro de 1989, com a regulamentação da autonomia universitária, as negociações salariais passaram a se dar entre trabalhadores das universidades públicas e reitores, por meio de suas entidades representativas.⁵⁷

Dessa forma, tão logo o governo anunciou o índice inflacionário de março, o Cretesp divulgou o reajuste para as universidades públicas paulistas: 0%.

Os trabalhadores da Unicamp revidaram e promoveram várias paralisações.

A gestão Força Nova Combativa (1988-1990)

As perdas salariais em função da política econômica de arrocho dos governos Sarney/Quéricia, que atingiram os trabalhadores da Unicamp no ano de 1989, podem ser observadas na tabela das páginas seguintes.

Os trabalhadores das universidades estaduais paulistas, por meio do Cretuesp, avaliaram que a única saída para a situação seria uma campanha salarial unificada: “A mobilização é a única saída”, publicou um boletim do Cretuesp. Um exemplo da disposição de luta e de organiza-

57 O decreto do governo do Estado de São Paulo n. 29.599/89, de 2 de fevereiro de 1989, regulamentou a autonomia universitária das universidades públicas paulistas.

ção, entre os dias 7 e 9 de setembro de 1989, os trabalhadores da Unesp criaram o seu sindicato.⁵⁸

1990: Aumento da repressão pelo Cruesp e fundação do Cretuesp

Com a campanha salarial de 1990, iniciaram-se as discussões entre o Conselho de Representantes dos Trabalhadores das Universidades Estaduais de São Paulo (Cretuesp) e o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).

No entanto, a crise econômica, o arrocho salarial, ocasionado por uma “política salarial absurda”, e a alta inflação, que assombraram a vida dos trabalhadores brasileiros nos primeiros anos da chamada Nova República, deixaram o funcionalismo em estado de alerta.

As dificuldades de negociação entre Cruesp e Cretuesp foram registradas no Boletim do Cretuesp, de 16 de fevereiro de 1990: “Desde a autonomia, o Cruesp sempre trouxe o pacote fechado, de comum acordo entre os três reitores. Para os funcionários sempre foi pegar ou largar”.

A plenária das entidades representativas do funcionalismo decidiu unificar vários setores em torno da campanha salarial, em março de 1990. A inflação na casa dos 80% uniu Universidades, Saúde, Educação, Agricultura e Judiciário numa pauta que incluiu a reivindicação de reajustes semanais de acordo com o Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

No início de maio, os trabalhadores das três universidades públicas paulistas começaram a se mobilizar em torno de uma greve, mas USP e Unesp, segundo avaliação do Cretuesp, não tinham perspectiva de deflagração de greve naquele momento. A paralisação ocorreu, então, em 12 de junho.

Organizada pela CUT, a paralisação de 12 de junho substituiu a greve geral que estava sendo preparada. Pois, de acordo com os boletins da Assuc, o boicote da cúpula da CGT (Rogério Magri, que foi presidente da CGT e depois ministro do Trabalho de Collor), que considerou inconveniente uma greve naquele momento, também contribuiu para que a greve geral não acontecesse.

58 Boletim do Conselho de Representantes dos Trabalhadores das Universidades do Estado de São Paulo (Cretuesp), 12/09/1989.

Mês	Índice salarial reivindicado	Outras reivindicações	Índice salarial oficializado pelo governo/reitoria	Posição do governo/ Cruesp
Janeiro	120,6%	Datas-base em abril e setembro; recomposição das perdas salariais na data-base.	35,83%	Cruesp não cumpre a promessa de defender índices para recuperar os níveis salariais de funcionários e docentes ao patamar de janeiro de 1987.
Fevereiro	25,43% (igual ao funcionalismo)	Criação de comissão única com funcionários e docentes (existia uma comissão composta apenas pelos reitores e o governo) para discutir o aumento do repasse do ICMS para as três universidades públicas paulistas; reposição das perdas salariais; fim da reposição das perdas salariais; fim da reposição dos dias da greve do segundo semestre de 1988. ¹	Proposta oferecida de 15%. ² Índice dado não foi encontrado nos boletins.	Nada consta nos boletins.
Março	17% (inflação de fevereiro)	Mesmas reivindicações de fevereiro.	10%	Nada consta nos boletins.
Abril	Reajuste mensal segundo índice do ICV-Dieese (não há especificação de valor).	Reposição de 108,56% de perdas salariais; data-base em maio; pagamento do último dia trabalhado do mês; adiantamento de 40% no 15º dia de cada mês. ³	8%	Reitoria tenta convencer trabalhadores de que a implantação do quadro de carreiras é suficiente para suprir as perdas inflacionárias. ⁴
Maio	35%	Abono igual ao concedido pela USP para seus trabalhadores, de NCz\$ 50,00. ⁵	12% para todos os níveis da carreira, mais abono de NCz\$ 50,00, o que representou um reajuste de 15% para o teto e 42% para o piso. ⁶	O reajuste escalonado concedido pelo Cruesp achatou diversos níveis salariais, principalmente os mais elevados.

Mês	Índice salarial reivindicado	Outras reivindicações	Índice salarial oficializado pelo governo/reitoria	Posição do governo/ Cruesp
Junho	Não consta nos boletins.	Reposição das perdas salariais (cerca de 108,56% sobre o salário-base); nova data-base (janeiro ou junho); definição de política salarial; reestruturação da carreira. ⁷	22% de reajuste sobre o salário-base mais o abono de NCz\$ 50,00. ⁸	Cruesp se nega a negociar com entidades representativas de funcionários e docentes.
Julho	50% mais a incorporação do abono de NCz\$ 50,00. ⁹	Reposição das perdas salariais; definição de política salarial; nova data-base (maio ou outubro, ou as duas). ¹⁰	33% mais o abono de NCz\$ 50,00. ¹¹	Cruesp propôs reajustes de acordo com o crescimento nominal do ICMS, limitados ao máximo pela inflação (IPC) acumulada no mesmo período. ¹²
Agosto	Não consta nos boletins.	Complementação do reajuste reivindicado em julho; incorporação do abono de NCz\$ 50,00; reposição das perdas salariais; nova data-base; nova política salarial. ¹³	31,22% ¹⁴	Cruesp informa que reajustes serão de acordo com o IPC ou de acordo com o aumento do ICMS. ¹⁵
Setembro	Não consta nos boletins.	Nada consta nos boletins.	29,34% ¹⁶	Nada consta nos boletins.
Outubro	Reposição das perdas salariais desde janeiro de 1987 (134%, segundo o Dieese); afirmada a necessidade de reposição salarial, sem, no entanto, que houvesse a apresentação do índice reivindicado.	Reivindicação de reposição das perdas salariais; data-base; incorporação dos NCz\$ 50,00; correção salarial baseada no ICV-Dieese. ¹⁷	35,95% ¹⁸	Nada consta nos boletins.

Novembro	Não consta nos boletins.	Reposição das perdas salariais acumuladas desde janeiro de 1987. ¹⁹	Reajuste com variação entre 42,02% e 46,2%, e média de 44,1%. ²⁰	Cruesp anuncia reajuste de 47,53%, e concede apenas 44,1%. Governo anuncia novo reajuste escalonado para o funcionalismo.
Dezembro	160% (reajuste para repor as perdas salariais acumuladas desde 1987). ²²	Reajuste igual ou superior ao do funcionalismo e dos docentes; nova data-base; reajustes mensais com base no ICV-Dieese. ²³	41,42%	Cruesp propõe manter reajuste mensal com base no IPC e a concessão de mais 10% a cada mês como reposição. ²⁵

1 *Boletim Assuc* n. 13, 20/2/1989.

2 *Boletim Assuc Urgente*, 20/2/1989.

3 *Boletim Assuc* n. 27, 28/3/1989.

4 *Boletim Assuc* n. 39, 27/4/1989.

5 *Boletim Assuc* n. 41, 8/5/1989.

6 *Boletim Assuc* n. 48, 23/5/1989.

7 *Boletim Assuc* n. 50, 29/5/1989.

8 *Boletim Assuc* n. 57, 26/6/1989.

9 *Boletim Assuc* n. 67, 27/7/1989.

10 *Boletim Assuc* n. 62, 13/7/1989 e 69, 1/8/1989.

11 *Boletim Assuc* n. 64, 19/7/1989.

12 *Boletim Assuc* n. 66, 24/7/1989.

13 *Boletim Assuc* n. 77, 21/8/1989.

14 *Boletim Assuc* n. 73, 11/8/1989.

15 *Boletim Assuc* n. 73, 11/8/1989.

16 *Boletim Assuc* n. 83, 13/9/1989.

17 *Boletim Assuc* n. 92, 3/10/1989.

18 *Boletim Assuc* n. 99, 13/10/1989.

19 *Boletim Assuc* n. 107, 7/11/1989.

20 *Boletim Assuc* n. 111, 13/11/1989 e 113, 14/11/1989.

21 *Boletim Assuc* n. 117, 7/11/1989 e 111, 13/11/1989.

22 *Boletim Assuc* n. 120, 4/12/1989.

23 *Boletim Assuc* n. 126, 19/12/1989.

24 *Boletim Assuc* n. 122, 7/12/1989.

25 *Boletim Assuc* n. 128, 27/12/1989.

Em novembro de 1990, após várias tentativas de unificação e fortalecimento, as três universidades decidiram entrar em greve a partir de 8 de novembro. A greve, preparada desde o primeiro semestre, reivindicava a reposição das perdas salariais (101,58%) e um plano de recuperação salarial aos níveis de janeiro de 1987. Os trabalhadores da Unicamp também reivindicavam uma discussão geral da carreira e a revogação da portaria que reduzia o subsídio ao transporte fretado.

Na USP e na Unesp, depois de muitas ameaças e repressões por parte das direções, os trabalhadores voltaram ao trabalho em 20 de novembro. Na Unicamp, a greve continuou por mais dois dias. Foram 16 dias de paralisação e muitas assembleias, passeatas, atos públicos e piquetes nos dois restaurantes da Unicamp.

Entretanto, as reivindicações salariais não foram atendidas e as conquistas da greve se resumiram à abertura de negociações com a reitoria sobre questões internas, refletindo, entre outros fatores, a conjuntura do período, em que o movimento sindical foi colocado na “defensiva”.

EMBATES VITORIOSOS DOS TRABALHADORES FRENTE ÀS PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS INTERNAS

Antes mesmo da conquista da autonomia universitária, as perseguições já ocorriam na Unicamp durante a gestão Paulo Renato (1986-1990).

HC: Surto de demissões

A partir de março de 1988, a Comissão Processante Permanente (CPP) determinou a demissão de 48 funcionários que trabalhavam no período noturno no Hospital de Clínicas e no Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Caism).

As demissões em caráter de “justa causa” e os demais processos administrativos contra os funcionários que não compareceram para prestar depoimento à CPP (cerca de 300 enfermeiros, auxiliares e atendentes de enfermagem) foram uma retaliação à paralisação de três dias, contra o aumento da jornada de trabalho do período noturno, em dezembro de 1987.

Os trabalhadores mais uma vez foram à luta contra o “surto de demissões” manifestado pela CPP. A Assuc desenvolveu várias atividades políticas, como a articulação dos sindicatos da região com partidos políticos e centrais sindicais, a fim de denunciar os abusos da reitoria. Também fez circular um abaixo-assinado entre a comunidade universitária, organizou ato político em frente à reitoria e ofereceu aos demitidos um acompanhamento jurídico contra as ações da CPP.

O assunto chegou à imprensa. Em 19 de março, um jornal local publicou que o presidente da Assuc, Edison Lins, acreditava que as demissões poderiam ser revertidas, pois havia casos de demissões de mulheres grávidas e de trabalhador em fim de carreira, mas tanto o reitor Paulo Renato, quanto o vice, Carlos Vogt, preferiram não comentar o assunto.

Segundo o mesmo jornal, as demissões foram interrompidas em 18 de março, por meio de um ofício da reitoria endereçado à CPP. O superintendente do HC, Mário Mantovani, que caracterizou as faltas coletivas de dezembro como omissão de socorro e chegou a demitir 260 funcionários, também recuou após receber a visita de um advogado e do subdelegado do Trabalho de Campinas.

Vitorioso, o movimento dos trabalhadores conseguiu manter a jornada de 12x60 (12 horas trabalhadas por 60 horas de descanso), conter as demissões arbitrárias e obrigar a reitoria a indenizar os trabalhadores, alterando o caráter demissional por justa causa para demissão sem justa causa.

Anos mais tarde, essa conquista foi garantida a todos os trabalhadores do período noturno da área hospitalar.

Centro de Manutenção de Equipamentos (Cemeq): Perseguição e punição contra denúncias de irregularidades

Em novembro de 1988, os casos de pressão e de punição exercidas pelas chefias sobre os trabalhadores da Unicamp mais uma vez viraram notícia em Campinas.

O secretário geral da Assuc, Miguel Leonel dos Santos, que vinha detectando irregularidade no setor, como o “uso indevido da máquina administrativa por funcionários que ocupavam cargo de chefia, direção

e coordenação”, decidiu denunciar o caso à comunidade universitária e à sociedade.⁵⁹

Das denúncias feitas pelos trabalhadores por meio de cartazes, boletins e até mesmo da imprensa, a considerada mais grave foi a utilização de equipamentos da universidade para a manutenção de “máquinas de fora”, ou seja, de máquinas pertencentes a empresas que não tinham qualquer vínculo com a Unicamp.

A Assuc enviou um ofício à reitoria pedindo a instalação de uma comissão de sindicância, o afastamento dos diretores, do coordenador e de demais funcionários envolvidos e a lacração do almoxarifado e do arquivo até a apuração final das denúncias.

Apesar dos comunicados dos denunciante, parte dos funcionários do Cemeq tratou de se defender publicamente. A própria Assuc publicou um boletim intitulado “O Cemeq se defende”, deixando brecha para que as divergências internas se evidenciassem.

Em janeiro de 1989, o *Boletim Especial da Assuc* publicou que, apesar de a reitoria ter constatado irregularidade no Cemeq, nenhum diretor havia sido punido e que, portanto, os trabalhadores deveriam exigir:

- Renovação imediata de toda a diretoria do Cemeq;
- Abertura de processo administrativo e Comissão Processante Permanente (CPP II) para punir os responsáveis pela irregularidade;
- Reorganização administrativa e institucional do Cemeq;
- Divulgação imediata das conclusões da comissão de sindicância, na íntegra, em respeito ao dinheiro público.

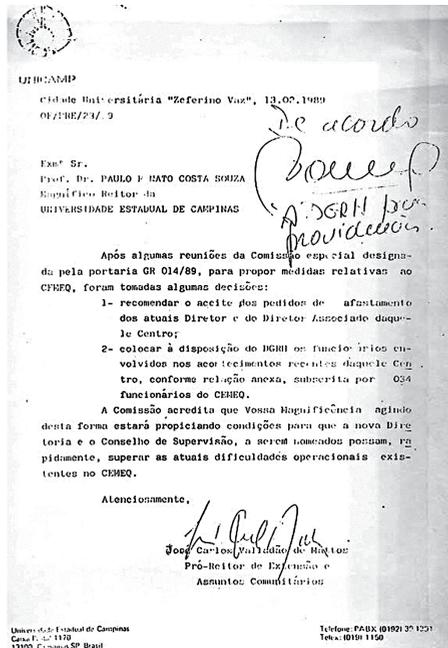
Nesse íterim, um abaixo-assinado elaborado por parte dos funcionários do Cemeq repudiava a “forma inconsequente como foi comprometido o centro, a partir de uma série de acusações calcadas apenas em suposições infundadas de um grupo minoritário”. Dos 38 funcionários que assinaram o documento, 25 foram promovidos “por mérito”, de acordo com um relatório da CLA do Cemeq. Doze funcionários que

59 Ofício Assuc, n. 352/88, 28/11/1988, endereçado ao magnífico reitor da Unicamp, Paulo Renato Costa Souza.

participaram das denúncias foram colocados à disposição da DGRH, segundo o mesmo documento.⁶⁰

No entanto, nenhuma corrupção foi apurada pela comissão de sindicância instituída pelo reitor, Paulo Renato Souza. O que se constatou, em 24 de janeiro de 1989, foram apenas irregularidades que revelaram uma “desorganização administrativa”.⁶¹

Diante do relatório da comissão, o reitor baixou portaria designando os professores Carlos Valladão de Mattos (pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários), José Galvão de Pisapia Ramos (diretor do Instituto de Física) e Antônio Celso Novaes de Magalhães (diretor do Instituto de Biologia) para, no prazo de um mês, estudarem e proporem a reestruturação institucional administrativa do Cemeq.



Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

60 Relatório da Comissão Local de Avaliação do Cemeq, s.d, assinado por Álvaro Rossmann Carvalhaes Neto.

61 “Sindicância Descarta Corrupção no Cemeq”. *Correio Popular*, Campinas, 25/1/1989.

Apesar da tentativa por parte dos denunciante de explicarem à reitoria que a comissão de sindicância havia de fato comprovado as irregularidades por eles apontadas, e de que, após as denúncias, “os servidores lotados no Cemeq haviam sido divididos em dois blocos: os que apoiavam o diretor e os que queriam voltar a desempenhar suas funções”, um ofício do pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários encerrou o assunto.

Vigilância e Instituto de Física: Dois casos de reintegração

Ainda durante a gestão Força Nova Combativa, pelo menos mais dois casos de irregularidade e perseguição política foram registrados pela imprensa da Assuc. Em agosto de 1989, um funcionário da vigilância, concursado, trabalhou 88 dias e foi demitido sem justificativa.

Inconformado com a demissão injusta, um grupo de trabalhadores, articulado por meio da comissão da vigilância e pelos representantes dos servidores no Consu, aliado a outros trabalhadores de diversas unidades, como IEL, DGA, IFCH entre outras, se deslocou até a prefeitura do *campus* para cobrar a readmissão do funcionário.

Apesar da resistência da prefeitura e da administração da vigilância, em poucos dias o trabalhador foi reintegrado e o tempo que ficou impedido de trabalhar pela demissão injusta foi indenizado.

No segundo caso, caracterizado como perseguição política, o trabalhador João Batista de Moraes Moreira, representante do Conselho Interdepartamental do Instituto de Física (IF), membro da congregação e da comissão de funcionários do mesmo instituto, solicitou à chefia uma transferência de setor “sem atropelo, sem prejuízos para a unidade ou para a instituição”, em setembro de 1990.

Apesar de ter recebido média 90 no processo de avaliação para a progressão no quadro de carreira, João Batista foi colocado à disposição da DGRH.

A Assuc conseguiu suspender o processo para o início de outubro e exigiu “revogação total dos encaminhamentos, liberdade de ação para que ele conseguisse outro local para trabalhar na própria unidade e respeito democrático aos funcionários”.

João Batista foi transferido de setor, graças à mobilização dos trabalhadores junto à congregação do Instituto de Física, mas a repressão interna por que passariam os trabalhadores da Unicamp a partir dali estava apenas começando.⁶²

OS PRIMEIROS PASSOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DA MORADIA DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

A questão da moradia para os funcionários da Unicamp foi mais um ponto de luta proposto pela chapa Força Nova Combativa durante a campanha. Aliás foi um legado deixado pela gestão Resistência, que encerrou o mandato anunciando para breve o início da construção do Conjunto Habitacional da Unicamp.

Após a posse, uma das primeiras providências tomadas pela diretoria da Força Nova Combativa foi criar a comissão de moradia. Constituída por três membros diretores da Assuc (Miguel, Fred e Inajara) e mais uma assistente social da pró-reitoria de Extensão, a comissão cadastrou 2.174 funcionários interessados no programa.

Conforme decisão da reunião geral dos inscritos, de 19 de janeiro de 1988, as inscrições foram divididas em quatro faixas salariais: A, B, C e D. Os critérios de seleção também foram definidos e levavam em consideração renda familiar, número de dependentes, tempo de serviço na Unicamp e situação social.

Dos 2.174 inscritos, somente os 800 primeiros selecionados passaram por entrevistas e avaliação.

Após um longo período de solicitação de documentos, consultas à Caixa Econômica Federal e reuniões para discutir o assunto, em setembro de 1988 a Assuc divulgou que o terreno localizado em Aparecidinha deveria ser substituído. Motivos: poluição e a provável construção de um trecho rodoviário que dividiria o terreno ao meio.

Oito meses mais tarde, nem a Assuc nem os funcionários selecionados sabiam onde seriam construídas as casas, se o terreno havia sido adquirido ou não, quais as condições sobre o financiamento da CEF; a

62 João Batista foi transferido de setor conforme escolha da direção do Instituto de Física. Ele não conseguiu a transferência para onde gostaria.

moradia estudantil estava ficando pronta e a dos trabalhadores não tinha sequer saído do papel.

Em maio de 1989, cinco opções de localização do terreno foram oferecidas pela reitoria aos funcionários: nos bairros Real Parque, Pari (atrás da Cooperativa Agropecuária de Campinas), Paulínia e em Barão Geraldo. Os trabalhadores, em assembleia, decidiram pela aquisição do terreno do bairro Real Parque, mas um membro da Comissão de Acompanhamento (Assuc) informou que o terreno que a comissão de moradia (reitoria) tinha ido visitar não era o mesmo que tinha sido oferecido à comissão encarregada de fazer a licitação.

Em 15 de junho de 1989, o assunto virou motivo de concentração no pátio da reitoria.

Em agosto, a comissão da reitoria apresentou mais três terrenos para construção da moradia: em Sumaré, em Sousas e no Distrito Industrial de Campinas. Novamente em assembleia, os trabalhadores escolheram o terreno de Sousas. Contudo, a reitoria apontava um terreno localizado no Jardim Ouro Verde como sendo o lugar da construção.

Ainda em agosto de 1989, o *Boletim Assuc* informou que o reitor, Paulo Renato Souza, estava tentando uma audiência com o presidente da República, José Sarney, para tratar da liberação de verbas para a compra do terreno e para o projeto de moradia.⁶³ Além disso, a reitoria propunha naquele momento que a Funcamp assumisse a opção da compra. Opção acatada: o terreno, no valor de 35.715 VRFs (cerca de Cr\$ 41.484.401,00, valor de dezembro de 1990) foi pago via Funcamp.⁶⁴ O valor total do empreendimento, considerando terreno, construção e infraestrutura básica estava previsto para Cr\$ 1,9 bilhão.

No último ano de mandato da Força Nova Combativa a diretoria promoveu várias visitas ao terreno recém-adquirido, mas até o fim da gestão o projeto não havia saído do papel.

63 *Boletim Assuc*, n. 75, 17/08/1989.

64 A escritura de venda e compra registrada em cartório, em 2 de outubro de 1990, comprova o valor do terreno pago pela Funcamp: NCz\$ 5.765.065,54.



Cooperados visitam terreno adquirido pela Unicamp para a construção da moradia dos funcionários, em 1990. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

CONSU: REIVINDICAÇÃO DE MAIS DEMOCRACIA

O Conselho Universitário foi instalado em 30 de março de 1987. Nessa data também ocorreu a primeira participação efetiva dos trabalhadores como conselheiros, eleitos democraticamente.

Entretanto, às vésperas de ser criado, o Conselho Universitário foi amplamente discutido entre as quatro entidades representativas da Unicamp. Assuc, APG, DCE e Adunicamp enfatizaram o caráter pouco democrático do órgão, discutindo a necessidade da ampliação do número de membros eleitos e a redução do número de portarias, além da exigência de uma composição paritária entre os representantes eleitos.

Antes da instalação do Consu, a instância máxima de planejamento e de deliberação era o Conselho Diretor, no qual os trabalhadores eram representados por um único membro, que ocupava o lugar de ouvinte e não tinha direito a voz nem a voto. O representante dos trabalhadores

só conseguia direito a voz quando um estudante ou docente se solidarizava com a causa e concedia o seu tempo de fala.

Embora a participação dos funcionários configurasse um grande avanço político da categoria, o poder de influência nas decisões ainda era restrito, refletindo um aspecto antidemocrático, com origem nos procedimentos de consulta para reitor, como avalia um artigo da bancada dos funcionários, em 27 de julho de 1989:

O Consu é um espaço onde a representação dos servidores é muito pequena. Ele é composto de 31 membros indicados pela reitoria e 31 membros eleitos (15 docentes, 12 alunos e 4 funcionários). [...] É uma luta grande a se travar até fazer com que o Consu faça as discussões dos servidores e tenha uma representação paritária.⁶⁵



Primeira reunião do Conselho Universitário, em 30 de março de 1987: início da participação de trabalhadores como conselheiros. Luta por paridade é reforçada. No destaque, bancada dos funcionários no Conselho é formada por Geruza Lima (Área Hospitalar), Márcio Gâmbaro (Administração), Domingos Pereira (Faculdades) e Edison Lins (Institutos). Foto: Antoninho M. Perri. Fonte: Acervo de Domingos Pereira.

65 Artigo assinado pela Bancada dos Funcionários no Consu, publicado no *Boletim Assuc*, n. 58, 27/06/1989.

Os primeiros trabalhadores eleitos pela categoria para compor a bancada do Consu, representando as áreas administrativa, hospitalar, as faculdades e os institutos, quatro titulares e quatro suplentes,⁶⁶ tomaram posse em 31 de março de 1987.⁶⁷

66 A partir de 1996, os mandatos do Consu foram ampliados para 2 anos e, em 1999, o número de trabalhadores representando seus pares na bancada do conselho aumentou de 4 para 7.

67 *SAS Informa Boletim Informativo*, n. 16, s.l., s.a., 27 de maio de 1989. Abaixo, composições das bancadas no Consu desde sua fundação até 1991.

Bancada dos Funcionários no Consu

De 31/3/1987 a 16/5/1988		
Área	Titular	Suplente
Administração	Márcio Gâmbaro	Paulo Laureano Garcia
Hospitalar	Geruza Ferreira de Lima	Maria José Gatti
Faculdades	Domingos Pereira	Ivo de Paula Toledo
Institutos	Edison Cardoso Lins	Miguel Leonel dos Santos
De 17/5/1988 a 31/5/1989		
Área	Titular	Suplente
Administração	Márcio Gâmbaro	Paulo Laureano Garcia
Hospitalar	Carmem Santorion	Maria Aparecida Martins
Faculdades	Luciane Moreira de Oliveira	Álvaro Galette Júnior
Institutos	Celso Augusto Palermo	Willian Kalaf
De 1/6/1989 a 16/9/1990		
Área	Titular	Suplente
Administração	Jefferson Lee de Souza Ruiz	Elizabeth Solange dos Santos
Hospitalar	Vera Lúcia R. de Carvalho	Nelson Elisa Pereira
Faculdades	Domingos Pereira	Álvaro Galette Júnior
Institutos	Ângelo Rafael Barreto	José Luís Pio Romera
De 17/9/1990 a 23/9/1991		
Área	Titular	Suplente
Administração	Sérgio Nejelski	Rogério Fernandes
Hospitalar	Márcio Roberto do Carmo	Rosângela Maria G. Martinhago
Faculdades	Domingos Pereira	Álvaro Galette Júnior
Institutos	José Luís Pio Romera	Ângelo Rafael Barreto

AS DIVERGÊNCIAS EM TORNO DO I CONGRESSO DOS FUNCIONÁRIOS DA UNICAMP

Com a Constituição Federal de 1988, abriu-se para os servidores públicos uma nova perspectiva de atuação sindical. Por meio da nova legislação, as associações poderiam converter-se em sindicatos.

O assunto ganhou peso no processo eleitoral da Assuc, em 1987, e configurou-se como instrumento de campanha das duas chapas que concorreram ao pleito. A vitória da Força Nova Combativa propiciou várias discussões, tanto interna quanto externamente.

Internamente a diretoria convivia sob intensa polêmica. Enquanto o grupo majoritário defendia a realização de um congresso de caráter consultivo, o grupo dos cutistas propunha um congresso deliberativo.

A discordância a respeito da realização do congresso e de suas características acabou por atrasar sua convocação e levou os diretores cutistas a estabelecer uma data-limite para a solução dessa questão, que deveria ser resolvida em assembleia, em 9 de junho de 1989.⁶⁸ A pauta proposta pelos cutistas tinha sete itens:

- Autonomia universitária;
- Sindicalização (transformar a Assuc em sindicato);
- Novos estatutos;
- Mandato da diretoria;
- Eleição para reitor;
- Campanha salarial com plano de lutas;
- Conselho representativo.

A parcela majoritária da diretoria da Assuc não considerou o prazo sugerido pelos diretores cutistas. A não realização da assembleia, aliada às demais divergências apresentadas, levou oito diretores da Assuc a pedirem demissão em 13 de junho de 1989.

Mas o desligamento de parte da direção não representou o fim da luta pelo congresso. Ao contrário, um manifesto editado por um grupo de funcionários, que no momento organizava uma oposição à diretoria

68 *Boletim Especial Assuc*, junho de 1989, assinado por Márcio Roberto do Carmo, Miguel Leonel dos Santos, Celso Ribeiro de Almeida, Geruza Lima, Jun Tanaka, Aparecido Honório e Pedro Cirillo de Brito.

da Assuc, chamava a categoria à mobilização em torno do congresso, que deveria acontecer em setembro de 1989.

De acordo com o documento, havia a necessidade da “realização do congresso dos funcionários da Unicamp, não só para dar um desfecho ao debate interno da diretoria, mas para instrumentalizar a categoria com um plano de lutas”. Por esse manifesto, a Assuc se encontrava em crise, deixando as lutas “irem por água abaixo”. O manifesto também alertava a categoria para o risco da entidade “ficar à mercê da diretoria”, uma vez que a eleição para reitor estava se aproximando:

Muitos funcionários já têm claro que a Assuc faz o jogo da reitoria. Ao se colocar como um colchão de molas entre os funcionários e a reitoria, procura evitar o desgaste de prováveis candidatos a reitor ligados à atual administração.⁶⁹

Ao mesmo tempo em que o documento foi entregue à categoria, um abaixo-assinado também circulou com o objetivo de conseguir as adesões necessárias para forçar a diretoria da Assuc a convocar uma assembleia que marcasse o congresso para setembro de 1989.

A pauta sugerida pelo grupo de oposição, bastante semelhante à proposta pelos diretores dissidentes, continha os seguintes pontos: “conjuntura; plano de lutas; nossa situação salarial; autonomia universitária; eleições para reitor; sindicalização e mandato da atual diretoria”.

A semelhança entre as propostas do grupo de oposição e dos dissidentes da Força Nova Combativa e da Corrente Sindical Classista apontou para uma futura convergência desses três setores que deu origem ao Movimento de Oposição Unificado (abordado mais adiante). Explica Edison Lins:

A militância da chapa derrotada era muito mais organizada e objetiva em relação ao campo da CUT e ao campo da esquerda e, à medida que eles definiram que nós éramos não só oposição a eles, mas uma oposição de direita, isso pautou a ação deles durante todo o nosso mandato.

69 Manifesto intitulado “Assuc: a saída é organizar o congresso dos funcionários da Unicamp”, 21/6/1989.

Em apenas um dia o abaixo-assinado conseguiu coletar 1.308 assinaturas, que assegurariam, segundo o estatuto, a convocação de uma assembleia geral que deveria ocorrer num prazo máximo de 15 dias. A urgência na reivindicação do congresso ficou registrada no documento publicado pela oposição unificada, em 4 de julho de 1989:

O congresso dos funcionários da Unicamp é fundamental para reerguer nossa entidade, a Assuc, dado que no último período uma série de acontecimentos abalou a moral da nossa associação. Por outro lado, a categoria necessita discutir um plano de mobilização para conquistar melhores salários, melhores condições de trabalho, eleição livre, direta e paritária para reitor, moradia e outras bandeiras que hoje não têm perspectivas de se tornarem realidade.

A assembleia que deliberaria sobre a realização do congresso foi cancelada duas vezes, no prazo de uma semana, em 20 e 27 de junho. A primeira foi transferida em virtude de uma reunião com o Cruesp, que estava marcada para o mesmo dia. Na segunda vez, a alegação foi o “pouco comparecimento” da categoria à assembleia.

Em seguida, deu-se início a uma série de reuniões amplas para discussão sobre o assunto. No entanto, nenhuma com o caráter deliberativo que teria a assembleia.

A demora em convocar a assembleia levou alguns setores a se manifestarem em favor da democracia no interior da Assuc.

Ex-diretores da Resistência, que não se posicionavam publicamente desde sua saída da direção da entidade, em 1987, ressurgiram contestando não apenas a divisão da direção, mas, sobretudo, a falta de democracia que teria se instalado após o racha.

O grupo Resistência pedia “Democracia Já” à diretoria da Assuc quanto à realização do congresso e reivindicava a convocação imediata de uma assembleia “democrática e com caráter deliberativo”.

Avalia Edison Lins:

A nossa relação com a Resistência nunca foi grande, [...] nunca foi tranquila e naquele momento do racha eu acho que surgiu interesse neles de disputar, pensaram: “É hora da Resistência voltar...”. Nesse momento eles estavam mais aliados com quem rachou, estavam articulando, de repente, uma possível nova eleição.

Boletim do Grupo Resistência 05.07.89

A quem interessa esta divisão?

Lamentavelmente estamos vendo outra vez a ASSUC ser dividida. Por isso estamos fazendo esta pergunta: a quem interessa esta divisão? A resposta é simples: é lógico que hoje interessa à Reitoria da Universidade, que nesta situação fica olhando de camarote o nosso enfraquecimento, devido a irresponsabilidade da diretoria eleita. E principalmente na época de dissídio da nossa categoria (JULHO), quando deveríamos estar somando forças, apesar de todas e quaisquer divergências (lembramos as campanhas vitoriosas pelo GATILHO e URP). Afinal de contas todos os membros foram eleitos para defender nossa categoria e cumprir um mandato de três anos. Por que a divisão no meio do caminho? Afinal tivemos juntos tanto tempo: na formação da chapa, na composição, na elaboração do programa de trabalho e na campanha eleitoral. Seja qual for o motivo, esta atitude divisionista representa uma total falta de respeito e consideração à categoria que os elegeu. Por que antes de racharem não discutiram abertamente com a categoria, em vez de reuniões às portas fechadas e no maior sigilo? Não conseguimos entender qual é a democracia da "Força Nova Combativa".

Oposição unificada - Oportunismo

Surpreende-nos, também, os ex-componentes da outra chapa que concorreu às eleições da ASSUC em novembro de 1987 (Chapa Avançar na Luta), proporem uma oposição unificada à diretoria da ASSUC, chamando para suas fileiras os diretores que se demitiram, depois de tantos ataques trocados na campanha eleitoral e até mesmo nas assembleias (lembram-se da Chapa Força Nova Combativa x Chapa Avançar na Luta?).

Oposição unificada neste momento melancólico da história da ASSUC, é puro oportunismo daqueles que não conseguiram, pela legitimidade do voto, dirigir a nossa Entidade.

Fonte: Acervo de Márcio José de Andrade da Silva.

A Corrente Sindical Classista (CSC), também solidária à luta pela convocação do congresso dos funcionários da Unicamp, exigiu que a Assuc desse "toda a estrutura para a organização do congresso, divulgando amplamente as teses para discussão entre os funcionários".

A pauta defendida pela CSC para o congresso incluía:⁷⁰

- Situação nacional;
- Autonomia universitária;

70 Boletim da Corrente Sindical Classista, n. 1, julho de 1989.

- Democratização da universidade e eleição de reitor;
- Organização dos funcionários (forma de sindicalização, conselho de representantes);
- Plano de lutas.

A diretoria da Força Nova Combativa, pressionada pelas diversas forças políticas que atuavam na Unicamp, viu-se obrigada a se posicionar de forma mais objetiva com relação ao congresso. A partir de julho de 1989, a FNC começou a defender esse compromisso de campanha como “ponto de honra”.

Não passamos a defender o congresso agora, visando apenas a interesses individuais ou de grupos [...]. Para isso, ele tem de ser muito bem organizado. Será aventura irresponsável um congresso com objetivos de promover apenas a disputa pelo poder.⁷¹

Pela primeira vez, em 27 de julho, a diretoria da Assuc tornou pública sua “nova” postura perante o evento. Por meio do boletim, publicado nessa data, a direção defendeu o congresso deliberativo para os dias 13, 14 e 15 de outubro de 1989, com eleição de delegados pela proporcionalidade de funcionários nas unidades.

A Força Nova Combativa propôs como pauta:

- Conjuntura externa (nacional e internacional);
- Campanha salarial (recuperação das perdas);
- Carreira (o modelo das universidades federais, CLAs e a CCA);
- Reforma administrativa (justa e democrática que queremos);
- Autonomia universitária;
- Eleição de reitor (posição/plataforma dos funcionários);
- Sindicalização e transformação da Assuc em sindicato.

Além do posicionamento, a diretoria da Assuc decidiu investir na discussão acerca das particularidades do congresso e do processo de sindicalização que envolvia a maioria dos servidores públicos estaduais (nesse momento, os trabalhadores da USP já haviam criado seu sindi-

71 *Boletim Assuc*, n. 66, 24/07/1989.

cato e os funcionários da Unesp estavam em vias de transformar a associação em sindicato).⁷²

Ainda de acordo com o boletim, todos os temas deveriam ser “amplamente discutidos, através de reuniões por unidades, boletins e jornais da Assuc, debates etc.”.⁷³ E foram. As discussões continuaram sendo persistentemente marcadas até o final do mandato.

De tão recorrentes, as discussões e seus desdobramentos, que normalmente tornavam a originar novas discussões, foram chamados de “novela do congresso”, pela oposição unificada.⁷⁴ Aliás, segundo o mesmo boletim do Movimento de Oposição que divulgou a denominação, a Assuc estaria dificultando a convocação do congresso.

No dia 2 [de agosto], [...] a diretoria da Assuc deu mais um de seus “shows”. Na reunião para discutir a preparação da assembleia que definiria a organização do congresso dos funcionários da Unicamp, a diretoria não apresentou proposta alguma e declarou que não assumiria qualquer proposta levantada na reunião.⁷⁵

A oposição ainda usou o boletim para alertar:

Se o Congresso continuar sendo enrolado e adiado desta forma, todas as suas discussões fundamentais estarão ultrapassadas. O processo de escolha do reitor estará definido; a autonomia universitária estará decretada; e a nossa campanha salarial estará definitivamente enterrada.⁷⁶

Outras assembleias foram convocadas para deliberar sobre diversos assuntos, mas nenhuma pautou o congresso. A diretoria da Assuc também não revidou publicamente as acusações proferidas pelo Movimento de Oposição Unificado.

72 O Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) foi fundado durante a greve pela URP, em 28 de outubro de 1988 (<www.sintusp.org.br>) e o Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp) foi constituído na assembleia geral, realizada em Jaboticabal, em 9 de setembro de 1989 (<<http://sintunesp.org.br/site/pdf/estatuto1.pdf>>).

73 *Boletim Assuc*, n. 67, 27/07/1989.

74 *Boletim do Movimento de Oposição Unificado*, 07/08/1989.

75 *Idem*.

76 *Idem*.

Em outubro de 1989, mês sugerido pela diretoria para a realização do congresso, a Assuc publicou um jornal com 12 páginas. Contudo, o evento não teve destaque no veículo. Apenas o editorial, “Rumo ao Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp”, cogitou a possibilidade de o Congresso do Funcionalismo Estadual impulsionar “o congresso dos funcionários da Unicamp e talvez um congresso dos funcionários das universidades”, mas não revelou detalhes nem especificou data.

Em abril de 1990, no último ano de mandato, a Força Nova Combativa divulgou que estava organizando o “desafio político” que havia sido imposto à diretoria da Assuc: o congresso. Com essa perspectiva, a FNC deu início à fase organizacional, que introduziu novas discussões sobre temas, calendários, espaço para pré-congresso e proposta de forma de escolha e de número de delegados.⁷⁷

Para a oposição, o atraso teve motivo.

A diretoria da Assuc conseguiu cumprir alguns dos seus objetivos [...], elegeu o seu candidato a reitor. Desde o ano passado nós já alertávamos do porquê [*sic*] ela se negava a chamar o congresso dos funcionários [...]. A verdade é que impedindo a discussão que viesse a nos organizar para a busca da paridade, da moradia, da carreira justa [...] era mais fácil alcançar o objetivo traçado.⁷⁸

Um novo período de debates prévios ao congresso ainda foi proposto pela diretoria, no boletim de 14 de maio de 1990. Pois era necessário que “a categoria participasse efetivamente de todas as etapas”.

Devido às frequentes cobranças por parte da oposição quanto à realização do congresso e às inegáveis propostas de discussões, debates e reuniões com a categoria, a diretoria da FNC usou o boletim de 21 de junho de 1990 para esbravejar contra seus opositores.

Sob o título “Oposição: Má informação ou falta de leitura dos boletins e jornais da Assuc?”, a diretoria retomou várias chamadas de atividades sobre o congresso e disparou contra a oposição:

Que a atual oposição à Assuc é sistemática, não apresenta propostas políticas concretas, muitos companheiros já sabem. Que ela só tem intenção de

77 *Boletim Assuc*, n. 52, 27/04/1990.

78 Movimento de Oposição Unificado, maio de 1990.

enfraquecer a entidade e usa de forma equivocada e contraditória ficou claro no último boletim da oposição. Veja: o calendário do I Congresso dos Funcionários da Unicamp, proposta desta diretoria, foi divulgado no jornal da Assuc e em boletins.

Próximo ao período eleitoral da Assuc e após sucessivas tentativas dos funcionários de encaminhar uma assembleia que discutisse e deliberasse sobre o congresso e de inesgotáveis reuniões promovidas pela diretoria, a Força Nova Combativa decidiu convocar a assembleia que encaminharia o congresso.

OPOSIÇÃO: MÁ INTENÇÃO OU FALTA DE LEITURA NOS BOLETINS E JORNAL DA ASSUC?

Que a atual oposição à Assuc é sistemática, não apresenta propostas políticas concretas muitos companheiros já perceberam. Que ela só tem intenção de enfraquecer a entidade e usa dados de forma equivocada e contraditória ficou claro no último boletim da oposição. Veja o calendário do 1º CONGRESSO DOS FUNCIONÁRIOS DA UNICAMP, proposta desta diretoria, foi divulgado no jornal da ASSUC e em boletins.

VEJA: Boletim nº 052 - Data: 27/04/90

ORGANIZANDO O NOSSO 1º CONGRESSO

O 1º CONGRESSO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSUC, entidade que atua no movimento dos funcionários e neste sentido este documento apresenta o avanço do efetivamente para o avanço da perspectiva o diretoria da ASSUC, espaço para espaço de debates, espaço sendo divulgado através da ASSUC no FEATIN.

A IMPORTÂNCIA DO NOSSO 1º CONGRESSO

Para a diretoria da ASSUC nosso 1º Congresso não trata-se apenas de uma questão ainda importante. Com certeza será o fato político mais importante depois que a ASSUC assumiu natureza classista e sindical.

Vamos realizar o Congresso dos Servidores da UNICAMP

Em maio e junho/90 teremos os meses dedicados para debate sobre os meses de socialização de questões, colóquios e apresentações de delegados. Em agosto, setembro e outubro teremos o Congresso, sendo que a realização ocorrerá a partir do mês de maio da realização do evento, estando na dependência sim, com a sua participação. Assim, com a sua participação, esperamos que já tenhamos camistas, talvez esperando para marcar o momento, que está a venda na sede da ASSUC.

Assuc prepara o 1º Congresso

A ASSUC está preparando o seu 1º Congresso. Neste momento, é de vital importância que os funcionários tenham em mãos textos que lhes possibilitem uma compreensão maior do significado desta bandeira de luta que deve ser de todos os trabalhadores. A seguir, Dr. Símon, advogado da Assuc, que faz um resumo de como estão os direitos do trabalhador nas Constituições Federal e estaduais.

Jornal da ASSUC - Maio/90

Aliás a Camiseta já está a venda, a diretoria da Assuc, em reunião com o Comando no dia 19/06 apresentou um calendário que, em linhas gerais será cumprindo, mas que elementos da oposição unificada, nesta mesma reunião, avaliaram ser um calendário "em cima da hora", que é preciso mais tempo, e depois, no referido boletim, dizem que a Assuc está "a passo de tar taruga". Ora...

Além do mais, os companheiros funcionários jornalistas, que trabalham o UNICAMP NOTÍCIAS, pediram informações à Assuc a partir do material que a entidade divulgou nos boletins. Outras informações da entidade sempre nos são solicitadas, e publicadas no Unicamp Notícias. Outro equívoco da oposição. Aliás, notas sobre o nosso Congresso já saiu até na imprensa de Campinas.

O Congresso, proposta de eleição desta diretoria será realizado com ampla participação dos funcionários e em defesa dos interesses da categoria. Esta é a posição da ASSUC.

Boletim Assuc n. 25, de 21 de junho de 1990. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Em menos de uma semana, duas assembleias foram convocadas. A primeira deliberaria sobre a data (24 e 25 de outubro), os critérios e a proporção de delegados e a pauta, um pouco mais restrita que a anterior. A segunda estabeleceria nova data (limite para 4 de novembro) e a constituição de uma comissão, formada por três diretores da Assuc, mais três funcionários, para encaminhar a organização do congresso.

Em 18 de outubro de 1990, a 40 dias da eleição para a nova diretoria da Assuc, a Força Nova Combativa atribuiu a algumas correntes da oposição unificada a responsabilidade pelo adiamento do congresso e anunciou: “Nosso 1º Congresso ainda não será este ano!”.

“Eles [FNC] não tinham segurança política de que ganhariam o congresso. Do jeito que as coisas andavam, um congresso poderia destituir a diretoria da Assuc”, lembra João Raimundo Mendonça de Souza (Kiko).

A TERCEIRA CONSULTA PARA REITOR

A posição da Assuc

O terceiro processo sucessório para a reitoria da Unicamp se deu em março de 1990. Porém a diretoria da Assuc começou a tratar o assunto em seus boletins a partir de julho de 1989, propondo, inclusive, a realização de consultas paralelas prévias aos funcionários.

Entretanto, a primeira consulta que a Assuc realizaria entre os funcionários, marcada para 4 de junho, foi transferida para 15 e 16 de agosto de 1989 e novamente adiada para 11 e 12 de setembro de 1989, sob a alegação de que a prioridade era lutar por salário e moradia. Além disso, as discussões com a categoria precisavam ser mais aprofundadas, a fim de evitar que os funcionários ficassem “à mercê de populismos eleitoreiros, comuns à maioria dos processos eleitorais”.⁷⁹ A consulta não aconteceu.

Em 18 de setembro de 1989, o *Boletim Assuc* trouxe na manchete o que se tornaria o *slogan* da entidade para o processo sucessório de 1990: “Eleger um reitor comprometido com a democracia!”.

A partir de setembro de 1989, uma série de assembleias foi convocada para discutir que bandeiras seriam sustentadas pela diretoria da Força Nova Combativa durante o processo sucessório. As mudanças no estatuto para que as eleições fossem diretas e paritárias, permitindo a prática democrática tão aspirada pela categoria, foram defendidas prioritariamente.

79 *Boletim Assuc*, n. 61, 10/07/1989.

BOLETIM ASSUC EM TODAS AS LUTAS

Rev. de Imprensa da ASSUC

Art. final: César T. Lopes

UNICAMP segunda-feira, 18 de setembro de 1989 Nº 86

ELEGER UM REITOR COMPROMETIDO COM A DEMOCRACIA!

VAMOS DISCUTIR ISTO HOJE 12HS. CB-10

Deve estar presente!
 (Todos representantes do Conselho, Docentes e Representantes de Funcionários e Representantes de funcionários e representantes de Congregações)

Reitor eleito comprometido com a democracia!
 ESTE VOTOVA NA ASSUC POR UM REITOR comprometido com a democracia!

Aproxima-se o momento de escolher o novo Reitor da UNICAMP. É hora de definirmos, enquanto categoria de funcionários, quais são as nossas posições e organizar a luta para defender os nossos interesses enquanto segmento da comunidade universitária e também discutir a própria instituição.

É preciso desfazer a idéia que setores mais conservadores, até mesmo das comunidades universitárias, tentam passar à opinião pública que lutam por mais democracia na Universidade, por exemplo REIGÃO DIRETA E PARITÁRIA PARA REITOR, coloca em risco a instituição. Democracia plena nunca se contrapõe a so-

riedade, competência e autoridade e isto deve prevalecer em qualquer instituição pública. E isto muitas vezes é o que está faltando em muitas instituições com direções burocráticas, autoritárias e que primam por administrações fisiológicas (com seus apadrinhamentos, empirismo, etc.).

Ao contrário, quanto mais amplas forem as instâncias de decisões, muito mais difícil fica impor decisões personalistas e de acordo com interesses individuais.

Pluralizando a discussão, democratizando o debate, através de REIGÃO DIRETA E PARITÁRIA em todos os níveis, com certeza as instituições saom fortalecidas.

Neste sentido a ASSUC e os Representantes de Funcionários no CONSELHO iniciaram discussões. Agora pretende-se ampliar a discussão com todas as lideranças de funcionários num primeiro momento e com todos os funcionários o mais rápido possível. VOCÊ TEM QUE ESTAR PRESENTE!!!

No caso da UNICAMP, é preciso discutir durante o período de sucessão vários temas: CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E O ACESSO DOS TRABALHADORES AOS CURSOS DA UNIVERSIDADE, DEMOCRACIA INTERNA, CARRERAS E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS, A QUALIDADE DO ENSINO E PESQUISA, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A COMUNIDADE E O PAPEL DOS FUNCIONÁRIOS NESTE CONTEXTO.

COMO ELEGER UM REITOR COMPROMETIDO COM A DEMOCRACIA A PARTIR DESTAS QUESTÕES?

A primeira questão que se coloca é a da eleição Direta e Paritária. É PRECISO MUDAR OS ATUAIS ESTADOS.

Por eles a participação da comunidade é indolente ou consultiva, além de manter peso diferenciado entre os 3 segmentos e subordinar a consulta por lista triplice ao governo do estado.

AS ENTIDADES TÊM PAPEL IMPORTANTE NO ENCAMINHAMENTO DO PROCESSO!

A discussão que se amplia com a ASSUC hoje vai definir encaminhamentos que a ASSUC levará para discussão com as entidades representativas dos docentes, dos alunos de graduação e de pós.

BOLETIM ASSUC EM TODAS AS LUTAS

Rev. de Imprensa da ASSUC

Art. final: César T. Lopes

UNICAMP 25 de Setembro de 1989 Nº 90

VAMOS À LUTA PARA ELEGER UM REITOR COMPROMETIDO COM A DEMOCRACIA!

O processo de eleição de Reitor já está sendo discutido em várias instâncias da comunidade universitária. A ASSUC convocou representantes de várias unidades e com eles está debatendo diversos pontos e encaminhamentos. As entidades representativas da comunidade uni-

o mesmo peso na eleição e não como ocorre hoje, onde o voto de funcionários e estudantes valem 1/5 e dos docentes 3/5. LIVRE - Em que qualquer membro da comunidade u-

niversitária possa ser candidato, desde que tenha condições para isto, o que não se resolve só exigindo que o mesmo tenha o título de docente titular.

REIGÃO DIRETA.

Boletins Assuc n. 86, de 18 de setembro de 1989, e 90, de 25 de setembro de 1989. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Após a unificação das discussões com as demais entidades representativas da comunidade (Adunicamp e DCE), a defesa da candidatura livre foi inserida aos encaminhamentos de luta.

A luta histórica em torno das mudanças estatutárias, que visavam eleições diretas, livres e com paridade, travada pelos funcionários e estudantes, notadamente a partir de 1979, foi retomada no processo sucessório de 1990.

Em novembro de 1989, os representantes dos funcionários no Consu votaram pelas mudanças estatutárias, ante o processo eleitoral que se aproximava, mas foram “votos vencidos”. A reitoria e coordenadoria geral da Unicamp deram parecer contrário à proposta de alteração no estatuto baseadas na Lei de Diretrizes e Bases, de 1968 (elaborada em pleno AI-5).⁸⁰

O boletim da bancada dos funcionários no Consu, de março de 1990, mostrou a posição de três dos quatro candidatos a reitor, que haviam participado de uma reunião com a bancada:

- Carlos Vogt: contra eleições diretas e contra a paridade;
- Hermano Tavares: a favor de eleições diretas e contra a paridade;
- Celso Arruda: não definiu qualquer posição.

Em fevereiro de 1990, a Assuc publicou jornal especial contendo entrevistas com os reitoráveis. No total, foram 15 perguntas que abordaram os seguintes temas:

- Descentralização administrativa;
- Educação;
- Política de recursos humanos;
- Moradia;
- Carreira;
- Salários;
- Conselho universitário;
- Cursos noturnos;
- Jornada de trabalho.

80 Boletim da Bancada de Funcionários no Consu, n. 4, março de 1990.

Além da publicação, foram promovidos dois debates.



Debate com os três reitoráveis, promovido pela Assuc, em 20 de fevereiro de 1990. Foto: Fran Arruda. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Eleições livres, diretas e paritárias: A vontade da comunidade é novamente desrespeitada

Na assembleia dos funcionários, de 13 de março, foram deliberados: o voto em massa dos trabalhadores, a contagem paritária dos votos, o início de uma luta envolvendo os docentes e os alunos para que o Consu e o governador Quércia respeessem a vontade da comunidade universitária e a preparação de um abaixo-assinado reafirmando suas posições sobre a paridade e exigindo mudanças estatutárias.⁸¹

Em assembleia, os trabalhadores da Unicamp decidiram que a Assuc não deveria apoiar candidato algum, mas a diretoria da entidade fez questão de se pronunciar a respeito de um suposto apoio por parte de alguns diretores à candidatura de Carlos Vogt: “Os membros da diretoria da Assuc, enquanto funcionários, individualmente, também têm o direito de votar [...]. Isto não pode ser objeto de patrulha ou de cobranças [...]”, justificava por meio de um boletim.⁸²

81 *Boletim Assuc*, n. 31, 14/3/1990.

82 *Boletim Assuc*, n. 36, 26/3/1990.

Edison Lins também explica a polêmica que envolveu seu nome ao apoio à candidatura Vogt:

Houve uma certa polêmica. Eu e outros diretores, a gente tinha candidato, mas de forma nenhuma a entidade foi usada, a gente deu espaço para todos os reitoráveis no jornal. [...] É claro que houve apoio, tem de ter coragem de dizer, teve apoio ao Vogt, porque houve todo aquele trabalho de carreira, a Unicamp não tinha carreira própria, e depois a gente avançou pra corrigir alguns desvios naquela carreira [...] acabou sendo ele que tratou de tudo isso. Naturalmente houve uma tendência nesse acordo em função de que havia algo concreto em relação aos funcionários.

Márcio Roberto do Carmo, por sua vez, explica:

A carreira foi muito importante para o Vogt. Entre os funcionários, a campanha para reitor dele foi em cima da carreira. Também foi importante para o Edison ganhar a eleição, porque ele iniciou a discussão da carreira. A carreira rendeu para muita gente...

O resultado do primeiro turno foi publicado em 28 de março de 1990. Carlos Vogt venceu com 50,61%. Mesmo assim houve segundo turno com três candidatos: Carlos Vogt, Hermano Tavares e Celso Arruda.⁸³

No período entre a divulgação do resultado do segundo turno e a elaboração da lista tríplice pelo Consu, a Assuc deu início a uma campanha para exigir o respeito à vontade da comunidade universitária.

Entretanto, mais uma vez o Consu enviou para o governador uma lista tríplice que incluiu o nome de André Villalobos, que não tinha sido incluído na consulta, levando os trabalhadores da Unicamp a encaminhar uma moção de repúdio ao Consu e ao governo do Estado. O assunto também foi pauta de um ato público promovido pelas quatro entidades representativas da comunidade universitária.⁸⁴

83 *Boletim Assuc*, n. 39, 29/3/1990.

84 A Associação de Pós-Graduandos da Unicamp foi fundada em 16 de maio de 1984.

EM TODAS
AS LUTAS



BOLETIM
ASSUC

COMISSÃO DE IMPRENSA ASSUC
RESPONSÁVEL: Edson Lima
ARTE FINAL: Celso Lopes
29-03-90 Nº 039



ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNICAMP

REITOR:
RESULTADO DA CONSULTA
1º TURNO
(PROF. CARLOS VOGT VENCE)

Nos dias 27 e 28/03 a Comunidade Uni-
versitária foi às urnas. O resultado oficial
do processo, em percentuais é o seguinte:

1º	2º	3º	4º
VOGT	HERMANO	ARRUDA	WALDIR
59,61%	35,32%	11,76%	2,30%

Conforme compromisso assumido publica-
mente o ASSUC divulgará em seus boletins o
resultado da eleição aplicando a paridade
de 1/3, 1/3, 1/3 entre os 3 segmentos.

Pelo trabalho, já iniciado, na madrugada
de ontem, de transformação do resulta-
do oficial em resultado paritário a posição
dos Candidatos não será alterada, isto é,
o Prof. Carlos Vogt foi o mais votado, le-
vando-se em conta a contagem paritária.
Em segundo fica o Prof. Hermano Tava-
res.

MAPA DA VOTAÇÃO

CANDIDATOS	FUNCIONÁRIOS	ALUNOS	DOCENTES
VOGT	3.308	1.153	986
HERMANO	1.843	1.364	683
ARRUDA	1.953	423	126
WALDIR	160	149	37

	FUNCIONÁRIOS	ALUNOS	DOCENTES
BRANCOS	202	120	48
NULOS	867	273	46
ABSTENÇÕES	1.932	7.275	459
HABILITADOS A VOTAR	10.265	10.757	2.385

Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Abaixo, a lista com o resultado da consulta à comunidade:

Carlos Vogt	56,70%
Hermano Tavares	34,40%
Celso Arruda	8,89%

Já a lista elaborada pelo Consu e que foi encaminhada ao governador
do Estado, Orestes Quércia, estava composta da seguinte maneira:

Carlos Vogt	53 votos
Hermano Tavares	44 votos
André Villalobos	26 votos

Carlos Vogt tomou posse em 19 de abril de 1990. Celso Ribeiro
analisa: "O Vogt ganhou disparado nos três segmentos. [...] Vários
setores foram cooptados para o lado da reitoria e aí eles tiveram uma

rede de apoio muito grande; fora isso, a oposição não tinha nenhum candidato de fato para se contrapor”.

VITÓRIA DE COLLOR E ASCENSÃO DE UM NOVO PROJETO POLÍTICO

A polarização política na eleição presidencial de 1989

A eleição presidencial de 1989 introduziu algumas questões importantes para a compreensão das ocorrências do período subsequente. Em primeiro lugar, porque em 1989 foi a primeira vez que os brasileiros escolheram seu presidente da República de maneira direta, depois do golpe militar de 1964. Em segundo, porque a disputa pela presidência polarizou as forças políticas entre esquerda e direita. E, por último, porque os efeitos da vitória do candidato da direita, Fernando Collor de Mello, repercutiram diretamente no movimento sindical, além de darem margem para a consolidação de um novo modelo econômico, assunto que será abordado à frente.

Vale lembrar que em 9 de novembro de 1989 aconteceu a queda do Muro de Berlim. O desmoronamento do Leste Europeu deixou parte da esquerda órfã e sem perspectivas de qualquer transformação social global no curto prazo.

No primeiro turno das eleições, praticamente todos os partidos apresentaram candidatos à presidência da República. Na Unicamp, a diretoria da Assuc se dividiu entre as candidaturas de Paulo Freire (PCB) e Mário Covas (PSDB), enquanto a oposição (PT, Convergência Socialista, MNU e PCdoB) se unificou em torno da candidatura de Lula.⁸⁵ Rosângela Martinhago conta:

Nós tivemos um empenho muito grande nessas eleições presidenciais. Em vários momentos a gente procurou trabalhar conjuntamente com as forças de esquerda que se coligavam nas eleições presidenciais, de governador, de deputado. É um sindicato que nunca perdeu o bonde da história, porque entendemos que a formação política é constante, não apenas nos problemas locais, mas também no engajamento político mais geral.

85 Apesar de a Convergência Socialista constituir-se numa corrente interna do PT até 1992, no texto ela aparece em destaque pelo fato de ter uma atuação com orientação própria.

<p>ESTÁ ABERTO O DEBATE: LUTAR POR REESTRUTURAÇÃO OU POR UMA NOVA CARREIRA?</p> <p>Página 5</p>	<p>ACABOU A OPÇÃO ENTRE A LICENÇA PRÊMIO E O 13º SALÁRIO</p> <p>Estabilidade no emprego. Contratações ilegais. Licença prêmio. 13º Salário. Dr. Simões, advogado da ASSUC explica quais as mudanças legais que estão incidindo na vida dos funcionários da Unicamp em entrevista na página 8.</p>	<p>Creche: faltam vagas Assuc entra nessa luta</p>  <p>Creche é uma conquista das mulheres trabalhadoras assegurada pela Constituição Federal que a Unicamp não está cumprindo à rigor. Na pág. 7, depoimentos de mães e diretores da Assuc e os encaminhamentos para fazer valer o que a Constituição prescreve.</p>
---	--	---

REVISTA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

jornal da **ASSUC**

FUNDO A CUT

REVISTA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

COMISSÃO DE IMPRENSA ASSUC

UNICAMP OUTUBRO 89

NO 02 ANO 1

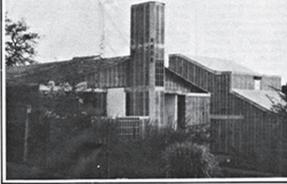
EM NOVEMBRO

Votar contra a direita e o continuísmo



Não à direita. Não ao continuísmo.

Não é possível aceitar o que estão tentando impor ao País nesta eleição. A classe trabalhadora precisa antes de qualquer voto emocional e de protesto, dar um voto racional e consciente. Para tanto, é preciso que sejam analisados cada um dos candidatos. Na página 2 apresentamos a Nova Face da direita.

<p>ELEIÇÃO PARA REITOR:</p> <p><i>Eleições livres, diretas e paritárias para eleger um Reitor comprometido com a Democracia!</i></p> <p><i>Daqui a alguns meses teremos eleições na Universidade. Queremos eleger um Reitor comprometido com a Democracia. Queremos eleições diretas, livres e paritárias, mas para isso é necessário nos mobilizarmos e juntos conquistarmos nossos direitos. Leia mais sobre isso na página 4.</i></p>	 <p>Assuc brigou e tem que sair as primeiras 800 moradias</p> <p>A casa própria é para alguns um sonho. Para os funcionários da Unicamp, é uma realidade que começa a se delinear. Uma conquista da ASSUC que se inicia com a compra do terreno no Jardim Ouro Verde e a formação da cooperativa. Veja em detalhes na página 8.</p> <p>Vigilantes: cresce a briga pelas 6 horas garantidas pela Constituição</p> <p>Cresce a briga pelo turno de 6 horas dos vigilantes: eles prometem acionar todas as formas de luta para conquistar o direito garantido pela Constituição Federal. Atualmente os vigilantes traba-</p> <p>ilham em turno de 8 horas diárias interrompidas com revezamento.</p> <p>Veja na página 11 os avanços conquistados pela categoria nesses anos de luta.</p>
<p>CULTURA E ESPORTE:</p> <p>Veja no página 12</p> <p>FUNDO O SINTUNESP EM CONGRESSO EM JABOTICABAL:</p> <p>Agora os servidores da UNESP possuem seu Sindicato. Foi fundado em setembro o SINTUNESP - Sindicato dos Trabalhadores da UNESP. A ASSUC esteve lá para apoiar que a sindicalização é uma forma efetiva de força do trabalhador. Leia na página 18</p>	<p>A MISÉRIA DOS POVOS DA AMÉRICA LATINA, CARIBE A ÁFRICA, PROVOCADA PELA DÍVIDA EXTERNA</p> <p>Página 4</p> <p>CURSOS NOTURNOS: UNIVERSIDADE FECHADA PARA TRABALHADORES DA REGIÃO DE CAMPINAS</p> <p>Página 9</p> <p>SOS AIDS: o telefone do esclarecimento</p> <p>A AIDS não tem cura e é mortal. Todos precisam conhecer as formas de prevenção. É um compromisso que cada um tem consigo. Na Unicamp está em funcionamento o ramal 3355, que esclarece qualquer dúvida e esse respeito.</p>

COMISSÃO DE IMPRENSA DA ASSUC UNICAMP - DEZEMBRO/89 Nº03 ANO 1

jornal da **ASSUC** UNION CUT

Lula É a vez do povo no Planalto Central
Lula contra o arrocho salarial

É a vez do povo subir a rampa com Lula **Collor**

Aids continua matando trabalhador *Pg. 10*

O sonho é de todos funcionários *14 de dezembro: assinatura da compra do nosso terreno e pagamento da 1ª parcela Pg. 03*

Começar 90 com mobilização
 Sem dúvida alguma, a greve é a única arma que os trabalhadores têm às mãos. No momento, nós servidores da Unicamp estamos mobilizados para conquistar a reposição salarial de 1990. Caso isto não ocorra usaremos todos os instrumentos, inclusive a greve. Enquanto isso... Leia na página 04.

Vamos governar o Brasil com os Partidos Progressistas

Os sindicatos estão discutindo o problema da Aids *Pg. 10*

Os funcionários e a Eleição de Reitor *Pg. 08*

Nacional *Pg. 21* **Local** *Pg. 09*
Saúde *Pg. 10* **Política** *Pg. 08*
Internacional *Pg. 21* **Cultura e Educação** *Pg. 22*

Fonte: Acervo de Domingos Pereira.

“Vou admitir: no primeiro turno da eleição de 1989, votei no Mário Covas, como não foi para o segundo turno, votei no Lula”, conta Edison Lins.

Na verdade, situação e oposição convergiam no voto contra o continuísmo e em favor da esquerda: “Não é possível aceitar o que estão

tentando impor ao País nesta eleição. A classe trabalhadora precisa, antes de qualquer voto emocional e de protesto, dar um voto racional e consciente. Não à direita. Não ao continuísmo”.⁸⁶

No segundo turno disputaram Fernando Collor de Mello, que havia obtido 30,47% dos votos válidos, e Luiz Inácio Lula da Silva, com 17,18%.⁸⁷

A candidatura Lula, da Frente Brasil Popular (coligação entre PT, PSB e PCdoB), contou com o apoio do PV, do PDT e de alguns dissidentes do PSDB e do PMDB.

Collor, candidato pelo PRN, recebeu o apoio do PFL, do PDS, do PTB, de outros partidos menores também de perfil conservador e de segmentos do PMDB e do PSDB.⁸⁸

Enquanto Lula recebia o apoio dos movimentos populares, do sindicalismo combativo e de setores progressistas da intelectualidade, os “grandes empresários e os meios de comunicação juntaram-se para apoiar o candidato viável da burguesia, e Collor soube juntar esse apoio dos ‘de cima’ com a simpatia que ele angariava com os ‘de baixo’”.⁸⁹

Os “de cima” viam em sua candidatura a possibilidade de viabilizar “as propostas liberais derrotadas na Constituinte, em alternativa política à candidatura Frente Brasil Popular, à medida que concentrou o apoio da maioria dos grandes empresários, das lideranças partidárias tradicionais”.⁹⁰

Aos “de baixo”, a retórica neoliberal era “apresentada em uma linguagem de conotação popular”: dizia-se caçador de marajás e também criticava as empresas estatais, as quais considerava monopólios.⁹¹

Além disso, seu discurso populista atacou genericamente a crise econômica, a corrupção, apresentando a miséria social “não como resultado de um processo de desenvolvimento econômico com concentração de renda, mas atribuída à ineficiência, ao clientelismo e à corrupção do poder público”.⁹²

86 *Jornal da Assuc*, n. 2, outubro de 1989.

87 Lima Jr., 1993, p. 61.

88 Cappa, 1999, p. 85.

89 Boito Jr., 1999, p. 119.

90 Cappa, 1999, p. 86.

91 Boito Jr., 1999, p. 119.

92 *Idem, ibidem*.

Já a candidatura Lula “defendeu um governo democrático e popular como forma de desenvolvimento econômico sustentável com distribuição de renda”. O intuito “era transformar radicalmente o padrão de desenvolvimento econômico característico no Brasil, ou seja, excludente socialmente e concentrador de riqueza produzida”.⁹³

No segundo turno, os trabalhadores da Unicamp, por meio da Assuc e dos setores de oposição, decidiram se unificar para apoiar a candidatura de Lula, que representava “a proposta de mudança, orientada no sentido de elevar a qualidade de vida do trabalhador através de uma redistribuição de renda, educação gratuita em todos os níveis e reforma agrária”.⁹⁴

“Todo mundo apoiou o Lula, até o reitor. O Collor tinha apoio dentro da universidade, o mais importante que apareceu foi o Galembeck”, lembra Celso Ribeiro.

Fernando Collor de Mello venceu o processo eleitoral com 53,03% dos votos válidos. Lula ficou em segundo lugar com 46,97% desses votos.

Os efeitos do primeiro ano do governo Collor no país e na Unicamp

Uma avaliação do período sustenta que a derrota “de um dos principais líderes do novo sindicalismo (Luiz Inácio Lula da Silva), significou uma derrota para o movimento sindical que, nos anos 1980, mobilizou-se para restabelecer a democracia com desconcentração de renda e maior participação política no País”.⁹⁵

A derrota de Lula para Collor na disputa presidencial, em 1989, como reflexo imediato, deixou setores hegemônicos da CUT e dos partidos que tinham feito a campanha da Frente Brasil Popular quase paralisados, o que facilitou ao Collor “implementar seu projeto neoliberal de modernização capitalista sob olhar atônito da esquerda sindical e partidária”.⁹⁶

93 Cappa, 1999, p. 85.

94 *Jornal da Assuc*, n. 3, dezembro de 1989.

95 Cappa, 1999, p. 100.

96 Giannotti & Lopes Neto, 1991, p. 58.

Outro aspecto que teria influenciado favoravelmente a implementação do projeto de Collor foi o apoio explícito de setores do sindicalismo à sua campanha, bem como a sustentação às suas políticas de governo. O “sindicalismo de resultados”, mais fortalecido do que na década de 1980 e com o apoio de Collor, fundou uma central sindical ainda mais poderosa: a Força Sindical.⁹⁷

Em Campinas, as medidas recessivas do pacote provocaram desemprego em massa. Um boletim do início de abril informou que mais de 6,5 mil trabalhadores haviam sido demitidos ou estavam em férias coletivas.

Como explica Ricardo Antunes no artigo “O duplo fracasso do projeto Collor”, publicado na *Folha*,⁹⁸ o primeiro ano do governo Collor introduziu

[...] a modernização capitalista, sucateando o capital estatal, destruindo o pequeno e o médio capital, implodindo a tecnologia nacional, substituindo-a por uma tecnologia forânea e abrindo nosso parque produtivo para o capital que detém esta tecnologia.

Como consequência, os brasileiros assistiram a um aumento da miséria entre o “enorme contingente de assalariados que viveram a brutalização mais aguda de sua história republicana”.⁹⁹

Vários intelectuais avaliaram as consequências da implantação da política neoliberal, promovida a partir da vitória de Collor nas eleições de 1989. Para Armando Boito, a tendência à mudança nos rumos da política econômica já podia ser observada (ainda que superficialmente) desde a mudança no Ministério da Fazenda do governo Sarney e da construção da Constituinte.

Segundo Boito, a elevação de Collor à presidência da República só veio confirmar essa tendência. Levando a “plataforma neoliberal ao poder” e colocando a “frente burguesa conservadora na ofensiva”.¹⁰⁰

Na Unicamp, os trabalhadores “saudaram” o primeiro dia do novo governo vestindo vermelho. A posse de Fernando Collor de Mello, em

97 Boito Jr., 1999, p. 121.

98 *Folha de S.Paulo*, 14 /2/1991.

99 Antunes, 1991.

100 Boito Jr., 1999, pp. 119-120.

15 de março de 1990, e o novo pacote econômico que estava prestes a ser lançado trouxeram perspectivas de mais recessão e arrocho.

Na mesma semana, parte das expectativas se materializou. Com o pacote, intitulado Brasil Novo, os saldos das cadernetas de poupança foram confiscados. O Banco Central disponibilizou aos poupadores apenas NCz\$ 50 mil. Além disso, o BC também reteve 80% do dinheiro das contas correntes e das aplicações financeiras de todos os brasileiros.

No mês da posse, a inflação chegou aos 84,32%, e o pacote não assegurou a reposição de mais essa perda: o governo decretou 0% de aumento. Por meio da Medida Provisória 154, o governo revogou ainda a legislação salarial em vigor e definiu uma nova sistemática de reajuste.

Na universidade, esses reflexos da conjuntura nacional puderam ser percebidos de imediato. Segundo um boletim da comissão dos funcionários do Instituto de Artes, de maio de 1990, enquanto a política econômica de Collor trazia “arrocho salarial, desemprego, redução de jornada e de salários e ataque aos funcionários públicos em todos os níveis”, na Unicamp, o reitor Carlos Vogt vinha “ampliando rigorosamente a política do Plano Collor, aumentando a tarifa do transporte fretado e o preço da alimentação”.

“Num período de congelamento de salários, isto, na prática, significa uma redução de salário”, argumentavam os trabalhadores.¹⁰¹

“VOGT E COLLOR: DUAS FACES DA MESMA MOEDA”¹⁰²

No segundo mês de mandato, algumas medidas tomadas pelo novo reitor na política interna da Unicamp se assemelhavam com a política nacional do governo de Fernando Collor.

Em maio de 1990, um boletim do Movimento de Oposição Unificado já denunciava o arrocho salarial por que passavam os trabalhadores da Unicamp:

101 O *Boletim da Comissão dos Funcionários do IA* contou com a assinatura de José Élcio Marcelino, José Luis Pio Romera, Paulo Adriano F. Dantas, Sidnei José Correia, Walter Alexandre Ocampo e David Damario.

102 *Boletim do Movimento de Oposição Unificado*, maio de 1990.

O Vogt vai se transformando no Collor da Unicamp. Assim, nós não tivemos, a exemplo dos demais trabalhadores, nenhum centavo de reajuste e somente nos últimos dois meses já acumulamos perdas de mais de 160%.¹⁰³

No mesmo mês, a Assuc denunciou o aumento da tarifa do transporte fretado, oficializada por meio de uma das várias portarias que foram baixadas logo após a posse. Vogt cortou um direito dos trabalhadores, enterrando uma das promessas de sua campanha: “[...] as conquistas feitas são pontos de partida para novas conquistas. Não haverá retrocessos, mas sim avanços.”¹⁰⁴

Outra ação que surpreendeu os trabalhadores da Unicamp foi a restrição do uso das salas e do pátio do Ciclo Básico às atividades gerais realizadas pela comunidade universitária. Um espaço público tradicionalmente utilizado para manifestações, debates, assembleias e atividades políticas e culturais “mesmo nos tempos duros da ditadura”, a partir do Ofício PRG/046/90, da pró-reitoria de graduação, tornou-se um lugar “proibido” pelo autoritarismo da reitoria.

Ainda que a Assuc reservasse antecipadamente as salas do básico para suas reuniões e utilizasse o pátio durante o horário de almoço, isso não impediu que ela, juntamente com as demais entidades representativas, recebesse o referido ofício.

Cinco meses mais tarde, o reitor reapresentou sua face autoritária. Por meio da Portaria 176/90, que vigorou a partir de 13 de setembro de 1990, Carlos Vogt fixou normas para aplicação de penalidades aos servidores técnico-administrativos.

A portaria tinha 13 artigos e vários itens, classificando as supostas faltas em “leves”, “graves” e “gravíssimas”, que culminavam com penas de suspensão de 30 a 90 dias e até demissão.

Ilegal, a Portaria 176/90 ofendia preceitos do estatuto da Unicamp (Esunicamp), que estabelecia a competência exclusiva de pelo menos dois terços dos membros do Consu para sua alteração.¹⁰⁵ O Esunicamp

103 *Idem.*

104 No *Boletim Assuc*, n. 57, de 14 de maio de 1990, pela pergunta de n. 7, a Assuc questionou sobre a manutenção e a ampliação dos subsídios às tarifas de transporte e alimentação para os funcionários.

105 De acordo com um parecer do departamento jurídico da Assuc, a Portaria GR 176/190, de 13 de setembro de 1990, foi considerada ilegal, pois ofendia

estabelecia as condições de trabalho, inclusive a aplicação de penalidades por faltas praticadas pelo servidor.

Autoritária, ela criou sanções adicionais às previstas no Esunicamp, impedindo o trabalhador de participar de qualquer atividade durante o horário de expediente sem autorização prévia da chefia, inclusive (e principalmente) aquelas que visassem seu interesse como trabalhador (reuniões, plenárias, assembleias etc.).

Além disso, a subjetividade de alguns itens causou estranheza. O artigo 4º pode ser usado como exemplo:

Artigo 4º: Caracterizam-se como faltas graves as que afetarem o decoro, o prestígio e o bom andamento dos trabalhos, ou por causarem embaraços aos fins que a universidade se propõe.

Parágrafo Único: Constituem-se faltas graves, entre outras: [...] d) Insubordinar-se; [...].¹⁰⁶

Discriminatória, a portaria previa a punição apenas aos técnico-administrativos que não exerciam cargo de chefia.

Os trabalhadores da Unicamp fizeram vários protestos pela revogação da portaria. No entanto, vigora, sem alterações, até os dias atuais.

Cansados de tanta repressão por parte da reitoria, os membros da oposição unificada à diretoria da Assuc criaram a chapa É Proibido Proibir, contra o autoritarismo do reitor. José Luís Pio Romera explica:

A situação de repressão em que o Vogt nos colocou fez com que a gente colocasse esse nome. Até porque tudo era proibido, era uma grande quantidade de coisas que o funcionário não podia fazer: disputar eleição, participação precária no Consu...

os preceitos do estatuto da Unicamp (Esunicamp) dispostos no artigo 43, as alíneas “a”, item I, “b”, “c” e “p” do artigo 45, as alíneas “h” item II e “g” do artigo 45c e artigo 48, item I. Dados fornecidos pelo *Boletim Assuc*, n. 111, 28/9/1990.

106 A Portaria 176, de 10/09/1990, publicada no DOE em 13 de setembro de 1990 e suas disposições podem ser encontradas no *site* http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=625.

Sandra Scutti complementa: “ [...] Era uma fase dura mesmo, o reitor [Vogt] não queria diálogo. Ele era um reitor duro, que não admitia divergência, então ele recorria aos métodos de punição e repressão”.

AS DIVERGÊNCIAS NO INTERIOR DA FORÇA NOVA COMBATIVA

Não tardou e as divergências no interior da diretoria da gestão Força Nova Combativa, reconhecidas desde a composição da chapa, começaram a se tornar evidentes. De acordo com os boletins, as insinuações e a troca de acusações tiveram início já no primeiro semestre do mandato. Para alguns, no entanto, o horizonte de crise iminente foi avistado no dia da apuração dos votos.

As diferentes posturas e formas de encaminhar as lutas em torno da carreira, da condução da greve de 1988 e da realização do I Congresso dos Funcionários da Unicamp foram os fatores de maior relevância que desencadearam uma crescente onda de desentendimentos no interior da Assuc, e que provocaram o segundo racha da história da entidade. Celso Ribeiro observa:

Existiam privilégios, e para ter esses privilégios centralizavam-se informações e fazia-se o jogo da reitoria. Também havia questões internas na hora de montar a chapa, eu era totalmente inexperiente, mas o pessoal mais experiente errou em dois pontos: quem tem o poder de fato? E quem assina os cheques? Eram o Edison Lins e o Eduardo [...].

Sueli Faria relata:

Havia muitas brigas, brigas políticas, brigas na Assuc, inclusive no nosso grupo [os diretores que permaneceram na gestão], que aí piora ainda mais. Então, se tem o adversário que está querendo tomar o seu lugar, tem o pessoal interno que briga, que puxa tapete porque tem ciúmes, toda essa coisa... derruba!

A direção da Força Nova Combativa, formada por militantes do PT, MNU, PCB, PMDB e um grupo de pentecostais e de neopentecostais não se sustentou. Explica Edison Lins:

Pra que a chapa acontecesse foi preciso ampliar o leque de militantes e de correntes. [...] E aí a primeira grande polêmica foi quanto ao apoio da CUT, porque na nossa chapa [FNC] também tinha militantes do PT e da CUT. [...] Nós fomos até a CUT, tivemos várias conversas explicando a história da chapa, mas a chapa adversária argumentava que a nossa era uma chapa de direita e por isso não deveria receber o apoio da Central. Pelo fato de eles [chapa Avançar na Luta] terem uma articulação melhor no interior da CUT acabou prevalecendo a ideia deles.

Enquanto a “maioria absoluta”¹⁰⁷ da diretoria da Assuc convocava reuniões e conclamava a categoria para maior participação no processo de implantação do quadro de carreiras por meio das instâncias disponíveis (assembleias da Assuc, reuniões das unidades e CLAs), uma parcela da direção em conjunto com outros segmentos de funcionários avaliava que, da forma como estava sendo encaminhada a questão, era notório que a reitoria estava “desrespeitando as propostas das comissões locais”, impedindo que os funcionários progredissem nas carreiras.

Em 24 de maio de 1988, a direção da Assuc revidou a postura da comissão dos funcionários do HC, dos membros do Consu pela área hospitalar, Carmem e Cidinha, e dos membros da diretoria da Assuc, Geruza Lima, Márcio do Carmo, Jun Tanaka, Miguel Leonel e Celso Ribeiro.

O grupo liderado por Edison Lins publicou um boletim intitulado “Não é hora de confusão!”,¹⁰⁸ onde sustentava o compromisso da diretoria de “estar presente em todas as lutas” e em

[...] defesa intransigente dos interesses do conjunto dos funcionários, acima de qualquer questão político-partidária e de qualquer projeto pessoal. [...] A diretoria da Assuc, na maioria absoluta de seus membros não compactua com aqueles que jogam no atraso da categoria e que propõem a divisão.

O documento segue ainda relatando que “o programa da chapa Força Nova Combativa foi democraticamente discutido [...] e assumido por todos os membros da atual diretoria”.

107 O termo foi utilizado pela própria diretoria da entidade, conforme *Boletim Assuc*, n. 36, de 24 de maio de 1988.

108 *Boletim Assuc*, n. 36, 24/5/1988.

COMISSÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO HC

BOLETIM INFORMATIVO ANO I Nº 01 Maio/88

QUADRO DE CARREIRA: FOMOS ENGANADOS PELA REITORIA

O Quadro de Carreira tem sido o assunto mais constante entre todos os funcionários, desde o início das discussões até hoje. Isto porque finalmente vamos conquistar uma reivindicação antiga que significaria nossa valorização profissional e a correção de distorções salariais.

Hoje, estamos diante de uma inquirição generalizada e profunda confusão e ninguém se prontifica a nos dar qualquer resposta esclarecedora.

Nós da área hospitalar nos sentimos duplamente enganados, porque fomos obrigados (por força da necessidade) de abrir mão de nosso horário em troca de um Quadro de Carreira que é um direito nosso e por acreditar em falsas promessas.

DISCURSO POPULISTA

Fomos enganados por um discurso populista da Reitoria. E o Quadro de Carreira, na prática, já acabou para a grande parte dos funcionários da Universidade. Isto em função dos critérios arranjados pela Reitoria através da comissão Central, que impede a progressão (mobilidade) na Carreira.

Um exemplo disso são as profissões regulamentadas. O enfermeiro fica restrito ao enquadramento nos Sub-Grupos A e B; o Assistente Social, Biólogo, Bibliotecário, entre outras, nunca saíram do Sub-Grupo A. Se você é Assistente social, tem um bom currículo e 20 anos na Unicamp, morrerá no Sub-Grupo A. Só conseguirá ter progressão se tiver um cargo de direção.

A função do escriturário morre no Sub-Grupo B do médio; o auxiliar de serviços gerais morre no Sub-Grupo B do Básico.

Isso é um absurdo, na medida em que, nos fizeram acreditar que poderíamos ter um salário digno, independente de ter um cargo de chefia. E hoje essa possibilidade está mutilada.

REITORIA E QUÉRCIA: UM ARROCHO DUPLO NOS SALÁRIOS

Diante disso companheiros, quem neste momento tem alguma ilusão de que adianta ficar procurando cursos para melhorar o currículo e ter crescimento na carreira, desista! NÃO ADIANTA MAIS!

O que avaliamos neste momento é que a Reitoria cedeu às pressões do Quêrcia, ajudando a arrochar os nossos salários, quando nos impede de progredir nas carreiras através de critérios criados de última hora, inclusive desrespeitando as propostas das Comissões Locais.

Quêrcia e a Reitoria acham nossos atuais salários muito alto. A prova disso é que as Universidades tiveram o menor índice de reajuste dentro do funcionalismo (44%).

A nova comissão central que conta com sete docentes e sete funcionários (excluindo os três representantes da ASSUC), não têm nenhum compromisso conosco e sim com a Reitoria.

Neste sentido, nós da Área Hospitalar, que conhecemos as batalhas infrutíferas do companheiro JUN TANAKA (Tesorero da ASSUC e membro da CIA do HC), na tentativa de defender os interesses dos funcionários dentro da Comissão Central, propomos que o mesmo se retire desta comissão.

Em relação aos RECURSOS, todos os funcionários prejudicados devem recorrer, lembrando que se não lutarmos para que haja mudanças nos critérios IMPOSTOS PELA REITORIA, não adiantará nada.

Fonte: Acervo de Márcio José de Andrade da Silva.

Boletim ASSUC

TIRAGEM 10000 EXEMPLARES

GESTÃO : FORÇA NOVA COMBATIVA

campinas, terça feira 24 de maio de 1988

numero 36

NÃO É HORA DE CONFUSÃO!

Através deste Boletim estamos reforçando nosso compromisso de uma ASSUC em todas as lutas e de uma diretoria que se dispõe a trabalhar na entidade pela entidade, em defesa intransigente dos interesses do conjunto dos funcionários acima de qualquer questão político-partidária e de qualquer projeto pessoal. Entendemos que a ASSUC (entidade) não pode ser jogada em aventuras incosequentes e que acabam não contribuindo para o avanço de nossas lutas.

A diretoria da ASSUC, na maioria absoluta de seus membros não compactua com aqueles que jogem no atraso da categoria e que propõe a divisão que só interessa ao patrão: Reitoria, Quêrcia e Sarney e sua política de sugar o sangue da classe trabalhadora para pagar a dívida externa.

O programa da chapa Força Nova Combativa, foi democraticamente discutido com os funcionários em diversas unidades e assumido por TODOS os membros da atual diretoria. Este programa é o compromisso público que temos com os funcionários. É uma proposta e uma disposição de luta na prática, por um trabalho coletivo e coeso em defesa da categoria e com o indispensável respaldo desta.

DENÚNCIA

Mais de 100 (cem) pastas de funcionários da Nutrição HC sumiram. Isto é um caso de polícia.

A comissão de funcionários da Nutrição/HC se mobilizou e junto com a ASSUC denunciou o fato e cobrou a Reitoria. Entretanto os funcionários da Nutrição/HC tiveram que aceitar mais um enquadramento inicial e preencher novos questionários. A ASSUC exige que haja uma sindicância que apure os responsáveis pelo misterioso sumiço. Parte do problema está solucionado, exigimos a solução total e imediata!

Fonte: Acervo de Márcio José de Andrade da Silva.

Internamente na diretoria a condução política e administrativa da associação se dava de forma conflituosa. Uma ata de reunião, de 22 de agosto de 1988, narra o descontentamento de uma parcela da diretoria que não tinha acesso sequer à sede da entidade.

Pelo documento, após a reforma das instalações apenas o presidente (Edison), o tesoureiro (Eduardo) e o diretor de cultura (Sigefredo) detinham as chaves da sede, e Miguel Leonel, secretário geral, estava rei-

vindicando a posse de uma cópia. Miguel alegou que a proibição gerava desconfiança a seu respeito e que tal atitude mostrava o centralismo que uma parcela da diretoria exercia sobre os outros membros. Conta Edison Lins:

A disputa também acabou sendo pessoal [...] é impossível separar personalismo daquilo que não deveria, que deveria ser algo mais abrangente, mais coletivo. Aí começou uma série de problemas de relacionamento, começou a haver desconfiança.

Sueli Faria, membro da Força Nova Combativa que permaneceu até o fim do mandato, também explica a questão do personalismo existente no interior da gestão:

Eu acho que as questões pessoais eram muito ruins. Quando as pretensões pessoais começam a se diferenciar, extrapolam um conjunto e a meta de um grupo que tem uma visão, aí a coisa fica ruim. Eu tinha divergências homéricas com o próprio presidente da entidade, nós dois praticamente tínhamos um pacto, formal, nem precisávamos falar dele.

Miguel não conseguiu a chave. A ata narra que os membros do grupo “majoritário” defenderam a restrição ao acesso à administração da Assuc, porque para eles a parte administrativa deveria ficar separada da parte política.

Outro ponto de divergência entre os grupos no interior da Assuc era a respeito da realização do I Congresso dos Funcionários da Unicamp. Compromisso de campanha, até meados de 1989 a diretoria não divulgou o assunto.

O grupo de diretores ligados à CUT, manifestando preocupação com o descrédito que rondava a Assuc e as diferenças na forma de conduzir a luta e as reivindicações, o que de certa forma dividia a diretoria em dois blocos, alertava para a necessidade de uma entidade democrática “com um referencial de luta, independente da reitoria e do governo”. Sueli Faria explica:

A linha do grupo tinha tomado caminhos ruins, muita obediência à reitoria, que na época era o Vogt. O Vogt trazia o Edison Lins no cabresto e fazia com que as coisas acontecessem do jeito que ele [Vogt] queria. Foi ficando

muito feia essa coisa. Quando terminou a Assuc, eu morria de vergonha de andar com a turma.¹⁰⁹

Na tentativa de mudar o curso que a Assuc estava tomando, o grupo de diretores cutistas solicitava a imediata convocação de um “congresso democrático e soberano”. Sob pressão, pela primeira vez, a parcela majoritária da diretoria da Assuc resolveu publicar sua opinião sobre o assunto, em 8 de junho de 1989, mas o congresso não aconteceu nessa gestão.

BOLETIM	ASSUC
ÓRGÃO OFICIAL DE RESPONSABILIDADE DA COMISSÃO DE IMPRENSA DA ASSUC. JORNALISTA RESP: SUELY ALZENY Rmtb: 17.396	Nº 53 UNICAMP 08 de junho de 1989

SEM AMEAÇAS, CRISES FORJADAS OU CHANTAGENS DESNECESSÁRIAS

**VEM AI
CONGRESSO DOS
FUNCIONARIOS
DA UNICAMP**

**DISCUTA !
PREPARE-SE !!**

Pela primeira vez vai haver um Congresso Dos Funcionários da Unicamp. A atual diretoria incluiu a realização de um Congresso em seu programa, amplamente vitorioso, nas últimas eleições da ASSUC em 87.

O CONGRESSO SERÁ REALIZADO

A organização será feita por uma comissão composta por membros da Diretoria e Associados da ASSUC. Para definir o cronograma/calendário geral de preparação, organização e realização do Congresso, a diretoria da ASSUC deverá reunir-se até a próxima quarta-feira. E preciso, entre tanto, que todos os diretores da ASSUC, mesmo aqueles que, mais uma vez assumiram "Boletim" não oficial, compareçam à reunião com a disposição

**A QUEM INTERESSA UM
CONGRESSO DESORGANIZADO
E A TOQUE DE CAIXA ?**

Fonte: Acervo de Márcio José de Andrade da Silva.

109 Carlos Vogt iniciou sua gestão em 19 de abril de 1990.

Edison Lins declara:

Embora a gente defendesse a realização do congresso, a gente optou por não encaminhá-lo em função de todas as dificuldades conjunturais. Estava muito evidente essa dificuldade toda de relacionamento interno, de relacionamento com a oposição, que acabou sendo unificada. Ao fazer um congresso a gente ficaria refém dessas diferenças e não conseguiria dar um salto na organização da categoria. Um congresso para que se desse um golpe na diretoria ou destituisse a diretoria é claro que não era do nosso interesse, a gente queria terminar o mandato e, de repente, em função desse jogo, a gente corria o risco de não conseguir cumpri-lo.

A greve pela URP iniciada em setembro de 1988 também dividiu a direção. Desde o início da articulação da greve existiam duas concepções: o setor cutista entendia que, apesar de o funcionalismo estadual estar desgastado, as universidades estaduais tinham “força política para enfrentar o governo do Estado”. O grupo majoritário dizia que era “uma loucura” propor a greve só das universidades. Edison Lins explica:

Esse grupo [oposição e parte da diretoria] tinha a avaliação de que o meu grupo só tocou a greve porque houve uma pressão da categoria, mas isso não é verdade. Na assembleia não tinha nenhuma proposta de não começar a greve. [...] Acho que é um maniqueísmo muito complicado de se trazer para o âmbito de um movimento.

“Contra a vontade e o equívoco da avaliação dessa maioria, os funcionários massivamente, em assembleia, aprovaram a paralisação no dia 15/9/1988 por tempo indeterminado”, publicou o grupo cutista, que no ano seguinte decidiu deixar a direção da Assuc.

Geruza Lima sintetizou:

Eu comecei a ter problema com ele [Edison Lins] no dia da eleição. Estávamos lá no ginásio, contando os votos e escuto um telefonema da Tecla [membro da comissão eleitoral] para o Vogt, falando que a “gente” tinha ganhado a eleição. Eu quase morri quando escutei isso. Falei para o pessoal, mas já tinha passado o momento. Então, na verdade, eu sabia desde o dia da eleição que o resultado ia ser isso, que a gente ia enfrentar mesmo. Aí eu nunca mais confiei.

A DIRETORIA DA ASSUC RACHA NOVAMENTE

O acirramento das discordâncias da greve de 1988, aliado às posições divergentes com relação à convocação do I Congresso, às diferentes táticas de condução das lutas e à alegada falta de democracia interna, pelos membros do grupo cutista, levou a direção da Assuc à segunda cisão da história da entidade. Rosângela Martinhago lembra: “[...] Naquele momento, com o afastamento daquele grupo [cutista], a entidade foi se atrelando às políticas mais cooptativas da reitoria, mesmo na greve, e foi ficando mais para esse lado, que não era próprio da esquerda, que não era combativo”.

Em 13 de junho de 1989, oito diretores resolveram pedir demissão da direção da Assuc: Aparecido Honório (diretor de esportes), Celso Ribeiro (conselho deliberativo), Cidinha (conselho fiscal), Geruza Lima (primeira-secretária), Jun Tanaka (primeiro-tesoureiro), Márcio Roberto do Carmo (vice-presidente), Miguel Leonel dos Santos (secretário geral) e Pedrinho (conselho deliberativo).

“Ficamos com o número mínimo de membros que permitia o estatuto para continuar com a direção, aí foi aquele ‘deus nos acuda’. Buscamos o apoio da categoria para continuar o trabalho”, conta Domingos Pereira. E Eduardo Pinho Lopes revela: “[...] Lá dentro ainda havia divergências porque existiam pessoas de grupos divergentes [...]. Não existiam apenas dois grupos dentro da diretoria...”.

No mesmo dia, os dissidentes marcaram uma reunião para explicar à categoria os motivos de sua saída. Um boletim distribuído entre os funcionários destacava:

Foi um grande erro a composição de chapa com Edison Lins, Eduardo e companhia. Pensar numa gestão com democracia operária quando não se tem o mínimo espaço de discussão política e quando se tenta colocar esta discussão junto às bases é atacado com cassação de liberação e toda perseguição só vista em sindicatos pelegos.¹¹⁰

Edison Lins justifica:

110 Boletim intitulado *Oito diretores da Assuc pedem demissão*, 13/6/1989.

Nos primeiros seis meses acho que a coisa foi tranquila. A gente tinha um programa, conseguiu encaminhar algumas coisas, mas aí aquela discussão que tinha começado no processo de organização da chapa e na campanha começou a aparecer. Certamente os membros cutistas foram pressionados pelos fatos ou pela discussão em si e começaram a nos cobrar, como se a chapa que ganhou devesse seguir o programa da chapa que foi derrotada.

8 DIRETORES DA ASSUC PEDEM DEMISSÃO

CAMPINAS
13 DE JUNHO
DE 1989

OS MOTIVOS DA NOSSA SAÍDA:

Foi um grande erro a composição de chapa com Edilson Lins, Eduardo e Cía para a diretoria da ASSUC. Pensar em uma gestão com democracia operária quando não se tem um mínimo espaço de discussão política e quem do se tenta colocar esta discussão junto as bases, é atacado com cassação de liberação e toda perseguição só vista em sindicatos pelegos.

POR UMA ASSUC INDEPENDENTE DA REITORIA E DE QUALQUER CANDIDATO A REITOR!

Assim, a todos os companheiros da Unicamp que votaram e estiveram conosco nas reuniões por unidades, Assembleias gerais, nas greves, passeatas e atos em Campinas e São Paulo anunciamos publicamente a nossa DEMISSÃO em defesa de uma ASSUC independente da reitoria.

Aos companheiros que nos apoiaram e apoiam, que acreditam em nós (Márcio, Miguel, Jun, Geruza, Cidinha, Didinho, Celso e Pedrinho) e em

nosso trabalho em defesa da categoria anunciamos a nossa DEMISSÃO, por entender que a ASSUC enquanto entidade sindical a serviço dos trabalhadores da Unicamp, tem a obrigação de estar à frente das lutas da categoria, discutir avaliações e passos políticos frente à reitoria e ao governo do Estado, ao invés de ficar a reboque destes.

Para os companheiros do CLE, DGA-6, Biologia, Química Física, enfim, a todos os trabalhadores que estiveram do nosso lado e que pretendem construir a ASSUC como entidade de luta, classista, apelamos para que leiam com atenção o BALANÇO geral nas páginas internas.

QUEM ESTA' SAINDO:

MARCIO ROBERTO DO CARMO	-	VICE-PRESIDENTE
MIGUEL LEONEL DOS SANTOS	-	SECRETÁRIO-GERAL
GERUZA LIMA	-	1º SECRETÁRIA
JUN TANAKA	-	1º TESOUREIRO
AFARECIDO HONÓRIO (cidinho)	-	DIRETOR DE ESPORTES
CELSONO RIBEIRO	-	DIRETOR DO CONSELHO DELIBERATIVO

HOJE (QUARTA), ÀS 12 HORAS) NO CB -10
REUNIÃO DE ESCLARECIMENTO
COM TODOS OS FUNCIONÁRIOS DA UNICAMP

NAS UNIDADES (ESTAMOS À DISPOSIÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E REPRESENTANTES DE UNIDADES.)

HOJE QUARTA
LA., ÀS 8:30 HS

QUARTA
HC, ÀS 12:30 HS
NO A-02

QUARTA
INSTITUTO DE
FÍSICA

O grupo que se demitiu também pediu o entendimento por parte da categoria à sua decisão e agradeceu àqueles que apoiaram e acreditaram em sua luta. Ao deixar a entidade, os diretores defenderam “uma Assuc independente da reitoria e de qualquer candidato a reitor”.¹¹¹

João Raimundo Mendonça de Souza (Kiko) comenta:

O mote da política do pessoal ligado ao Edison [Lins] é institucional. Em torno dessa política, existia um atrelamento com a administração, principalmente com o vice-reitor da época, o Vogt. Eles eram do mesmo grupo. A gestão FNC juntou objetivos muito diferentes, e aí que a confusão se deu. O pessoal ligado ao PT e à CUT avaliou que tinha mais política, que nadaria de braçada e colocaria o Edison Lins no bolso. Acho que foi o contrário: o Edison Lins acabou colocando eles no bolso.

Domingos Pereira pondera:

A reclamação era de que houve uma aproximação muito grande da reitoria. A relação era de confronto onde precisava ter e houve. Destacaram-se as histórias dos boletins e também existia uma queixa de muita aproximação. Eu particularmente não identifico isso como um prejuízo para a categoria. Isso pode até ser constatado...

“Na minha análise, ao sair eles apostavam no fim da gestão Força Nova Combativa e no chamamento de nova eleição”, avalia Edison Lins. Sueli Faria opina:

Acontece que ele [Edison Lins] tinha esse problema que não era partidário, já era questão de servir a um deus mesmo. [...] Esses deuses geralmente são as pessoas que têm maiores poderes. Tem uma frase de Goethe que diz que você não pode servir a dois senhores. [...] Se você está no sindicato, uma coisa é importante ter em mente: o nosso deus, o senhor soberano é a categoria.

Outro fator que empurrou o grupo para o racha foi a cassação da liberação do vice-presidente Márcio do Carmo, que dificultou a atuação política na base. A cassação, na visão do grupo, tinha a intenção de re-

111 *Idem.*

taliar “aqueles companheiros que levantaram a questão das manobras da reitoria”.¹¹²

Para o grupo que permaneceu à frente da entidade, a “desliberação de Márcio ocorreu a partir de uma avaliação na diretoria, uma vez que ele não estava encaminhando o trabalho da entidade e como candidato a vereador, em 1988, seria liberado pelo Tribunal Eleitoral”.¹¹³

Ao mesmo tempo em que Márcio perdia sua liberação, o grupo majoritário liberava mais um aliado: João Batista de Almeida.

Explicaram os dissidentes:¹¹⁴

A partir desse fato, os liberados da Assuc, Edison Lins, Laércio, Divaldo, Fred e João Batista de Almeida, em sua maioria, se restringiram a um trabalho burocrático, sem trazer vantagens políticas para o trabalho de organização da entidade [...] dificultando o companheiro Miguel [liberado] e os companheiros não liberados à atribuição essencial da associação, que é de organizar e politizar a categoria.

“Dessa forma, a categoria ficou enfraquecida às ofensivas da reitoria”, concluíram.

Outro motivo relatado no boletim tratava das mais de 40 demissões no HC, decorrentes de uma mobilização que paralisou o hospital por três dias. Segundo o documento, somente os setores cutistas teriam se mobilizado politicamente em defesa dos trabalhadores, ao contrário da parcela majoritária, que teria recorrido a recursos de ordem jurídica. Como consequência da baixa mobilização, nem todos os trabalhadores foram readmitidos, “abalando mais uma vez a credibilidade da diretoria e da entidade”.¹¹⁵

A greve histórica de 1988 pela URP, que durou 60 dias, também provocou desentendimentos entre os dois grupos da diretoria. O primeiro deles, quanto ao seu encaminhamento, colocou de um lado o grupo cutista que avaliava o momento como favorável à deflagração de uma greve e, do outro, o grupo majoritário da diretoria, que achava que

112 *Idem.*

113 *Boletim Assuc*, n. 55, 15/06/1989.

114 *Boletim Oito diretores da Assuc pedem demissão*, 13/6/1989.

115 *Idem.*

o movimento estava desgastado e que não havia condições para sustentar uma greve que inicialmente seria apenas das três universidades.¹¹⁶

O segundo ponto que dividiu a direção ocorreu com a proposta de 80% + 15% (novembro e dezembro) oferecida pelo governador Orestes Quércia. O grupo majoritário, “com o mesmo discurso do reitor”, dizia nas unidades que a Unicamp voltaria ao trabalho, “contrariando a avaliação do comando das universidades”. Entretanto, uma numerosa assembleia, em 4 de novembro, deliberou pela continuidade da greve.

“Na semana seguinte, prejudicando a unidade do movimento e a ida para o ato no Palácio dos Bandeirantes, a maioria da diretoria ligada ao presidente erra mais uma vez e propõe o retorno ao trabalho”, considerou o grupo demissionário.¹¹⁷

O retorno ao trabalho não foi acatado pela assembleia, que mais uma vez decidiu pela continuidade da greve. Seis dias após o ato de 10 de novembro, a greve foi suspensa, em 16 de novembro de 1988.

Segundo avaliação das lideranças que defenderam a continuidade da greve, a proposta da diretoria provocou uma divisão forçada do movimento e, quando a greve chegou ao fim, “a reitoria impôs a reposição de 30 minutos diários, que durou mais de dois meses, conseguindo não só punir a greve, como também abrir caminho para reprimir futuros movimentos”. Em março de 1989, a reitoria da Unicamp também descontou os dois dias da greve geral.

Com a última denúncia de que a “Assuc não é empresa, tem que ser sindicato”, os demissionários puseram em xeque o controle da estrutura administrativa da Assuc por parte de Edison Lins e Eduardo Pinho Lopes. De acordo com o documento, os administradores vinham demitindo funcionários e contratando outros com regime temporário, por meio de agências de empregos, uma prática considerada condenável: “Essa condição já é um absurdo na empresa privada, imagine na administração de associação de servidores”, sentenciam.

Como resposta, os diretores acusados se pronunciaram disponibilizando os livros trabalhistas da entidade para consulta a todos os associados interessados.¹¹⁸

116 *Idem*.

117 *Idem*, p. 3.

118 *Boletim Assuc*, n. 55, 15/06/1989.

Edison Lins justifica:

No campo administrativo a gente percebeu que pra encarar o sindicato como uma coisa forte, com condições e estrutura pra defender a categoria, ele tinha de ser organizado em termos administrativos, então a gente renovou a maioria dos funcionários. Alguns nós preservamos, outros a gente trouxe.

Esses diretores também foram acusados de adquirir móveis e equipamentos de escritório sem consultar a diretoria executiva.

“Nós fomos maioria e aí, é interessante, teria até um outro dado que era os evangélicos e o PCB, que continuaram e foram até o fim da gestão”, relata Domingos Pereira.

Baseando-se numa “brecha” estatutária, a parcela majoritária da FNC reorganizou a diretoria, desautorizou os demais a falar em nome da Assuc e prosseguiu com o mandato até o fim. Mas os problemas estavam longe de ser eliminados. Sueli Faria conta:

Nós fazíamos reuniões à noite para deliberar o que iríamos fazer pela manhã, qual o rumo que daríamos para as coisas e, às vezes, a gente percebia que ele [Edison Lins] vinha no outro dia com uma outra direção da que nós tínhamos conversado em diretoria.

O MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO NA UNICAMP

O movimento de oposição na Unicamp teve origem já na década de 1970. Em conformidade com os movimentos de oposição nacionais, caracterizou-se principalmente pelas discussões sobre o combate à estrutura sindical do Ministério do Trabalho.

Embora a Assuc não fosse sindicato (era de fato, mas não de direito), a bandeira de luta pela derrubada dos “pelegos”, sustentada pela oposição, levou a chapa Luta Sindical à vitória, conquistando a direção da Assuc em dezembro de 1979.

Um documento elaborado pelo grupo de oposição à diretoria da Assuc, de 1988, resgatou os acontecimentos da época:

As primeiras atitudes públicas destas oposições eram comemorar um 1º de maio independente, sem e contra os pelegos. Foi assim em 1979, em que a

direção da Assuc [Clóvis Garcia] e as oposições metalúrgicas de Campinas e de Jundiáí conseguiram fazer um 1º de maio até hoje não superado [...].

Segundo o mesmo documento, em 1981, foi na sede da Assuc que se organizou a oposição metalúrgica de Campinas. A Assuc, ao dar grande parte do apoio financeiro e político a esse movimento de oposição, assumiu um papel determinante na organização das primeiras oposições sindicais em Campinas. Explica Miguel Leonel:

As lideranças do movimento sindical da Unicamp sempre tiveram um papel fundamental na construção da CUT Regional e na conquista de muitos sindicatos, como o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região. Sem a Assuc o Sindicato dos Metalúrgicos talvez não estivesse na mão da CUT.

Em 1982, ano repleto de discussões sobre a fundação da CUT, a chapa Solidariedade, “que tinha os olhos voltados para o sindicalismo livre da Polônia”, venceu a eleição da Assuc. Os motivos do racha dessa chapa, 18 meses depois de empossada, segundo avaliação da própria oposição, foram a falta da CUT como referência e a “febre eleitoreira”, que teria atingido vários grupos do PT.

Em 1983, o ano da fundação da CUT, o movimento sindical da Unicamp ainda não pôde contemplar a unidade cutista. Os grupos cutistas da antiga composição da Solidariedade continuaram divididos após o racha (A Primavera Será Nossa e Democracia e Luta), assistindo mais uma vez à ascensão da chapa Resistência, que se consolidou e se manteve na direção da Assuc por mais três anos (1984-1987).

O documento elaborado pela oposição à diretoria da Assuc mostra ainda que o grupo A Primavera Será Nossa continuou a mobilizar os trabalhadores da Unicamp. Opondo-se à diretoria da Resistência, Clóvis Garcia teria morrido detendo um abaixo-assinado com mais de 800 assinaturas de funcionários que pediam a destituição da diretoria da Assuc.

Em 1987, foi a vez de a chapa Avançar na Luta ocupar o espaço da oposição no movimento sindical da Unicamp. Sua composição, modificada, já não contava com a participação de Clóvis Garcia, falecido em

1985, e de outros cutistas que no momento de formar a chapa decidiram fazer parte da chapa concorrente, a Força Nova Combativa.¹¹⁹

“Pela primeira vez desde 1982 vamos ver petistas e cutistas na Unicamp junto com PCB e pelegos. É um retrocesso na luta histórica contra o reformismo e o sindicalismo oficial na Unicamp”, avaliou o documento do grupo Avançar na Luta.

Historicamente, o grupo de oposição da Unicamp, surgido em 1979, mesmo passando por várias mudanças, manteve um núcleo central ao longo da década de 1980, marcando presença em todos os movimentos importantes de Campinas, antes e depois da fundação da CUT. O presidente da Luta Sindical, Clóvis Garcia, foi o primeiro presidente do diretório do PT de Campinas e o primeiro vereador eleito pelo Partido dos Trabalhadores no município.

O Movimento de Oposição Unificado

Mas foi durante a gestão da Força Nova Combativa (1988-1990) que o movimento de oposição na Unicamp, antes dividido por rachas que provocaram a desarticulação e o enfraquecimento desses grupos, “amadureceu” e decidiu se unificar.

A chapa Avançar na Luta, após perder a eleição para a Força Nova Combativa, como o grupo A Primavera Será Nossa fez em 1985, iniciou em 1988 a publicação mensal de boletins com a identificação da CUT, intitulados *Avançar na Luta – Boletim da Oposição dos Servidores da Unicamp (Assuc)*.

Jefferson Lee constata: “A gente se manteve enquanto oposição organizada, com boletins mensais, com crítica, com contribuição para a categoria. Nesse processo, a gente foi conseguindo bastante referência dentro da categoria”.

Por eles, confrontava-se principalmente a conduta política da diretoria da Assuc, avaliando sua atuação quanto às campanhas salariais, à implantação do quadro de carreiras, à atuação da bancada dos funcio-

119 Os “outros” cutistas são Miguel Leonel/PT, Márcio do Carmo/MNU, Geruza Lima/CS-HC e Jun Tanaka/HC.

nários no Consu e à realização do I Congresso dos Funcionários da Unicamp.

Entretanto, em meados de 1989, com a saída de oito membros diretores da Força Nova Combativa, a crise que já havia se instalado na diretoria da Assuc ganhou expressão. Domingos Pereira avalia:

Com esses embates surgiu o Movimento de Oposição Unificado, que fazia suas críticas e, naquela época, ele aparecia muito, era muito significativo, era uma coisa nova. As pessoas não estavam acostumadas a confrontar e expor suas críticas, então ele foi muito positivo.

Várias lideranças do movimento sindical da Unicamp, entre elas os membros da chapa Avançar na Luta (composta pelas correntes CUT pela Base e Convergência Socialista) derrotada em 1987, lançaram um manifesto em que apresentaram “soluções” para a “crise na diretoria da Assuc”: a organização do congresso dos funcionários da Unicamp e a formação de uma oposição unificada à diretoria da Assuc.¹²⁰ O documento explicava:

Com a demissão dos diretores cria-se um fato político que, em que pese o abalo da entidade, ao menos possibilita à categoria discutir e entender os fatos que corriam em forma de boato, e intervir nos destinos da nossa entidade. [...] Achamos necessária a realização do congresso dos funcionários da Unicamp, não só para dar um desfecho ao debate interno da diretoria, mas para instrumentalizar a categoria com um plano de lutas.¹²¹

Ao mesmo tempo em que apontava possíveis soluções para a crise no interior da Força Nova Combativa, o grupo de oposição conclamava aqueles que se opunham à diretoria da Assuc (inclusive os diretores demissionários) a se juntarem em torno de um Movimento de Oposição Unificado, engajado nas lutas democráticas, que respeitasse as divergências internas e as decisões tomadas coletivamente pelos funcionários e

120 Manifesto “Assuc: A saída é organizar o Congresso dos Trabalhadores da Unicamp”, de 21 de junho de 1989, assinado pelos membros das correntes CUT pela Base e Convergência Socialista, que compuseram a chapa Avançar na Luta, em 1987.

121 *Idem*.

que defendesse os princípios da CUT, a “grande referência sindical e política da classe trabalhadora”.¹²²

Uma reunião para a formação da oposição unificada à diretoria da Assuc foi marcada para o dia 21 de junho de 1989. Lembra Celso Ribeiro: “A gente começou a operar a partir desse movimento e esse movimento estava com todo mundo, o pessoal da Convergência, o pessoal petista, comunista, que depois culminou com a formação da chapa *É Proibido Proibir*”.

Em 1989, a recém-criada Corrente Sindical Classista (CSC) expôs suas críticas à atuação dos membros que continuaram à frente da Assuc. Ao comparar a situação dos servidores da Unicamp à crise vivida pelos trabalhadores brasileiros perante as políticas econômicas do governo Sarney, a CSC declarou:

Para fazer frente a essa situação, deveríamos ter uma entidade forte. Mas ainda temos o agravante de ter nossa entidade [a Assuc] com uma diretoria desacreditada e sem condições de encaminhar qualquer luta. Há tempos a diretoria vem se marcando por sua postura vacilante diante da reitoria, não atuando diante dela, não atuando na organização dos funcionários e levando a entidade a um completo marasmo, deixando os funcionários sem perspectiva de luta.¹²³

A Corrente Sindical Classista, que desde 1986 se desenvolveu à esquerda da Central Geral dos Trabalhadores, em janeiro de 1988 deixou a CGT e, em agosto de 1989, decidiu integrar-se à CUT.

122 Segundo um dos primeiros documentos elaborados pelo movimento de oposição à Assuc, o grupo de oposição à diretoria foi inicialmente composto pelos seguintes funcionários: Ângelo Rafael Barreto (IF), Carmem Santorion (HC), Carlos José Joaquim – “Carlinhos” (CCU) –, José Emílio de Freitas (DGA-6), Virgilina Maria Soares – “Gina” (SAE) –, Simone Cristina Nogueira (DGRH), Jefferson Lee de Souza Ruiz (DGA-6), Fernanda Maria Andrade Vargas de Souza (HC), Vivien Helena de Souza Ruiz (DGRH), Antônio de Pádua Ilanes – “Toninho” (Restaurante I) –, Maria do Carmo Biajone (SAE), Maria José da Cunha (HC), João Batista de Moraes Moreira (IF), Elisabeth Cardozo (DGA-5), Márcio José de Andrade da Silva (DGRH), José Costa Pinheiro (IQ), Zilda Santesso (SAE), Marcelo (DGRH), José Vitório Zago (Imecc), José Luís Pio Romera (IA), Luiz Gonzaga de Carvalho – “Nugett” (DGA-6) –, Vanda Sattui Russo (SAE) e João Mendes de Oliveira (HC).

123 *Boletim da Corrente Sindical Classista* n. 1, julho de 1989.

Por esse motivo, aliado ao descontentamento com a gestão Força Nova Combativa e à afinidade de propostas com os demais segmentos da oposição, os militantes da CSC (vinculada ao PCdoB) na Unicamp entendiam que a saída para os trabalhadores da Unicamp era uma oposição forte e unitária. Rosângela Martinhago relata: “O nosso movimento foi crescendo de fato durante a greve de 1988. Fomos atropelando a entidade e conduzindo o movimento até que no final a categoria superou a Assuc e se organizou enquanto oposição”.

Outra representante da CSC, Sandra Marli Scutti, também reflete o momento:

Esses setores estavam se aglutinando, o fim da greve de 1988 foi um período em que toda a oposição estava se organizando: [...] a CSC, que era uma força minoritária e nova, [...] a CUT pela Base, corrente forte do PT no movimento sindical, o Movimento Negro Unificado e a Convergência Socialista, que já tinha sido das direções anteriores. A oposição se organizou e se fortaleceu e começou a acompanhar as atividades da Assuc de forma organizada, originando a chapa É Proibido Proibir.

A Corrente Sindical Classista, além de se pautar na “defesa de um sindicalismo classista, de luta, unitário, participante das lutas da categoria e das lutas de todo o povo por melhores condições de vida, salário, trabalho e por liberdade e progresso para nosso país”, internamente, defendeu a organização de um congresso dos funcionários da Unicamp, “deliberativo, precedido de ampla discussão e com delegados escolhidos a partir de teses, defendidas em reuniões setoriais amplamente divulgadas e convocadas”.¹²⁴

João Raimundo Mendonça de Souza (Kiko) retrata o momento:

Na medida em que foi ficando claro o atrelamento da Assuc à reitoria, foi se gestando também uma perspectiva de se construir uma oposição. A Assuc desgastada, as figuras históricas da universidade, que foram para a FNC, desgastadas. Sentimos que aquele era o momento de nos credenciar enquanto alternativa de oposição.

124 *Idem.*

O grupo Resistência foi o único a criticar publicamente a formação do Movimento de Oposição Unificado. Por meio de um boletim subscrito por ex-diretores da Assuc, o grupo lamentava ver novamente a “Assuc ser dividida”. Para ele, o racha da diretoria da Força Nova Combativa representava “uma total falta de responsabilidade e consideração à categoria que os elegeram”. E o grupo reclamava: “Não conseguimos entender qual é a democracia da Força Nova Combativa”.

Além disso, os ex-diretores criticavam o chamado dos membros da chapa Avançar na Luta para a formação de uma oposição unificada, que incluiria os diretores que haviam deixado a Assuc.

Sem o apoio do grupo Resistência, mas com um número considerável de forças aliadas, em 29 e 30 de abril de 1990, a oposição realizou seu primeiro encontro. De acordo com o documento do Movimento de Oposição Unificado, as discussões em torno da conjuntura nacional, da problemática interna e da atuação da oposição na universidade tornaram evidente “a necessidade de reunir os funcionários de forma ampla e organizada, no sentido de recolocar a entidade [Assuc] nos rumos que a categoria desejava. [...] Uma entidade classista, democrática, de luta e independente da vontade da reitoria”.¹²⁵

Jefferson Lee relata: “A gente tinha uma clara análise política daquele momento, que o Edison tinha proximidade – isso foi comprovado em vários momentos da história – com o grupo que ficou na reitoria da Unicamp por vários anos”.

Miguel Leonel recorda: “O importante era que as pessoas fossem cutistas, combativas etc. ‘Vamos unir todas as forças e fazer algo unificado, construir a unidade na diversidade’. A partir daí, começou a ser construída a chapa É Proibido Proibir”.

“Composto por funcionários comprometidos com um sindicalismo classista, de oposição à diretoria da Assuc e às políticas de Vogt, Quércia e Collor, desatrelado da reitoria e que reconhece a CUT como referência da luta dos trabalhadores do país”¹²⁶, o Movimento de Oposição Unificado realizou em 17 de outubro de 1990 a convenção para a compo-

125 *Boletim do Movimento de Oposição Unificado*, maio de 1990.

126 *Boletim do Movimento de Oposição Unificado*, outubro de 1990.

sição de uma chapa única para concorrer à eleição da Assuc, marcada para 28 e 29 de novembro de 1990.

A disputa eleitoral de 1990

A disputa pela direção da Assuc para o período de 1991-1993 deu-se entre duas chapas: *É Proibido Proibir* e *Nossa Chapa*.

A primeira reuniu a oposição unificada, cuja composição contou com as forças políticas do PT e da corrente *Convergência Socialista*, MNU e PCdoB. Já a segunda, a *Nossa Chapa*, indicada pela situação, mesclou diretores da FNC e lideranças de antigas direções ligadas ao PCB e outras ligadas à estrutura administrativa da universidade.

Após o desgaste sofrido pela Força Nova Combativa ao longo do mandato (acusações de relação “umbilical” com a reitoria, desentendimentos nos encaminhamentos da greve de 60 dias, racha interno e atraso na realização do congresso dos funcionários), a chapa da oposição unificada, *É Proibido Proibir*, teve uma adesão surpreendente e venceu a eleição com cerca de 75% dos votos válidos. Foi a maior vitória da oposição desde a consagração da chapa *Luta Sindical*, em 1979.

A chapa *É Proibido Proibir* foi formada a partir de uma convenção realizada em 17 de outubro de 1990, no Instituto de Física. Com um número expressivo de participantes, a convenção, orientada pelas normas da CUT, contou com 404 funcionários.¹²⁷

A disputa para a composição da chapa deu-se entre dois grupos: *É Proibido Proibir*, encabeçada por Jefferson Lee de Souza Ruiz, com orientação ideológica do PT (majoritariamente CUT pela Base, e do PCdoB, por meio da Corrente Sindical Classista), e pelo grupo *Democracia e Luta*, encabeçado pela funcionária Margarida Barbosa, sob a influência do MNU e da *Convergência Socialista*.

A chapa *É Proibido Proibir* venceu a convenção com cerca de 70% dos votos, proporção mantida na composição da chapa de oposição à diretoria da Assuc.

127 Conforme lista de presença da Convenção da Oposição Unificada, ocorrida em 17 de outubro de 1990.

CUT CHAPA DE OPOSIÇÃO É PROIBIDO PROIBIR

Eleições ASSUC/90
Dias 28 e 29/novembro

Esta é dos funcionários

Formada na Convenção de outubro/90 com a participação de mais de 400 companheiros.



DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: JEFFERSON (DGA-6)
Foi representante dos funcionários da DGA-6 na CLA e na Comissão de Funcionários. É da direção da CUT regional.

Vice-presidente: ZÉ LUIZ (IA)
É representante dos funcionários no CONSU, no IA na CSA e na Comissão de funcionários. Foi membro eleito na Congregação do IA.

Secretária geral: MARGARIDA (CAISM)
Foi diretora da ASSUC na gestão "Solidaridade" (1981). Era membro da Comissão de funcionários do HC (1982-1985). É militante do movimento negro.

1º secretário: MANUEL (CEMEQ)
É representante eleito dos funcionários da CSA. Tem contribuído com a organização da Comissão de Funcionários do CEMEQ.

Tesoureiro: JOÃO RAMUNDO (Kilo DGA-6)
É representante eleito dos funcionários na DGA-6 na Comissão de Funcionários e na CSA.

1º tesoureiro: ZAGO (IMECC)
Foi o 1º presidente da ADUNICAMP (1977). Delegado ao Congresso de fundação da CUT em 83. Membro da diretoria eleita da ASSUC gestão "Luta Sindical" (1979) e da Comissão dos Funcionários do IMECC.

Departamento de Cultura: ROSÂN - GELA (HC)

É representante dos funcionários no CONSU. É membro da Comissão de Funcionários do H C. Foi presidente e atualmente é diretora da União de Mulheres de Campinas.

Departamento de Patrimônio CUNHA (HC-Lavanderia)
É representante dos funcionários da lavanderia no HC e milita no movimento popular e nas comunidades de base do Jd. Florence.

Departamento de Esportes: BETH (DGRH)
Membro da Comissão de funcionários e do Conselho da DGRH. É militante do Movimento Negro Unificado.

CONSELHO FISCAL
YVIVEN (DGRH)
É representante eleita da CSA e membro da Comissão de Funcionários. Foi da Comissão de realocação durante a Reforma Administrativa. Pertence a Associação de Moradores do Jd. São Vicente.

JOÃO PAULO (CEMEQ)
Atua na organização da Comissão de Funcionários do CEMEQ. Foi representante eleito da CLA e DGA-6. É diretor da Cooperativa INOCOP.

NÉLSON (APA)
É membro eleito da CIPA (1989). Foi

representante dos funcionários no CONSU e é da Comissão de Funcionários do HC.

CONSELHO DELIBERATIVO

MÁRCIO (IA)
Cipeiro eleito (1989) e membro suplente da Congregação do IA.

JOÃO (IF)
É representante da Congregação e do Conselho Interdepartamental do IF. Foi membro da Comissão dos Funcionários do IF.

ADRIANA (CRECHE)
É representante da CSA desde 89.

SÁNDRA (DGRH)
É representante eleita da CSA e da Comissão de Funcionários.

TONINHO (RESTAURANTE I)
É representante dos funcionários do restaurante. Foi cipeiro eleito gestão 89/90.

ÂNGELO (IF)
Foi representante dos funcionários na Congregação e na CLA. É representante dos funcionários no CONSU e na Comissão de Funcionários do IF.

LUCIANO (IFCH)
É representante eleito da Comissão de Funcionários do IFCH e da Congregação.

CHICO (IB)
É representante da Comissão de Funcionários do IB.

FUBÁ (FEAGRI)
Representante eleito da Comissão de Funcionários da FEAGRI nos comandos de greve.

GONZAGA (IE-vigilância)
Representante eleito da Comissão de Funcionários do IE e da Comissão de Funcionários da vigilância.

ANTÔNIA (IMECC)
Contribui com a organização dos funcionários do IMECC e participa da Associação de Moradores da Fc. Manoel da Nóbrega.

ZILÁ (COTUCA)
Representante dos funcionários no COTUCA. Foi membro eleita na CLA E da CIPA.

MENDES (HC-engenharia)
Membro da Comissão dos Funcionários do HC. Foi cipeiro eleito.

JUAREZ (IMECC - manutenção)
Cipeiro eleito desde 89. Foi representante dos funcionários da manutenção.

FÁTIMA (HC-enfermagem)
Tem contribuído com a organização dos funcionários do HC. Milita no movimento popular e nas comunidades de base.

Fonte: Acervo de Márcio José de Andrade da Silva.

Jornal da

NOSSA CHAPA



ano 1 número 1



Gente que tem tradição de luta pelos funcionários da Unicamp!

A NOSSA CHAPA sem demagogia de "convenção fechada", foi formada por um grupo de funcionários com tradição de lutas na UNICAMP. Pessoas sérias e responsáveis, pessoas com grande experiência na direção da própria ASSUC e de novas lideranças que surgiram ultimamente.

A NOSSA CHAPA é totalmente independente da Retoria, de partidos políticos e de grupos organizados, ao contrário da outra chapa concorrente.

Ao invés de apenas ficar mentindo e criticando, apresentamos em primeiro lugar um PROGRAMA DE TRABALHO que não é ilusório, mas que com certeza **S E R Á** cumprido pela NOSSA CHAPA quando for eleita.

Ao contrário da outra chapa, a NOSSA CHAPA não tem CUT ou partido político financiando nossa campanha, estamos usando nosso próprio dinheiro e daqueles funcionários que nos apoiam.

A NOSSA CHAPA se preocupa, em primeiro lugar, a defender os interesses e direitos dos funcionários da UNICAMP, independente de partidos políticos. portanto nosso slogan é: **A ASSUC SERÁ SINDICATO E NÃO COMITÊ DE PARTIDOS POLÍTICOS.**

Assim alertamos os companheiros associados para não acreditarem em velhas promessas e enganagens (aliás os membros da outra chapa só sabem fazer isso, e muito bem por sinal).

CUIDADO com oportunistas e imaturos, **CUIDADO** com aqueles que só sabem falar e falar e na hora "H" fogem do pau e deixam você na rua da esperança.

LEIA COM ATENÇÃO O NOSSO PROGRAMA E PERCEBA A COERÊNCIA DE QUEM PRETENDE TRABALHAR POR VOCÊ, PELA ASSUC !!

Fonte: Acervo de Armando Comunale Junior.

Dos 27 cargos na diretoria, distribuídos democraticamente na convenção, 18 vagas foram conquistadas pela É Proibido Proibir (14 ficaram com o PT e 4 com o PCdoB) e nove vagas pela chapa Democracia e Luta (5 da Convergência Socialista e 4 do MNU).

Embora as correntes políticas tivessem uma organização mais efetiva, a composição das chapas que disputaram a convenção contou ain-

da com a participação de trabalhadores que, apesar da afinidade com a atuação política dessas correntes, permaneciam independentes. Jefferson Lee lembra:

Era a convenção para montar a chapa, porque para atender a todo mundo que tinha participado da convenção com diferentes posições, pra entrar na luta com todos os trabalhadores, não precisava ter uma pessoa principal. É a nossa força que faz a gente andar. [...] Foi muito interessante.

Os ex-diretores da Força Nova Combativa, ligados à CUT, que pediram demissão no meio do mandato, apoiaram a chapa de oposição, mas não participaram de sua formação. Essa decisão foi tratada durante as várias reuniões do Movimento de Oposição Unificado: o grupo permaneceria no apoio à construção da chapa, mas sem fazer parte dela.

Miguel Leonel explica:

Na época da montagem, a avaliação do grupo era a de que eu estava queimado. [...] Esse desgaste todo, e mais essa divisão, acabou a partir dessa nossa saída, configurando um novo grupo de oposição. E, aí sim, existe uma coordenação do Jefferson que vem com esse raciocínio firme e forte, e eu, de certa maneira, também já estou muito contaminado com essa ideia de que nós erramos, que é preciso construir uma coisa com todas as forças, independente de ser desta ou daquela corrente. O importante é que as pessoas sejam cutistas, combativas etc. Vamos unir todas as forças e fazer algo unificado, construir a unidade na diversidade.

Celso Ribeiro de Almeida, outro diretor dissidente da FNC, também sintetiza a decisão: “Tinha um acordo que o pessoal do racha da Força Nova Combativa não estaria na chapa, para não ter um certo desgaste, por isso permanecemos apenas no apoio”.

E Jefferson Lee declara: “Houve uma discussão de que as pessoas que estiveram na Força Nova Combativa não poderiam integrar a *É Proibido Proibir*, porque a chapa vinha com uma clara intenção de ser oposição”.

A manutenção do nome da chapa, *É Proibido Proibir*, foi decidida na convenção. Jefferson Lee explica:

A gente soltou um boletim para lançar a nossa chapa na convenção. [...] Eu lembro que o Zé Luís sugeriu esse título pro boletim. O boletim tinha meia página, mas foi um sucesso, repercutiu muito. Mas o folclore interessante é que correu um boato na Unicamp de que o Vogt imaginava soltar uma medida para os estudantes, e isso se esparramou. O *Estadão* soltou uma nota, que o reitor chegou baixando norma, inclusive impedindo as meninas de andar de minissaia: “Uma chapa sindical que vai disputar a eleição do sindicato não teve dúvida, botou o nome de *É Proibido Proibir*” [...], fazendo a relação de que o nosso nome era por causa das pernas das meninas na universidade.

Na verdade, em repúdio às atitudes autoritárias do reitor Carlos Vogt, como a Portaria 176/90, o nome da música de Caetano Veloso inspirou a oposição unificada e também revelou a repressão por que passavam os trabalhadores da Unicamp no fim da década de 1980 e início da de 1990.

Vale registrar que, durante a campanha, a chapa *É Proibido Proibir* já sofria repressões. Uma denúncia sobre má utilização de verba pública por parte da reitoria da Unicamp, publicada num boletim de campanha, rendeu ao presidente da chapa um processo na Justiça. O boletim divulgou que “o reitor baixou uma portaria, de n. 173/90, transferindo recursos da ordem de Cr\$ 788.028.683,00 das verbas destinadas a gastos com pessoal para outros fins”.¹²⁸

Jefferson Lee explica: “[...] A gente fazia uma denúncia de má utilização de verba pública na universidade, de coisas que ele [Vogt] fazia, que a gente suspeitava [...] sem processo licitatório, irregulares [...]”.

Uma charge publicada no boletim logo após a vitória da chapa também serviu para processar o presidente da *É Proibido Proibir*, Jefferson Lee, que diz: “Ele acusava a gente de estar utilizando preconceito contra o fato de ele ter uma deficiência de um acidente que ele sofreu”.

Meses mais tarde, o autor da charge, o diretor da Assuc, Márcio José de Andrade da Silva, que assumiu na Justiça a autoria do desenho, foi demitido por “justa causa”.

128 *Boletim da Chapa É Proibido Proibir*, novembro de 1990.

**MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO
UNIFICADO**

CUT

CUT/88

A MAIOR CONVENÇÃO DA NOSSA HISTÓRIA!

Quarta-feira passada, quem passou pela região do básico deve ter estranhado o grande número de pessoas se dirigindo para o IF-30. Nada menos que 404 companheiros estiveram presentes à convenção da oposição, sem contar aqueles que não assinaram as listas de presença.

Os funcionários demonstraram a sua grande vontade de ter uma entidade forte, combativa, independente da reitoria, cutista, e escolheram, dentre vários companheiros de luta da Universidade, a chapa que, junto com os funcionários, mudará os rumos da ASSUC a partir de janeiro do ano que vem.

Foi o pontapé inicial para as duas grandes vitórias que virão em novembro: a primeira na nossa greve, a partir do dia 08 e a segunda nas eleições para a ASSUC, nos dias 28 e 29.



DADOS DA CONVENÇÃO

UNIDADES PRESENTES: 39

(CAISM, BC, IA, HC, IE, IQ, IF, FEAGRI, DGA-6, CECOM, Creches, SAE, CT, FCM, IB, SG, FEE, FEA, IEL, FEF, Pq. Ecológico, IG, CEMEQ, DGA's, IFCH, CEB, Colégio Técnico de Campinas, DGRH, Editora, COJEC, Reitoria, PRE, Cto. Lógica, FER, DCE, FEM, NEPO, APEU, FE)

ENTIDADES PRESENTES: 07

(CUT Regional Campinas, DCE, ADUNICAMP, PT Campinas e Estadual, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Campinas, Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e região, Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira).

(veja mais dados no verso) 1233

Fonte: Acervo de Márcio José de Andrade da Silva.

A TRANSIÇÃO DE ASSUC PARA STU

O PRIMEIRO ANO DA GESTÃO É PROIBIDO PROIBIR

A chapa *É Proibido Proibir* venceu com 3.394 votos a única concorrente, a *Nossa Chapa*, que obteve 1.121 votos.¹

Escolhida por cerca de 75% dos votos, a diretoria da Assuc para o triênio 1991-1993 teve a seguinte composição:

Diretoria

Presidente: Jefferson Lee de Souza Ruiz

Vice-presidente: José Luís Pio Romera

Secretário geral: Margarida Barbosa

Primeiro-secretário: Manuel José da Costa Neto

Tesoureiro geral: João Raimundo Mendonça de Souza (Kiko)

Primeiro-tesoureiro: José Vitório Zago

Diretor social e de esportes: Elizabeth Cardozo

Diretor de sede e patrimônio: João Batista de Almeida

Diretor de educação e cultura: Maria José da Silva Cunha

Conselho fiscal: Juarez Cândido

Maria de Fátima Gonçalves

Nelson Elias Pereira

Conselho deliberativo: Ângelo Rafael Barreto

Antônia dos Santos Pacheco

Antônio de Pádua Ilanes

1 *Boletim Assuc*, n. 132, 30/11/1990.

Adriana Silva Carmo
Francisco Ângelo Malatessa
João Batista de Moraes Moreira
João Paulo Ribeiro
José Roberto Mendes
Luciano Ricardo Francischetti Dantas
Luiz Gonzaga de Oliveira
Márcio José de Andrade da Silva
Órfã Zilá Siqueira
Roberto Carlos de Souza (Fubá)
Sandra Marli Scutti
Vivien Helena de Souza Ruiz Souza

Conforme previa o estatuto, a diretoria tomou posse em 15 de janeiro de 1991. Depois de um mês, publicou o primeiro balanço financeiro da Assuc e apresentou as dificuldades administrativas que deveriam ser superadas de imediato:

Em 15 de janeiro de 1991 assumimos a Assuc, que se encontrava em situação precária, herança da antiga diretoria:

- Dívida acumulada com a CUT desde janeiro de 1990;
- Estornos em valor elevado (cerca de Cr\$ 3 milhões);
- Retirada de microcomputador pela reitoria, afetando o trabalho com os convênios;
- Funcionários da Assuc com salários inferiores a um salário mínimo vigente ou abaixo da média da Unicamp (dois casos).²

Outro agravante foi o fim das aplicações financeiras em curto prazo, promovido pelo Plano Collor 2, que até 1990 rendiam aproximadamente 50% da receita da entidade.

Uma das providências tomadas pela direção para reverter os problemas financeiros foi a proposta de aumento das mensalidades de 0,3% para 1% do salário-base. Mas tal atitude não surtiu efeito imediato. Durante um ano, a decisão teve de derrotar a intransigência da reitoria, que interferia na liberdade de organização sindical dos trabalhadores.

2 *Boletim Assuc*, n. 155, 14/2/1991.

Aprovada em assembleia, em junho de 1991, a proposta só tornou-se realidade em 1992, com a derrota da reitoria no Consu, assunto que será abordado no próximo volume desta obra.

Além das dificuldades administrativas, a gestão É Proibido Proibir teve de enfrentar uma dura conjuntura política e uma forte repressão por parte da reitoria.

A CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA NO INÍCIO DOS ANOS 1990

A década de 1980 foi marcada pela ascensão do “novo sindicalismo”, pelo fortalecimento das organizações dos trabalhadores e por inquestionáveis vitórias daquele movimento.

Especificamente no setor público houve um favorecimento com a aprovação da Constituição Federal de 1988. A Constituição representou “uma conquista importante dos servidores públicos em termos do significado subjetivo no processo ainda incompleto de transição de consciência e de práticas de servidores para trabalhadores públicos”.³

Entretanto, já no início da década de 1990 evidenciou-se uma situação contrastante, que apresentava um descenso da organização, adoção de novas táticas e diminuição do número de mobilizações.

A crise do “novo sindicalismo” e a reação dos trabalhadores brasileiros diante da política econômica neoliberal

A mudança gradativa por que passou o sindicalismo combativo, entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, que substituiu a tática do confronto por um modelo mais propositivo, pode ser relacionada a vários fatores. Entre eles:⁴

- A derrota da candidatura Lula, em 1989, que desnorтеou parte das lideranças sindicais, que viam desaparecer as possibilidades de conquistar o poder político por meio de um partido político afinado aos interesses da classe trabalhadora;

3 Nogueira, 1999.

4 Galvão, 1996.

- O processo de institucionalização e burocratização vivido pela CUT do III ao IV Congresso, que acarretou um distanciamento entre a cúpula e a base do movimento sindical;
- O desmoronamento do Leste Europeu, que deixou a esquerda órfã e sem perspectiva de qualquer transformação social global em curto prazo;
- A posse de um presidente eleito pelo voto direto (Collor), que conferiu legitimidade ao “núcleo central do poder político”;
- A adoção da alternativa neoliberal, que impulsionou o processo de reestruturação produtiva no Brasil;
- O surgimento de uma nova central, a Força Sindical, num contexto de agravamento da crise econômica, que acirrou a concorrência no cenário sindical.

De maneira geral, as entidades sindicais “reconhecem que, entre 1990-1992, decresceu tanto o número de greves como o de grevistas”, mesmo considerando que essas “se mantiveram em patamares relativamente próximos aos da média do período mais recente, isto é, a partir de 1985”.⁵

A diretoria da *É Proibido Proibir*, analisando a conjuntura, percebeu as debilidades do sindicalismo brasileiro e antecipou a avaliação que fariam vários autores anos mais tarde.

Os trabalhadores brasileiros entram em 1991 com grandes batalhas a serem travadas. Após alguns meses de enrolação no “entendimento nacional” no qual equivocadamente a CUT participou, como reconheceu o companheiro Menequelli, chegou a hora da mobilização.⁶

1991 será um ano de muita luta. O governo Collor, além de confiscar poupanças e arrochar nossos salários, pretende intensificar o ataque ao serviço público e às nossas conquistas (por exemplo, quer acabar com a aposentadoria por tempo de serviço).⁷

5 Noronha, 1994.

6 *Boletim Assuc*, n. 145, janeiro de 1991.

7 *Boletim Assuc*, n. 147, 21/1/1991.

A greve geral de maio de 1991

Em 22 e 23 de maio de 1991, a CUT, juntamente com as duas CGTs “realizaram uma paralisação nacional com características de greve geral”. A tônica era de mobilização contra a política econômica do governo Collor.⁸

Um movimento de protesto da classe trabalhadora contra o projeto neoliberal do governo Collor, “[...] se não teve a amplitude desejada, serviu para mostrar o descrédito do governo entre os trabalhadores e dar mais um chute no ‘aquilo roxo’ do Collor”.⁹

Na Unicamp, a greve teve adesão de 60% dos funcionários, atingiu 80% entre os docentes e recebeu o apoio dos estudantes.

O IV Concut

Como foi apresentado no capítulo anterior, o III Congresso Nacional da CUT (Concut), realizado entre 7 e 11 de setembro de 1988, aprovou várias regras para a reestruturação organizacional da central, como a restrição à participação das bases e das oposições sindicais nas decisões internas.

O IV Concut ficou marcado pela polarização entre dois blocos: um liderado pela “Articulação Sindical, em aliança com a Nova Esquerda, a Vertente Socialista, a Força Socialista e a Unidade Sindical”, e outro dirigido pela chamada Esquerda Socialista, “que reunia todas as outras tendências capitaneadas pela CUT pela Base, Corrente Sindical Clas-sista, Convergência Socialista”.

Vale destacar as razões e as principais divergências dessa divisão dentro da CUT:

- 1) a postura que “a CUT deveria adotar em relação ao governo e aos patrões”,¹⁰ sendo que a Articulação Sindical apontava para a possibilidade de um “entendimento nacional”, conhecido como pacto social, de caráter mais propositivo, enquanto a Esquerda

8 Consulta Popular, 1999.

9 *Boletim Assuc*, n.191, 24/5/1991.

10 Galvão, 1996, p. 78.

apontava para a necessidade de derrotar o governo Collor e apostava na “mobilização e organização das massas trabalhadoras”. Ou seja, ao contrário da Articulação, a Esquerda defendia a necessidade do confronto;¹¹

- 2) a “proposta de filiação da CUT à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), central mundial de perfil social-democrata”, apresentada pela Articulação e contestada pela Esquerda;¹²
- 3) com relação ao peso das bancadas de alguns Estados, a Esquerda Socialista denunciava a sub-representação dos sindicatos em que a oposição sindical era majoritária e a sobre-representação dos sindicatos controlados pela Articulação Sindical;¹³
- 4) o bloco das tendências mais à esquerda reivindicava a proporcionalidade qualificada na representação e um “critério de composição da executiva nacional”.¹⁴

Em síntese, o que estava em jogo era o papel que a Central Única dos Trabalhadores deveria assumir ao longo da década de 1990.

Enquanto a Articulação Sindical se afastava do princípio classista e do ideal socialista que orientaram a constituição da Central, aproximando-se do reformismo social-democrata, a Esquerda Socialista defendia a articulação da luta pelos interesses imediatos dos trabalhadores a uma perspectiva socialista, mantendo-se fiel ao projeto inicial da Central.¹⁵

O congresso terminou com uma vitória bastante apertada da Articulação Sindical que, embora tenha feito algumas concessões na resolução final, impôs sua linha programática.¹⁶ E, a partir dele, a CUT assumiu um caráter cada vez mais defensivo.

Embora a “conjuntura fosse desfavorável ao movimento sindical”, ela não impunha o abandono do combate ao modelo econômico. Mas

11 Gianotti, 1993.

12 Galvão, 1996.

13 *Idem.*

14 *Idem.*

15 *Idem*, p.79.

16 *Idem.* Ver também Giannotti, 1993.

“a CUT abandonou a luta prática e a agitação de ideias contra o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro e não assumiu a luta e a denúncia sistemática contra a política neoliberal no seu conjunto”.¹⁷

A CAMPANHA SALARIAL DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1991 E A MUDANÇA DA DATA-BASE

Depois da greve de novembro de 1990, o Conselho dos Reitores (Cruesp) prometeu negociar as perdas salariais com os trabalhadores na data-base, em janeiro de 1991. Mas, arbitrariamente, em janeiro, o reitor Vogt não recebeu os funcionários da Unicamp e o Cruesp não negociou com nenhuma das três universidades públicas estaduais, defasando os salários da categoria, somente no período de três meses (novembro e dezembro/1990 e janeiro/1991), em 42%.¹⁸

Revoltados com as atitudes do reitor, que alternavam desrespeito à categoria – como a ausência às reuniões com a diretoria da Assuc; a tentativa de “minar” a associação com a criação do Serviço de Apoio ao Servidor (SAS), dirigido pelo ex-presidente da Assuc, Edison Lins; a proibição de liberação de diretores para a atuação sindical interna e externa – e ações repressivas – como perseguição às lideranças –, os trabalhadores da Unicamp decidiram reagir.

Ainda no final de janeiro começaram a se organizar, ameaçando promover vigílias em frente à reitoria e criando comissões nas unidades para preparar a greve para março.

Após uma reunião com o Cruesp, em 21 de fevereiro, a Assuc foi informada sobre os índices de reajuste de 0% em fevereiro e 20% em março e protestou:

Tentando reverter o impacto negativo do índice zero para fevereiro, [...] a reitoria faz manobras de bastidores. Ao não receber a diretoria da Assuc, o reitor joga com boatos e informações “oficiosas” para os diretores dos departamentos, acerca de abonos e adiantamentos que possivelmente vai dar. [...] Ele

17 Boito Jr., 1999.

18 *Boletim Assuc*, n. 150, 29/1/1991.

pretende desmobilizar os funcionários na preparação da greve, já que não atendeu nossas reivindicações.¹⁹

Com indicativo de greve a partir de 15 de março, os trabalhadores da Unicamp reivindicavam internamente:

- Recuperação imediata dos salários (cerca de 115%);
- Definição de uma política salarial para as universidades paulistas;
- Liberação de diretores da Assuc;
- Revogação das portarias autoritárias do reitor;
- Início imediato da construção da moradia para trabalhadores;
- Garantia de discussão das demais reivindicações dos funcionários.²⁰

Já, conjuntamente, as três universidades públicas paulistas reivindicavam:

- Reuniões conjuntas entre a reitoria e entidades representativas de funcionários e docentes;
- Definição da política salarial para as universidades;
- Definição da data-base;
- Reposição das perdas salariais;
- Reajuste de fevereiro;
- Luta pelo fim das demissões políticas nas universidades;
- Projeto único de carreira;
- Reativação das comissões orçamentárias nas universidades;
- Reconhecimento das entidades representativas de funcionários.²¹

Os funcionários e docentes de Unicamp, USP e Unesp, uma parcela do funcionalismo público estadual (professores de 1º e 2º grau, Saúde, Judiciário, Fazenda e Agricultura), além de trabalhadores de outros setores, como os metalúrgicos e petroleiros de todo o país e os condutores e funcionários públicos municipais, entraram em greve a partir de 15 de março de 1991.

A pauta unificada do funcionalismo tinha os seguintes pontos:

19 *Boletim Assuc*, n. 160, 26/2/1991.

20 *Boletim Assuc*, n. 157, 19/2/1991.

21 *Boletim Assuc*, n. 160, 26/2/1991.

- Data-base em maio;
- 201% de reposição imediata;
- Estabilidade no emprego;
- Reajuste mensal pelo ICV-Dieese;
- Piso salarial do Dieese;
- Defesa do serviço público;
- Regime jurídico único;
- Liberação dos dirigentes sindicais.²²

No primeiro dia de greve, na maior assembleia desde 1988, cerca de 3 mil trabalhadores reunidos no pátio da reitoria decidiram manter a paralisação por tempo indeterminado.

Apesar dos métodos repressivos utilizados pelo reitor Carlos Vogt como a retirada dos cartões de ponto das chapeiras, corte de energia elétrica para impedir a realização da assembleia e a convocação da Polícia Militar para coibir as manifestações no *campus*, “ato inédito em 25 anos de Unicamp”, os trabalhadores da Unicamp não se intimidaram e prosseguiram firmes com a greve, promovendo arrastões e mobilizações nas unidades.²³

Dadas as dificuldades para o movimento dos trabalhadores brasileiros, perante o governo neoliberal de Collor, a diretoria da Assuc relacionou a necessidade da greve à defesa da universidade pública e à luta contra o plano neoliberal.

“Essa política salarial está voltada a um projeto mais amplo de privatização e sucateamento da universidade. Ou seja, o mesmo projeto de Collor, é contra isso que nós lutamos!”²⁴

A greve durou 16 dias. Sua suspensão se deu principalmente em virtude da “falta de perspectiva de unificação do movimento em curto prazo e da forte repressão da reitoria”.²⁵

O movimento não conquistou o reajuste salarial. Ao contrário, houve descontos dos dias parados e a reitoria não cedeu à maioria dos pontos de reivindicação.

22 *Boletim Assuc*, n. 170, 15/3/1991.

23 *Boletim do Comando de Greve & Assuc*, 19/3/1991.

24 *Boletim do Comando de Greve*, 25/3/1991.

25 *Boletim Assuc*, n. 172, 1/4/1991.



Trabalhadores em Assembleia durante a greve de março de 1991.

Foto: Celso Palermo. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Por causa das dificuldades de mobilização diante do projeto neoliberal em curso, a diretoria da Assuc considerou como avanços a alteração da data-base para maio e a devolução do microcomputador retirado pela reitoria antes da posse da É Proibido Proibir, além das denúncias à opinião pública sobre o autoritarismo, a intransigência e a repressão impostos pela reitoria da Unicamp a seus trabalhadores.²⁶ Jefferson Lee explica: “Analisávamos que, embora derrotados naquele momento, a greve seria histórica e importante para o futuro dos trabalhadores da Unicamp”.

Em 10 de abril de 1991, em reunião, o Cruesp e as entidades representativas dos funcionários e docentes das universidades paulistas entraram em acordo sobre a competência exclusiva desse fórum para deliberar sobre as questões salariais. Também elegeram o dia 1º de maio de cada ano como data-base para negociação salarial dessas categorias. Fundava-se o Fórum das Seis Entidades.

26 *Boletim do Comando de Greve & Assuc*, 26/3/1991.

Para a data-base em maio foi elaborada uma pauta de reivindicações unificada entre as seis entidades representativas. Entre os principais pontos estavam a reposição das perdas salariais desde novembro de 1990 (cerca de 90%) e a definição de uma política de reposição das perdas acumuladas desde março de 1990 (aproximadamente 200%).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

Extrato da Ata da reunião realizada no dia 10 de abril de 1991, às 16:30 horas, na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Ata. Reuniu-se o Conselho de Reitores das Universidades estaduais Paulistas (CRUESP) e a representação dos Docentes e dos servidores não docentes das três Universidades Paulistas. Ficou acordado que a questão salarial será de competência exclusiva deste fórum. Decidiu-se eleger o dia 1º de maio de cada ano como data base para negociação salarial do pessoal servidor das Universidades Estaduais Paulistas, sendo que qualquer ganho judicial obtido em dissídio pendente, terá necessariamente que ser examinado por este fórum, com vistas a um acordo que permita a sua implantação, CONSIDERANDO-SE : a) situação orçamentária das Universidades; b) a política salarial adotada; c) os princípios da isonomia salarial. SINTUSP assinará o presente documento ressalvando que submeterá o teor do presente acordo a apreciação da Assembleia da ASSUC. Caso a referida Assembleia não ratificar o presente acordo, o SINTUSP ficará excluído da data base. NADA MAIS.

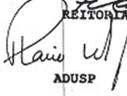

 REITORIA DA USP


 REITORIA DA UNICAMP


 REITORIA DA UNESP

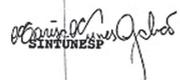

 ADUNESP


 ADUNICAMP


 ADUSP


 SINTUSP


 ASSUC


 SINTUNESP

Eu tempo: será feita necessariamente uma revisão salarial semestralmente pelo menos.

O termo pendente inclui os dissídios julgados mas não executados.






2000 - IX-908 Composto e Impo. no Serv. Gráf. do STU

Depois de uma paralisação dos funcionários e docentes de Unicamp, USP e Unesp, nos dias 14, 15 e 16 de maio, o Cruesp apresentou a contraproposta de reajustar em 20% os salários referentes a maio. O valor foi pago da seguinte forma: 11% no quarto dia útil de junho e 9% em 17 de junho. Além do reajuste, o Cruesp prometeu corrigir os salários de junho, julho e agosto pelo índice da Fipe, comprometendo-se também a discutir mensalmente a questão salarial.²⁷

A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE “MODERNIDADE” NA UNICAMP

O reitor Carlos Vogt tomou posse em 19 de abril de 1990. Eleito em segundo turno, com a maioria dos votos entre os funcionários, seu programa de trabalho, intitulado “Universidade, Autonomia e Modernidade”, defendia que a Unicamp só daria um salto rumo à “modernidade” com uma condição fundamental: a preservação da “qualidade de vida” dos trabalhadores na universidade.

Além disso, Vogt também se comprometia com a manutenção dos direitos conquistados: “Não haverá retrocessos, mas sim avanços”.²⁸

Em suas propostas, conhecidas durante os debates e por pelo menos um jornal da Assuc, que continha entrevistas com os reitoráveis, Carlos Vogt valorizava a democracia, reconhecia o direito à greve e acreditava na solução harmônica dos conflitos entre trabalhadores e chefias: “A democracia é, para mim, um bem da humanidade, para o qual caminhamos no nosso esforço histórico de atingi-la e realizá-la em sua plenitude”.²⁹

Pelo mesmo programa, no entanto, era possível notar que esses direitos encontrariam restrições durante a gestão.

Sobre a democracia na universidade: “Ela teve muitas formas e na universidade ela é um valor que também se estrutura por mérito acadêmico e científico, já que estes são o horizonte do trabalho que todos aqui desenvolvemos”.³⁰

27 *Boletim Assuc*, n. 187, 16/5/1991.

28 *Jornal da Assuc*, fevereiro de 1990. “Entrevista com candidatos a reitor”, p. 5.

29 *Idem*, p. 3.

30 *Idem, ibidem*.

Sobre as relações internas de trabalho:

Cabe ao reitor, responsável maior pela instituição, garantir as condições de trabalho e de salários que permitam o desenvolvimento harmonioso e tranquilo das atividades universitárias, tanto acadêmico-científicas como técnicas. Garantidas essas condições, os aspectos institucionais e sindicais não têm por que contrapor-se. [...] Com a qualidade cada vez maior das condições de trabalho, dos salários e das condições profissionais do servidor, esses conflitos tenderão a reduzir-se ao ponto de seu desaparecimento.³¹

A atuação de Vogt no primeiro ano de mandato da *É Proibido Proibir*

Até 1990, primeiro ano da gestão de Vogt, a Assuc era dirigida pela Força Nova Combativa. Embora parte dessa diretoria tenha sido acusada de estabelecer “relações umbilicais” com a reitoria, os trabalhadores e a própria direção da Assuc não foram poupados das medidas repressivas do reitor.

Como foi dito, logo após a posse houve corte de subsídios do transporte e da alimentação, arrojando cada vez mais os salários dos trabalhadores. Além disso, foram baixadas várias portarias repressoras. Entre elas, a que restringia a utilização do Ciclo Básico para atividades políticas e culturais e a que fixava normas para a aplicação de penalidades somente aos servidores técnico-administrativos que não ocupavam cargos de chefia, interferindo na liberdade de organização dos trabalhadores da Unicamp.

Mas foi durante a gestão *É Proibido Proibir* que a repressão da reitoria se intensificou.

Em janeiro de 1991 os trabalhadores da Faculdade de Educação e do Restaurante sofreram descontos dos dias em que participaram da greve de novembro de 1990, atitude da reitoria que contrariou acordos firmados com a antiga diretoria da Assuc, a Força Nova Combativa.

Em 19 de março, quarto dia de greve, a reitoria voltou a coibir a mobilização no *campus*, retirando os cartões de ponto das chapeiras e, numa atitude inédita na Unicamp, convocando a Polícia Militar para intimidar as manifestações dos trabalhadores.

31 *Idem*, p. 6.

Também é dessa época a utilização, por parte da reitoria, de “métodos de sabotagem que lembraram a ditadura e que fazem inveja a Maluf” (como cortar a energia nas DGAs a fim de impedir a realização de assembleias).³² Lembra Jefferson Lee:

Vogt queria descredenciar o Sindicato de qualquer forma. Tinha muita perseguição e não apenas quando fazíamos greve, não. As pessoas tinham medo de falar com a gente do sindicato. As chefias nos enfrentavam quando as pessoas eram sindicalizadas. [...] Havia perseguição “legal”, política e ideológica queimando a gente. A criação do SAS certamente era uma instância para tentar disputar a categoria.

Mas as atitudes antidemocráticas não pararam por aí. Durante a greve de março que durou 16 dias, na qual os trabalhadores lutavam por reposição salarial e por mais democracia na Unicamp, a Assuc denunciou mais medidas arbitrárias adotadas pela reitoria:

- Polícia Militar no *campus*;
- Convocação do setor de vigilância do *campus* para reprimir o movimento dos trabalhadores;
- Veiculação de notas pagas na tevê em horário nobre;
- Envio de telegramas ameaçando os funcionários e exigindo a volta ao trabalho;
- Retirada dos cartões de ponto das chapeiras;
- Falsas promessas em várias unidades;
- Publicação diária de boletins;
- Ameaças de retaliação, como corte de gratificações e demissões;
- Presença do reitor nas unidades sem a diretoria da Assuc (impedindo funcionários de se manifestarem);
- Reunião com diretores das unidades para espalhar o terror no *campus*;
- Tentativa de desqualificação da pauta de reivindicações elaborada pela Assuc durante a greve.³³

32 *Boletim do Comando de Greve & Assuc*, 19/3/1991.

33 *Boletim do Comando de Greve & Assuc*, 26/3/1991.

Além das denúncias, a Assuc organizou, em 25 de março de 1991, um “Ato contra a opressão e a miséria! Pela democracia e defesa da universidade”, no pátio da reitoria.

O evento tinha como eixo a luta contra a política salarial adotada pela reitoria da Unicamp, que, segundo a Assuc, “estava voltada a um projeto mais amplo de privatização e sucateamento da universidade [o mesmo projeto de Collor]”, o repúdio ao autoritarismo do reitor e seu desrespeito ao direito de greve, assegurado pelo artigo 9º da Constituição Federal:

Os procedimentos do reitor Vogt são comparáveis às medidas provisórias usadas por Collor para governar sem diálogo. O reitor, passando por cima das instituições com as quais deveria conviver democraticamente, decreta medidas punitivas indiscriminadamente e se coloca num patamar de onde ataca as entidades, principalmente a dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que fala de democracia na imprensa.³⁴

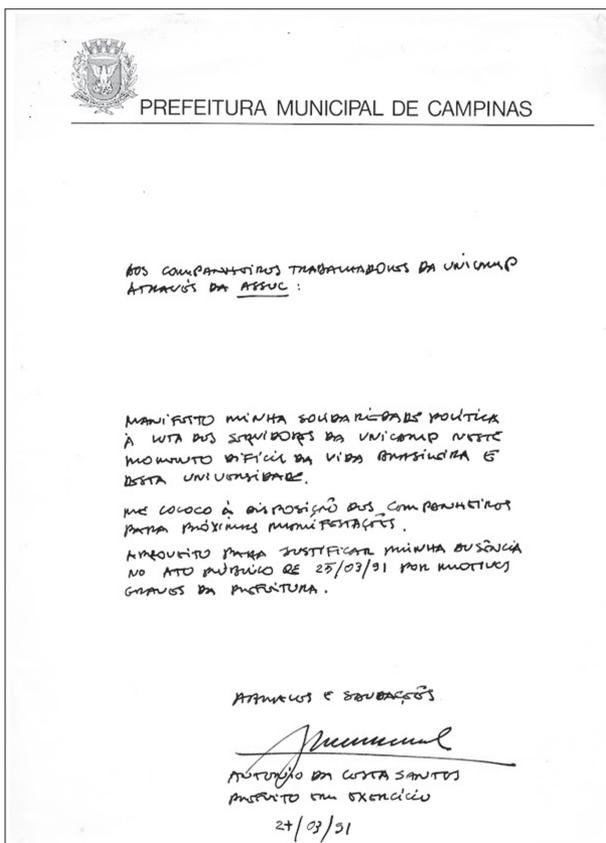
Com o fim da greve iniciaram-se as retaliações. As promessas de adiantamento e de reajuste salarial não foram cumpridas. Os dias de greve foram descontados integralmente dos salários dos funcionários “listados” pelas chefias. E o membro do comando de greve e representante dos funcionários do Cecom, Miguel Leonel dos Santos, sofreu suspensão de cinco dias, foi colocado à disposição da DGRH, sob exílio no escritório do Cacs (*Campus* Avançado Cruzeiro do Sul), fora do *campus*.³⁵

Outros casos de perseguição política foram praticados em retaliação à participação dos trabalhadores na greve. Houve registros de uma demissão no Hemocentro e de várias outras entre funcionários contratados por convênio. Duas diretoras da Assuc, Sandra Scutti e Vivien Ruiz, receberam cartas de advertência pelas faltas durante a greve e pelo menos mais três trabalhadoras foram colocadas à disposição da DGRH, duas do CCUEC (Centro de Computação da Unicamp) e uma do Cecom (Centro de Saúde da Comunidade).³⁶

34 *Boletim do Comando de Greve & Assuc*, 25/3/1991.

35 *Boletim Assuc*, n. 172, 1/4/1991; n. 173, 3/4/1991; n. 174, 4/4/1991 e n. 177, 18/4/1991.

36 *Boletim Assuc*, n. 175, 11/3/1991.



Carta da Prefeitura Municipal de Campinas em solidariedade à luta dos trabalhadores na Unicamp, enviada pelo prefeito em exercício Antonio da Costa Santos, o Toninho. Cedida por José Luís Pio Romera. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

A atuação dos trabalhadores da Unicamp em atividades políticas externas também foi motivo para punições. A reitoria descontou não apenas os dois dias de greve geral (22 e 23 maio), como o período em que os delegados da Unicamp participaram de um congresso da Fasubra, em Curitiba, entre 21 e 25 de fevereiro. Nesse caso, o reitor descontou injustamente dois dias que antecederam a ida dos delegados ao evento.³⁷ João Raimundo Mendonça de Souza (Kiko) lembra: “Vogt era vingati-

37 *Boletim Assuc*, n. 174, 4/4/1991, e n. 195, 5/6/1991.

vo... Em uma reunião com os funcionários da manutenção em que estávamos eu e o Jefferson, ele disse: ‘você vão pra fora! A reunião não começa com vocês aqui!’”.

Não demorou e o modelo repressivo da reitoria se estendeu às chefias de unidades. Tornou-se comum encontrar funcionários sendo ameaçados e oprimidos por seus superiores.

Em janeiro houve denúncias de funcionários do restaurante que foram proibidos de se inscrever em concursos internos porque as chefias simplesmente não os autorizavam.

Em março, após a greve, o diretor e o coordenador do Cecom (Mário Monteiro Terra e Flávio Aílton D. Zambrone) ameaçaram descontar dos funcionários os dias de greve e “chamar a polícia para tirar à força um membro do comando de greve e um diretor da Assuc, procurando impedir que os trabalhadores conversassem com os estudantes que passavam por atendimento médico naquele local”.³⁸

Pelo mesmo motivo, no Colégio Técnico da Unicamp (Cotuca), o coordenador administrativo, Sérgio Quirino Brunetto, e o diretor, Fernando Antônio Arantes, exigiram das chefias a confecção de listas com os nomes dos funcionários grevistas. Nessa unidade, os trabalhadores só podiam se reunir com a aprovação da diretoria.³⁹

E na Assessoria de Apoio a Eventos (Apeu), a coordenadora Tecla L. Ferrareze, que não disponibilizou o Ginásio de Esportes para assembleia dos trabalhadores sob alegação de que a unidade havia aderido à greve, ameaçou punir os funcionários que paralisaram.

Os trabalhadores do Cemeq e do Hemocentro também sofreram ameaças. No Cemeq as faltas durante a greve foram consideradas injustificadas e no Hemocentro o diretor de Administração, Wellington Ferraz Oliveira, e o coordenador, Cármino Antonio de Souza, ameaçaram demitir e punir com advertências os funcionários grevistas.⁴⁰

Outro método ostensivamente antidemocrático utilizado pela reitoria no início da gestão É Proibido Proibir foi a tentativa de desqualificar a Assuc como entidade representativa de classe.

38 *Boletim Assuc*, n. 148, 22/1/1991, e *Boletim do Comando de Greve & Assuc*, 19/3/1991.

39 *Boletim do Comando de Greve & Assuc*, 19/3/1991, 20/3/1991 e 25/3/1991.

40 *Boletim do Comando de Greve & Assuc*, 22/3/1991.

Para o agendamento de uma audiência com o reitor, a Assuc teve de esperar 22 dias. Ainda assim, a audiência com a reitoria ocorreu sem o reitor. Enquanto aguardava a reunião, a entidade teve de acompanhar o avanço das negociações da campanha salarial por intermédio da Adunicamp.⁴¹

Em outro momento, a pretexto de rebater a notícia de um *Boletim Assuc* sobre a Portaria 176 e desmoralizar a entidade, a reitoria distribuiu um informativo que ignorava a procedência do material: “[...] Por total desinformação ou má-fé circulou pelo *campus* um boletim com a manchete ‘Cai Portaria 176’”.⁴²

A diretoria da Assuc também teve de permanecer até 8 de fevereiro de 1991 sem diretores liberados para a atuação sindical. Enquanto a gestão anterior, a Força Nova Combativa, contava com cinco liberações, a *É Proibido Proibir* teria de se contentar com apenas duas, o que configurou “um ataque direto à organização da categoria”.

Motivo alegado: crise na universidade e impossibilidade de disponibilizar mais três funcionários para a entidade.

Contradição: em 18 de maio, o *Diário Oficial do Estado* publicou uma portaria do reitor autorizando o afastamento sem prejuízo dos vencimentos à ex-secretária do ex-reitor Paulo Renato Costa Souza, para trabalhar no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington.⁴³

Este fato motivou os delegados presentes no III Congresso da Fsubra a aprovarem uma moção de repúdio às atitudes autoritárias do reitor e a exigir “o não desconto dos dias de participação dos delegados no congresso, a liberação imediata dos diretores da Assuc e o estabelecimento imediato de relações democráticas entre a reitoria e a Assuc”.⁴⁴

Segundo boletins da Assuc, a criação do Serviço de Apoio ao Servidor (SAS) foi mais uma estratégia para combater as ações da diretoria recém-empossada. Sua estrutura “montada pela reitoria cumpre o papel

41 *Boletim Assuc*, n. 150, 29/1/1991.

42 *Boletim Assuc*, n. 154, 8/2/1991.

43 *Boletim Assuc*, n. 151, 31/1/1991, n. 154, 08/2/1991, e n. 161, 28/2/1991.

44 *Boletim Assuc*, n. 161, 28/2/1991.

do ‘sindicalismo de resultados’, que segue a mesma linha do sindicalismo pregado por Medeiros e sua Força Sindical”.⁴⁵

Entre as atividades do SAS, coordenadas pelo ex-presidente da Assuc, Edison Lins, estava a concessão de empréstimos com “baixa” taxa de juros (15% ao mês) a funcionários e docentes, uma evidente proposta de “adaptação à miséria”, sob a fachada de “modernidade e autonomia”.⁴⁶ Jefferson recorda:

O SAS atraía ideologicamente as pessoas. Era uma instância em que eles [reitoria] disputavam a categoria. Acho que tivemos entre 400 e 600 desfiliações, contando-se a debandada do povo da direita mais os docentes que eram filiados à Assuc, mas que não confirmaram a filiação ao STU. Foi um processo natural, mas difícil.

O impasse da questão do 1%, que durou dois anos, ainda alinharia a atuação de Carlos Vogt à arbitrária conduta do ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf. Pois, em 1979, Maluf já havia tentado prejudicar a recém-eleita diretoria da Apeoesp, não descontando em folha de pagamento a mensalidade autorizada pela categoria.⁴⁷

Em 29 de março de 1992, os trabalhadores aprovaram uma comissão de ética para apurar algumas atitudes do reitor. Mas, no dia seguinte, Carlos Vogt desfiliou-se da Assuc.

O I CONGRESSO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

O I Congresso dos Trabalhadores da Unicamp é um marco na história sindical da universidade.

Caderno de teses: “Está nascendo o nosso sindicato”. Maio 1991.

As discussões sobre a realização de um congresso de trabalhadores da Unicamp foram iniciadas em fins de 1987. Na eleição para o triênio

45 *Caderno de Resoluções do Primeiro Congresso dos Trabalhadores da Unicamp*, p. 18.

46 *Idem*, p. 19 e *Boletim Assuc*, n. 174, 4/4/1991.

47 *Boletim Assuc*, n. 164, 7/3/1991.

1988-1990 as duas chapas inscritas, Força Nova Combativa e Avançar na Luta, se propuseram em seus programas a torná-lo realidade.

Entretanto, o assunto provocou várias discussões internas na Assuc. O grupo majoritário defendia a realização de um congresso consultivo, enquanto os diretores cutistas propunham um modelo deliberativo. Esse, entre outros motivos, acabou por provocar um racha na direção.

Passados três anos de muita polêmica entre a diretoria da Força Nova Combativa e a oposição, o congresso não se concretizou naquela gestão, como foi dito no capítulo anterior.

Preparativos

Logo após a posse da É Proibido Proibir dá-se início a uma série de discussões sobre a realização do I Congresso. Já na segunda assembleia da gestão, em 19 de fevereiro de 1991, várias propostas da diretoria foram ratificadas e serviram de pauta para o evento:

- 1) Conjuntura: como vemos os acontecimentos no mundo, no Brasil e na Unicamp;
- 2) Organização dos trabalhadores da Unicamp:
 - sindicato e estatuto;
 - comissões sindicais;
 - conselho de representantes;
 - representações;
- 3) Autonomia universitária: a universidade que queremos;
- 4) Plano de lutas: passos rumo à conquista de nossas reivindicações.

Esses pontos seriam tratados a partir da elaboração de teses que deveriam ser apresentadas aos trabalhadores antes e durante o congresso. Cada tese tinha de conter pelo menos três assinaturas.

Nessa assembleia também ficaram estabelecidos os critérios de representatividade, organização do congresso e a data para sua realização: 10, 11 e 12 de maio de 1991.

Para cada 50 trabalhadores a unidade tinha direito de indicar um delegado para o congresso e para cada 15 trabalhadores presentes na assembleia da unidade elegeria mais um delegado.

A comissão organizadora era composta por cinco membros da diretoria da Assuc e cinco trabalhadores eleitos em assembleia.

Vale registrar que foi nessa assembleia que a polêmica sobre quem deveria participar do congresso veio à tona: o congresso seria dos trabalhadores (funcionários e professores) ou só dos funcionários? Explica Jefferson Lee:

Nesse processo de fundação do sindicato tem um negócio muito interessante. O caderno de teses tinha sido enviado para vários locais e praticamente no dia anterior ao congresso os docentes ligaram dizendo que a gente devia suspender o congresso, que aquilo era um absurdo e que a gente estava contra os docentes.

Essa é a realidade do movimento docente no país inteiro. Há uma disputa de base sindical. Embora em muitos momentos os movimentos sindical e de docentes constituam um assunto nacional, não só na Unicamp, os docentes sempre se viram como uma categoria à parte. Inclusive, há uma discussão no movimento docente de que eles não se reconhecem como classe trabalhadora. Então, para eles é difícil pensar em uma organização sindical conjunta com o técnico-administrativo. [...] Mas além das questões práticas, o sindicato ainda lidava com uma categoria muito heterogênea. Tinha desde analfabeto até pessoas cursando pós-doutorado no exterior. E isso era um novo desafio para a gente. Mas sempre achamos que esse era o caminho para a organização. O sindicato tem que ser dos trabalhadores da Unicamp.

Como já era tradição, os funcionários técnico-administrativos optaram pela união dos trabalhadores da Unicamp.⁴⁸

O congresso teve de ser remarcado. As dificuldades de negociação com o Cruesp, a greve de 16 dias, em março, a greve geral, em maio, e as perseguições da reitoria à Assuc levaram a comissão organizadora a prorrogar o prazo de entrega das teses para o dia 19 de abril. O congresso foi remarcado para o final de semana de 21, 22 e 23 de junho, porque Vogt não quis liberar os delegados.⁴⁹

Antes do congresso as teses foram apresentadas à categoria por meio de boletins específicos, assembleias e reuniões locais, além de um caderno que continha as sete teses inscritas e um debate.

48 *Boletim Assuc*, n. 157, 19/2/1991, e n. 173, 03/4/1991.

49 *Boletim Assuc*, n. 176, 16/4/1991, e n. 194, 4/6/1991.

Para a realização do congresso, a diretoria da Assuc ainda teve de ultrapassar mais um obstáculo: a resistência de alguns membros da antiga diretoria, a Força Nova Combativa. Autointitulados Movimento em Defesa da Assuc Democrática, distribuíram panfletos com o alerta: “Estão querendo acabar com a Assuc”. Para eles, a realização do congresso com a finalidade de constituir um sindicato acabaria com a Assuc, com os convênios, com o patrimônio da associação e criaria um sindicato às pressas e sem representatividade. Segundo Jefferson,

[...] eles [grupo FNC] não queriam que a gente criasse o sindicato. Diziam que a discussão não tinha sido feita, tentaram lançar boletim... mas participaram do congresso. Elaboraram uma tese bem curtinha e participaram. E teve outro rapaz, o Maurício [IQ], que apresentou uma tese sobre esportes para o sindicato. O Maurício acabou fazendo movimento com a tese desse pessoal [grupo FNC], contra a criação do STU, embora sua tese não tivesse eixo localizado para isso.

O Movimento em Defesa da Assuc Democrática acusava a diretoria da É Proibido Proibir de querer “aplicar um golpe nos funcionários”, pois a criação do sindicato naquele momento e da forma que estava sendo conduzida seria “um parto prematuro”. Mas sem o apoio da categoria, às vésperas do congresso, mudou o discurso:

Somos totalmente favoráveis à criação de um sindicato forte, representativo e que tenha como objetivo primeiro as questões dos funcionários. [...] Em suma, a nossa proposta é que o congresso tire as linhas gerais para a formação do sindicato e crie uma comissão para que no prazo de 90 dias discuta com a categoria e realize um plebiscito onde a categoria possa referendar ou não a criação do sindicato.⁵⁰

Jefferson explica:

O grande debate da campanha eleitoral foi a fundação do sindicato. O pessoal do Edison Lins sustentava que, se a gente acabasse com a Assuc, o movimento na Unicamp também acabaria. Nós defendíamos a fundação do sindicato. Seis meses depois da posse da É Proibido Proibir já estava acontecendo o congresso com a fundação do STU.

50 *Boletim Assuc*, n. 200, 20/6/1991.

Para Edison Lins,

tanto a Assuc quanto as demais associações tinham muitas dúvidas de se transformar em sindicato e isso não pode ser encarado como vacilo, mas como um terreno desconhecido. Era uma transição complicada... Eu não sei se a gente falhou em acelerar essa discussão. Então a gente não conseguiu avançar muito no sentido de ter uma definição, porque a gente não sabia como fazer isso. Mas era uma tendência, tinha que acontecer essa transformação. No entanto, a gente também via que, embora formalmente a Assuc fosse uma associação, ela também tinha um papel claramente sindical já em 1986, e daí para frente.

**ESTÁ NASCENDO O
NOSSO SINDICATO**

Caderno de teses

**DIAS 21,
22 E
23/06/91**

**I CONGRESSO DOS
TRABALHADORES DA UNICAMP**
ASSUC - Associação dos Servidores da Unicamp
GESTÃO "É PROIBIDO PROIBIR"

Filiada A CUT/ Fasubra

Cedida por Márcio José de Andrade da Silva. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

A diretoria da Assuc via o congresso como instância máxima de deliberação da categoria acerca de qualquer assunto, o que incluía a fundação do STU. O estatuto aprovado no referido congresso incorporou o congresso como instância máxima.

O evento

Hoje começa o nosso congresso. Serão três dias de debates que irão coroar um processo de discussões amplas e democráticas que ocorreram nas últimas semanas. Um anseio de muito tempo de toda a categoria. Uma resposta oportuna e necessária à reitoria, que tenta, mas não consegue, impedir a nossa organização. Todo esse processo teve seu ponto alto na discussão final do congresso: a assembleia que decidiu sobre a criação do nosso Sindicato.

Boletim Assuc, n. 201, 21/6/1991.

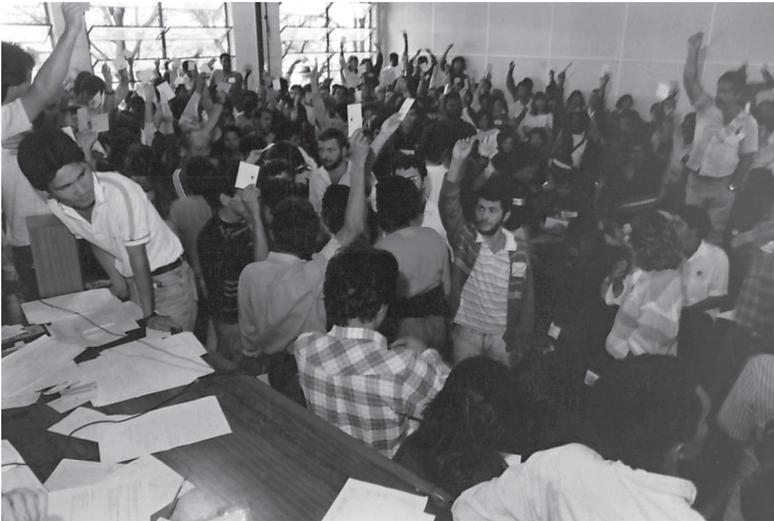
Na abertura do congresso, realizada em 21 de junho de 1991, no Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, estiveram presentes representantes de PT, PCdoB, CUT-Regional, Fasubra, Sintusp, Sintunesp e Adunicamp.⁵¹

Durante os três dias de congresso, os 194 delegados discutiram assuntos internacionais, nacionais e internos da Unicamp.

As discussões internacionais giraram em torno do socialismo, dos acontecimentos do Leste Europeu e da guerra do Golfo Pérsico.

Sobre a situação nacional, foi abordada a estratégia a ser adotada pelos trabalhadores brasileiros em sua luta pelo socialismo com democracia. Discutiu-se um programa de transformações revolucionárias na sociedade brasileira que deveria ser aplicado por um governo dos trabalhadores.

⁵¹ *Boletim Assuc/Sindicato*, n. 1, 25/6/1991.



I Congresso dos Trabalhadores da Unicamp funda o STU: Avanços políticos na organização dos trabalhadores na universidade. Professor José Vitorio Zago (centro) coordenou a mesa. Cedidas por Márcio José de Andrade da Silva. Fonte: Acervo Projeto Memória do STU.

Cronograma do congresso	
Dia:	21 de junho (sexta-feira)
Horário:	19h30
Local:	Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região
Atividade:	Plenária de abertura com ato público, aprovação das delegações e votação do regimento interno do congresso
Local:	Colégio Carlos Gomes
Dia:	22 de junho (sábado)
Programação:	8h: apresentação das teses 9h: divisão em grupos e debate das teses 11h: defesa e votação da tese-guia 12h: almoço 14h: emendas à tese-guia 20h: reunião aberta da comissão de emendas
Dia:	23 de junho (domingo)
Programação:	8h: plenária de votação das emendas
	14h: plenária final • criação do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp • discussão e aprovação do estatuto do STU • eleição da diretoria provisória

As discussões internas foram sobre a criação do sindicato e o destino patrimonial da Assuc. Jefferson Lee recorda: “A experiência do congresso foi muito interessante para a Unicamp. Todo mundo quis participar, opinando, escrevendo tese, fazendo eleição nas unidades... Foi um negócio completamente novo. Todo mundo aplaudia...”.

As teses

Sete teses foram inscritas e debatidas no congresso, conforme quadro. A tese escolhida como guia foi a de número 6, intitulada “Por um sindicato classista, democrático e de luta”. Segundo Jefferson Lee, “havia divergências pontuais sobre conjuntura, táticas e estratégias do movimento, mas as teses dos grupos da diretoria se unificavam em torno da criação do sindicato”.

Número	Tese	Grupo responsável	Predominância política
1	Democracia e luta	José Vitório Zago, João Batista de Moraes Moreira, Antônia dos Santos Pacheco, Márcio Roberto do Carmo, Néelson Elias Pereira, Margarida Barbosa	Convergência Socialista e Movimento Negro Unificado
2	Reforma agrária e ecologia	Eduardo Calixto Oliveira, Marli Elisa Nascimento, Sebastião Gonçalves, Pedro Ariolli	Não identificada
3	Assuc, uma associação voltada para o esporte, a cultura e o lazer	Maurício Silveira Lins de Barros, Daniel Machado, Carlucio Teixeira Costa	Não identificada
4	Necessidade do aprimoramento funcional interno	Neuza Lima, Raquel Dusso, Edina Nascimento Cipers	Não identificada
5	Corrente Sindical Classista	Sandra Marli Scutti, João Raimundo Mendonça de Souza (Kiko), Rosângela Martinhago, João Paulo Ribeiro, Aldo Gomes Santos, Geraldo Rocha Lemos	Partido Comunista do Brasil
6	Por um sindicato classista, democrático e de luta	Jefferson Lee de Souza Ruiz, Adriana Silva Carmo, Ângelo Rafael Barreto, Elizabeth Solange dos Santos, José Roberto Roldan, Maria José da Silva Cunha, Denise Cristina Nogueira, Roberto Carlos de Souza (Fubá), Francisco Genésio de Mesquita Lima, Carlos Humberto do Prado,	CUT pela Base

Número	Tese	Grupo responsável	Predominância política
6	Por um sindicato classista, democrático e de luta	Isaías Correa, Joyce Jane Sena de Lima, Luciano Ricardo F. Dantas, Márcio José de Andrade da Silva, Gonzaga de Oliveira, Miguel Leonel dos Santos, Simone Cabreira Vieira, Maria Sebastiana N. Vieira, Antônio Carlos Ilanes, Vivien Helena de S. Ruiz Souza, José Luís Pio Romera, Wanda Russo, Zilda Santesso, Helena, Maria do Carmo	CUT pela Base
7	Unidade na luta	José Lourival de Moraes, Armando Comunnale Júnior, Domingos Pereira	PSDB/PCB

As resoluções

O objetivo político do congresso foi cumprido e a reafirmação da posição dos trabalhadores da Unicamp contra o pacto social e a conciliação de classes foi uma das principais resoluções. Os delegados manifestaram-se contrários ao posicionamento da direção majoritária da CUT, que defendia o “entendimento nacional” proposto pelo governo Collor, assunto tratado no item “A conjuntura política e econômica no início dos anos 1990” deste capítulo.

A confirmação do plano de lutas da chapa É Proibido Proibir e a discussão de outros pontos referentes às questões internas e à conjuntura nacional e internacional também fizeram parte das resoluções aprovadas no congresso, apresentadas num caderno de 46 páginas. Abaixo, um resumo das principais:

Pontos referentes à Unicamp:

- Piso salarial igual ao salário mínimo do Dieese com correção automática pelo ICV-Dieese;
- Condições de trabalho justas para todos;
- Fim da discriminação contra trabalhadores: subsídios reais ampliados para os serviços de transporte, restaurantes e creches;
- Regime Jurídico Único (RJU);
- Transparência da situação financeira da Unicamp e ampliação dos 8,4% do ICMS repassados pelo governo do Estado às universidades públicas;
- Moradia: início imediato das construções e ampliação do projeto para todos os selecionados;
- Carreira: seguir as orientações do primeiro seminário da carreira, realizado em 1990, limitar o poder das chefias na avaliação e criação de avaliação mensal transparente para preservar o desempenho do trabalhador;
- Universidade: criação de condições favoráveis ao desenvolvimento profissional e pessoal do trabalhador, por meio de política de recursos humanos para acabar com a demissão, que se constituiu numa punição ao trabalhador;
- Eleições livres, diretas e paritárias para reitor e diretores de unidades de ensino, pesquisa e serviços;
- Auditoria dos bens pessoais em cargos públicos executivos;
- Recursos humanos: paridade nas instâncias deliberativas (com trabalhadores eleitos), reforma administrativa democrática e justa e política de treinamento profissional;
- Substituição das Comissões Processantes Permanentes (CPPs) por júri paritário;
- Revogação das portarias autoritárias;
- Liberdade de organização aos trabalhadores;
- Reconhecimento das entidades representativas da comunidade acadêmica;
- Consu democrático, paritário e com mandatos coincidentes;
- Estatuinte paritária para reformular e democratizar os estatutos da Unicamp;
- Independência total do Sindicato/Assuc com relação à reitoria e ao governo;
- Respeito ao direito de greve;

- Pagamento dos dias parados em todas as greves;
- Contra as punições de representantes e grevistas;
- Criação de comissão de saúde do trabalhador;
- Assistências médica e odontológica gratuitas e de qualidade: ampliação do Cecom, formação do Conselho de Usuários do Cecom;
- Garantia do direito à creche para todos os filhos de trabalhadores e de estudantes da Unicamp;
- Acesso da comunidade universitária às verbas dos convênios para o desenvolvimento social;
- Cursos noturnos já;
- Transparência na divulgação à sociedade da finalidade das pesquisas realizadas pela Unicamp.

Pontos referentes à conjuntura internacional e nacional:

- Apoio às lutas dos povos contra o imperialismo;
- Defesa das estatais, da cultura e do patrimônio nacional;
- Não ao pagamento da dívida externa. Essa seria a única forma de evitar a saída de dinheiro para o exterior e uma das possíveis para resolver problemas como a fome, a falta de moradia e de escolas;
- Congelamento real dos preços sob controle dos sindicatos cutistas;
- Redução da jornada de trabalho para 40 horas com o objetivo de gerar novos empregos;
- Estabilidade no emprego para impedir as demissões arbitrárias da classe patronal e plano de obras públicas para gerar emprego e impulsionar a economia do país;
- Manutenção das empresas estatais e reestatização das privatizadas para evitar o arrocho e o abuso dos grandes patrões, revertendo seus lucros para todo o povo;
- Estatização dos bancos para evitar a inflação e dar crédito aos pequenos produtores rurais;
- Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;
- Não ao pacto social com o governo e com a reitoria;
- Organizar com a CUT a greve geral dos trabalhadores brasileiros, como uma das formas de combate ao projeto de Collor;
- Luta em defesa das nações indígenas e contra seu extermínio;
- Luta pela preservação do meio ambiente.

Pontos referentes à organização do sindicato:

- O sindicato deverá funcionar como um instrumento de organização e de fortalecimento da categoria para a luta pelas suas reivindicações;
- Integração do STU com os movimentos sindicais e populares;
- Criação de grupos de trabalho na diretoria (coordenações internas);
- Aumento da mensalidade de 0,3% para 1%, “tendo em vista a necessidade de independência do STU em relação à reitoria, ao governo, à classe patronal e seus planos de emperrar a organização autônoma dos trabalhadores”;
- Criação de um fundo de greve;
- Criação de comissão sindical de base em todas as unidades;
- Criação de um projeto de documentação sindical;
- Reunião das organizações de funcionários (congregações, cipeiros, CSAs, comissões sindicais de base etc.) com o objetivo de elaborar projetos e planos de ação unificados pelo conselho de representantes e postos em prática por toda a categoria;
- Criação de uma comissão para elaborar um plano na área da saúde que priorize as questões de insalubridade e de periculosidade, evidentes na Unicamp;
- Comissão interna de prevenção de acidentes (Cipa) formada apenas por trabalhadores eleitos pela categoria;
- Plano de valorização de trabalho para os funcionários do STU;
- Melhoria no atendimento dos funcionários do STU/Assuc à categoria;
- Construção da sede própria do STU;
- Investimentos nas áreas de esporte, cultura e lazer;
- Intensificação da integração entre os trabalhadores da Unicamp, por meio de atividades culturais e recreativas, e realização da primeira olimpíada dos trabalhadores da Unicamp.

Pontos referentes à universidade pública brasileira:

- Luta em defesa de universidade e ensino públicos e gratuitos;

- Luta contra o projeto Collor, que tem como objetivo o fim do ensino gratuito e de qualidade através da privatização e de uma concepção de educação originadas pelo acordo (MEC/Usaid) firmado entre a ditadura militar e os Estados Unidos. “A essência desse ‘novo’ projeto é adequar a universidade à lógica do capital, subordinando-a a interesses que estrategicamente aprofundarão nossa dependência científica e tecnológica.”
- Ampliação de vagas na universidade, garantindo a possibilidade de acesso a todos os trabalhadores.
- Obrigatoriedade de a universidade funcionar produzindo conhecimento para solucionar as demandas sociais do país e do mundo.
- Autonomia, democracia interna e mais recursos financeiros para as universidades públicas paulistas.

A FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

Domingo, dia 23 de junho, às 15h30 no auditório do Colégio Carlos Gomes, os cartões de votação erguidos pelos trabalhadores presentes indicavam: está fundado o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp.

Boletim Assuc/Sindicato, de 24/6/1991.

A resolução mais importante do congresso foi a decisão política de fundar o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp. Um dos maiores anseios dos trabalhadores da Unicamp, a transformação da Assuc para STU concretizou-se a partir da eleição da É Proibido Proibir, que obteve a expressiva adesão de 75% da categoria.

Segundo os delegados, a criação do sindicato representava o resgate de toda a história da Assuc, que desde 1979 tinha assumido um caráter sindical. O sindicato deveria ser

um órgão de luta dos trabalhadores por ele representados, proporcionar condições de vivência esportiva, cultural e de lazer; promover discussões sobre questões referentes à mulher, ao negro e ao menor trabalhador. Apontar polí-

ticas globais para a construção de uma sociedade justa, saindo do corporativismo e das discussões economicistas.⁵²

Para tanto, o congresso decidiu manter a Assuc por mais um ano, devido à continuidade dos convênios por ela firmados e às ações em andamento na Justiça em nome da entidade, como a que reivindicava a reposição das perdas salariais de 84%, segundo o IPC. As propostas de transferência de patrimônio e de alteração estatutária seriam discutidas no ano seguinte, num congresso extraordinário convocado com a finalidade de analisar e consolidar o sindicato.⁵³

O princípio do colegiado na diretoria e a distribuição de coordenações entre todas as forças presentes na chapa eleita configuraram as decisões congressuais de maior destaque.⁵⁴

A assembleia geral que fundou o STU

Todos os trabalhadores da Unicamp foram convocados para a assembleia geral realizada no último dia do congresso e que definiria a fundação do STU.

A mesa da assembleia foi democraticamente composta por todas as forças políticas presentes ao evento, com exceção dos representantes da tese “Necessidade do aprimoramento funcional interno”, que não compareceram ao congresso.

O coordenador da mesa e representante da tese “Democracia e Luta” foi o professor José Vitório Zago. Para secretariar os trabalhos foram aclamadas Elizabeth Solange dos Santos, da CUT pela Base, e Maria Marcê Molianni, da Corrente Sindical Classista.

A tese “Reforma Agrária e Ecologia” foi representada por Eduardo Calixto de Oliveira. Maurício Silveira Lins de Barros representou a “Assuc, uma associação voltada para o esporte, a cultura e o lazer” e Domingos Pereira fez parte da mesa pela tese “Unidade na Luta”.

52 Caderno de Resoluções do Primeiro Congresso dos Trabalhadores da Unicamp, março de 1992.

53 *Boletim Assuc/Sindicato*, n. 0, 23/6/1991.

54 Caderno de Resoluções do I Congresso dos Trabalhadores da Unicamp, pp. 15 e 20.

Apesar do longo período de discussão a respeito da criação do STU, do aprofundado debate durante os três dias de congresso e da grande expectativa da categoria em fundar o seu sindicato, os membros do Movimento em Defesa da Assuc Democrática, que assinaram a tese “Unidade na Luta” e mais um representante da tese “Assuc, uma associação voltada para o esporte, a cultura e o lazer”, ainda demonstravam resistência.

Duas propostas foram apresentadas e votadas. A primeira foi defendida por Jefferson Lee de Souza Ruiz, João Raimundo Mendonça de Souza (Kiko) e José Vitório Zago e propunha a criação imediata do sindicato. A segunda, defendida por José Lourival de Moraes, Domingos Pereira e Sigefredo Zaroni (Fred) previa a criação num prazo de 90 dias.

Com 132 votos a favor (97,06%) e quatro contrários (2,94%) a proposta de criação imediata do sindicato foi vitoriosa.

Na sequência foi aprovado o primeiro estatuto do STU, com 67 artigos. Por ele, a entidade caracterizava-se autônoma, desvinculada do Estado, sem fins lucrativos e representativa de todos os trabalhadores com vínculo empregatício ou estatutário com a Unicamp, independentemente de suas convicções políticas, partidárias ou religiosas.

O Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp foi fundado com os seguintes objetivos:

- Unir todos os trabalhadores da Unicamp, na luta em defesa de seus direitos e interesses imediatos, mediatos e históricos, enquanto parte da classe trabalhadora brasileira;
- Promover ampla e ativa solidariedade com as demais categorias de assalariados, procurando elevar a unidade dos trabalhadores, tanto em nível nacional como internacional, e prestar apoio aos povos do mundo inteiro na luta contra o imperialismo e pelo fim da exploração do homem pelo homem;
- Defender a unidade dos trabalhadores da cidade e do campo;
- Incentivar o aprimoramento cultural, intelectual e profissional do conjunto dos trabalhadores da Unicamp;
- Manter contatos e intercâmbio com as entidades congêneres, sindicais ou não, em todos os níveis, desde que preservados os objetivos gerais fixados pelo estatuto;
- Prestar apoio e assistência aos associados do sindicato;

- Promover e participar de congressos, seminários, assembleias e outros eventos intersindicais, para aumentar o nível de organização e conscientização da categoria;
- Implementar a formação política e sindical de toda a categoria;
- Representar, perante as autoridades da universidade, governamentais (municipal, estadual e federal) e judiciárias, os interesses da categoria;
- Celebrar convênios e acordos coletivos de trabalho;
- Estimular a organização da categoria nos locais de trabalho.

Democrático e descentralizador, o estatuto criou a revogabilidade dos mandatos, a instituição do fundo de greve, o fim da hierarquia sindical a partir de coordenações internas, previu o Conselho de Representantes (CR) e reconheceu o Congresso como fórum máximo de deliberação. José Luís Pio Romera conta que “era uma entidade presidencialista. Trouxemos uma estrutura de democratização”. E João Raimundo (Kiko) afirma: “[...] A fundação do sindicato estabeleceu relações mais democráticas na entidade”. João Batista de Moraes Moreira complementa: “[...] O presidencialismo, que gerou uma disputa fratricida na Assuc e que dava margem a disputas internas altamente despolitizadas, com a criação do sindicato, foi extinto”.

Às 17 horas e 30 minutos foi definido o último ponto da pauta da assembleia geral. A única chapa inscrita para dirigir o sindicato, a É Proibido Proibir, foi eleita com 131 votos e cinco abstenções.

As primeiras tarefas do STU seriam a realização da eleição do conselho de representantes sindicais e a modificação do estatuto da Assuc, mas esta última só se concretizou na assembleia geral de 26 de novembro de 1992.

A fundação do sindicato deu prosseguimento às lutas. Gerou expectativas. Trouxe contradições. Avançou.

O segundo volume desta obra terá a pretensão de tentar responder às indagações que surgiram com a fundação do STU e retratar a história percorrida na última década.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni Antônio Pinto. *Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1998 (Tese de doutorado).
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo, Brasil Urgente, 1991.
- _____. “O duplo fracasso do Projeto Collor”. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 11 fev. 1991.
- ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNICAMP. *Adunicamp: Em defesa da universidade*. Campinas, Editora da Unicamp, 1991.
- BIONDE, Aloysio. *O Brasil privatizado: Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOITO JR., Armando. “Reforma e persistência da estrutura sindical”. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- _____. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- _____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.
- CANO, Wilson. *Economia e trabalho*. Campinas, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho/Unicamp, s.d.
- CAPPA, Josmar Gilberto. *Sistema de relações de trabalho no Brasil: Um estudo sobre problemas e dilemas entre Estado, empresários e trabalhadores a partir das transformações econômicas e políticas introduzidas no final do século XX*. Campinas, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1999 (Tese de doutorado).
- CARVALHAES NETO, Álvaro Rossmann. “Relatório da comissão local de avaliação do Cemeq”, s.l., s.d.

- CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO/ UNICAMP. *O mundo do trabalho: Crise e mudança no final do século*. São Paulo, Página Aberta, 1994.
- _____. “Emprego e desenvolvimento tecnológico: Processos de integração regional”, s.l., Dieese, 1999.
- COMIN, Álvaro Augusto. “A experiência da organização das centrais sindicais no Brasil”. In: CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO/UNICAMP. *O mundo do trabalho: Crise e mudança no final do século*. São Paulo, Página Aberta, 1994.
- CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. *Partidos políticos e educação: A extrema-esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo*. Cascavel, Eduioeste, 2000.
- CONSULTA POPULAR. *Cartilha Consulta Popular*, s.l., Perez, 1999.
- CORREIO POPULAR. *Encarte Especial: Campinas século XX – 100 anos de história*. Campinas, Rede Anhanguera da Comunicação, 2000.
- COSTA, Sílvio. *Tendências e centrais sindicais: O movimento sindical brasileiro de 1978-1994*. Goiânia, Anita Garibaldi, 1995.
- FERNANDES, F. “A ditadura em questão”. In: POSSAN, Magali A. *A malha entrecruzada das ações: As experiências de organização dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas (1978-1984)*. Campinas, CMU/Unicamp, 1997.
- FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 5. ed. rev. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2001.
- GALVÃO, Andréia. *Participação e fragmentação: A prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1996 (Dissertação de mestrado).
- GIANNOTTI, Vito. *Medeiros visto de perto*. São Paulo, Scritta, 1994.
- _____. *Collor, a CUT e a pizza*. São Paulo, Página Aberta, 1993.
- _____. *CUT, ontem e hoje: O que mudou das origens ao IV Concut*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- GIANNOTTI, Vito & LOPES NETO, Sebastião. *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- GIOVANNI, Antonio Pinto. *Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1998 (Tese de doutorado).
- GONÇALVES, Francisco Luiz Salles. “A evolução dos acordos e conflitos coletivos no período recente do sindicalismo brasileiro (1977-1993)”. In: CENTRO DE

- ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO/UNICAMP. *O mundo do trabalho: Crise e mudança no final do século*. São Paulo, Página Aberta, 1994.
- GRANZOTTO, Tânia Maria. “72 fichas referentes às greves dos trabalhadores da Unicamp”. Fichas feitas para a dissertação (mestrado) na Faculdade de Educação da Unicamp, 2002.
- KECK, Margareth. “O novo sindicalismo na transição brasileira”. In: STEPAN, Alfred (org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- KINZO, Maria D’Alva Gil. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.
- LANG, Alice Beatriz da S. G. (org.). *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo, Ceru, 1992.
- LIMA, Elói José da Silva. *A criação da Unicamp: Administração e relações de poder numa perspectiva histórica*. Campinas, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1989 (Dissertação de mestrado).
- LIMA JR., Olavo Brasil de. “A reforma das instituições políticas: A experiência brasileira e o aperfeiçoamento democrático”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 36, n. 1, 1993, pp. 89-117.
- . *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo, Loyola, 1993 (Coleção Temas Brasileiros).
- MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3. ed. rev. e aum. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1997.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. *1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo, Confraria do Livro, 1988.
- NOGUEIRA, Arnaldo J. F. Mazzei. “Emergência e crise do sindicalismo no setor público brasileiro”. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). *Novo sindicalismo no setor público*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- NORONHA, Eduardo. “Greves e estratégias sindicais no Brasil”. In: CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO/UNICAMP. *O mundo do trabalho: Crise e mudança no final do século*. São Paulo, Página Aberta, 1994.
- . “A explosão das greves na década de 80”. In: POSSAN, Magali A. *A malha entrecruzada das ações: As experiências de organização dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas (1978-1984)*. Campinas, CMU/Unicamp, 1997.
- OLIVEIRA, Marco Antônio de. *As negociações coletivas no contexto do Plano Real*. Campinas, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho/Unicamp, 1999.

- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Políticas de ajuste econômico e sindicatos no Brasil*. Campinas, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho/Unicamp, 1992.
- OZAI DA SILVA, Antônio. *História das tendências no Brasil*. São Paulo, Dag Gráfica, s.d.
- PASSOS, Edésio. *Novos direitos constitucionais dos trabalhadores: A Constituição de 1988*. São Paulo, LTr, 1988.
- POCHMANN, Márcio. “Trinta anos de políticas salariais no Brasil”. In: CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO/UNICAMP. *O mundo do trabalho: Crise e mudança no final do século*. São Paulo, Página Aberta, 1994.
- . *O trabalho sob fogo cruzado: Exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo, Contexto, 1999.
- . “A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil”. Campinas, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho/Unicamp, 2001.
- POSSAN, Magali A. *A malha entrecruzada das ações: As experiências de organização dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas (1978-1984)*. Campinas, CMU/Unicamp, 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1991 (Biblioteca Básica de Ciências Sociais, Série 2, vol. 7).
- RIBEIRO, Paulo Cezar. *Site dos índices*. Vitória, Brasil. Disponível em: <<http://www.ai.com.br/pessoal/indices/>>. Acesso em: 17/maio/2002.
- RODRIGUES, Iram Jácome (org.). *Novo sindicalismo no setor público*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- . *Sindicalismo e política: A trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta, 1997.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- . “O sindicalismo nos anos 80”. In: *São Paulo em perspectiva*, vol. 4, n. 1, jan./mar. de 1990.
- . “As tendências políticas na formação das Centrais”. In: BOITO JR. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- SÃO PAULO. Decreto n. 29.599, de 2 de fevereiro de 1989. Regulamenta a autonomia universitária das universidades públicas paulistas. São Paulo, s.d.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES DA USP. *Site do sindicato*. Disponível em: <<http://www.sintusp.org.br/who.htm>>. Acesso em: 15/maio/2002.

- SIQUEIRA NETO, José Francisco. “Políticas sindicais e mudanças na legislação do trabalho, sindicalismo no Brasil”. Campinas, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho/Unicamp, 1992 (Cadernos do Cesit – texto para discussão n. 8).
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo. “A Nova República brasileira”. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- TOSI, Alberto; COLBARI, Antonia & ALVES, Wânia Malheiros Barbosa. “Bancários: 60 anos de história: 1934-1994”. Vitória, Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, 1995.
- TRAGTENBERG, Maurício. “A Unicamp e o forte odor da ditadura”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21 out. 1981.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Site institucional da reitoria da Unicamp. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/reitoria>>. Acesso em: 2001.
- . <<http://www.unicamp.br/pg/portarias/1990>>. Acesso em: 2001.
- VAZ, Zeferino. “Relatório enviado para o governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins”. Campinas, 6 de janeiro de 1978.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Desencontros: O Brasil e o mundo no limiar dos anos 80*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 1999 (Coleção Primeira Versão, n. 88).
- . *O presente como história: Economia e política no Brasil pós-64*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 1997 (Coleção Trajetória).
- VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

BOLETINS E DOCUMENTOS DA ASSUC E DO STU

- A ASSUC HOJE, ÍNDICES 21 DE NOVEMBRO DE 1975. Campinas, Assuc, 1975 [panfleto do Acervo do Projeto Memória do STU].
- A ASSUC HOJE: UM BALANÇO. Campinas, Chapa Solidariedade, 1981 [jornal de campanha para as eleições da Assuc – Acervo do Projeto Memória do STU].
- ACIMA DE TUDO O ASSOCIADO. Campinas, Chapa Democrática, 1979 [material de campanha – Acervo do Projeto Memória do STU].
- ADUNICAMP. *Debate Informa*, n. 2, de julho de 1981.
- SOBRE OS FUNCIONÁRIOS. Campinas, Adunicamp e DCE, out. de 1981 [panfleto – Arquivo Central da Unicamp – Siarq].
- AOS SERVIDORES DA UNICAMP. Campinas, Movimento de oposição Luta Sindical, s.d. [panfleto – Acervo do Projeto Memória do STU].
- ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP. Ata da assembleia geral, 20 de maio de 1968 [Caderno de atas da Assuc e do STU registradas em cartório, no período de 1968 a 2000].
- _____. Ata da reunião da Assuc, de 25 de julho de 1974 [Caderno de atas da Assuc e do STU registradas em cartório, no período de 1968 a 2000].
- _____. Ata da reunião da assembleia geral da Assuc, de 16 de junho de 1976. [Caderno de atas da Assuc e do STU registradas em cartório, no período de 1968 a 2000].
- _____. Ata da quinquagésima quarta reunião da diretoria da Assuc, de 18 de julho de 1979 [Caderno de atas da Assuc e do STU registradas em cartório, no período de 1968 a 2000].
- _____. Ata de sessão solene de posse, de 25 de janeiro de 1980 [Caderno de atas da Assuc e do STU registradas em cartório, no período de 1963 a 2000].

- _____. Ata da assembleia geral ordinária, de 24 de abril de 1980 [Caderno de atas da Assuc e do STU registradas em cartório, no período de 1968 a 2000].
- _____. Ata da assembleia geral extraordinária, de 22 de maio de 1980 e de 13 de agosto de 1981 [Caderno de atas da Assuc e do STU registradas em cartório, no período de 1968 a 2000].
- _____. Ata da reunião do conselho deliberativo, de 14 de fevereiro de 1981 [Caderno de atas da Assuc e do STU registradas em cartório, no período de 1968 a 2000].
- _____. Ata de reunião da comissão eleitoral, de 10 de outubro de 1981; 26 de outubro de 1981; 3 de novembro de 1981; 10 de novembro de 1981; 23 de novembro de 1981 [Caderno de atas da Assuc e do STU registradas em cartório, no período de 1968 a 2000].
- _____. Ata da posse da gestão da Assuc para o triênio 1982/83/84, de 15 de janeiro de 1982 [Caderno de atas da Assuc e do STU registradas em cartório, no período de 1968 a 2000].
- _____. Ata de posse da diretoria da Assuc, de 25 de maio de 1983 [Caderno de atas da Assuc e do STU registradas em cartório, no período de 1968 a 2000].
- _____. Ata da apuração de votos da eleição para escolha da diretoria, conselho fiscal e conselho deliberativo da Assuc, de 8 de novembro de 1984 [Caderno de atas da Assuc e do STU registradas em cartório, no período de 1968 a 2000].
- _____. Ata de posse da nova diretoria, conselho fiscal e deliberativo da Assuc, de 15 de janeiro de 1988 [Caderno de atas da Assuc e do STU registradas em cartório, no período de 1968 a 2000].
- _____. Estatuto da Assuc, de 25 de maio de 1977 [Caderno dos estatutos da Assuc e do STU, no período de 1968 a 2000].
- ASSUC BOLETIM DE INFORMAÇÕES GERAIS, s.d. Campinas, Assuc, 1983 [Acervo Projeto Memória do STU].
- ASSUC INFORMA ESPECIAL OBRAS, 5 de janeiro de 1989. Campinas, Assuc, 1989 [Acervo Projeto Memória do STU].
- ASSUC URGENTE, de abril de 1980 Campinas, Assuc, 1980.
- ASSUC URGENTE, 29 de fevereiro de 1984. Campinas, Assuc, 1984 [Acervo Projeto Memória do STU].
- ASSUCRINANDO. Campinas, Assuc, 1975 – 197? [Acervo Projeto Memória do STU].
- ASSUMIR. Campinas, Assuc, 1977 – 197? [Acervo Projeto Memória do STU].

- AVANÇAR NA LUTA: BOLETIM DA OPOSIÇÃO DOS SERVIDORES DA UNICAMP (ASSUC). Campinas, Chapa Avançar na Luta, 1988 [boletins de campanha para eleição da Assuc publicados mensalmente – Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM ASSUC COMANDO DE MOBILIZAÇÃO, 7 de junho de 1988. Campinas, Assuc, 1988 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM ASSUC SÉRIE AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA, 14 de fevereiro de 1989. Campinas, Assuc, 1989 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM ASSUC. Campinas, Assuc, 1980 – 1991 [boletim semanal – Acervo Projeto Memória do STU].
- _____. 1982 (ano 3). Números: 1; 3.; 4; 5; 6; 7; 8; 12.
- _____. 1983 (ano 4). Números: 4; 7; 9; 10; 11; 12; 29; 33. Boletins sem numeração: 15 de agosto; 13, 16 e 17 de junho; 10, 18 e 25 de outubro; e 16 de novembro.
- _____. 1984. Números: 35; 48; 49; 53; 59; 63; 70. Boletins sem numeração: 1 e 15 de março.
- _____. 1988. Números: 12; 18; 28; 36; 41; 57; 59; 60; 67; 103; 106; 111. Boletins sem número: 24 de agosto; e julho.
- BOLETIM ASSUC. Campinas, Assuc, 1989. Números: 3; 19; 23; 55; 61; 66; 67; 68; 75.
- _____. 1990. Números: 31; 36; 39; 52; 57; 111; 132.
- _____. 1991. Números: 145; 147; 148; 150; 151; 154; 155; 157; 160; 161; 170; 172; 173; 174; 175; 177; 187; 191; 192; 195.
- BOLETIM DA BANCADA DOS FUNCIONÁRIOS NO CONSU. Campinas, Funcionários da Unicamp, n. 4, mar. 1990 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM DA COMISSÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO IA. Campinas, Funcionários do Instituto de Artes/Unicamp, s.d. [boletim sem numeração – Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM DA COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO PRÓ-CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA DO IFCH – UNICAMP. Campinas, Movimento pró-campanha salarial unificada do IFCH – Unicamp, s.n., s.d.
- BOLETIM DA CORRENTE SINDICAL CLASSISTA. Campinas, Corrente Sindical Classista, n. 1, julho. 1989 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM DA DIRETORIA. Campinas, Assuc, n. 31, 1984 [Acervo Projeto Memória do STU].

- BOLETIM DA GREVE ASSUC. Campinas, Assuc, n. 48 e 49, 1984 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM DA GREVE GERAL, 18 de julho de 1983. Campinas, Assuc, 1983 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM DE CAMPANHA DA CHAPA AVANÇAR NA LUTA, s.d., s.n. Campinas, Chapa Avançar na Luta, 1987 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM DE CAMPANHA DA CHAPA FORÇA NOVA COMBATIVA, s.d., s.n. Campinas, Chapa Força Nova Combativa, 1987 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM DE OPOSIÇÃO AVANÇAR NA LUTA, n. 2, s.d., s.n. Campinas, Chapa Avançar na Luta, 1988 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM DO COMANDO DE GREVE & ASSUC. Campinas, Assuc, 1991. Números de: 19, 20, 22, 25 e 26 de março [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM DO COMITÊ DE DEFESA DOS FUNCIONÁRIOS DA UNICAMP. Campinas, Assuc, 1984 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO (CRETUESP), s.l., CretUesp, 12 de setembro de 1989 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM DO MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO LUTA SINDICAL. Campinas, n. 1, Movimento de Oposição Luta Sindical, 1979 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM DO MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO UNIFICADO. Campinas, Movimento de Oposição Unificado, 1989 - 1990 [Acervo Projeto Memória do STU].
- _____. 1989. Boletim sem número: 7 de agosto 1989 [Acervo Projeto Memória do STU].
- _____. 1990. Boletim sem número: maio e outubro de 1990 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM ESPECIAL CARREIRA, n. 1, 10 de setembro de 1990. Campinas, Assuc, 1990 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM ESPECIAL DA ASSUC, 21 de fevereiro de 1984, s.n. Campinas, Assuc, 1984 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM INFORMATIVO ASSUC, 23 de junho de 1983. Campinas, Assuc, 1983 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO SINDICAL DO HC, n. 1. Campinas, Funcionários da Unicamp, 1988 [Acervo Projeto Memória do STU].

- BOLETIM INFORMATIVO. Campinas, Assuc, 1987, números: 5; 7; 14; 15; 19; 22; 30; 31; 35; 37; 41 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM N. 1 DA CHAPA RESISTÊNCIA, 16 de novembro de 1981. Campinas, Chapa Resistência, 1981 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM N. 1 DA CORRENTE SINDICAL CLASSISTA, s.d., s.n. Campinas, Corrente Sindical Classista, 1989 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BOLETIM RESISTÊNCIA ASSUC n. 3, 21 de nov. de 1991. Campinas, Chapa Resistência, 1981 [Acervo Projeto Memória do STU].
- CADERNO DE RESOLUÇÕES DO PRIMEIRO CONGRESSO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP. Campinas, Assuc, 1991 [Acervo Projeto Memória do STU].
- CARTA À POPULAÇÃO, s.d., s.n. Campinas, Assuc, 1979 [panfleto – Acervo Projeto Memória do STU].
- CONCLAT DE LUTA APROVA CUT DEMOCRÁTICA E COMBATIVA. Campinas, Trabalhadores do Hospital das Clínicas (HC-Cidade), s.d. [panfleto – Acervo Projeto Memória do STU].
- IMPORTANTE FUNCIONÁRIO – LEIA, s.d. Campinas, Assuc, 1979 [panfleto – Acervo Projeto Memória do STU].
- INFORMASSUC. Campinas, Assuc, 1978 [Acervo Projeto Memória do STU].
- _____. Campinas, Assuc, 1978, n. 9 [Acervo Projeto Memória do STU].
- _____. Campinas, Assuc, 1978, n. 14 [Acervo Projeto Memória do STU].
- INFORMATIVO ASSUC, s.d., n. 3 e 14. Campinas, Assuc, 1981 [panfleto – Acervo Projeto Memória do STU].
- INFORMATIVO DA BANCADA DOS FUNCIONÁRIOS NO CONSU, s.d., Campinas, s.a., 1988 [Acervo Projeto Memória do STU].
- JORNAL ASSUC. Campinas, Assuc, 1988 – 1989 [Acervo Projeto Memória do STU].
- _____. 1988. Boletim sem número: dezembro.
- _____. 1989. Boletim sem número: 2 de outubro; 3 de dezembro.
- JORNAL DA ASSUC. Campinas, Assuc, 1983 [Acervo Projeto Memória do STU].
- _____. 1983. Boletim número 1.
- _____. 1989.
- _____. 1990. Boletim sem número de fevereiro.

JORNAL LUTA SINDICAL. Campinas, Assuc, 1983 [Acervo Projeto Memória do STU].

———. 1981. Boletim número 4.

MANIFESTO ASSUC: A SAÍDA É ORGANIZAR O CONGRESSO DOS FUNCIONÁRIOS DA UNICAMP. Campinas, CUT Pela Base e Convergência Socialista, 21/06/1989 [Acervo Projeto Memória do STU]

NÃO ÀS PUNIÇÕES. Campinas, Assuc, 26/07/1983 [panfleto – Acervo Projeto Memória do STU].

NENHUM TOSTÃO ABAIXO DA INFLAÇÃO, s.d. Campinas, Assuc, 1981 [panfleto – Acervo Projeto Memória do STU].

NOTICIÁRIO ASSUC. N. 2, Campinas, Assuc, nov./dez. 1976 [Acervo Projeto Memória do STU].

NOTÍCIASSUC. N. 1, Campinas, Assuc, 3/3/1969 [Acervo Projeto Memória do STU].

OITO DIRETORES DA ASSUC PEDEM DEMISSÃO, 13 de junho de 1989. Campinas, Assuc, 1989 [boletim – Acervo Projeto Memória do STU].

RESISTÊNCIA, 16 de novembro de 1981. Campinas, boletim de campanha da Chapa Resistência, 1981 [Acervo Projeto Memória do STU].

TRIBUNA DA GREVE. Campinas, Assuc, 1987. Números: 1; 2; 4; 16. Boletim sem número: 28 de abril de 1987 [Acervo Projeto Memória do STU].

VARRER DA ASSUC ESSA DIRETORIA CONCILIADORA E PELEGA!, s.d. Campinas, Movimento de Oposição Luta Sindical, 1984 [panfleto – Acervo Projeto Memória do STU].

VOTE SOLIDARIEDADE, 10 de dezembro de 1981. Campinas, Chapa Solidariedade, 1981 [boletim de campanha da Chapa Solidariedade para as eleições da Assuc].

ENTREVISTADOS

- ALMEIDA, Celso Ribeiro de. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes, Rodrigo José Paixão e Solange Célere. 1 fita cassete (60 min). Campinas: 13 de dezembro de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BARBOSA, Margarida. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes, Rodrigo José Paixão e Solange Célere. 1 fita cassete (60 min). Campinas: abril de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- BARRETO, Edson de Souza. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. 1 fita cassete (60 min). Sorocaba: fevereiro de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- CAMILLO FILHO, Joaquim. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes. 1 fita cassete (90 min). Campinas: 16 de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- CARMO, Marcio Roberto. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. 1 fita cassete (90 min). Campinas, 10 de julho de 2002 [Acervo Projeto Memória do STU].
- CARVALHO, Durval de. Entrevista concedida ao Projeto Memória do STU, em julho de 2002 [Acervo Projeto Memória do STU].
- DUARTE, Carlos Alberto Ferreira. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes. 1 fita cassete (90 min). Campinas, 20 de abril de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- FARIA, Sueli. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. 1 fita cassete (90 min). Campinas, 5 de março de 2002 [Acervo Projeto Memória do STU].
- FERNANDES, Hélio Teixeira; LIMA, Elói José da Silva. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. 2 fitas cassetes (60 min). Campinas, s/d [janeiro de 2002] [Acervo Projeto Memória do STU].

- FERNANDES, José Salomão. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes. 1 fita cassete (90 min). Campinas, 17 de abril de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- FERRAZ, Marinilze. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. 1 fita cassete (60 min). Campinas, 14 de dezembro de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- FERRAZ, Vera Lúcia Randi. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes. Campinas, abril de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- FOLLEGATTI, Jurivaldo. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes. Campinas, 1s/d [ca. abril de 2001] [Acervo Projeto Memória do STU].
- GONÇALVES, Sérgio. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes. 1 fita cassete (60 min). Campinas, s/d [fevereiro de 2002].
- LIMA, Geruza; TANAKA, Jun. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. 2 fitas cassetes (60 min). Campinas, 19 de dezembro de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- LIMA, Mario Martins de (Bigode). Entrevista sonora realizada por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. 1 fita cassete (90 min) e 1 fita cassete (60 min). Campinas, 18 de dezembro de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- LINS, Edison Cardoso. Entrevista sonora e via correio eletrônico realizadas por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. 2 fitas cassetes (60 min). Campinas, 29 de novembro de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- LOPES, Eduardo de Pinho. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. Campinas, 19 de fevereiro de 2002 [Acervo Projeto Memória do STU].
- MAGALHÃES, Luiz Augusto. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes. 1 fita cassete (90 min). Campinas, 18 de abril de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- MANSUR, Aparecida Lúcia da Costa. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes. Campinas, abril de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- MARTINHAGO, Rosângela. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes, Rodrigo José Paixão e Solange Célere. 1 fita cassete (60 min). Campinas, 29 de novembro de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- MOREIRA, João Batista de Moraes. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. 3 ½ fitas cassetes (60 min). Campinas, 6 de dezembro de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- PALERMO, Celso Augusto. Entrevista via correio eletrônico realizada por Rodrigo José Paixão. Campinas, fevereiro de 2002 [Acervo Projeto Memória do STU].

- PEREIRA, Domingos. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. 2 fitas cassetes (60 min). Campinas, s/d. dez. 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- PEREIRA, Reginaldo Bispo. Entrevistas sonoras realizadas por Glória Lopes e Solange Célere. 2 fitas cassetes (60 min). Campinas, s/d [dezembro de 2001] [Acervo Projeto Memória do STU]
- PRETTI, Maria de Lourdes Malta. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. 1 fita cassete (60 min). Campinas, 23 de abril de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU]
- ROMÃO NETO, Antônio José. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes. 2 fitas cassetes (60 min) e 1 fita cassete (90 min). Campinas, 26 de março de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU]
- ROMÊO, Arly de Lara. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes. 1 fita cassete (60 min). Campinas: abril de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU]
- ROMERA, José Luís Pio. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes, Rodrigo José Paixão e Solange Célere. 2 fitas cassetes (60 min). Campinas: s/d [novembro de 2002] [Acervo Projeto Memória do STU]
- RUIZ, Jefferson Lee de Souza. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes, Rodrigo José Paixão e Solange Célere. 2 fitas cassetes (60 min). Campinas, 29 de outubro de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU]
- SANTOS, Miguel Leonel dos. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. Campinas: s/d 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- SCUTTI, Sandra Marli. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes, Rodrigo José Paixão e Solange Célere. 2 fitas cassetes (60 min). Campinas: s/d [novembro de 2001] [Acervo Projeto Memória do STU].
- SOUZA, João Raimundo Mendonça de. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. 1 fita cassete (90 min). Campinas, 10 de julho de 2002 [Acervo Projeto Memória do STU].
- TARANTE, Claudinei. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes. Campinas: s/d [maio de 2001] [Acervo Projeto Memória do STU].
- TEIXEIRA, Cândida Maria; VASCONCELOS, Luiz Antônio Teixeira de (Vasco). Entrevista sonora realizada por Rodrigo José Paixão. 1 fita cassete (60 min). Campinas, fevereiro de 2002 [Acervo Projeto Memória do STU].
- SETA, Jair de. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes. 1 fita cassete (60 min). Santos: maio de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].
- ZAGO, José Vitório. Entrevista sonora realizada por Glória Lopes e Rodrigo José Paixão. 3 fitas cassetes (60 min). Campinas, 20 de dezembro de 2001 [Acervo Projeto Memória do STU].

Título A história de luta dos trabalhadores da
Unicamp

Autor Glória Lopes
Rodrigo Paixão

Coordenador editorial Ricardo Lima
Secretário gráfico Ednilson Tristão
Preparação dos originais Isabel Costa
Revisão Laís Souza Toledo Pereira
Editoração eletrônica e design de capa Ednilson Tristão
Formato 14 x 21 cm
Papel Offset 75 g/m² – miolo
Cartão supremo 250 g/m² – capa
Tipologia Adobe Garamond
Número de páginas 400

A história da luta e da organização dos trabalhadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tema deste livro, caminha ao lado da história da própria universidade. O atual Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) surgiu pouco depois da Unicamp, como Associação dos Servidores da Unicamp (Assuc). A história da Assuc até sua transformação em STU está aqui retratada. O ambicioso projeto da direção da entidade resgatou e organizou testemunhos, documentos e imagens que possibilitaram a edição desta obra, que reconstitui a organização sindical dos trabalhadores da Unicamp. Inédito no âmbito acadêmico, auxiliará no processo de difusão de informações para um grande contingente de pesquisadores, os quais contavam com escassa documentação disponível. Esta obra é parte integrante do projeto Unicamp Ano 50, registrando o papel dos trabalhadores e de sua entidade de classe na construção dessa que é uma das universidades de maior destaque do Brasil e do mundo.



ISBN 978-85-268-1362-5



www.editoraunicamp.com.br